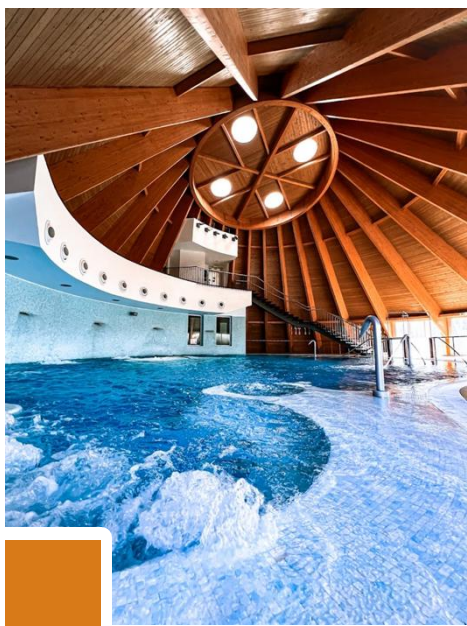




PLANO ESTRATÉGICO SABUGAL, 2035

10 PROJETOS PARA 1 DÉCADA

António Oliveira das Neves (coord.)
Carlos Figueiredo, Fernando Ribeiro Mendes, Gina Jorge,
José Ferragolo da Veiga, Ramiro Matos e Tiago Pereira

A Elaboração do Plano Estratégico foi acompanhada por Glória Quinaz (Chefe de
Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território)

ÍNDICE

Apresentação	1
I - Diagnóstico Territorial e Enquadramento Geostratégico	3
A - Diagnóstico Territorial.....	4
A0 - Balanço dos Resultados do Plano Estratégico Sabugal, 2025	4
A1. - Tendências demográficas e evolução do padrão de povoamento	16
A2. - Desenvolvimento urbano e territorial - reabilitação, regeneração urbanas e habitação.....	37
A3. - Dinâmicas económico-produtivas	49
A4. - Turismo, Património e Cultura.....	69
A5. - Ambiente, Recursos hídricos e Energia.....	77
A6. - Análise SWOT.....	85
B. Enquadramento Geostratégico	90
B1. Acessibilidades e inserção nas redes de transportes	91
B2. Instrumentos de Desenvolvimento Regional.....	95
B3. Instrumentos de Ordenamento Territorial	111
II - Diagnóstico prospetivo: dos Cenários à Estratégia	118
C1. Incertezas Cruciais.....	119
C2. Desafios estratégicos no Horizonte 2035	134
C3. Cenários Contrastados de Desenvolvimento	139
C4. Estratégia Sabugal 2035	145
III - Projetos Estruturantes e Modelo de Governação	153
D1 - Projetos Estruturantes	154
D2 - Modelo de Governação	198



SABUGAL
MUNICÍPIO



Apresentação

Valorização dos recursos naturais/Inovação para a competitividade territorial/Qualidade de vida e bem-estar

APRESENTAÇÃO

As Especificações Técnicas do Caderno de Encargos explicitam com clareza o que se pretende com a **Revisão do Plano Estratégico do Sabugal**, em termos de **Orientações e Objetivos**, sendo de destacar as seguintes **Finalidades do Processo de Planeamento**:

- ✓ *Enquadrar a Estratégia do Município nas Políticas Públicas Nacionais e Regionais, bem com as orientações estratégicas comunitárias;*
- ✓ *Contribuir para desenvolver a articulação e parcerias entre o Município e os diversos agentes e instituições que intervêm na vida do Sabugal;*
- ✓ *Sugerir formas, instrumentos e mecanismos de aprofundamento da cooperação intermunicipal e transfronteiriça;*
- ✓ *Estimular a comunicação e a participação, articulando interesses divergentes numa ótica de benefício comum.*

Como **Motivações para a Revisão do Plano Estratégico Sabugal, 2025**, elaborado entre meados de 2013 e abril de 2014, as Especificações Técnicas apontam três principais fatores que fundamentam essa Revisão:

- a desatualização do Plano, quadro de referência das políticas municipais, face às "novas orientações estratégicas regionais, nacionais e europeias;
- as tendências de evolução das cidades e dos aglomerados rurais e das relações cidade-campo que sugerem haver vantagem na articulação das políticas locais com as prioridades estratégicas da política de coesão; e
- o acesso a meios de financiamento dos investimentos municipais em condições competitivas, pressupõe definir uma estratégia de desenvolvimento local que contribua para perspetivar o Sabugal no horizonte da próxima década.

Acresce que a última década foi marcada por diversos **constrangimentos, tanto na envolvente interna como na envolvente externa, que impactaram pela negativa os argumentos competitivos dos territórios do interior.**

São disso exemplo: a redução acentuada da vitalidade demográfica, o declínio económico associado à desorganização de cadeias de valor que alimentavam as produções locais; o desencontro entre as prioridades regionais e a capacidade de investimento local; e a incerteza que decorre da conjuntura europeia e mundial de grande insegurança e instabilidade.

Em síntese, este é o **macro contexto em que irá decorrer o exercício de planeamento estratégico Sabugal 2035**, para o qual importa mobilizar o sistema de atores local municipal bem como as intersecções intermunicipais, regionais e transfronteiriças que delimitam um campo de desafios complexo, mas promissor de novas oportunidades.

O racional de planeamento estratégico adotado para a **Revisão do Plano Estratégico do Sabugal**, assentou em quatro etapas-chave que revestem a condição de **Componentes do Processo de Planeamento**:

Etapa 1 - Diagnóstico Territorial, que compreendeu a Atualização do trabalho de 2013/2014 e o balanço de execução de projetos Âncora e Complementares do Plano Estratégico Sabugal, 2025;

Etapa 2 - Enquadramento Geoestratégico do Sabugal no contexto regional, das estratégias e programas existentes, no horizonte 2030;

Etapa 3 - Incertezas cruciais, Desafios, Cenários e Eixos Estruturantes de Desenvolvimento;

Etapa 4 - Projetos estruturantes e Modelo de Governação.



SABUGAL
MUNICÍPIO



I

Diagnóstico Territorial e Enquadramento Geostratégico

Valorização dos recursos naturais/Inovação para a competitividade territorial/Qualidade de vida e bem-estar

A - DIAGNÓSTICO TERRITORIAL

Este Diagnóstico Territorial desenha um quadro de referência para a Revisão do Plano Estratégico a qual parte do balanço da implementação do PE Sabugal 2025 e da atualização do Diagnóstico Territorial para estabelecer, posteriormente em sede *Enquadramento geoestratégico e de articulação de políticas*, o suporte sobre o qual serão traçadas a *Visão prospetiva* e as *Linhas estruturantes da Estratégia Sabugal 2035*.

O Diagnóstico Territorial está organizado nas três Secções seguintes:

- (a) **Avaliação das condições** de implementação e dos resultados da Estratégia, Programas e Projetos do Plano Estratégico de 2023.
- (b) **Atualização do Diagnóstico territorial**, nas vertentes sociodemográfica, económica, urbana, ambiental, ...; e
- (c) **Análise SWOT** dinâmica integrando Desafios e Oportunidades.

Os **elementos de trabalho** processados para preencher os conteúdos das três Secções do Diagnóstico Territorial foram, no essencial, os seguintes:

- Entrevistas com vários responsáveis pelos Pelouros e Serviços Municipais para identificar dimensões-problema, dinâmicas socioeconómicas e estado dos recursos do território, nos setores agropecuários, florestais e de gestão da paisagem; do turismo, património e cultura; do ambiente e energia; e da intervenção social.
- Análise de informação estatística de referência (Censos 21; Recenseamentos Gerais da Agricultura; Informação económica, empresarial e de emprego; e dados relativos a investimentos e intervenções cofinanciadas).
- Recolha de elementos qualitativos e quantitativos para preenchimento da Ficha de Balanço de Resultados e Condicionantes de execução de projetos do PE Sabugal elaborado em 2014.

A0 - BALANÇO DOS RESULTADOS DO PLANO ESTRATÉGICO SABUGAL, 2025

Nas *Componentes do Processo de Planeamento* estava previsto proceder a um Balanço dinâmico e sintético da implementação dos Programas de Atuação e dos Projetos do Plano Estratégico elaborado em 2013/14, de modo a evidenciar as condicionantes encontradas e os resultados alcançados pela Estratégia, Programas e Projetos, então, identificados.

Com essa finalidade foram recolhidos dados quantitativos e qualitativos acerca das principais realizações e das escalas de utilização do Plano (nas políticas públicas

municipais de ordenamento do território, no desenvolvimento local e na programação de investimentos), mas também quais as condicionantes à concretização de objetivos e intervenções do Plano e, de passagem, identificar eventuais efeitos não esperados (positivos e negativos)¹.

Em suma, **quais as principais lições a reter do processo de planeamento anterior?**

Com a aprovação do Plano Estratégico Sabugal 2025, o Município passou a dispor em 2014 de um instrumento técnico associado a uma legitimidade política, pois o documento teve a adesão unânime dos eleitos locais e proporcionou estabilidade tendencial na visão de desenvolvimento para o Sabugal.

Para além de todas as condicionantes internas, a execução dos projetos do PESabugal,2025 estaria sempre limitada pelas oportunidades de financiamento, pelas opções estratégicas regionais, pelo bom funcionamento das parcerias e pelas dinâmicas de iniciativa e investimento privadas.

A implementação dessa visão de futuro, tendo por fio condutor as Fichas dos 21 Projetos Âncora e Complementares, pressupunha assegurar a Governança do Plano, tendo em conta as orientações/recomendações do P19 Alma Sabugal e do P20 Moderniza Sabugal que remetiam para o envolvimento dos dirigentes e outros agentes do Município.

Com esse objetivo, o Executivo municipal decidiu criar internamente cinco Unidades de Missão:

- ✓ Sabugal + CRIATIVO - uma Governança focada (Administração Autárquica, Estudos e Projetos, e Sabugal- Concelho Digital);
- ✓ Sabugal + SOCIAL - uma aposta nas Pessoas (Educação e Ação Social);
- ✓ Sabugal + VALOR - Desenvolvimento rural (Desenvolvimento Económico e Defesa do Meio Ambiente); Sabugal + ATRATIVO - surpreenda os sentidos (Cultura, desporto e tempos livres e Desenvolvimento turístico); e
- ✓ Sabugal + PRÓXIMO - Qualidade dos serviços públicos (Habitação e Urbanização, Proteção Civil, Saneamento e Salubridade, Abastecimento Público e Comunicações e Transportes).

As Unidades de Missão deviam ser constituídas por técnicos de diversas áreas de conhecimento e variadas competências, sob animação de um elemento externo ao

¹ Nas evidências foram assinalados constrangimentos materiais e financeiros, bem como situações de perda de prioridade/oportunidade ou desinteresse/desatualização de projetos do PE Sabugal, 2025.

Município e acompanhados por elementos do Executivo municipal, dos respetivos pelouros.

De acordo com a informação processada, a Unidade de Missão Sabugal + Social desenvolveu relevante trabalho na dinamização de ações e iniciativas em matéria de educação, saúde e intervenção social, mobilizando parcerias (dentro e fora do Concelho), revelando-se muito ativa na preparação de candidaturas a instrumentos de apoio de âmbito nacional.

Os elementos de balanço dos projetos 15 - Economia Social; 16 - Saúde em Casa; e 16 - Inserção e Reinserção Ativa expressam o trabalho realizado, a que não será alheia a circunstância de a Divisão de Desenvolvimento Social e Qualidade de Vida reunir atribuições e competências orientadas para as Pessoas e constituir um instrumento muito relevante das políticas públicas municipais.

Todavia, não foi possível alcançar um estado de maturação operacional das diversas Unidades de Missão, que apesar dos esforços realizados pelas equipas mobilizadas, não terão respondido aos desafios em presença exigentes na motivação necessária para persistir.

O ritmo de execução efetiva do Plano e a oportunidade de implementação dos Projetos revelou-se uma tarefa árdua, num contexto de escassez de pessoas, competências e talentos, mas também pela dificuldade recorrente de conciliar atribuições na administração pública local.

Na generalidade, os Projetos estão *em curso* ou *não tiveram início*. Mas, na verdade, quer pela sua dimensão, quer pela sua interligação e/ ou complexidade, os Projetos deveriam ter cada um deles um programa de execução específico, e um perfil aberto/em construção, nomeadamente tendo em conta a oportunidade e a capacidade de obter financiamento para a sua execução.

**Elementos de Balanço das realizações dos Projetos do PESabugal, 2025
(elaborado em 2014)**

Projetos	Principais elementos de avaliação
P1. +AMBIENTE	• Processo de Cogestão da Reserva Natural da Malcata; <i>(em curso)</i> • Implementação do projeto ESSE na iluminação pública; <i>(em curso)</i> • Utilização de energias renováveis nos equipamentos municipais (piscinas, pavilhões, Termas do Cró, iluminação cénica); <i>(em curso)</i> • Ações de preservação da fauna piscícola do Rio Côa; <i>(em curso)</i> • Discussão pública do processo de implementação das diretivas comunitárias Habitats e Aves (ZEC Malcata e ZPE Malcata); • Monitorização e Fiscalização das ETAR's a funcionar no Concelho do Sabugal; <i>(em curso)</i> • Aumento substancial da recolha seletiva de resíduos domésticos e industriais; <i>(em curso)</i> • Fiscalização e controlo de encaminhamento de resíduos de construção e demolição; • Limpeza de linhas de água; <i>(em curso)</i> • As atividades de produção e sensibilização das comunidades escolares em torno Centro Experimental da Sra. da Graça, propriedade do ICNF são um contributo importante para a preservação ambiental e promoção duma sociedade mais sustentável; <i>(em curso)</i> • Naturcôa, encontro da Natureza, promovido no mês de novembro de cada ano; • Candidatura à Carta Europeia de Turismo Sustentável (CETS) - Plano de Ação 2016-2020; reavaliado em 2021 e submetida nova candidatura com elaboração de novo PA (2022-2026). <i>Projetos não implementados</i> • Implementar o Programa ECOXXI Municipal • Implementar o Programa ECO freguesias XXI • Constituir um Conselho Municipal de Ambiente.
P2. ÁGUA +	• Recuperação dos açudes e poldras do Rio Côa <i>(em curso)</i>; • Qualificação das praias fluviais e Zonas de Lazer; <i>(em curso)</i> • Certificação da Estação Náutica do Alto Côa (associada à Barragem do Sabugal), complementada com os vários espaços fluviais e de lazer do Concelho; <i>(em curso)</i> • Promoção dos concursos nacionais e internacionais de pesca desportiva (Truta); • Manutenção em pleno funcionamento das Termas do Cró, mantendo a ambição de ter neste espaço um polo de saúde preventiva e de lazer; • Conclusão da rede de abastecimento de água no concelho e tratamento de águas residuais no Concelho (praticamente 100%); • Projeto denominado Água +, inscrito no ITI CIM BSE prevendo o seu financiamento no âmbito do Centro 2030; trata-se de um plano integrado de uso de água que contempla todo o ciclo da água e o

Projetos	Principais elementos de avaliação
	desenvolvimento de serviços integrados e a instalação de equipamentos de apoio para a prática de atividades e desportos náuticos. - Aprovação do projeto para a Área de intervenção 1, na envolvente à Barragem do Sabugal, que corresponde a uma das áreas do projeto global previsto para a envolvente à Barragem, composto por 5 áreas de intervenção, com o qual se pretende aliar Turismo natureza e Desporto natureza. <i>Outras intervenções</i> - Elaboração do Estudo/projeto “Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas do Sabugal e da Meimoa” que surgiu da necessidade de rever, no sistema hidráulico Sabugal-Meimoa, as atuais disponibilidades e necessidades hídricas.
P3. LINX PARK	- Avanços significativos de iniciativas que valorizam a ideia inicial de criar dinâmicas da figura de “Parque Patrimonial” em torno dos valores naturais da Reserva Natural da Serra da Malcata e do Alto Côa, conjugados com o património cultural transfronteiriço, envolvendo Almeida, Penamacor e Sabugal, na Plataforma CETS Terras do Lince, Carta Europeia de Turismo Sustentável da Fundação Europarque; - Cogestão da RNSM (Plano de Gestão, em curso); - O projeto Iberlinx 2020 (financiamento PO SEUR) permitiu o avanço do processo de reintrodução do Lince Ibérico na Malcata, com a instalação de parques de criação de coelho bravo e criação de corredores produtivos, na prevenção de incêndios e proteção das espécies autóctones e preservação da biodiversidade; - Além-fronteiras, apesar da boa vontade expressa pelos parceiros, resulta difícil concretizar ações materiais conjuntas, pois a organização administrativa não facilita a flexibilidade operativa desejada; - A criação do Centro Interpretativo do Lince Ibérico, na Freguesia de Malcata contribui para a promoção dos territórios abrangidos; (Projeto Live Malcata); - Candidatura da OPAFLOR, entidade de gestão florestal, acreditada pelos municípios de Penamacor e Sabugal da Área Integrada de Gestão de Paisagem (AIGP), cuja Operação Integrada de Gestão de Paisagem (OIGP) - aprovado em consonância com as diretivas do Aviso e com participação ativa dos municípios, o Projeto permitirá um novo figurino de utilização do solo, económica e socialmente mais sustentável e amigo da biodiversidade, tornando o espaço rural mais resiliente aos fogos florestais.
P4. REQUALIFICAÇÃO URBANA	- Este projeto pelo facto de integrar intervenções com maior visibilidade e impacto e por ser objeto de maior facilidade de cofinanciamento de fundo comunitários disponibilizados através da CCDD Centro, teve a maior percentagem de execução. - A requalificação dos espaços públicos nas aldeias, os jardins e parques, as instalações de elementos escultóricos e outros nas aldeias, traduzindo a identidade das mesmas, a sua cultura e tradições e a ambição e vontade das comunidades locais. Foi um esforço financeiro enorme, pois nas Aldeias e em particular na vila do Soito, os projetos eram

Projetos	Principais elementos de avaliação
	praticamente financiados a 100% pelo Município, pois não havia lugar a financiamento comunitário. • Na Cidade do Sabugal, os fundos comunitários permitiram a concretização do Largo da Fonte, Largo de São Tiago, Rua 5 de Outubro, Zona Fluvial, Entrada Sul, Rua do Emigrante, Rua 25 de Abril, Requalificação das margens do Côa, etc. • Delimitação de ARU's e execução de Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana dos aglomerados do Sabugal, Souto e Sortelha. • Delimitação de ARU's de Alfaiates, Vilar Maior e Vila do Touro (<i>em curso</i>). • Candidatura de 5 imóveis a reabilitar na Zona Histórica do Sabugal, ao Programa de Habitação a custos acessíveis, e identificação de 2 imóveis para candidatura ao Programa 1º Direito (<i>em curso</i>).
P5. REQUALIFICA REDE	• Este projeto, para além da requalificação da rede viária municipal, a nível de rede regional teve poucos avanços, apesar das várias insistências dos executivos municipais junto da tutela. Isto deve-se, ao facto de ser difícil obter financiamentos comunitários para as “estradas” e por outro lado ao facto do foco político e estratégico do município do Sabugal estar ao longo dos últimos vinte anos centrado na necessidade duma ligação rápida à A23, no nó de Maçainhas/ Belmonte e à falta de foco e prioridade na beneficiação das Estradas Regionais que cruzam o Concelho, com ligação à Guarda, Vilar Formoso, Penamacor e nó de Caria/ Belmonte. • A partir do momento em que ficou claro que a ligação direta à A23, seria uma realidade longínqua por não estar contemplada no Plano Rodoviário Nacional, e também pelos custos envolvidos, a ação do executivo municipal passou a centrar-se na obtenção do Compromisso do Governo para a melhoria da rede regional existente, concretizado no acordo de 2020 que previa cerca de 5 milhões de investimento na ligação Sabugal- Guarda, a aguardar lançamento de concurso para execução da empreitada.
P6. SABUGAL HISTÓRICO	• Este Projeto teve desenvolvimentos, muito pelo facto da existência da Rede das Aldeias Históricas e da sua Associação, mas também pelo empenho dos técnicos municipais e das respetivas Juntas de Freguesia. • Para além de Sortelha que tem tido ao longo dos últimos anos um foco além fronteiras significativo beneficiando do aparecimento de novas infraestruturas de acolhimento de visitantes, acrescem: a criação da Rota dos Cinco Castelos do Sabugal, com a temática templária na Vila do Touro; as tradições religiosas associadas a Vilar Maior; as ceias medievais em Alfaiates (acompanhadas do grande investimento no seu Castelo- aproximadamente 1 milhão de euros); e os festivais de verão no Castelo do Sabugal.

Projetos	Principais elementos de avaliação
P7. ETNOCENTRO “FRONTEIRA DE MEMÓRIAS”	- Projeto adiado, com várias tentativas de avanço, sempre inconsistentes numa ideia mal concebida, com parcerias inadequadas, excesso de academia, ... - Todavia, as temáticas transfronteiriças do “Contrabando”, do “Salto/emigração”, da “Capeia arraiana” (touro), da fronteira e da sua mística/história, são suficientes para poder construir um produto turístico de fronteira apelativo. - Plano de Ação do ITI CIM BSE (Centro 2020), integra parte dos objetivos deste Projeto.
P8. CEIFAS +	- Os investimentos de qualificação da Colónia Agrícola de Martim Rei, de renovação do Mercado Municipal, e a criação da marca associada à Colónia e aos produtos daí extraídos, são realizações conseguidas. Apesar das tentativas e apoios municipais para levar as associações do sector agrícola e pecuário a coordenar esforços e a ser liderantes, não foi possível desenvolver um trabalho mais profissional que contribuísse para criar uma verdadeira cadeia de valor para a produção local. - O investimento no Leilão de gado bovino, gerido pela CoopCôa, deve ser rentabilizado; todavia, se não houver foco, visão e profissionalismo nesta infraestrutura, a mesma pode acabar ultrapassada e/ou substituída por outros projetos regionais similares; - As questões associadas à disponibilidade de água para as explorações, o funcionamento profissional das associações do sector pecuário, agrícola e florestal são elementos-chave para o sucesso, naturalmente com a manutenção dos subsídios da PAC. - Conceção do BUPI de apoio à georreferenciação dos prédios rústicos, para posterior registo na Conservatória de Registo Predial. - Projeto “ALGU do SABUGAL” recupera elementos da narrativa do CEIFAS+.
P9. AGÊNCIA SABUGAL INVEST-ATRAÇÃO DE INVESTIMENTO	- Criada a estrutura interna no seio do Município, com os regulamentos de funcionamento e apoio a potenciais investimentos, posiciona-se apenas como recetor passivo de iniciativas económicas de pequeno impacto. - Criado o Regulamento SABUGAL INVESTE. - Instalação de um Smart Work Center- Centro Empresarial no Parque Industrial do Sabugal (financiamento FEDER de 1,1 M€), conjunto de espaços de trabalho para acolhimento empresarial. - A Agência necessita duma transformação por forma a capacitá-la para a captação de investimento, verdadeira “AICEP”, com uma direção proativa, promotora do território, organizadora de eventos dentro e fora do Concelho (associada à lógica de construção da “Rede Sabugal Primus”).
P10. DINAMIZAÇÃO DE ÁREAS EMPRESARIAIS PRIORITÁRIAS	A Zona Industrial do Sabugal, a Zona empresarial do Espinhal, o CNT do Soito são o foco essencial deste Projeto. Nestes espaços, o Município tem criado todas as condições para o sucesso dos investimentos empresariais; a falta de maior dinâmica prende-se com a escassez de iniciativa empresarial e espírito empreendedor do concelho.

Projetos	Principais elementos de avaliação
	• A aquisição do edifício da Expo Sabugal, vem promover e dinamizar a zona industrial, promover as iniciativas empresariais e proporcionar um espaço expositivo que o Sabugal ambicionava há muito e que permite a realização de feiras, colóquios, certames, encontros em qualquer altura do ano; • A construção do SmartWorkCenter Sabugal, no coração da Zona Industrial, projeto não previsto no Plano Estratégico 2025, mas em fase de conclusão, resulta das novas formas de trabalho decorrentes das novas visões do trabalho e da organização das empresas, no pós-Covid19. Pretende-se dinamizar o teletrabalho, receber nómadas digitais e proporcionar novas respostas tecnológicas às empresas da região. • Aumento da área da ZLE- Projeto de loteamento em vias de aprovação. • Projeto de regularização e ampliação da Zona Industrial do Sabugal (em curso). • Embora não consideradas inicialmente entende-se que a dinamização do Parque Termal do Cró, com o Plano de Pormenor entretanto aprovado e do Mercado Municipal, são áreas de apoio e dinamização económica a manter no radar das preocupações do Município. • A realização da Feira de Energias e Tecnologias Enertech que, ao longo dos últimos anos, tem promovido o Concelho como território de produção de Energias Renováveis. O projeto híbrido de Valverdinho (240 MW), em fase de arranque, e o projeto híbrido do Mosteiro (em funcionamento) são bons exemplos e fonte de receita para o Município.
P11. PARQUE TERMAL DO CRÓ	• Apesar de todo o envolvimento inicial e das expectativas criadas com a construção do Hotel, a Covid19 e o abandono da concessão pelo concessionário fizeram recair a dinamização e os custos sobre o Município, colocando este projeto mais numa lógica de economia social, pelas vantagens aportadas à população local, do que verdadeiramente como polo de desenvolvimento económico, criação de emprego e de riqueza. • As tendências do termalismo colocam a tónica nas necessidades de qualificação do espaço, na eficiência energética e na redução de custos de exploração, implicando a procura de potenciais interessados na dinamização do Complexo Termal como Lugar de saúde, lazer, bem-estar, um verdadeiro Parque de Evasão e Bem Estar. O Plano de Pormenor aprovado, enquadra o tipo de intervenções possíveis devendo a Câmara ter um papel de catalisador, facilitador e promotor de novos investimentos. • Concessão Balneário Termal (em curso); • As Termas integram a EEC PROVERE Termas do Centro.

Projetos	Principais elementos de avaliação
P12. PLANO DE FOMENTO DE RECURSOS FLORESTAIS	• Ações identificadas, de um modo geral, tiveram execução muito residual. • Tendência de alargamento da área florestal do concelho, comprovada pela COS2018, com diminuição das áreas abandonadas/incultos. • Aumento de n.º de caçadores com acesso às Zonas de Caça Municipais. • Aumento da resiliência dos espaços florestais através da execução das faixas de gestão de combustível. • Na altura da elaboração do Plano Estratégico, havia uma intenção de investimento empresarial de desenvolvimento duma unidade de produção de energia através da Biomassa Florestal, acompanhado de uma estrutura de recolha e tratamento de biomassa, ou seja, um Parque de Biomassa, aproveitando o elevado número de equipas de sapadores florestais a laborar no Concelho. Esta intenção não se concretizou, por abandono do projeto pelo potencial investidor e também pelo desinteresse progressivo por esse modo de produção de energia. • Tendo em conta a quantidade de equipas de sapadores florestais a laborar no concelho, todas elas cofinanciadas pelo Município e agregadas a Associações Florestais e Associações de Compartes dos Baldios, continua a existir interesse nesta temática. • Várias ações <i>em curso</i> “respeitam” à narrativa de objetivos específicos e componentes deste Plano de Fomento, nomeadamente as relativas à AIGP Terras do Lince, à Cogestão Serra da Malcata, ao Regulamento Sabugal Investe para o sector primário e ao Parque de repovoamento cinegético (coelhos) na Colónia Agrícola. <i>Outras intervenções</i> • Elaboração e implementação do PMDFCI do Sabugal, até 2024 com transição para o Plano Sub-Regional de Gestão Integrada de Fogos Rurais; • Projeto Condomínio de Aldeia Malcata/Meimão; • Projeto de Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP).
P13. REDE DE LABORATÓRIOS DE INOVAÇÃO	• Projeto não executado • Iniciativas avulsas foram desenvolvidas, sem equipas, governança própria e estruturação adequada, nem preocupação de trabalhar o trinómio: administração, empresas e sistema científico. A Associação das Aldeias Históricas instalou uma equipa multidisciplinar em Sortelha tendo em vista o desenvolvimento de “know how” em matéria de construção e habitat sustentável, tornando-se parceira internacional de um projeto liderado pela CCDR Centro inspirado pela filosofia da Iniciativa New Bauhaus. • RefCast - acrónimo do “Reforço da Cultura do Castanheiro em Portugal”.
P14. ESCOLA DE CAMPEÕES	• Desenvolvimento de duas iniciativas regionais lideradas pela CIM Beiras e Serra da Estrela, nas áreas do Empreendedorismo e no Combate ao Insucesso Escolar, projetos que envolveram a Divisão Social do Município, a Universidade da Beira Interior e a CIM Beiras e Serra da Estrela. <i>[Sem corresponder aos objetivos específicos deste Projeto e à narrativa expressa na respetiva Ficha de projeto.]</i>

Projetos	Principais elementos de avaliação
P15. ECONOMIA SOCIAL (Execução 35%)	• O Município do Sabugal tem desenvolvido uma relevante atuação em diversos domínios da Economia Social, com destaque para: □ Equipamentos Sociais (melhorias e requalificação das Infraestruturas e serviços), com candidaturas a financiamentos PARES (2022) e Nova Geração de Equipamentos e Respostas Sociais (2021); Organização de Candidaturas nas sucessivas gerações dos CLDS, desde 2014. □ De iniciativa e financiamento municipal, salientam-se a Universidade Sénior, os Projetos Laços, + Ativo, Viagens Sénior, Comemoração do Dia dos Avós, criação e funcionamento do SAAS (Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social), regulação do RSI no concelho, Apoios Habitacionais, Cartão Social Municipal, Tarifa de Famílias Numerosas, Apoio Alimentar e Cabazes de Natal, Academia Pais Felizes (associada ao Projeto "Educa + Sabugal", Banco de Ajudas Técnicas e Banco de Recursos, Atividades de Enriquecimento Curricular, Apoio a alunos que frequentam o Ensino Superior, Apoio Valência Creche, Acesso gratuito à Escola Virtual, Projeto "Fruta Escolar", Projeto "Expressão com + Sentido", Programa "Férias em Ação", Sala Sensorial +, Projeto "Super heróis no 1º ano", Clube Sénior de Verão, III Simpósio e Feira Social, Radar Social, Protocolo ASTA, Projeto Brico solidário, Kits de instrumentos musicais nas escolas e Regulamento Municipal de Incentivo à Natalidade. • Acresce que as estruturas residenciais do Concelho continuam num processo de qualificação, de certificação e de melhoria das respostas sociais; algumas delas, com a candidatura a fundos comunitários, têm diversificado as respostas sociais. O Município tem sido um parceiro na colaboração agilizando processos e apoiando financeiramente os investimentos das Associações.
P16.SAÚDE EM CASA (Execução 25%)	• No enquadramento deste Projeto, e convergindo para o conjunto dos seus objetivos específicos, o Município desenvolveu iniciativas entre as quais se destacam: □ a Implementação da Unidade Móvel de Saúde, com a entrega ao Centro de Saúde do Sabugal; □ a disponibilização de serviços médicos nas freguesias (Cuidados de saúde primários); □ o Protocolo com a Fundação Álvaro de Carvalho (parcerias de combate à pobreza e exclusão, com respostas nos cuidados de saúde); □ o Programa ABEM: Rede Solidária do Medicamento; □ o Regulamento Municipal para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Concelho do Sabugal; □ o Acordo de Colaboração com o Centro de Alcoólicos Recuperados da Guarda; e □ o Mês do Coração. • Plano de Prevenção de acidentes/segurança e-GUARD com a GNR distrital (na área das dependências);

Projetos	Principais elementos de avaliação
	• Candidatura CLDS 5 G (Eixo 3/Idosos).
P17. INSERÇÃO E REINSERÇÃO ATIVA	• Programa de Reinserção Social com as Juntas de Freguesia (apoio a integração de desempregados); • Plano de apoios à contratação de estagiários; • Apoio a formandos do IEFP, em plano de formação em contexto de trabalho (Bolsa); • Contrato Local Desenvolvimento Social CLDS 5G, com a ADES (Associação Desenvolvimento Empresarial do Sabugal); • GIP (Gabinete de Inserção Profissional), valência disponibilizada aos desempregados e entidades empregadoras do concelho do Sabugal, em resultado de uma candidatura apresentada pela ADES – Associação Empresarial do Sabugal e aprovada pelo IEFP - Instituto de Emprego e Formação Profissional.
P18. CENTRO DE EMERGÊNCIA SOCIAL	• Não existindo uma estrutura criada com esta nomenclatura, foi elaborado o Guia Social do Município que sistematiza o conjunto de respostas sociais do Município. • A situação atípica da pandemia associada ao COVID19, exigiu da parte dos poderes públicos grande variedade de respostas adequadas às múltiplas ocorrências. O esforço financeiro e de recursos humanos foi elevado: nas vacinas na proteção, na prevenção, no apoio às freguesias, na disponibilização de pavilhões, centros de vacinação, alimentos, medicamentos, apoio às empresas, ao comércio, etc.
P19. ALMA SABUGAL	• ALGU do Sabugal “bom por Natureza” • Naturcôa – Imagem, Natureza e Património
P20. MODERNIZA SABUGAL	• Referência na alínea a) dos Considerandos iniciais.
P21. SABUGAL PRIMUS	• Projeto iniciado com encontros da diáspora em Lisboa, Paris e Sabugal tem sido apenas alimentado pelo trabalho desenvolvido pelo Gabinete de Apoio ao Emigrante e protocolo estabelecido com a Secretaria de Estado das Comunidades na iniciativa “Investidores da Diáspora”. • As iniciativas desenvolvidas centram-se praticamente no trabalho coordenado com a Casa do Concelho do Sabugal em Lisboa e no Protocolo com a Câmara do Comércio Franco Portuguesa, sediada em Paris, e na Parceria com Sto. Antão, Cabo Verde.

A leitura relativamente exaustiva do Balanço destes Projetos revela uma execução predominantemente atomizada e parcial da maioria das iniciativas e ações programadas sem que tenha existido à partida uma indicação explícita da sua prioridade/ponderação relativa e da correspondente calendarização no contexto do Projeto em que estão integradas.

Ou seja, da leitura resulta que poderá haver vantagem em promover escolhas que apontem um quadro seletivo de prioridades para orientar a implementação/execução

das iniciativas, bem como a necessidade de evidenciar a sua importância diferenciada para concretizar a Estratégia de Desenvolvimento Municipal, nomeadamente no quadro do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial que suporta o ITI CIM Beiras e Serra da Estrela.

As constatações constantes dos dois parágrafos anteriores remetem para o preenchimento de requisitos, em sede Governação, dos instrumentos de estratégia e programação de que o Sabugal dispõe atualmente, de forma autónoma (local) ou no quadro intermunicipal, regional e nacional, caso dos programas setoriais.

Tal significa que se afigura pertinente lançar um olhar de integração dos compromissos em presença que têm implicações de monitorização de realizações, de resultados e impactos e refletir como organizar recursos (inserção orgânica, competências técnicas e afetações) capazes de responder a essas necessidades de monitorização que abrangem, numa aproximação preliminar e, entre outros instrumentos, os seguintes:

- Plano Estratégico Sabugal, 2035;
- PERU's em vigor e outros a definir;
- Planos de Gestão das Áreas Protegidas;
- CETS Terras do Lince;
- Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Barragens do Sabugal e Meimoa;
- Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal;
- Plano de Desenvolvimento Social;
- Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial do ITI CIM Beiras e Serra da Estrela;
- Estratégia Local de Habitação;
- Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) das Terras do Lince-Malcata;
- Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela;
- Outras Estratégias e Programas.

Este é, justamente, o complexo Quadro de referência que deve subjazer ao balanço e propostas em sede **Modelo de Governação e Monitorização do Plano Estratégico** (4ª e última etapa do PE Sabugal, 2035)

A1. - TENDÊNCIAS DEMOGRÁFICAS E EVOLUÇÃO DO PADRÃO DE POVOAMENTO**1.1. - Tendências demográficas**

O Município do Sabugal tem vivido um processo de declínio demográfico com o progressivo despovoamento e o acentuado envelhecimento da população, iniciados na década de 1950. De então para cá, tem-se registado a continuada diminuição da sua população residente.

Na evolução neste século, entre 2001 e 2011, o declínio acentuou-se relativamente à década anterior: a taxa média de crescimento anual da população foi de -1,7% contra -1,3% registado dez anos antes); e continuou no decénio seguinte, embora a ritmo ligeiramente mais moderado (-1,1%).

A estrutura etária da população tem envelhecido notoriamente: entre os quatro últimos censos, a proporção do grupo etário mais jovem caiu 7 pontos percentuais (p.p.), de 14 para 7%, a população entre 15 e 64 anos diminuiu cerca de 8 p.p., de 56 para 48%, enquanto os velhos de 65 e mais anos aumentaram 15 p.p. e são agora 45% da população total residente. Cerca de metade da população está em idade ativa (48%).

Evolução dos principais Indicadores demográficos Concelho do Sabugal entre 1991 e 2021

Indicadores	1991	2001	2011	2021
População residente	16 919	14 871	12 544	11 280
Taxa de crescimento anual médio da população (%)	-	- 1,3	- 1,7	- 1,1
Densidade populacional (Nº médio de indivíduos por Km ²)	20,6	18,1	15,2	13,7
População < 15 anos (%)	14,1	9,9	8,0	7,2
População entre 15-64 anos (%)	55,6	52,5	50,9	47,8
População 65+ anos (%)	30,3	37,6	41,1	45,0
Índice de envelhecimento (número de 65+/100 hab.<15)	215,7	378,2	513,3	625,5

Fonte: INE/PORDATA

O declínio demográfico inscreve-se no contexto regional dos territórios da Raia Norte caracterizado pela ausência de dinâmica urbana, declínio já diagnosticado em 2013 na preparação do Plano Estratégico para 2025².

Entre os principais traços caracterizadores da trajetória regressiva, salienta-se:

- Progressiva e acentuada diminuição de população residente no contexto sub-regional e local: em 2021, o Concelho do Sabugal tinha menos de metade dos residentes em 1970;
- Relevante excesso de oferta residencial expresso num excecional desequilíbrio entre a dimensão da estrutura edificada e a dimensão populacional: no concelho existem três alojamentos por cada família; grande parte deste desequilíbrio tem a ver com a percentagem de residentes a viver em lares e de ser elevado o número de fogos 2^a residência de famílias emigradas, que continuam com fortes laços de ligação ao Concelho;
- Sede de concelho (e o seu maior aglomerado urbano) não apresenta capacidade de atração para contrariar e/ou atenuar a quebra populacional: o conjunto das freguesias do Sabugal e da Aldeia de Santo António “perderam” 300 residentes desde 1991;
- Parque edificado dominado, quase em exclusividade, pela habitação unifamiliar o que indicia uma fraca densidade/concentração da edificação e pouca diversidade de usos, conclusão a que não é alheio o elevado número de aglomerados urbanos (mais de 100) de características rurais, e da relativa menor dimensão dos seus núcleos urbanos principais (Sabugal e Soito). O rácio de alojamentos por edifícios é praticamente 1 quando o do concelho da Guarda se aproxima de 1,5³.

Dinâmica recente do envelhecimento

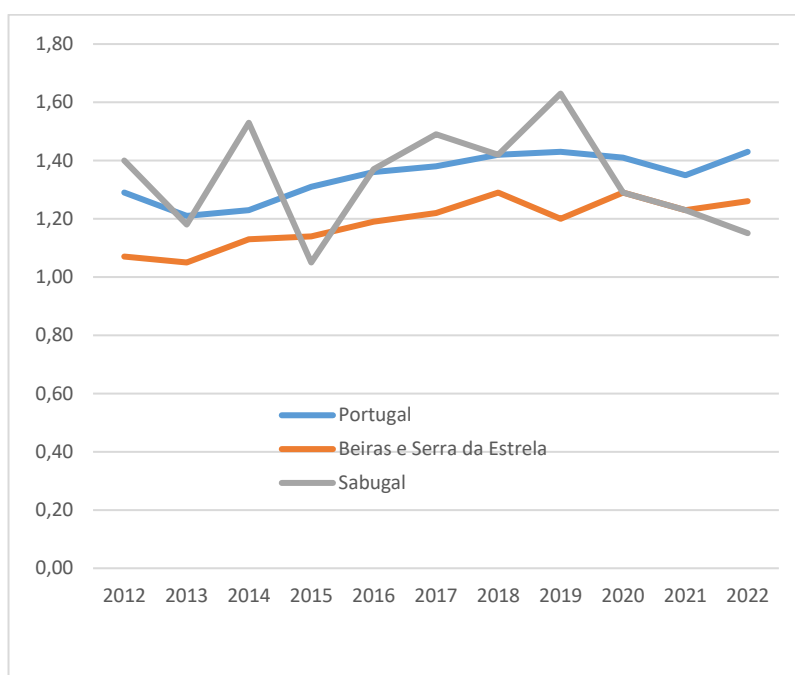
Na última década, o declínio demográfico da região e do município tem continuado em resultado do acumular de saldos negativos de crescimento natural que os pequenos saldos migratórios positivos verificados não compensaram, à exceção dos anos de 2020 e 2023.

² Escrevia-se, então, para expressar a trajetória de recessão demográfica, «O Concelho do Sabugal vive (...) o que se poderia denominar como a “tempestade perfeita”».

³ Esta situação não é comparável com o concelho da Guarda onde se assiste a uma forte concentração da população na cidade da Guarda.

A dinâmica de envelhecimento sustentado da população é determinada pelas alterações conjugadas das três variáveis microdemográficas - a natalidade/fecundidade, a mortalidade e as migrações. Destaca-se da sua evolução mais recente:

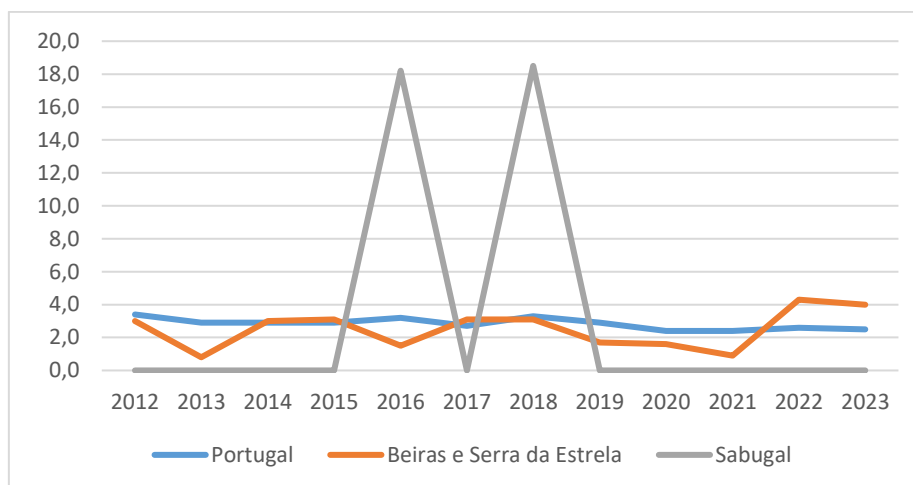
- **Natalidade:** nos anos 2012-2022, o indicador ISF -Índice Sintético de Fecundidade⁴, como podemos verificar na figura seguinte, revela que: (1) até à crise sanitária de 2020-21, o município do Sabugal apresenta um padrão evolutivo de variações acentuadas, tendo uma recuperação ligeiramente mais tardia embora mais acentuada da forte quebra dos anos 2014-15, por comparação com o país e, especialmente, a região das Beiras e Serra da Estrela (onde quase não se verificou redução do indicador); (2) depois de 2020, a queda agravada associada à COVID-19 prolonga-se em 2022, ao contrário do verificado nos outros territórios representados.



Fonte: INE/PORDATA

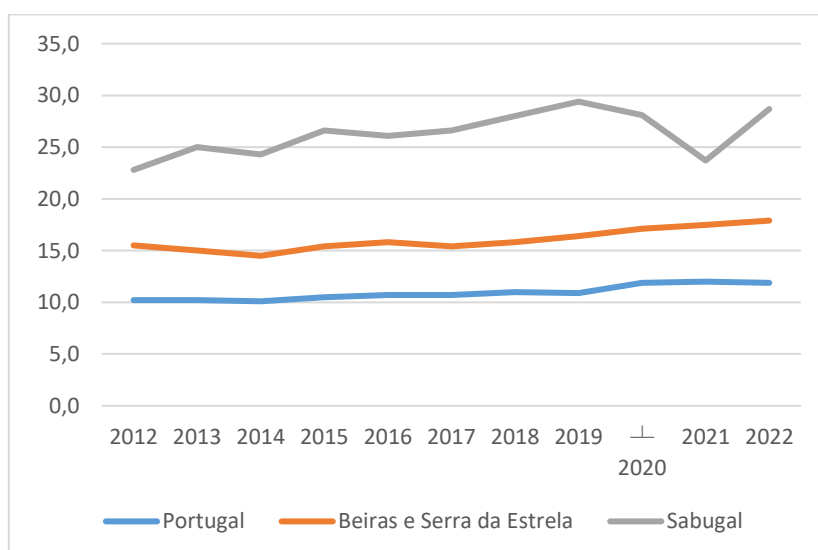
- **Mortalidade infantil:** na última década, a TMI- Taxa de Mortalidade infantil (n.º anual de óbitos de <1 ano por mil nados-vivos do ano) foi quase sempre nula exceto em 2016 e 2018 (cf. figura seguinte).

⁴ O ISF (=n.º. anual de nados vivos por mulher em idade fértil, dos 15 aos 49 anos de idade, admitindo que as mulheres estariam submetidas às taxas de fecundidade observadas no momento) evita os efeitos da estrutura etária da população que afetam a Taxa Bruta de Natalidade (= n.º. anual de nados vivos por 1000 habitantes de referência – a população residente de meio do ano).



Fonte: INE/PORDATA

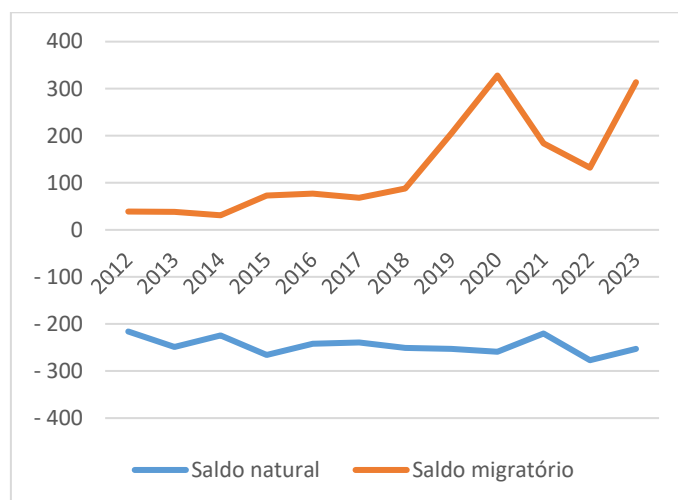
- **TBM - Taxa Bruta de Mortalidade** (n.º anual de óbitos por mil habitantes do meio do ano) do concelho: mantém-se a níveis notoriamente mais elevados do que se verifica na região beirã e, mais pronunciadamente ainda, no País, certamente devido ao efeito da estrutura etária muito envelhecida da população. Apresenta comportamento atípico nos anos da pandemia, em 2020 e 2021, como se verifica na figura seguinte.



Fonte: INE/PORDATA

- **Migrações:** como se observa na figura, o movimento de perdas e ganhos de população residente do concelho tem gerado saldos positivos modestos que não compensaram os saldos naturais; embora tenham superado pontualmente os

saldos naturais negativos em 2020 e 2023, não houve inversão da tendência de repulsão.



Fonte: INE/PORDATA

Perfil sociodemográfico

O andamento das variáveis micro-demográficas está correlacionado às estruturas familiares e a certas variáveis sociológicas que, em conjunto, moldam o perfil sociodemográfico atual do concelho, de que se destacam os traços seguintes:

- **Famílias:** como se observa na tabela, das quase 5000 famílias atualmente residentes no concelho, 74% têm apenas um ou dois elementos, tendo as famílias unipessoais aumentado no último decénio de 30% para 34% do total, o que resulta coerente com a maior longevidade dos idosos e a fecundidade inferior ao nível de reposição das gerações e que impacta na procura habitacional.

Evolução intercensitária das Famílias clássicas*

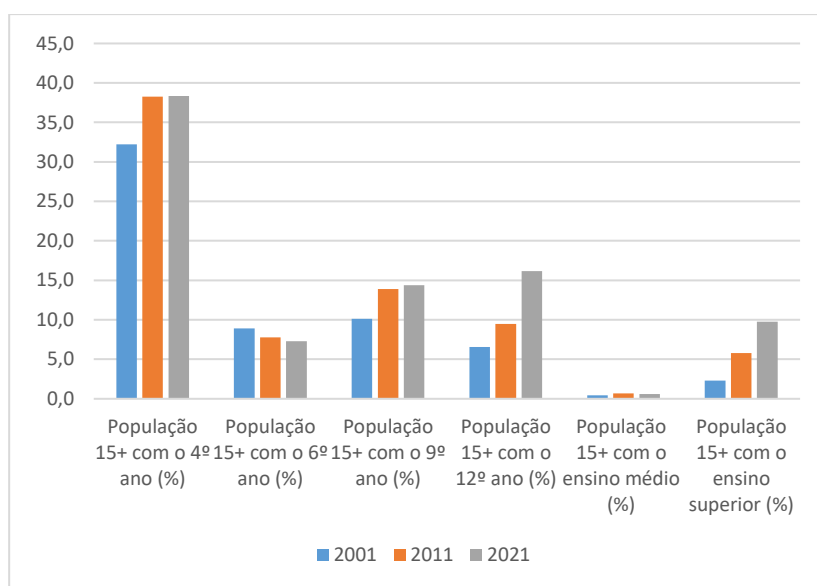
	2011	2021
Número total	5323	4996
Dimensão média das famílias (%)	2,18	2,07
Famílias unipessoais (%)	30,26	34,43
Famílias de 2 pessoas (%)	39,51	39,59
Famílias de 3 ou mais pessoas (%)	30,23	25,98

(*) Conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento e que têm relações de parentesco (de direito ou de facto) entre si, podendo ocupar a totalidade ou parte do alojamento; considera-se também como família clássica qualquer pessoa independente que ocupe uma parte ou a totalidade de uma unidade de alojamento.

Fonte: INE/PORDATA

- **Instrução e literacia:** verifica-se a subsistência de níveis elevados de analfabetismo, associados às gerações rurais mais velhas ainda presentes, apesar

de virem diminuindo sustentadamente, tendo recuado de 1730 indivíduos para 954, entre 2011 e 2021; como se observa na figura, a literacia média da população com 15 e mais anos continua baixa visto que cerca de 4000 indivíduos (quase 40% da população residente em 2021) têm apenas a antiga instrução primária (4 anos de escolaridade). No entanto, 26% da população de 15 e mais anos tem, no último censo, pelo menos o 12º ano, e destes 10% concluíram curso superior, o que assinala os progressos de nível educacional das gerações mais jovens residentes no concelho, com consequências nas atitudes quanto à formação de famílias e à procriação.



Fonte: INE/PORDATA

- **Urbanização:** o Sabugal apresenta o maior aumento relativo dos solos englobados no perímetro urbano entre todos os concelhos do país, tendo registado uma variação percentual do perímetro urbano a partir de 2015 de 284%⁵. Esta constatação é explicada pelo facto de, no PDM do publicado em 1994 (RCM n.º 114/94, I-Série-B, n.º 259), terem sido delimitados apenas 7 perímetros urbanos, (Sabugal, Soito, Alfaiates, Vilar Maior, Sortelha, Vila do Touro e Foios), ao contrário da revisão de 2018 onde quase todos os aglomerados têm perímetros urbanos, por comprovada falta de dinamismo edificatório e necessidade de impor um crescimento virado “para dentro”, por via do preenchimento de áreas intersticiais vazias. A delimitação dos restantes perímetros urbanos, em 2018,

⁵ Fonte: Direção-Geral do Território -Observatório do Ordenamento do Território e Urbanismo (DGT-OUTU) (<https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/>)

decorreu mais das orientações/exigências da Administração Central e não tanto por se perspetivarem novas intervenções urbanísticas.

- **Mobilidade:** o modo de vida da população apresenta elevada mobilidade com acrescido recurso a viatura automóvel, tendo passado de 60% para 66% a percentagem dos habitantes que se desloca “de carro regularmente” entre os censos de 2011 e de 2021. Os utilizadores de transporte coletivo mantêm-se em 11% da população, consagrando o modelo aspiracional de vida automovida da modernidade⁶.
- **Estrutura do emprego:** os empregados da agricultura e pescas estabilizaram entre 2011 e 2021 em cerca de 10%, enquanto os dos serviços subiram de 62% para 69%, consolidando o perfil profissional terceirizado da população ativa.
- **Imigração:** os nacionais de outros países vêm ganhando maior expressão quantitativa no concelho; entre 2011 e 2021, passaram de 153 para 194 indivíduos recenseados (1,22% e 1,72% dos residentes, respetivamente), sendo 50 daqueles últimos oriundos do Brasil, 34 de França, 18 de Espanha, 18 de Angola e 11 da Bulgária, aumentando a diversidade étnica e cultural da população.

1.2. Diversidade demográfica intra concelhia

As 30 freguesias e uniões de freguesia do Concelho⁷ apresentam alguns contrastes, devendo assinalar-se:

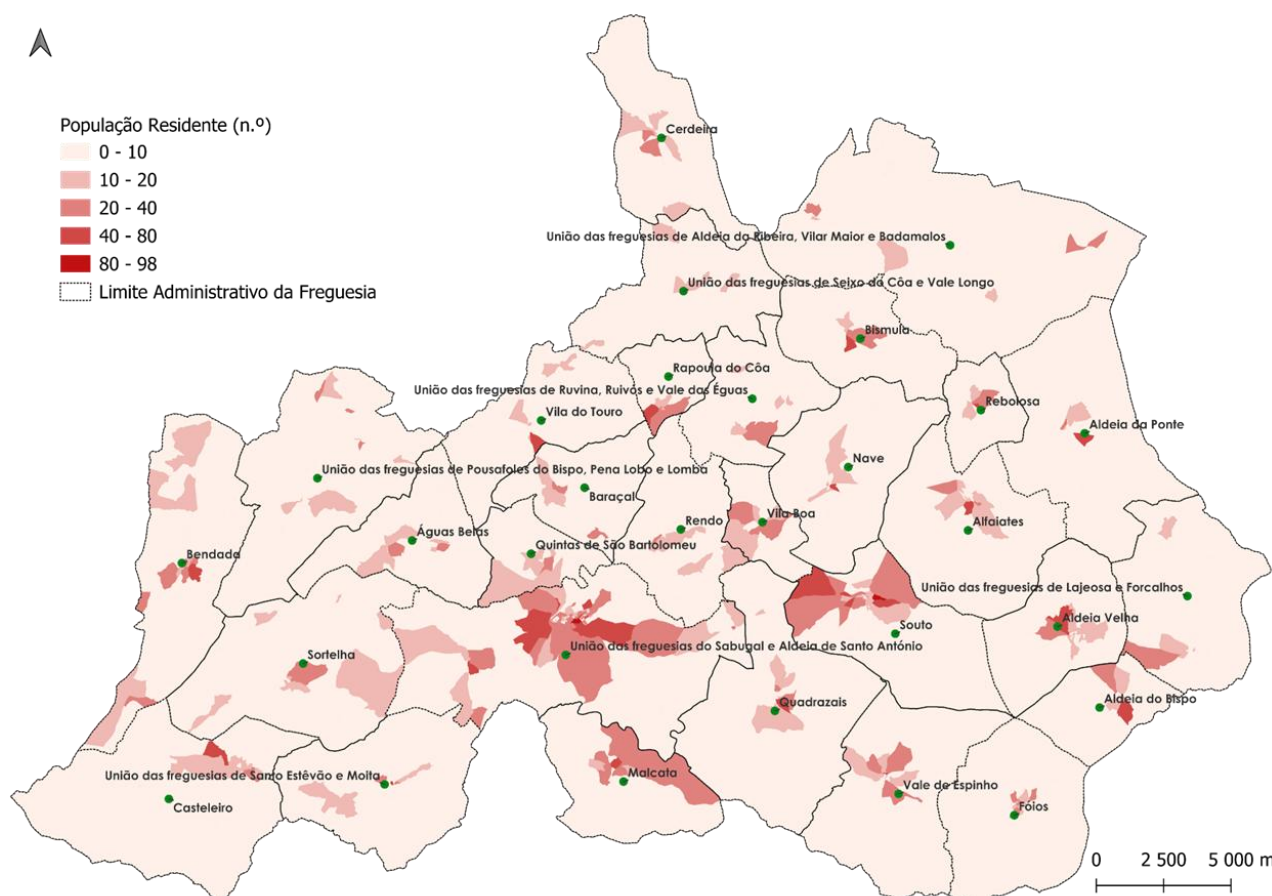
- apenas três freguesias (Alfaiates, Baraçal e Rapoula do Côa) registam acréscimos populacionais entre os dois últimos censos, mas com efetivos inferiores a 400 habitantes, em 2021;
- o grupo etário 0-14 anos aumentou em 8 freguesias (Águas Belas, Aldeia Velha, Casteleiro, Foios, UF Lageosa e Forcalhos, UF Pousafoles do Bispo, Pena Lobo e Lomba, e Vila do Touro) sendo os correspondentes efetivos inferiores a 30 indivíduos; e
- o grupo de 65+ anos também cresceu em 11 das freguesias do Concelho e apresenta efetivos acima de 150 indivíduos em 15 das freguesias (tendo ou não aumentado entre 2011 e 2021);

⁶ Recentemente foi criado o Serviço de Transportes Públicos Coletivos “Carreira -Transportes Públicos do Sabugal” - que cobre todo o território concelhio e pode alterar estes dados.

⁷ A reorganização das freguesias, em 2013, promoveu a agregação/união de algumas, o que pode motivar correções pontuais da evolução entre momentos censitários.

- as freguesias mais populosas do Concelho (UF Sabugal e Aldeia Sto. António, Soito e Bendada) apresentam na última década censitária comportamentos demográficos negativos: quebra da população residente, diminuição acentuada dos jovens (-14 anos, acima da média concelhia, nos três casos) e elevados índices de envelhecimento [população com 65 e +anos, e variação expressiva na UF Sabugal e Aldeia de Sto. António (+27,1%), para média concelhia de -1,6%].

Os dois principais conjuntos populacionais, a União das Freguesias do Sabugal e Aldeia de Santo António e a Freguesia do Soito, tinham 2.604 e 1.145 residentes em 2021, respetivamente, estando todos as restantes freguesias e uniões abaixo dos 1000 habitantes. Os dois conjuntos perfazem um terço da população do concelho, tendo ocorrido em ambos alguma redução de efetivos relativamente a 2011 (-6% e -5%, respetivamente), perderam mais de 20% dos seus jovens (<15 anos) e variaram em +5% e +27% o efetivo dos seus idosos (65+ anos).



Fonte: INE, Recenseamento da População e habitação - Censos 2021.

Os maiores núcleos urbanos concelhios não se constituíram nas últimas décadas como verdadeiros polos de atração de população, pese embora mantenham uma tendência crescente de concentração populacional; no seu conjunto, estas duas entidades urbanas

passam de 29,4% da população total em 2001, para 31,6% em 2011 e para 33,2% em 2021.

Analisando mais em detalhe territorial os dados referentes às freguesias e uniões de freguesia do Concelho, retira-se as seguintes conclusões:

- À exceção das freguesias de Rapoula do Côa (+37,4%, resultado que justificaria uma análise local mais atenta)⁸, de Alfaiates (+8,8%), em resultado do retorno de emigrantes que terão regressado à aldeia natal) e da Nave (0,0%), todas as restantes freguesias registam uma evolução demográfica negativa.
- As descidas mais significativas registam-se em: Sortelha (-27,9%, decréscimo que devia ser analisado com mais cautela pois, apesar de ser a única aldeia conhecida como histórica do Concelho, e ser visitada anualmente por milhares de turistas, tal não tem influência positiva na fixação de habitantes), União de Freguesias de Lajeosa e Forcalhos (-24,2%), Rendo (-23,7%), União de Freguesias de Aldeia da Ribeira, Vilar Maior e Badamalos (-23,3%), Vale de Espinho (-21,6%) e União de Freguesias de Santo Estêvão e Moita (-20,8%).
- As freguesias que perdem menos população, dispersam-se um pouco por todo o território concelhio.

Entretanto, se optarmos por um outro modo de analisar os dados dos Censos, tentando perceber como as vias rodoviárias existentes condicionam a evolução da população, constatamos a seguinte evolução nos quatro eixos radiais a partir do Sabugal (entre parêntesis indica-se os resultados da evolução da população entre 2011 e 2021, não contabilizando a população mais urbana de Sabugal/Aldeia de Santo António):

- Eixo 1 - Sabugal-Rendo-Vila Boa-Nave-Alfaiates-Aldeia da Ponte (-6,9%);
- Eixo 2 - Sabugal-Quintas-Rapoula-Seixo do Côa-Cerdeira (-1,6%);
- Eixo 3 - Sabugal-Quadrizais-Vale de Espinho-Foios (-17,7%);
- Eixo 4 - Sabugal-Santo Estêvão-Moita-Casteleiro (-18%).

Esta evolução evidencia uma perda significativa de população das freguesias atravessadas pelas vias que ligam o Sabugal a Foios, e o Sabugal ao Concelho de Penamacor e à A 23, em Caria. Esta perda não é tão significativa ao longo da via que liga o Sabugal a Espanha em Vilar Formoso; a menor perda no Eixo 2 está ligada à evolução registada na freguesia de Rapoula do Côa.

⁸ Retirando a hipótese de erro, poderá significar a plena integração social de cidadãos que dez anos antes ficaram fora do Censo 2011.

1.3 -. Padrão demográfico intermunicipal

Analisando o quadro seguinte, onde se incluem, para além dos Municípios da CIM Beiras e Serra da Estrela, os concelhos de Castelo Branco e de Penamacor, retira-se as seguintes conclusões:

- O conjunto dos Concelhos que integram a CIM perde, na última década, 10,8% do total da sua população, não havendo nenhum Concelho que registre um incremento da sua população residente.
- Os concelhos que registam menores perdas, todas abaixo da média da CIM são a Guarda (-5,7%), o Fundão (-9,3%), Belmonte (-9,5%), o Sabugal (-10,1%) e a Covilhã (-10,3%).
- Os Concelhos de Manteigas (-15,2), Pinhel (-15,9%) e Almeida (-18,8%), são os que registam maiores perdas percentuais na última década.

Em suma, o comportamento demográfico do Concelho do Sabugal, embora negativo, não permite retirar conclusões lineares sobre o despovoamento descontrolado e galopante do Concelho:

- Sabugal perdeu, em percentagem, menos que o conjunto da CIM BSE;
- Comparando com Almeida, Belmonte, Guarda e Penamacor, são Almeida (-18,8%) e Penamacor (-16,1%) os concelhos que registam quebras muito mais significativas; em relação a Belmonte (-9,5%), o que se aproxima muito dos -10,1% do Sabugal, e apenas a Guarda, fruto da sua situação de capital do distrito, regista uma perda de população (-5,7%), muito inferior à do Sabugal.
- Fator relevante é o de, no contexto da CIM BSE, o Sabugal ser o sexto concelho mais populoso, a seguir a Covilhã, Guarda, Fundão, Seia e Gouveia, situação que já se verificava em 2011.

Mas há uma conclusão muito importante a retirar dos dados apresentados e que se refere ao eixo urbano da A23, isto é, o eixo Guarda-Belmonte-Covilhã-Fundão-Castelo Branco., que perde 8% da população na década 2011-2021.

Evolução da População, nos concelhos da NUT III Beiras e Serra da Estrela

Concelho	2011	2021	Variação (%)
Almeida	7242	5887	-18,7
Belmonte	6859	6205	-9,5
Celorico da Beira	7693	6583	-14,4
Covilhã	51797	46455	-10,3
Figueira Castelo Rodrigo	6260	5148	-17,8
Fornos de Algodres	4989	4403	-11,7
Fundão	29213	26503	-9,3
Gouveia	14046	12222	-13,0
Guarda	42541	40117	-5,7
Manteigas	3430	2909	-15,2
Meda	5202	4630	-11,0
Pinhel	9627	8092	-15,9
Sabugal	12544	11280	-10,1
Seia	24702	21755	-11,9
Trancoso	9878	8413	-14,8
CIM Beiras e Serra da Estrela	236023	210602	-10,8
Penamacor	5682	4768	-16,1
Castelo Branco	56109	52272	-6,8

Fonte: Censos 2021, INE.

Na verdade, parte do discurso político local dos últimos anos, assenta na urgente necessidade de construir uma ligação franca à A23, sem a qual o destino do Concelho será o seu desaparecimento.

Ora a verdade é que em todos aqueles 5 concelhos se registam decréscimos significativos de população na última década que vão desde os -10,3% da Covilhã (perda superior à do Sabugal) aos -5,6% da Guarda.

A razão desta perda de população pode ter muitos significados, mas há uma conclusão que se pode retirar, a de que não basta estar na proximidade das grandes vias rodoviárias para dinamizar os territórios e torná-los atrativos.

A existência de uma ligação franca à A23 e à A25, e a possibilidade de ter sido possível ir mais longe na intervenção na ligação Sabugal-Guarda, com a construção de variantes a Pega e ao Adão, todavia, encerravam vantagens óbvias para superar dimensões de encravamento reconhecidamente existentes.

Apenas com novas formas de abordar a situação socioeconómica do Concelho, se encontrarão os caminhos para um Sabugal mais conectado e acessível, como vetor de competitividade deste território da Beira Interior Norte.

2.2. Dinâmicas de intervenção social

2.2.1. Dimensões-problema e respostas sociais

Para além dos aspetos gerais do envelhecimento demográfico que se traduzem na inversão da pirâmide etária e no Índice de envelhecimento de 565%⁹ que é o 9º mais elevado dos concelhos do país, importa salientar os que dizem respeito especificamente à população economicamente ativa.

A evolução do Concelho está globalmente em linha com a do País (NUTS I) e da sub-região (NUTS III) como se pode constatar na tabela seguinte referente à população ativa por grupos etários segundo os censos de 2011 e 2021 (valores em % do total da população ativa).

Distribuição da população ativa, por idades (2011 e 2021)

Idades/Anos	<45		45-54		55-64		65 ou mais	
	2011	2021	2011	2021	2011	2021	2011	2021
Portugal	62,3	52,0	24,1	26,8	12,3	18,3	1,4	2,8
Beiras e Serra da Estrela (NUT III)	56,7	46,2	27,3	27,3	14,4	23,0	1,6	3,5
Centro (NUT II)	50,8	43,9	14,1	14,5	12,8	14,5	22,4	27,0
Sabugal	52,7	42,8	29,2	25,5	16,4	26,6	1,7	5,1

Fonte: INE/PORDATA

Tal alinhamento surge, no entanto, relativamente agravado no município do Sabugal, visto que os ativos abaixo de 45 anos têm um peso menor na população ativa concelhia contra 43,9% e 46,2% nas NUTS II e III, respetivamente; o mesmo sucede com os ativos entre os 45 e 54 anos, mas com desfasamento maior relativamente à Região Centro, e invertendo-se a situação a partir dos 55 anos. No Sabugal, o índice de renovação da população em idade ativa¹⁰ situava-se em 67%, em 2022, colocando-o no grupo de municípios com mais baixos valores do índice em todo o país.

Tendo em conta que são os mais idosos quem apresenta, na situação presente, mais baixos níveis de literacia e sendo eles cada vez mais longevos, está criado um *loop* de interações demográfico-económicas com consequências tendencialmente negativas para o município nas próximas décadas, pese as eventuais oportunidades de fomento de atividades orientadas exatamente para esta população mais idosa.

⁹ Quociente entre o número de residentes com 65 ou mais anos e o número de habitantes com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos completos (em %), INE - *Estimativas da população residente para 2023*.

¹⁰ Relação entre a população que potencialmente está a entrar e a que está a sair do mercado de trabalho, definida como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 20 e os 29 anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 55 e os 64 anos (em percentagem). Fonte: INE/ DGT-OUTU) (<https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/>).

Com a fecundidade sustentadamente abaixo do nível de reposição das gerações, os efetivos de ativos jovens com mais habilitações e maior propensão a ganhar novas competências e qualificações tenderão a ser cada vez menos volumosos, o que impacta no dinamismo das atividades, prejudicando as condições de geração de riqueza e a atratividade económica do território.

Os saldos migratórios recentes, embora positivos, são diminutos e, mais importante, trocam população ativa academicamente mais qualificada por imigrantes menos qualificados, dada a oferta de emprego existente ser atualmente alimentada por atividades pouco exigentes neste domínio.

Para tentar contrariar este cenário, o **Plano de Desenvolvimento Social (PDS) 2020** adotado pelo Município, na sequência do Plano Estratégico do Concelho do Sabugal, previu específicas áreas de intervenção para contrariar o despovoamento juvenil.

Uma dessas áreas diz respeito à *fixação de população jovem*. Nesse âmbito, define-se, um primeiro eixo de intervenção visando a criação de “pequenos incentivos/benefícios direcionados para os mais jovens (...que) poderiam passar por apoios ao nível da habitação ou no momento do nascimento dos filhos, ou pela criação de um cartão jovem municipal.”

Outro eixo do PDS 2020 visava a *captação de novos investimentos*, com vista à criação de emprego para fixação de jovens sendo “importante a divulgação das potencialidades existentes no concelho junto deste grupo-alvo específico, assim como os apoios, financiamentos e/ou incentivos disponíveis para o grupo etário em causa e a disponibilização de apoio na concretização e implementação de ideias de negócio, no sentido de criação do próprio emprego (...sendo) igualmente desenvolvido um trabalho de promoção de atitudes empreendedoras junto dos jovens, implementando projetos concretos em meio escolar”; paralelamente, outra área de intervenção do PDS 2020 é a dos *Incentivos à criação de emprego*.

Os dois principais Eixos contemplam: (a) a criação e promoção de produtos locais, “capacitando as pessoas para a criação do próprio emprego”; e (b) a criação de condições para a instalação de empresas/promover o empreendedorismo igualmente também muito focado na fixação de jovens e sua capacitação para criar emprego numa perspetiva de “desenvolvimento rural sustentável.”

Respostas e procuras sociais

O PDS 2020 procura, ao mesmo tempo, equacionar as respostas aos desafios da inclusão social. Assim, define uma terceira área de intervenção de *promoção da inclusão social*, a qual visa apostar na integração social e profissional dos mais vulneráveis na sociedade e no mercado de trabalho através de “respostas sociais adequadas que conduzam ao apetrechamento destas pessoas em maior risco de exclusão, com as competências necessárias ao exercício de uma cidadania ativa”.

O PDS 2020 desenvolve-se segundo eixos orientados especificamente para: (a) a infância e juventude; (b) a terceira idade; e (c) outros grupos vulneráveis (designadamente, imigrantes).

Finalmente, há uma quarta área de *Promoção da saúde e de comportamentos saudáveis* que adota a perspetiva de que o estado de saúde depende muito de comportamentos saudáveis “como não utilizar drogas, uma alimentação correta, praticar exercício físico, entre outros”. Sabendo, no entanto, que “a tendência essencialmente junto dos mais jovens vai no sentido do aumento de comportamentos de risco.” Esta área compreende dois eixos: (a) a prevista Unidade de Cuidados continuados, e (b) a promoção de cuidados ao nível da saúde, designadamente focada na prevenção de comportamentos de risco.

Respostas sociais e respetiva abrangência

Unidades/Valências	Equipamentos (Nº)	Capacidade (Nº)	Utentes (Nº)
<i>Infância e Juventude</i>			
Centro de Atividades de Tempos Livres	1	70	50
Creche	3	140	97
Estabelecimentos de Educação pré-escolar	6	221	160
<i>População adulta</i>			
Centro de Atividades e Capacitação para a Inclusão (CACI)	1	30	30
Centro de Dia	11	187	43
Equipa de Cuidados Continuados Integrados (ECCI)	1	10	6
Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (lar de Idosos e Residência)	21	968	929
Lar Residencial (Deficiência)	1	40	40
Serviço de Apoio Domiciliário (Idosos)	22	512	204
<i>Família e Comunidade</i>			
Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social (Família e Comunidade)	1	415	415

Fonte: www.cartasocial.pt (dados referentes a 2022).

Em termos quantitativos, estas respostas sociais existentes (cf. a Caixa do Ponto 2.2, com a listagem nominal das mesmas) parecem ser globalmente suficientes para as correspondentes procuras, uma vez que existe capacidade excedentária em quase todas elas relativamente aos utentes apoiados.

No entanto, o concelho está entre os municípios do país em que se registam maiores proporções de “idosos em situação vulnerável” sinalizados pela GNR no âmbito do programa Censos Sénior em relação ao número de residentes com 65 e mais anos: em 2022, Sabugal era o 13.º concelho com mais idosos nesta situação (17% da população de 65 e mais anos).¹¹

Rendimentos

Sabugal é um concelho cujo contributo para a criação de riqueza em Portugal é especialmente diminuto: apenas 0,03% do VAB nacional em 2022¹².

Boa parte dos rendimentos pela população residente são oriundos dos sistemas públicos de proteção social nacionais, beneficiando da grande redistribuição entre territórios que o Estado Social realiza.

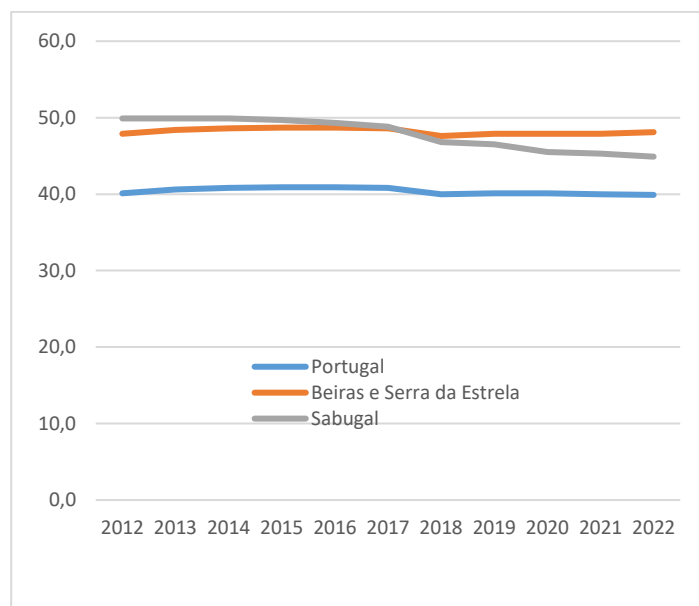
Com efeito, uma fração importante dos residentes no município é titular de pensão atribuída pela Segurança Social (SS) e/ou pela Caixa Geral de Aposentações (CGA) e, como se apresenta na figura seguinte, o número de pensões públicas distribuídas no Concelho, expresso em percentagem da população residente total, tem sido até há pouco tempo superior ao das NUTS I e III (situando-se entre 45 e 50% desta). Tal dá-nos uma razoável aproximação ao peso efetivo dos pensionistas no concelho¹³.

No Sabugal, tal indicador rondava os 50% entre 2012 e 2018, bem acima da média nacional e da NUTS III em que se integra; no entanto, a situação alterou-se a partir desse ano, caindo tal percentagem para cerca de 45%, numa evolução em convergência para a média nacional, mas de divergência da NUT III - Beiras e Serra da Estrela.

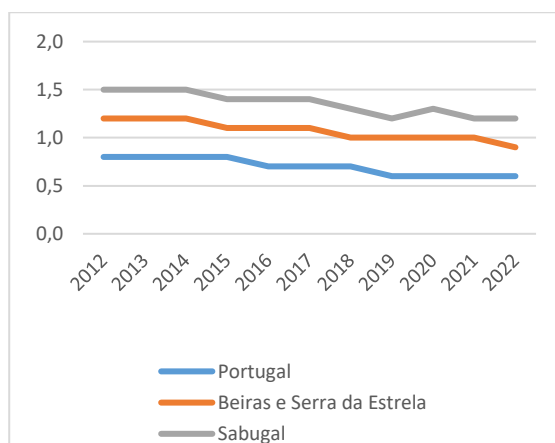
¹¹ Fonte: DGT-OUTU (<https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/>).

¹² Fonte: DGT-OUTU (<https://observatorioindicadores.dgterritorio.gov.pt/>).

¹⁴O número de pensões totais atribuídas é certamente superior ao número de pensionistas visto que estes podem receber mais do que uma pensão; mas não será excessivamente distante do número efetivo de pensionistas que as recebem.

Pensões distribuídas (SS + CGA) em percentagem da população total


Se calcularmos o rácio das pensões atribuídas pela SS (isto é, com exclusão da CGA) por beneficiário ativo a descontar para este sistema, o panorama obtido é o da figura seguinte, constatando-se que o rácio do Sabugal é superior aos das NUTS I e III.

Rácio das pensões atribuídas pela SS, por beneficiário ativo


Risco de exclusão. A incidência do risco de exclusão social entre os residentes no município pode ser aproximada pelo número de beneficiários do Rendimento Social de Inserção (RSI). Expresso em permilagem da população em idade ativa, verifica-se que são 26 por cada mil habitantes em idade ativa, o que coloca o município na 138ª posição dos mais elevados valores no total dos 308 concelhos do país (os quais variam entre 157 e 6%).

Grandes idosos. Um traço específico do envelhecimento da população do município consiste na elevada proporção de grandes idosos com 75 e mais anos no total da

população (em percentagem). Sabugal tem 26% de grandes idosos, apresentando a 6ª proporção mais elevada entre os concelhos de Portugal (o valor mais elevado é de 27% registados em Alcútem), o que constitui um importante desafio para as políticas públicas, especialmente nos domínios sanitário e da assistência social, assim criando uma oportunidade potencial.

2.2.2. Intervenção local (pública e associativa)

A “questão social” tem motivado da parte do Município uma ação permanente, robusta e consistente e apoia-se também no dinamismo que as Instituições Particulares de Solidariedade Social apresentam nas suas atividades diárias de apoio essencial à população mais idosa. Num conjunto das 30 freguesias e uniões de freguesia, o Concelho possui 26 IPSS, as quais desenvolvem as suas atividades, sobretudo, em lares/residências para idosos, mas também em Centros de Dia para idosos não institucionalizados ou em serviços de apoio domiciliário.

IPSS no Concelho do Sabugal

Amigos de Aldeia da Ponte
Associação Cultural, Desportiva e Humanitária de Pousafoles do Bispo
Associação de Ação Social e Cultural Os Vilaboenses
Associação de Solidariedade Social de Malcata
Associação Social Cultural e Desportiva de
Associação Social de Idosos do Divino Sto. Cristo da Nave
Casa do Povo de Aldeia Velha
Associação do Lar e Centro de Dia de São Salvador do Casteleiro
Associação Social de São Lázaro de Vila do Touro
Centro Social de Lageosa da Raia
Centro Social de Quadrazais
Centro Social de Rapoula do Côa
Centro Social Paroquial Nossa Senhora dos Milagres de Aldeia do Bispo
Centro Social Paroquial de S. José de Vale de Espinho
Comissão de Melhoramentos de Foios
Santa Casa da Misericórdia de Vilar Maior
Liga dos Amigos de Santo Estêvão
Santa Casa da Misericórdia de Alfaiates
Santa Casa da Misericórdia do Sabugal
Irmandade da Santa Casa da Misericórdia do Soito
Liga dos Amigos da Freguesia de Aldeia de Santo António
Casa do Povo de Bendada
Associação de Solidariedade Social de Baraçal do Côa
Irmandade de Santa Casa da Misericórdia da Bismula
Fundação "Padre José Miguel".

A partir de 2005 o Município passou a dispor de um instrumento de intervenção social poderoso - o *Plano Municipal da Rede Social* -, instrumento que seria reforçado em 2017 com a criação da Unidade de Missão Sabugal + SOCIAL, anunciada a 30 de junho desse ano no I Simpósio Sabugal + Social - Envelhecimento Ativo. Esta Unidade assenta num protocolo regional celebrado entre o Município e a Unidade Local de Saúde da Guarda, a ADM Estrela, a Rede Europeia Anti Pobreza, o Centro Distrital de Segurança Social da Guarda, o Instituto Politécnico da Guarda, a Universidade da Beira Interior e o Projeto CLDS 3G - Sabugal, envolvendo a ADES¹⁴.

Com esta Unidade de Missão, o Município propunha-se criar um conjunto de soluções de resposta social inovadoras para problemas da comunidade do Sabugal, com impacto positivo superior e comprovado às soluções existentes.

Pretendia, ainda, constituir-se localmente como um motor para a melhoria das respostas a problemas sociais, para a promoção de práticas mobilizadoras do sucesso educativo e melhoria da qualidade de vida do idoso numa ótica de promoção do envelhecimento ativo tanto ao nível de políticas públicas inovadoras como do dinamismo da economia social (terceiro setor).

Tinha-se em vista construir um concelho centrado nas pessoas, fazendo do Sabugal um referencial ao nível de projetos de desenvolvimento social, e com particular enfoque na área do envelhecimento ativo e saudável, o que seria alcançado pela promoção de projetos e programas nas áreas de intervenção (social, saúde e educação) e transformar o *Sabugal na Capital do Envelhecimento Ativo e Saudável, em Portugal*.

Os objetivos da Unidade de Missão Sabugal + SOCIAL, eram os seguintes:

- *Objetivo 1.* A promoção da inclusão social com foco particular em grupos desfavorecidos, a melhoria da empregabilidade, a promoção do envelhecimento ativo, e a maior eficiência no uso de recursos da sociedade e da economia social;
- *Objetivo 2.* O sucesso na educação através de programas de incentivo e valorização da Escola, quer em iniciativas de educação formal e/ou informal, criando parcerias no intuito de qualificar o território e consequentemente de criar mais valor.

¹⁴ O Município do Sabugal tem dinamizado o acesso às sucessivas gerações do Programa - Contratos Locais de Desenvolvimento Social (CLDS-3G, 4G e 5G), estabelecendo parcerias nomeadamente com a Associação de Desenvolvimento Empresarial do Sabugal (ADES).

Unidade de Missão Sabugal + SOCIAL

A criação desta Unidade de Missão, os seus objetivos e os resultados a alcançar, pretendiam responder de uma forma atualizada à concretização de alguns dos objetivos e projetos âncora elencados no Plano Estratégico Sabugal 2025, nomeadamente nos Projetos denominados:

P15 - Economia social, onde se pretendia: “contribuir para aprofundar as condições e os resultados das ações continuadas que têm sido levadas a cabo no Plano Municipal da Rede Social (elaborado em 2005 e já revisto)”, pretendendo-se a “Criação de um espaço aberto a toda a comunidade sabugalense, apoiando associações e instituições locais, assim como, particulares e empresas, numa lógica de suporte ao empreendedorismo e qualificação das pessoas., numa lógica de centro dinamizador e de apoio às iniciativas de desenvolvimento local, promotor de níveis de coesão social mais elevados e contribuindo para inverter a tendência crescente de envelhecimento das populações rurais e de desertificação de parte significativa dos núcleos urbanos do Concelho do Sabugal.”

P16 – Saúde em casa, com o objetivo de desenvolver um sistema baseado na Rede Social do Concelho, de prestação de serviços de apoio, de segurança e saúde e de proximidade aos residentes, numa abordagem de intervenção comunitária e de promoção da vida ativa e da saúde mental das comunidades, tendo em vista organizar um sistema de apoio domiciliário integrado com recurso a unidades móveis dotadas de enfermeiros e outros técnicos de intervenção em saúde, a funcionarem de modo articulado com a unidade de saúde do Sabugal e com as IPSS do Concelho, qualificando a sua oferta nesta área. A concretização deste dispositivo implica a aquisição de veículos de transporte devidamente equipados para o apoio às intervenções de cuidados primários.

As ações a desenvolver pela SABUGAL + SOCIAL centrar-se-iam em três áreas de intervenção: social, saúde e educação, tendo sempre em atenção que a área social não seria entendida de forma isolada, mas sim influenciadora e influenciada por todos os setores de desenvolvimento concelhio.

Ao mesmo tempo, autarquia do Sabugal procedeu ao lançamento de um Guia Social que aborda assuntos como infância e juventude, famílias, idosos e portadores de deficiência, gabinetes de apoio e projetos e Unidade de Missão Sabugal + Social, disponibilizando à população respostas sociais de qualidade que permitem distingui-lo no mapa nacional e pretendendo sistematizar o trabalho social que o Município tem vindo a desenvolver, referenciar as respostas sociais disponíveis, dar um impulso à qualificação diversidade de ofertas em parceria com as pessoas e instituições e promovendo uma mais intensa e efetiva proximidade com o cidadão sabugalense.

Outro instrumento de intervenção social criado pelo Município nos últimos anos foi o Cartão Social Municipal que prevê o acesso a um leque de benefícios por parte dos respetivos beneficiários, definidos no respetivo Regulamento, pretendendo facilitar o acesso a um conjunto de bens e serviços, desde transportes públicos à frequência de

diversos equipamentos municipais, devendo salientar-se redução no de 30% no pagamento do consumo de água para fins domésticos até 5m³.

Por outro lado, a oferta de apoios sociais municipais é complementada com três instrumentos da maior importância num território com a dimensão e as características demográficas do Concelho e que se constituem como um processo de facilitação de acesso a serviços essenciais:

- *Balcão Único Móvel* que, deslocando-se um pouco por todo o Concelho, permite o acesso aos cidadãos sem a necessidade de deslocação à sede concelhia, e que, nos últimos tempos, vem assumindo um papel fundamental para a atualização do património fundiário e o cadastro dos terrenos rurais;
- *Unidade Móvel de Saúde*, disponibilizada ao Centro de Saúde do Sabugal, permitindo um mais fácil acesso aos serviços de saúde;
- *Brico Solidário*, com o principal pressuposto de apoiar diretamente serviços de reparações domésticas, contribuindo para o bem-estar dos idosos e outros públicos desfavorecidos.

De salientar ainda o esforço financeiro que o Município vem fazendo no sentido de garantir um serviço de transporte público coletivo, cobrindo a quase totalidade do território, na sua ligação freguesias-sede concelhia, e que constitui igualmente um instrumento de coesão social, se se atender às tarifas reduzidas, ou nulas, de que uma faixa significativa da população usufrui.

O Município integra, ainda, o Programa “ABEM - Rede Solidária do Medicamento, de apoio aos cidadãos sabugalenses em situação de carência económica na compra de medicamentos prescritos por receita médica e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde.

As ações de intervenção social (e, também, cultural) que o Município vem desenvolvendo ao longo da última década, não se limitam aos exemplos anteriormente referidos e cobrem o conjunto da comunidade sabugalense, constituindo um **instrumento essencial para a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos**, criando condições para a construção de uma sociedade socialmente mais coesa e com identidade.

Estas dinâmicas assentam predominantemente no dinamismo associativo que, de forma gradual e consistente, tem vindo a marcar presença e iniciativa regular nas freguesias do Concelho, quase sempre envolvendo as comunidades locais e a diáspora sabugalense. Assim contribuem para a sobrevivência/perenidade das comunidades aldeãs e para a qualidade de vida dos residentes nos diferentes aglomerados urbanos, através também da manutenção/reforço do património material e imaterial concelhios.

Perante um movimento associativo desta dimensão (presença na maior parte das freguesias) e com o dinamismo de intervenção que reveste (em termos de diversidade temática- social, recreativa, artística, de lazer e desportiva), o Município tem vindo a estabelecer protocolos anuais com estas Organizações que se tornam fundamentais na promoção da qualidade de vida e da coesão social dos sabugalenses.

Movimento Associativo

ADAVE - Associação dos Amigos de Vale de Espinho
Associação “Os Amigos do Floco”
Liga dos Amigos da Freguesia de Aldeia de Santo António
Associação Recreativa e Cultural do Ozendo
Associação Social, Cultural e Desportiva da Rebolosa
Associação de Ação Social e Cultural “Os Vilaboenses”
Associação Cultural e Recreativa do Sabugal
Centro de Convívio Cultural e Desportivo de Quarta-Feira
Associação do Lar e Centro de Dia de São Salvador do Casteleiro
Associação Cultural, Desportiva e Social de Vilar Maior
Grupo Cultural e Desportivo de Fóios
Associação Cultural e Desportiva do Baraçal
Agrupamento 732 Soito
Associação Cultural e Recreativa da Torre
Associação Cultural e Recreativa de Aldeia da Dona
Associação “Os Amigos de Vale das Éguas”
Grupo Desportivo e Cultural de Rebelhos
Associação Social de Idosos do Divino Stº Cristo
Associação Desportiva e Social “Os Amigos da Cerdeira”
Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Rendo
Liga Espinhalense
Associação Juventude Pontense
Confraria do Bucho Raiano
Grupo Motard Motores Endiabrados
Associação Recreativa e Cultural de Caça e Pesca da Moita
Associação Labirintos e Caminhos
Liga dos Combatentes da Grande Guerra – Núcleo do Sabugal
Associação de Caçadores de Sortelha
Associação Florestal de Aldeia do Bispo – AFLAB
AOQ – Associação Os Quadrazenhos
Associação de Solidariedade Social do Baraçal do Côa
Passo a Passo – Associação de Peregrinos do Sabugal e Três Povos
Sociedade Filarmónica Bendadense
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Sabugal
Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Soito
Casa do Concelho do Sabugal.

A2. - DESENVOLVIMENTO URBANO E TERRITORIAL - REABILITAÇÃO, REGENERAÇÃO URBANAS E HABITAÇÃO

O diagnóstico estratégico das questões relacionadas com as dinâmicas de desenvolvimento urbano e territorial assenta, sobretudo, na referência aos documentos aprovados após 2014, pela sua importância para o desenvolvimento do Concelho na próxima década.

2.1. Ordenamento do Território

O Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) é um instrumento de desenvolvimento territorial de natureza estratégica que estabelece as grandes opções com relevância para a organização de todo o território nacional e consubstancia o quadro de referência a considerar na elaboração dos instrumentos de gestão territorial.

O PNPOT, na sua revisão de 2019, traçou linhas gerais (caixa da página seguinte) que deveriam ter sido concretizadas a nível regional e sub-regional, e que enformam alguns dos instrumentos, entretanto, elaborados a nível municipal, caso da Revisão do PDM (revisto em 2018 e alterado, por adaptação, em 2021).

O PNPOT chama reiteradamente a atenção para que a “interdependência crescente entre áreas urbanas, rurais e de povoamento difuso cria territórios funcionais onde se pode reforçar formas reciprocamente benéficas de cooperação, integração e sinergia”, pelo que “Dinamizar o policentrismo ao nível nacional pressupõe aumentar as parcerias interurbanas e rurais-urbanas”.

No entendimento do PNPOT “As cidades e os pequenos centros urbanos são as âncoras de sustentação dos territórios de baixa densidade e de povoamento difuso, pela oferta de comércio, equipamentos e serviços que garantem, pelas redes sociais e económicas que desenvolvem e pelas oportunidades de sociabilidade que desencadeiam.”

Paralelamente, reforça o papel da regeneração destes territórios, afirmando que “é necessário que a regeneração dos territórios dos territórios urbanos desfavorecidos valorize as ações de base comunitária e os processos co criativos, bem como, os espaços públicos e a imagem urbana (...), tornando-se igualmente fundamental “superar as carências habitacionais recorrendo à reabilitação de fogos devolutos na malha urbana consolidada, contrariando assim as tendências de segregação territorial e social e valorizando os recursos já investidos no edificado.”

PNPOT 2019 - Linhas gerais

- Promover dinâmicas preferenciais de Organização Territorial, identificando os recursos territoriais capazes de criar sinergias e gerar massas críticas que favoreçam geografias funcionais, flexíveis e integradas, passíveis de apoiar ganhos de sustentabilidade e colmatar diferenças de dimensão, densidade e acesso a serviços e amenidades;
- Valorizar a Diversidade e a Especificidade Territoriais, considerando os ativos e as potencialidades locais e regionais como elementos de desenvolvimento e de diferenciação para o aumento da coesão e da sustentabilidade, nomeadamente em territórios rurais ou menos desenvolvidos;
- Reforçar a Solidariedade e a Equidade Territoriais como forma de promover a discriminação positiva dos territórios e reduzir as disparidades geográficas e sociais através de mecanismos de política que garantam direitos iguais a todos os cidadãos, independentemente de residirem em áreas centrais ou periféricas ou com diferentes graus de desenvolvimento ou expostas a diferentes riscos;
- Promover a Sustentabilidade da Utilização dos Recursos nos diversos Territórios, assumindo a pressão da escassez e do desperdício dos recursos e delapidação do património natural, paisagístico e cultural, e a importância do fomento de uma economia mais verde e circular, de uma energia mais limpa e eficiente, da descarbonização da sociedade e da contenção e reversão das perdas de património natural, paisagístico e cultural;
- Incentivar as Abordagens Territoriais Integradas enquanto instrumentos de potenciação dos ativos locais e regionais e de capacitação institucional a diferentes níveis territoriais, desenvolvendo estratégias, políticas e intervenções de coordenação e de cooperação para a coesão.

(Extraído de PNPOT, 2019.)

2.2. PDM, 2021

O Plano Diretor Municipal do Sabugal (PDMS) foi aprovado em 2018, sob o Aviso 9352/2018, publicado na II Série n.º131, de 1 de julho e alterado (alteração por adaptação), e republicado na II Série do DR n.º132, a 9 de julho de 2021, através do Aviso n.º 12946/2021 (sujeito ainda à 1.ª correção material, publicada sob o Aviso 2076/2022, no DR n.º20, II Série, a 28 de janeiro). Esta alteração visou a compatibilizar o PDMS com os critérios de classificação e qualificação do solo e com o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior (ainda que, aproveitando a oportunidade, se tivessem clarificado e corrigido alguns artigos do Regulamento, que na sua aplicação, revelaram dificuldades de interpretação). Integrando já as novas orientações decorrentes do PNPOT 2019¹⁵, o PDMS revisto procurou, igualmente, integrar muitas das orientações constantes do Plano Estratégico

¹⁵ A publicação do PDMS em 2018, já continha as orientações do PNPOT de 2007, nomeadamente as relativas aos Objetivos e à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial hierarquicamente superiores que abrangem o concelho; em 2021, foi alterada a alínea a) do Artigo 2º para integrar o Programa Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior que constituía também o propósito da alteração por adaptação.

elaborado em 2014 e constitui-se como instrumento para uma alavancagem orientada das escolhas que venham a ser adotadas em matéria de ordenamento e gestão estratégica municipal.

PDM, 2021 - Objetivos gerais

- Proceder à articulação do PDM com os Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) hierarquicamente superiores que abrangem o concelho e outros Planos Municipais de Ordenamento do Território e estudos de carácter urbanístico ou setorial;
- Agilizar os mecanismos de operacionalização do Plano Diretor Municipal, por forma a garantir uma gestão urbanística rápida e eficaz;
- Ajustar o Plano à realidade do concelho, com atualização do seu conteúdo e do colmatar de deficiências e omissões detetadas, adequando-o, às necessidades da população;
- Ajustar os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, procurando limitar o crescimento, com preenchimento de áreas intersticiais;
- Estudar a implementação de novos polos industriais e ajustar os limites dos existentes;
- Delimitar perímetros urbanos em vários aglomerados que não os possuíam;
- Definir áreas urbanas no interior dos aglomerados, dado que a sua inexistência tem influenciado o crescimento disperso, com todos os problemas que daí advêm em termos de ordenamento e de construção e manutenção de infraestruturas;
- Rever os princípios e regras de preservação do património cultural, e promover a proteção e valorização dos núcleos históricos, procurando assegurar a defesa do património edificado do Concelho;
- Rever os princípios e regras de proteção do património natural, através da adequação das restrições impostas a intervenções em áreas rurais, por forma a preservar o ambiente e o património paisagístico do Concelho;
- Especificar um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento equilibrado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos;
- Definir e disponibilizar um quadro normativo e um programa de investimentos públicos municipais e estatais, adequados ao desenvolvimento do concelho;
- Proceder à reestruturação da Rede Viária e considerar o traçado de novas infraestruturas viárias (novas variantes) na definição de uma proposta de ordenamento;
- Estabelecer um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos evitando descontinuidades territoriais.

(adaptado do Volume 3 - Estudos de Caracterização, do processo de revisão do PDM)

O novo PDM do Sabugal elenca, ainda, um conjunto de pressupostos que desenham o posicionamento estratégico do Município, a nível urbano-territorial:

- “1. A procura e aposta na Qualificação/Estruturação Urbana. Dos centros e das centralidades, mas também, dos lugares e das aldeias que representam memórias do processo de ocupação e de vivência deste território.
2. A aposta na afirmação e desenvolvimento de oportunidade de valorização e reconversão de edificações existentes em unidades de turismo rural.
3. A aposta no desenvolvimento do Tecido Produtivo/Empresarial local. O município pode ser o elemento dinamizador/catalisador ao desafiar eventuais investidores para a ação.
4. A economia ligada ao ambiente e aos recursos naturais deve ser estimulada. Mais uma vez, neste domínio, as atividades tradicionais assumem importância acrescida
5. As relações de complementaridade entre atividades económicas de base familiar e as práticas sustentáveis devem ser incentivadas.”

(adaptado do *Volume 3 Estudos de Caracterização, Revisão do PDM*)

O PDMS, revisto em 2018 e alterado, por adaptação, em 2021, “reflete e concretiza as opções estratégicas de ocupação do território concelhio, enquanto elemento fundamental para alcançar o desenvolvimento sustentado (...):

- (1) especificando um modelo estratégico de atuação que estabeleça ações distintas para a promoção de um desenvolvimento sustentado do concelho, tendo em atenção a sua diversidade territorial e as mudanças operadas nos últimos anos, fruto sobretudo da melhoria da acessibilidade;
- (2) ajustando os perímetros urbanos em função do crescimento verificado e previsto, numa ótica de contenção, procurando limitar o crescimento;
- (3) definindo os princípios e regras de preservação do património cultural, e promover a proteção e valorização dos núcleos históricos, procurando assegurar a defesa do património edificado do concelho;
- (4) definindo um modelo de ordenamento que promova a valorização dos espaços naturais, num quadro de sustentabilidade ambiental, e desenvolvimento integrado;
- (5) promovendo a diversificação da base económica concelhia, fomentando a sua autonomia funcional;
- (6) definindo novos polos industriais e ajustar os limites dos existentes;
- (7) procedendo à reestruturação da Rede Viária tendo em consideração o traçado de novas infraestruturas viárias na definição da proposta de ordenamento; e
- (8) estabelecendo um ordenamento adequado e equilibrado que seja articulado com os concelhos vizinhos e com a região.” (Artigo 2º do *Regulamento do PDM*).

O Regulamento consagra opções de flexibilidade e uma coerência interna elevada, de forma que, no estrito cumprimento da legislação sobre ordenamento do território, permita comportar as escolhas de natureza estratégica que o Município venha a adotar, bem como facilitar iniciativas de investimento privado que venham a ocorrer.

O seu articulado desempenhará, igualmente, um papel decisivo na preservação da qualidade dos perímetros urbanos e do património natural e construído, garantindo a sua fruição pelas populações residentes ou visitantes, e os investimentos que se tornem necessários para alcançar tal desiderato.

2.3. Reabilitação urbana

O Município do Sabugal assumiu desde há anos uma estratégia assente no reconhecimento da importância do património edificado enquanto fator de desenvolvimento e de atratividade do Concelho do Sabugal.

Esta perspetiva foi, naturalmente, considerada prioritária no Plano Estratégico Sabugal 2025, sendo a Qualificação das Infraestruturas Territoriais e Urbanas, um dos Eixos Estratégicos de Desenvolvimento, concretizado em dois dos Projetos Âncora definidos.

P4. REQUALIFICAÇÃO URBANA

A necessidade de melhorar a atratividade e a qualidade funcional dos principais aglomerados urbanos do Concelho, com efeitos na fixação e atração de residentes, sugere a criação de um Programa Municipal de reabilitação das áreas urbanas, intervindo para reverter situações de perda de importância das zonas centrais dos núcleos urbanos, desertificação das mesmas e perda de qualidade dos espaços públicos de utilização coletiva.

No âmbito do Programa pretende-se intervir sobre a melhoria das condições de salubridade, segurança e estética do conjunto do edificado urbano, alterando a envolvente de habitabilidade dos seus moradores, prevenindo situações de degradação/abandono de edificações, e criando fatores de atratividade para a fixação de novos residentes, contribuindo para a qualificação das atividades económicas existentes e para a instalação de novas atividades.

As intervenções físicas a realizar na estrutura edificada privada serão acompanhadas por um conjunto de incentivos de flexibilidade regulamentar, de taxas e a nível de licenciamento e execução das obras a realizar.

P6. SABUGAL HISTÓRICO

O Concelho do Sabugal possui um conjunto significativo de núcleos urbanos históricos: Sabugal, Sortelha, Alfaiates, Vilar Maior e Vila do Touro, de elevada qualidade patrimonial, cujas características lhe conferem um elevado potencial de captação de visitantes.

A esta riqueza patrimonial edificada junta-se um conjunto igualmente significativo de sítios arqueológicos, memórias da ocupação milenar do território de que é exemplo o conjunto arquitetónico da Sacaparte, na freguesia de Alfaiates, um dos principais modelos do património

religioso edificado no Concelho do Sabugal, cuja história está intimamente ligada ao Convento de Nossa Senhora da Sacaparte.

Os trabalhos de recuperação do património edificado, levados a cabo ou ainda em curso, criam espaços de visita de qualidade, a qual deve ser potenciada pelo aprofundamento da promoção e animação destes núcleos, não enquanto somatório de iniciativas isoladas, mas num processo de programação conjunta que constitua mais um fator de atratividade do Concelho.

Com o Projeto Sabugal Histórico, pretende-se criar condições para que o património edificado dos núcleos históricos do Sabugal, Sortelha, Alfaiates, Vilar Maior e Vila do Touro, sejam também olhados enquanto objeto museológico que possa servir para comunicar uma época, os seus símbolos, as relações sociais que possibilitaram a sua edificação e as técnicas construtivas, fazendo ressurgir a história e os elementos que podem ativar os laços de identidade de uma comunidade com o seu património.

Nesse enquadramento, o Município entendeu assumir a Qualificação das Infraestruturas Urbanas como uma das suas prioridades, dando corpo a esta prioridade através da iniciativa de criação de três Áreas de Reabilitação Urbana (ARU), nos núcleos urbanos principais (Sabugal e Soito) e em Sortelha.

Em sequência foram elaborados os respetivos Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU) das ARU delimitadas e das respetivas Operações de Reabilitação Urbana (ORU).

PERU da Zona Antiga do Sabugal e Parque Urbano

Objetivos Estratégicos

- Valorizar e reforçar a identidade única do território através da revitalização e reabilitação integrada do seu património natural, histórico, cultural e económico
- Preservação e salvaguarda dos valores e recursos naturais, integrando-os num sistema de espaços verdes estruturado a nível concelhio encarando a sede como exemplo a seguir
- Facilitar a criação de um Parque Urbano com múltiplas funções (ambientais, económicas e sociais) assumindo o rio como eixo físico e cultural central de desenvolvimento da cidade.
- Estabelecer uma ação mais integrada ao nível do equipamento coletivo (privado), criando condições que motivem a sua recuperação, reabilitação e melhorem a sua capacidade funcional
- Impulsionar a regeneração urbana como base transversal à sustentabilidade urbana, abordada nas mais diversas vertentes – ambiental, social, económica, patrimonial, cultural e política

Visão

Sabugal: Uma cidade transfronteiriça que valoriza o seu Património Cultural e Natural como ativo estrutural para a sua competitividade e desenvolvimento urbano sustentável.

Eixos Estratégicos

- (1) Sustentabilidade ambiental - Sabugal + sustentável;
 - (2) Património e cultura - Sabugal + cultural
 - (3) Coesão e revitalização urbanas - Sabugal + coeso.
-

Fonte: Relatório Final PERU da Zona Antiga do Sabugal e Parque Urbano.

PERU de Soito**Objetivos Estratégicos**

- Requalificar e revitalizar a centralidade urbana mais antiga da vila
- Promover e incentivar a reabilitação do edificado em mau estado de conservação
- Intervir e valorizar o espaço público como elemento de qualificação e estruturação do território, unificador das diferentes áreas urbanas e funcionais que integram a ARU
- Sensibilizar e mobilizar os diversos agentes de desenvolvimento com um papel ativo na área de intervenção de Soito.

Visão

Soito: um núcleo urbano transfronteiriço, sustentável, dinâmico e inclusivo.

Eixos Estratégicos

- (1) Promover a revitalização urbana;
 - (2) Reforçar a qualificação do espaço público
 - (3) Apostar no equilíbrio ambiental e na eficiência de recursos.
-

Fonte: Relatório Final PERU de Soito.

PERU de Sortelha**Objetivos Estratégicos**

- Preservar a AHP de Sortelha, garantindo a proteção e valorização do património classificado e da sua unidade e identidade arquitetónica e urbanística
- Fomentar a reabilitação do edificado em mau estado de conservação, em particular nas áreas de maior sensibilidade urbanística e patrimonial (UH da AHP de Sortelha)
- Qualificar o espaço público como elemento de estruturação e valorização do território
- Fixar e atrair população e atividades económicas
- Mobilizar os diversos agentes de desenvolvimento com um papel ativo na área de intervenção

Visão

Sortelha: uma aldeia histórica inovadora, sustentável e inclusiva que valoriza o património cultural e natural como âncora do seu desenvolvimento integrado.

Eixos Estratégicos

- (1) Salvar o património e a cultura local
 - (2) Promover a coesão e competitividade territorial
 - (3) Reforçar a sustentabilidade e a resiliência.
-

Fonte: Relatório Final PERU de Sortelha.

A aprovação final dos PERU do Sabugal, Soito e Sortelha, é relativamente recente e não permite fazer uma avaliação completa das realizações em curso e dos resultados

obtidos, no respeito à adesão da iniciativa privada e dos proprietários dos edifícios inseridos nas respetivas ARU delimitadas.

Mas não sendo este o momento de fazer uma análise mais aprofundada da trajetória de resultados destes documentos Programas, não se pode, no entanto, deixar de salientar algo que é comum aos 3 PERU's elaborados: a ambição de os transformar em momentos de reflexão estratégica do desenvolvimento dos três núcleos urbanos.

Neste sentido, os PERU elaborados assumem características diferenciadoras e abrem cenários de desenvolvimento até 2030 que poderão ser encarados num contexto de pensamento estratégico para a totalidade do território concelhio.

Entretanto, foram elaborados (processados os de 2022) os primeiros Relatórios de Monitorização da Implementação (RMI) dos três PERU, que permitem ter uma primeira visão do estado de concretização das Ações Prioritárias que haviam sido identificadas no processo de elaboração.

PERU Sabugal

O RMI abrange o período entre 30 de junho de 2021 e 30 de julho de 2022.

Embora, o Relatório incida, praticamente, sobre o primeiro ano de vigência do PERU, é revelador das dinâmicas de reabilitação urbana e de coesão social¹⁶ induzidas na cidade do Sabugal, permitindo já considerar este Instrumento de Reabilitação Urbana como uma mais-valia para a cidade.

Conforme Conclusões do Relatório, “No que trata à efetividade da ação do programa de Operação de Reabilitação Urbana, considerando os objetivos e as ações prioritárias traçados, verifica-se que de um modo genérico, quase todas as ações prioritárias estão ativas e com atividade, pelo que as atividades e objetivos específicos de intervenção traçados, se encontram a ser desenvolvidos (ou acautelados indiretamente), pelo raio de ação/trabalho dos intervenientes/promotores.”

PERU Soito

O RMI é datado de agosto de 2022, e abrange os primeiros meses de implementação. O período limitado de vigência do PERU até à data deste Relatório não permite ter uma visão mais abrangente do papel que este Instrumento de Reabilitação Urbana terá na vila do Soito. As Ações Prioritárias identificadas no PERU encontravam-se em fase de estudo e projeto, ou ainda não iniciadas.

¹⁶ O PERU Sabugal contempla o Projeto Promoção da Inclusão Social que tem enquadrado Ações de Promoção de dinâmicas intergeracionais e do envelhecimento ativo.

PERU Sortelha

Como decorre do conteúdo do RMI, as dinâmicas de reabilitação urbana de Sortelha constituíam já uma prática decorrente da sua classificação como “Aldeia Histórica”; o PERU surge como um instrumento operacional de formalização das diferentes intervenções que vinham sendo implementadas.

Neste sentido, e como é evidenciado no Relatório, este é o PERU em que mais Ações Prioritárias se encontram em fase de concretização.

No entanto, e face a alguns ajustes que se torna necessário introduzir, o RMI apresenta uma proposta de constituição de equipas municipais multidisciplinares com condições para a concretização das Ações elencadas.

O RMI identifica ainda as condições a criar para que ocorra um maior dinamismo na reabilitação do edificado urbano privado.

Face à análise efetuada, o Relatório conclui pela “urgência na execução do definido no PERU, face ao cronograma de implementação das ações prioritárias, sendo claro que o mesmo poderá funcionar como o “motor” de toda a mobilização que irá contribuir para a dinamização e crescimento de meios económicos, sociais e culturais tão ausentes em Sortelha, servindo de guia para outras ações extensíveis ao Concelho.”

Embora, os RMI sejam referentes a períodos de vigência dos PERU ainda curtos, é já possível constatar as dinâmicas de intervenção municipal em processos de reabilitação do espaço público, as quais não se confinam às ARU delimitadas, antes permitindo perceber que a aposta na reabilitação do espaço público é transversal ao conjunto do território concelhio.

A caixa seguinte permite apreender a dimensão das intervenções de reabilitação/regeneração do espaço público que o Município tem concretizado, ou pretende concretizar a curto prazo.

**Investimentos municipais em Reabilitação urbana
(concretizados e/ou em projeto)**

Requalificação Urbana - Fase 1 - Ruas António José de Almeida, Camões e Florbela Espanca - Sabugal

Requalificação das margens do Rio Coa entre a Ponte do Açude e a Praia Fluvial - Sabugal

Requalificação a Rua 5 de Outubro - Sabugal

Renovação da Estrutura Verde do Largo da Fonte - Sabugal

Requalificação da Praça da República e Largo de São Tiago - Sabugal

Requalificação da entrada sul da cidade - Sabugal

Construção do quartel da Associação humanitária dos Bombeiros - Sabugal

Segunda fase da requalificação da praia fluvial - Sabugal
Criação da Via Ciclável de Mobilidade Suave - Sabugal
Reabilitação do edifício da antiga Escola Primária - Sabugal
Adaptação de um edifício a "Smart Work Center - Centro Empresarial" - Sabugal
Criação de um Núcleo Turístico e Parque Temático na Albufeira do Sabugal
Criação do Centro de Artes e Ofícios - Soito
Requalificação da Avenida de S. Cristóvão, incluindo o Largo - Soito
Construção de um relvado sintético na zona desportiva - Soito
Criação de Centro Cívico - Soito
Construção de percurso pedonal acessível no espaço público - Soito
Criação de um percurso de visita acessível no espaço público - Sortelha
Iluminação cénica e monumental do Castelo - Sortelha
Criação dos Passadiços do Rio Côa – Concelho (em projeto)
Requalificação da rede viária municipal - Concelho
Utilização da água da Barragem de Batocas para abastecimento animal - Batocas
Beneficiação da E.M. 542 - Sortelha/Sabugal
Alteração e ampliação de um edifício (Casa do Entrudo) - Aldeia do Bispo
Conservação e reabilitação do Castelo - Alfaiates
Criação do Centro Interpretativo da Capeia Arraiana - Aldeia da Ponte
Construção da Casa da Música - Bendada
Construção de Pavilhão Multiusos - Aldeia Velha

Fonte: Município Sabugal.

Embora não haja dados disponíveis que permitam sistematizar os investimentos privados nas três ARU, uma simples visita ao Concelho, e não apenas às freguesias de Sabugal, Soito e Sortelha, permite constatar uma dinâmica de investimentos traduzida, essencialmente em:

- investimentos em empreendimentos turísticos - casas de turismo rural e de alojamento local -, sobretudo assentes na reabilitação de património edificado existente;
- reabilitação de antigas escolas primárias, quase sempre reutilizadas para desenvolver atividades coletivas das comunidades locais;
- criação de praias fluviais de qualidade, tirando partido da riqueza natural do Rio Côa, mas também das albufeiras existentes, a exemplo de Alfaiates; e
- consistente reabilitação de edifícios para habitação, com a recuperação de fachadas em granito e utilização de materiais de construção tradicionais.

Finalmente, acresce referir que na sequência da Adaptação do PDM Sabugal, em 2021, a análise dos diferentes perfis funcionais dos perímetros urbanos existentes motivou o Município a desenvolver um exercício de programação de novos processos para a delimitação de áreas de reabilitação urbana do Concelho, sobre os quais a Assembleia Municipal se deverá oportunamente pronunciar.

2.4. Política de Habitação

O Município do Sabugal promoveu a elaboração de uma *Estratégia Local de Habitação*, sendo, pelos documentos disponibilizados, possível tirar as seguintes conclusões principais:

1. A situação de carência habitacional é relativamente pouco preocupante, pois para um universo de 11.283 residentes em 2021, o Concelho possuía 15.643 alojamentos familiares clássicos.
2. A percentagem de alojamentos em situação de degradação avançada é apenas de cerca de 2% do total.
3. Regista-se uma elevada percentagem de alojamentos “devolutos”, mas que não se encontram no mercado de arrendamento, pois que, sendo pertença de famílias não residentes, os mesmos funcionam como 2ª residência das famílias proprietárias.
4. Salienta-se, ainda, que existem conjuntos de habitações que, pela sua antiguidade ou precariedade, apresentam elevados graus de degradação e reduzidos níveis de conforto.
5. São identificadas 79 famílias e 161 pessoas que podem ser consideradas em carência habitacional, com principal incidência na União de Freguesias Sabugal/Aldeia de Santo António (21 agregados), Vale de Espinho (16) e Bendada (8).

Partindo do diagnóstico realizado, as prioridades de intervenção elencadas no documento são as seguintes:

1. Melhoria das condições da habitação através da promoção da reabilitação do parque edificado, e em simultâneo, a proteção e promoção da valorização do património arquitetónico, cultural e natural;
2. Mobilização dos proprietários de fogos vagos e devolutos para negociar reabilitação e prática de arrendamento acessível, promovendo o mercado de arrendamento no concelho;
3. Promoção no Regime de Habitação de Custos Controlados para população jovem para venda ou arrendamento;

4. Promoção do alojamento temporário urgente;
5. Qualificação de áreas especialmente vulneráveis privilegiando as ARU do concelho, promovendo a aquisição e reabilitação de fogos vagos;
6. Criação de condições de atração e de fixação de população jovem, invertendo a tendência de perda populacional e o fenómeno de envelhecimento demográfico. (adaptado de *Relatório da Estratégia Local de Habitação do Município do Sabugal*, 2022/06).

O documento aponta para soluções habitacionais a promover que passam pela reabilitação das habitações degradadas de edifícios privados e a aquisição com reabilitação de fogos vagos e devolutos.

Entretanto, a delimitação das ARU do Sabugal, Soito e Sortelha **que** criou um conjunto de incentivos à reabilitação urbana, elenca os benefícios que podem ser concedidos e determina o acesso aos mesmos, nomeadamente, no que respeita a impostos municipais sobre o património, designadamente o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e o Imposto Municipal sobre as Transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos da legislação aplicável” e “confere aos proprietários e titulares de outros direitos, ónus e encargos sobre os edifícios ou frações nela compreendidos o direito de acesso aos apoios e incentivos fiscais e financeiros à reabilitação urbana”.

O Regulamento de Taxas existente já incorpora a isenção ou redução de taxas a aplicar a pessoas singulares, em casos de comprovada insuficiência económica de pessoas singulares e respetivos agregados; e a jovens casais cuja soma de idades não exceda os 80 anos, ou individualmente, com idades compreendidas entre os 18 e os 40 anos que, em ambos os casos, se destinem a habitação própria e permanente.

A3. - DINÂMICAS ECONÓMICO-PRODUTIVAS

3.1 Agricultura e Floresta

1. Aumento do emprego e da população agrícola familiar

Na década de execução do Plano Estratégico 2014 da Câmara Municipal do Sabugal a agricultura e as florestas tiveram dinâmicas positivas que permitiram aumentar a população residente empregada, invertendo a tendência de declínio que se vinha registando desde os anos 1950.

Entre os Censos da população de 2011 e 2021 houve um acréscimo de 8,8% na população residente empregada no ramo agricultura, produção animal, caça, florestas e pesca, que contrasta com os valores médios negativos na região Centro e na NUT III Beiras e Serra da Estrela, -5,1 e -6,9% respetivamente.

As atividades económicas do ramo que contribuíram para esta melhoria no emprego foram, segundo a classificação do INE, em primeiro lugar a agricultura e produção animal, que traduz certamente a reconversão agropecuária a que se vem assistindo no concelho desde os anos 90 do século XX. Com efeito, na agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados, o número de estabelecimentos e pessoal ao serviço quadruplicou; a silvicultura e outras atividades florestais, numa escala muito menor, registaram também um aumento do emprego.

Na comparação entre os Recenseamentos Agrícolas de 2009 e 2019, constata-se um crescimento na mão-de-obra agrícola total nas explorações de 23,2%, crescimento que resulta da diferença entre o acréscimo da mão-de-obra agrícola a tempo parcial (51,9%) e o decréscimo da mão-de-obra agrícola a tempo completo (47,7%).

O aumento do número de pessoas a tempo parcial em 50,2% nas explorações familiares é confirmado também pelo crescimento da população agrícola familiar, produtores agrícolas, cônjuges e outros membros do agregado familiar. No período 2019/2009, houve um acréscimo de explorações agrícolas com mão-de-obra agrícola não familiar de 34,7%.

Esta entrada de novas pessoas nas explorações agrícolas, ainda que a maioria seja a tempo parcial, teve um efeito positivo na dinâmica e valorização social da atividade agrícola no concelho que importa consolidar e desenvolver.

2. A mudança estrutural da agricultura

Em 2019 existiam no concelho do Sabugal 1.545 explorações agrícolas com uma superfície total de 34.151 hectares, o que significa que as explorações agrícolas ocupavam 41% da superfície do concelho (826,7 km²).

Na década 2009/2019 o número de explorações e a superfície total aumentaram em valores relativamente elevados: 14,3% e 39,4%, respetivamente, aumento que se traduziu, em termos de utilização das terras, por um aumento significativo da superfície agrícola utilizada (SAU).

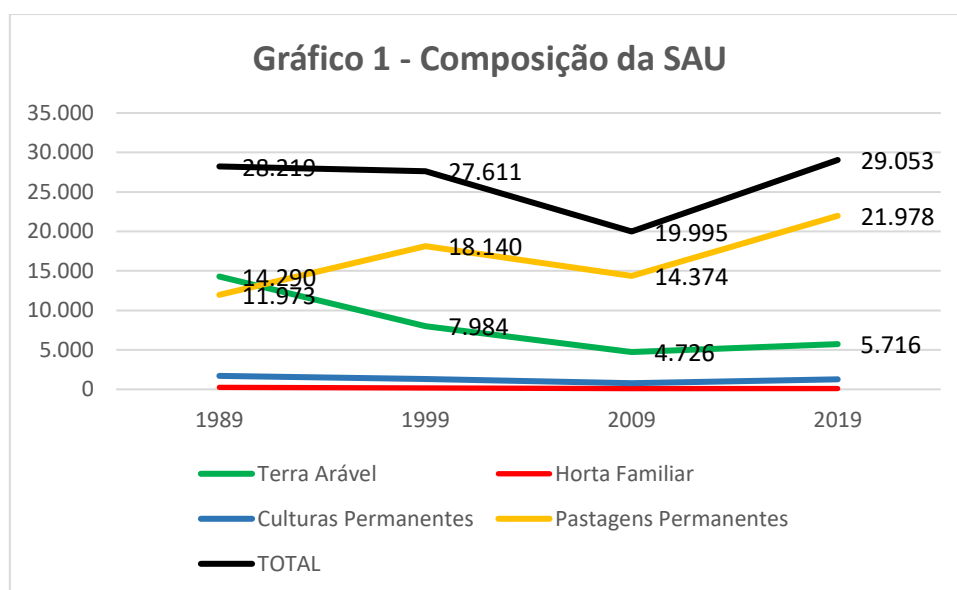
Quadro 1 - Explorações e superfície total por tipo de utilização das terras

	2019		2009		Δ 2019/2009 (%)	
	Nº Exp.	Superfície	Nº Exp.	Superfície	Nº Exp.	Superfície
Total	1 545	34 151	1 352	24 506	14,3	39,4
Superfície agrícola utilizada	1 532	29 053	1 352	19 995	13,3	45,3
Matas e florestas sem culturas sob-coberto	780	4 509	716	2 713	8,9	66,2
Superfície agrícola não utilizada	103	227	502	1 290	-79,5	-82,4
Outras superfícies	1 510	362	1 336	509	13,0	-28,9

Fonte: INE, RA 2009 e 2019

A superfície total das explorações agrícola em 2019 aproximou-se do valor de 1999, invertendo a tendência de declínio que vinha das décadas anteriores fruto de terem sido recuperadas explorações agrícolas e superfícies desativadas, a par de uma maior utilização de superfícies não utilizadas.

Na composição da SAU, as novas superfícies em 2019 destinavam-se essencialmente a pastagens permanentes, refletindo o aumento da produção animal. O Gráfico 1 ilustra a evolução da composição da SAU e os pesos relativos das suas componentes.



A SAU média por exploração passou de 14,8 para 19,0 hectares, em dez anos, e, à exceção da classe de área inferior a 0,5 hectares, todas as outras classes de área de SAU aumentaram em número de explorações e superfície, registando-se uma concentração nas classes de áreas superiores a 20 hectares.

As explorações com 50 a menos de 100 e com 100 e mais hectares aumentaram significativamente o seu peso relativo e, no conjunto, passaram a representar cerca de 57% da SAU; a superfície média das explorações agrícola na classe de 100 ou mais hectares passou a ser de 204,4 hectares.

As sociedades agrícolas ganharam importância absoluta e relativa, tendo aumentado em número absoluto quase sete vezes mais (de 6 para 41), das quais 26 tinham dimensão económica média (19) e grande (7); a forma de exploração predominante é a conta própria, 82,6% da SAU em 2019.

Apesar das dificuldades que as formas de exploração não contratuais trazem em termos da segurança na continuidade das explorações e relação com terceiros, Estado, Bancos, contribuem para uma mudança estrutural privada, ainda que lenta face aos objetivos que a Câmara Municipal tem vindo a estabelecer no âmbito do cadastro fundiário e emparcelamento rural. Esta mudança estrutural espontânea, poderá dar segurança e capacidade negocial às explorações agrícolas de diferentes dimensões.

3. A reconversão agropecuária

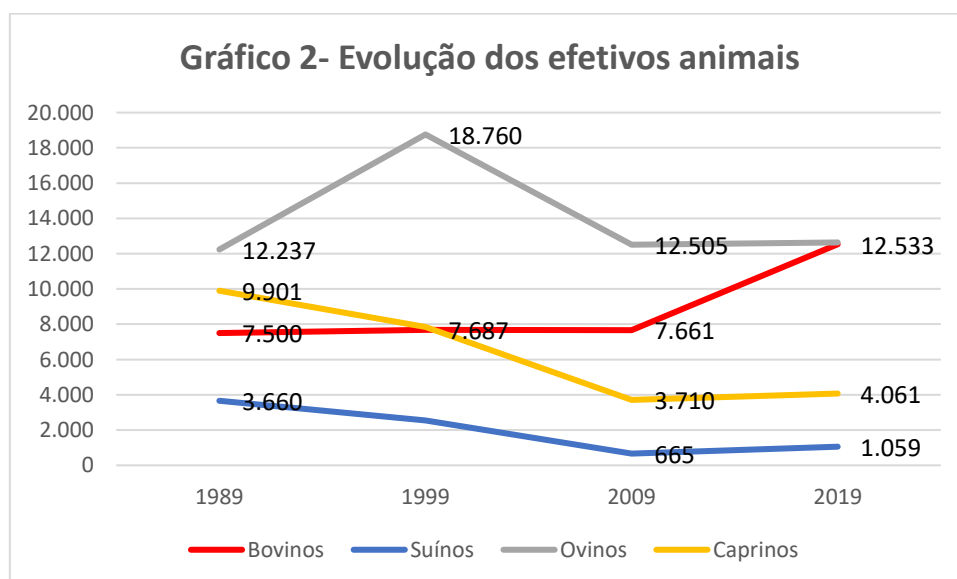
A reconversão na composição da SAU orientada para a produção agropecuária ter-se-á iniciado no concelho nos anos 1990, período em que a superfície de terras aráveis, composta por culturas temporárias e pousio, sofreu a primeira grande quebra com uma redução de 6.306 hectares (44%) e as pastagens permanentes cresceram ultrapassando as terras aráveis.

Na última década, 2009-2019, a alteração nas culturas temporárias acompanhou a redução da superfície de terras aráveis e o acréscimo das pastagens permanentes, tendo aumentado as culturas forrageiras e os prados temporários e decrescido os cereais para grão, as leguminosas e a batata.

No processo de mudança ocorrido nas culturas temporárias, realce para o grande declínio dos cereais para grão que tinham no centeio o seu expoente máximo e, em menor escala, no milho e no trigo.

A componente mais importante da SAU (os prados e pastagens permanentes) aumentaram na década 2009/2019 em número de explorações e em superfície, com os 7.606 novos hectares a concentrarem-se nas explorações das classes de área com 20 ha ou mais, que passaram a representar 81% da superfície com prados e pastagens permanentes em 2019, contra 71% em 2009. Os prados e pastagens permanente em terra limpa representam 94% da superfície; predominantemente correspondem a pastagens pobres e apenas 369 hectares são regados.

A pecuária das diferentes espécies é atualmente a grande atividade das explorações agrícolas, com diferentes finalidades: autoconsumo, complemento de rendimento e fonte principal ou exclusiva de rendimento. Os efetivos das diferentes espécies têm evoluído de forma diferenciada em resposta aos sinais do mercado e aos incentivos de política.



A reconversão pecuária para a orientação produtiva bovinos de carne em regime extensivo ter-se-á iniciado nos anos 1990 com o declínio da orientação produtiva bovinos de leite. A partir de 1999 o efetivo de vacas aleitantes ultrapassou o efetivo de vacas leiteiras.

Na década de 2009/2019 o efetivo total das explorações com bovinos teve um crescimento muito elevado, representando o saldo de dois tipos de orientação produtiva, leite e carne que tiveram evoluções opostas. As explorações e o efetivo leiteiro tornaram-se residuais e as explorações e efetivos para produção de carne, vacas aleitantes e outras categorias associadas, registaram um crescimento que mais que compensou esse declínio.

O sistema de produção mais usual assenta na venda dos vitelos ao desmame (entre os 6 e os 12 meses), devendo-se a diferença de idade à disponibilidade de alimento na exploração/preço dos alimentos exteriores, época do ano, reprodução dos efetivos e preço dos animais; existem criadores que fazem um acabamento em pequena escala levando os vitelos até aos 12 meses. O sistema é pouco exigente em mão-de-obra, tecnicamente fácil e permite o aproveitamento do trabalho a tempo parcial, daí a grande e rápida adesão.

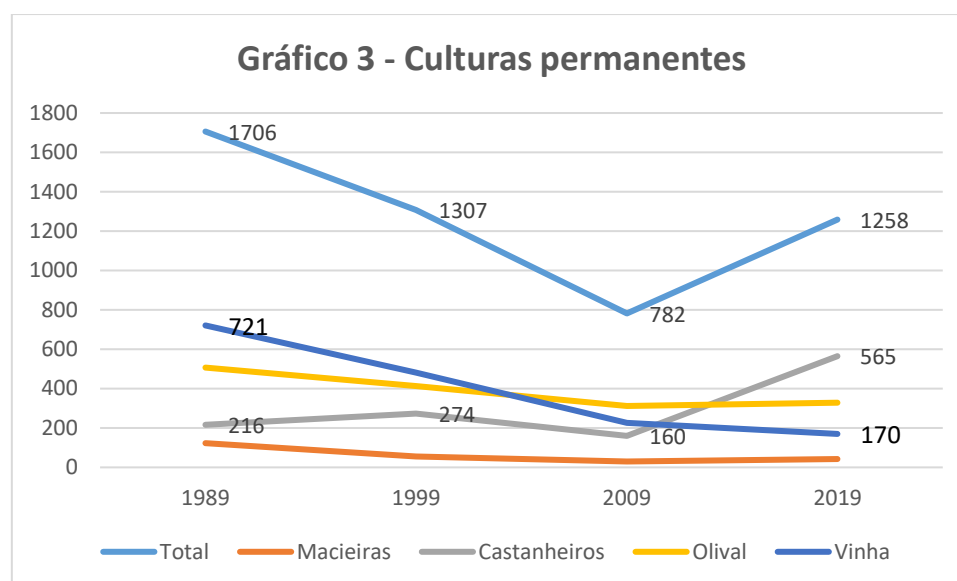
Nas outras espécies os ovinos praticamente mantiveram o efetivo, com uma ligeira reconversão de ovelhas leiteiras para ovelhas de carne ou mistas. A pequena redução do número de explorações e o pequeno crescimento do efetivo não permite referir uma concentração do efetivo nas maiores explorações; os maiores crescimentos situaram-se em classes intermédias de número de ovelhas, entre 50 e 200 ovelhas.

4. A revitalização das culturas permanentes

As culturas permanentes que tiveram outrora uma relativa importância na SAU e no rendimento das explorações agrícolas passaram por uma fase de declínio, só ultrapassada na última década, como ilustra o Gráfico 3.

Na década 2009/2019 surgiram mais 40 explorações e 476 hectares com culturas permanentes o que ficou a dever-se, essencialmente, a novas explorações e plantações de castanheiros: em 2019 o número de explorações com castanheiros ascendia a 257 e a superfície a 565 hectares (área média de cerca de 2 hectares por exploração).

Nos frutos frescos (exceto citrinos) registou-se um crescimento relativo das macieiras ascendendo a 86 explorações e 43 hectares em 2019 (área média de 0,5 hectares por exploração).



As restantes fruteiras de frutos frescos (cerejeiras e citrinos) e de frutos de casca rija (amendoeiras, e noqueiras) têm pouca expressão em número de explorações e superfície. O olival teve um pequeno crescimento e a vinha uma redução, no número de explorações, mas também na superfície ocupada.

A recuperação da cultura do castanheiro e produção de castanha, como produto local de qualidade, tem sido promovida pela Câmara Municipal do Sabugal através de um conjunto de iniciativas, algumas delas consideradas no Plano Estratégico Sabugal, 2025.

A base de atuação da Câmara Municipal tem sido a preservação e conservação de um campo experimental de variedades de castanheiros e aveleiras, criado em 1998 na Colónia Agrícola de Martim Rei e expandido com a reprodução em viveiro e venda de plantas já enxertadas aos agricultores.

A Câmara Municipal dispõe também de um serviço técnico de formação, informação e aconselhamento que orienta os agricultores na instalação de novas plantações, requisitos naturais (solo, água), técnicos, materiais e os custos associados (guia orientação técnica/pequenos investimentos), bem como na promoção de boas práticas na condução dos sotos, de modo a aumentar a qualidade e a produção das castanhas e avelãs.

Há uma perspetiva que vem sendo consolidada de alargar o campo experimental, viveiros e aconselhamento técnico a outras fruteiras, nomeadamente a noqueiras, amendoeiras, oliveiras, medronheiros e outras que as condições edafoclimáticas locais permitam. Recorde-se que o Viveiro da Reserva Natural da Serra da Malcata, localizado na Sr^a. da Graça (União de Freguesias do Sabugal e Aldeia de Sto. António) é o maior viveiro de espécies autóctones do País.

5. Enquadramento organizativo e institucional da agropecuária

A atividade agropecuária no concelho, em particular os bovinos de carne em regime extensivo, desenvolveu-se e é enquadrada por uma importante rede organizativa e institucional, a montante e a jusante da cadeia de valor.

A DGAV tem registadas 49 empresas (classe 3 e atividade produtiva local do REAI/SIR) que comercializam alimentos para animais, 14 retalhistas e 35 operadores-recetores UE de alimentos para animais, entidades registadas para comprar e/ou vender alimentos para animais na UE (Espanha, França) palhas, rações e subprodutos, e prestadores de serviços.

A Organização de Produtores para a Sanidade Animal (OPSA), ex-Organização de Produtores Pecuários (OPP) e ex-Agrupamento de Defesa Sanitária (ADS), estão integradas na Acrisabugal - Associação de Criadores de Ruminantes e Produtores Florestais do Concelho do Sabugal, que presta serviços de veterinária aos produtores.

A nível da comercialização dos bovinos a COOPCÔA – Cooperativa Agrícola do Concelho do Sabugal tem em funcionamento um Parque de Leilões na Colónia Agrícola Martim Rei desde 1994, com um Agrupamento de Produtores constituído e classificado como centro de agrupamento da classe 2, com capacidade total de 25 CN; esta capacidade instalada parece já insuficiente, existindo a intenção de a aumentar e melhorar os serviços prestados.

Existe também uma unidade industrial licenciada para a valorização de resíduos não metálicos, o manuseamento e armazenamento de subprodutos animais, a Movel Química.

A dinâmica agropecuária e os investimentos que têm vindo a ser realizados, com o apoio dos programas da PAC, poderão ser potenciados com um maior e melhor uso dos recursos hídricos, nomeadamente do aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira/Albufeira do Sabugal (Bloco do Sabugal) e do Aproveitamento Hidroagrícola do Vale da Ribeira de Alfaiates, que permita aumentar as áreas irrigadas de culturas forrageiras, prados e pastagens permanentes e o abeberamento do gado, reduzindo assim os custos de produção.

6. A floresta e a silvicultura

A floresta constitui a maior macha de ocupação e uso do solo com 30.432,6 hectares (DGT/COS 2018)¹⁷, o que representa 37% da superfície geográfica do concelho. A

¹⁷ Ver Plano Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, Município do Sabugal, Caderno I Diagnóstico.

agricultura e os matos ocupam áreas inferiores, 19.036,94 e 26.871,45 hectares respetivamente.

A gestão da maior parte da superfície florestal é feita por produtores florestais, com as explorações agrícolas a deter em 2019 apenas cerca de 18,5% da superfície florestal, 4.509 hectares de floresta sem culturas sob coberto e 1.133 hectares de matas e florestas com pastagens permanentes sob coberto (dados RGA, INE).

O sistema agrosilvopastoril ocupa uma área muito pequena e a agropecuária do concelho é assegurada principalmente por prados e pastagens permanentes em terra limpa, associando as áreas agrícola e de matos. A gestão florestal, na maior parte da superfície, é conduzida de forma separada, mesmo a que está dentro de explorações agrícolas.

O território do concelho de Sabugal está classificado pelo Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior¹⁸ em duas sub-regiões homogéneas com um elevado grau de homogeneidade relativamente ao perfil dominante das funções dos espaços florestais e às suas características: a Raia Norte (que inclui quase a globalidade do território municipal); e a Malcata (que integra, em exclusivo, o território da Reserva Natural da Serra da Malcata).

A sub-região da Raia Norte está vocacionada para as funções gerais dos espaços florestais, produção, proteção e silvo pastorícia, caça e pesca nas águas interiores. Várias espécies florestais podem e devem ser privilegiadas, de acordo com as funções que lhe estão atribuídas; no entanto, a ocupação atual baseia-se essencialmente nos “outros carvalhos”, carvalho negral, carvalho alvarinho, carvalho americano, que ocupam 59% do coberto florestal, sob a forma de povoamentos puros jovens, em alto fuste irregular e com densidades muito variáveis.

Os carvalhais apresentam um elevado valor ambiental, dada a sua adaptação ao local e elevada capacidade de regeneração, que faculta um aproveitamento multifuncional e serviços ecossistémicos diversificados. Destaca-se a produção de material lenhoso (madeiras, lenhas) e de produtos não-lenhosos, como os cogumelos silvestres e o suporte à atividade cinegética. O seu potencial também para a silvo pastorícia parece estar pouco aproveitado, segundo os dados do Recenseamento Agrícola de 2019. Entre 2010 e 2018 (COS 2010 e COS 2018) as áreas de outros carvalhos aumentaram 3.289 hectares, de 14.669,8ha para 17.958,9ha.

Uma outra espécie florestal mais vocacionada para a função produção, importante no concelho, é o pinheiro-bravo que ocupa cerca de 32,6% do coberto florestal,

¹⁸ Transposto para o PDM do Sabugal com a alteração de 2021.

aumentando a sua área de 5.774,1ha (COS2010) para 9.918,7ha (COS2018). Os pinhais ocorrem em pequenas bolsas de povoamentos puros em alto fuste irregular, de uma forma geral sem gestão ativa, concentradas essencialmente nas unidades de baldio do Perímetro Florestal do Alto Côa e terrenos privados adjacentes. Apesar de ser encarada tradicionalmente como um complemento da exploração agropecuária, é possível constatar o abandono de muitos pinhais com consequências no agravamento do risco de incêndio e de incidência de agentes bióticos nocivos, na perda de produtividade e na qualidade do material lenhoso a obter no corte final.

De acordo com o Gabinete Técnico Florestal do Município, a valorização económica através do aproveitamento bioenergético dos sobrantes da gestão (desbastes e desramações) e de exploração florestal poderá constituir um fator de indução para o investimento produtivo do pinheiro-bravo.

Na sub-região Malcata as funções gerais a implementar e desenvolver, com igual nível de prioridade, são a conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos, a proteção e o recreio e valorização da paisagem. A sub-região da Malcata integra a Reserva Natural da Serra da Malcata cujo Plano de Ordenamento está articulado com o PDM do Sabugal, com a alteração efetuada em 2021.

Em ambas as sub-regiões o aproveitamento do potencial multifuncional dos espaços florestais, em particular dos cogumelos silvestres, da caça e num outro âmbito da pesca desportiva, muito tem contribuído para a dinamização económica e turística concelhia.

A produção/recolha de uma grande variedade de cogumelos silvestres na sua maioria comestíveis, com destaque para os boletos, os tricolomas, o cantarelo e a amanita, está associada à diferente composição florestal do concelho. Contudo, o seu potencial económico estará ainda pouco explorado por falta de regulamentação da colheita e de organização da comercialização.

A atividade cinegética tem grande importância no concelho não só de *per si* como no movimento e animação social que origina, com efeitos e impacto na economia local. Existem 39 zonas de caça que total ou parcialmente integram áreas do concelho, 30 Zonas de Caça Associativa, 3 Zonas de caça Turística e 6 Zonas de Caça Municipal, com um número de associados que oscila entre os 20 e os 92 associados em função da área, podendo um caçador ser associado em mais do que uma zona de caça.

A pesca desportiva na bacia hidrográfica do Rio Côa apresenta também grande potencial, com realização regular de provas do campeonato nacional de pesca à truta e eventos internacionais; existem 2 Zonas de Pesca Lúdica (ZPL), uma no Rio Côa e outra na Albufeira de Alfaiates.

A prevenção dos incêndios florestais tem constituído uma preocupação da Câmara Municipal, centrada na atuação do Gabinete Técnico Florestal, encontrando-se em atividade Equipas de Sapadores Florestais protocoladas com as associações de agricultores e de produtores florestais, e as assembleias de compartes dos Baldios.

Com atuação no concelho estão registadas no ICNF sete organizações de produtores florestais: três que se constituíram em associação com concelhos vizinhos: Côaflor – Organização de Produtores Florestais do Alto Côa, que recentemente alargou o seu âmbito também aos agricultores; Opaflor - Organização de Produtores Florestais da Serra de Opa; Croflor - Organização de Produtores Florestais de Cró; duas que alargaram o seu âmbito de agricultores e criadores de gado aos produtores florestais: COOPCÔA – Cooperativa Agrícola do Concelho do Sabugal, CRL; Acrisabugal – Associação de Criadores de Ruminantes e Produtores Florestais do Concelho do Sabugal; uma Assembleia de Compartes da Freguesia da Malcata; e um *Forum* Florestal com sede no concelho, estrutura federativa que integra Organizações de Produtores Florestais.

Existe também uma Zona de Intervenção Florestal (ZIF) na Malcata que engloba uma área de 1.457,5 hectares no extremo Sul da Freguesia da Malcata cuja entidade gestora é a AFLOESTRELA – Associação de Produtores Florestais da Beira Alta, sediada na Guarda.

O Perímetro Florestal do Alto Côa foi criado em 1956 e é composto por quatro baldios pertencentes às Freguesias de Aldeia Velha, Fóios, Malcata e Quadrazais, ocupa 2.090 hectares e é administrado em regime de cogestão pelo ICNF e os Compartes. As funções gerais que lhe estão atribuídas são a produção de madeira, a pastorícia, a produção de cogumelos e a caça.

Dado o risco elevado de incêndio rural, as freguesias do Sabugal estão classificadas como territórios vulneráveis (Portaria nº 301/2020, de 24 de dezembro) estando assim abrangidas por medidas de política específicas nomeadamente Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem (PRGP), Áreas Integradas de Gestão da Paisagem (AIGP) e Condomínios de Aldeia (CA). Encontram-se já aprovados uma Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) “Terras do Lince – Malcata” (Sabugal e Penamacor) e um Condomínio de Aldeia na Freguesia da Malcata.

Estes programas visam a alteração do uso e ocupação do solo, sendo de esperar impactos positivos futuros na agricultura e floresta, pelo que importaria criar uma mais ampla relação entre a atividade agropecuária e a exploração florestal.

3.2 Padrão de especialização produtiva do Sabugal

➤ Visão de síntese

O perfil de especialização produtiva da economia local do Sabugal apresenta uma clara vocação agroflorestal e pecuária muito características dos territórios de baixa densidade demográfica e do interior do país, aliando a presença simultânea de importantes valores naturais e de uma paisagem pouco humanizada, cujas tendências de evolução recente no domínio económico, são igualmente características de territórios de baixa densidade, nomeadamente:

- predominância das atividades agrícolas de subsistência com base numa estrutura fundiária de pequena dimensão e fragmentada em parcelas;
- fragilidade da base económica local, assente em sectores tradicionais, dirigidos maioritariamente para o mercado local/regional e com uma fraca mobilização de fatores dinâmicos de competitividade;
- subaproveitamento económico do potencial dos recursos endógenos, nomeadamente do vasto património natural e também histórico-cultural;
- escassez de iniciativa empreendedora do tecido empresarial local, de pequena dimensão e com escasso dinamismo de mercado;
- incapacidade empresarial e institucional de desenvolvimento de redes que favoreçam a inovação e o aumento da massa crítica dos negócios;
- baixa capacidade de atração de investimento externo e de afirmação de uma cultura empreendedora;
- inexistência de rede de serviços e empresas que possibilitem relações comerciais de proximidade em sectores não ligados ao mundo rural; e
- observação permanente e sistemática de elevados ritmos de repulsão demográfica alimentados pelos fluxos de mobilidade da população ativa e jovem para territórios de proximidade mais dinâmicos ou mesmo para o litoral ou o exterior onde as oportunidades de emprego e fixação poderão ser mais aliciantes.

Este tipo de espaços rurais já não cumprem somente o papel de abastecedores privilegiados dos centros urbanos, mas passam a assumir-se também como autênticos espaços multifuncionais, evidenciando-se como reservas naturais e ecológicas, simbólicas e patrimoniais, espaços com um potencial turístico e de lazer, laboratórios educativos e de experimentação do saber-fazer local e dos produtos tradicionais, espaços industriais de proximidade à matéria-prima, espaços de valorização e projeção de eventos de matriz cultural, etc.

Ora, o desafio maior do desenvolvimento de um território matizado pelos condicionalismos inerentes à baixa densidade e às dificuldades de atração de investimento externo, mas podendo afirmar-se progressivamente como um espaço multifuncional e permanecendo como um espaço de produção agropecuária e florestal, consiste precisamente em promover uma rede de indústrias e de serviços potenciadores da valorização dos seus recursos endógenos, mas sempre baseados numa trilogia de **Qualidade - Identidade - Diferenciação**, cujo reconhecimento pelo mercado e pelos cidadãos consumidores é, hoje, cada vez mais notório.

Em todo o caso, para dispor de uma melhor compreensão das atividades que estruturam a base económica do concelho e que marcam de forma inequívoca a sua especialização produtiva, recorreu-se a um indicador estrutural que possibilita analisar a importância relativa de um determinado setor de atividade no concelho face ao que representa no conjunto da região em que esse mesmo concelho se integra. Ou seja, trata-se de determinar os correspondentes Quocientes de Localização (QL)¹⁹.

A leitura do Quadro seguinte identifica, por um lado os setores de atividade em que o território do Sabugal revela uma notória especialização produtiva centrada especialmente em dois setores económicos, a saber: A - agro-pecuária e florestal e F – construção, na medida em que os correspondentes rácios $QL > 1$, isto é, a sua proporção de representação no concelho do Sabugal é superior àquela que se verifica para a região NUTIII - Beiras e Serra da Estrela na qual se encontra integrado e, por outro lado, verifica-se que, de um modo geral, a sua evolução no período 2011-2021 acentua mesmo a tendência de reforço daqueles setores ou pólos de especialização.

¹⁹ A expressão de cálculo é a seguinte: $QL = \frac{x_i^S / \sum_i x_i^S}{x_i^R / \sum_i x_i^R}$

Onde QL , Quociente de Localização; x_i^S , valor da variável relativa à atividade i na região S (Sabugal); $\sum_i x_i^S$, valor do somatório das atividades i da região S (Sabugal); x_i^R , valor da variável relativa à atividade i na região R (Beira e Serra da Estrela); e $\sum_i x_i^R$, valor do somatório das atividades i da região R ((Beira e Serra da Estrela).

Quocientes de Localização “Sabugal - NUT III Beiras e Serra da Estrela”

Ramos de Atividade Económica	Estabelecimentos		Pessoal ao serviço nos estabelecimentos	
	2011	2021	2011	2021
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,34	1,34	1,48	1,83
B – Indústrias extrativas	0,96	0,53	0,13	-
C - Indústrias Transformadoras	1,10	1,11	0,94	0,55
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1,01	0,78	-	-
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	0,75	0,50	-	-
F – Construção	2,09	1,97	1,49	1,73
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	0,85	0,85	0,96	1,02
H - Transportes e armazenagem	1,29	1,10	1,06	-
I - Alojamento, restauração e similares	1,19	1,08	1,20	1,00
J - Atividades de informação e de comunicação	0,47	0,56	0,24	0,20
L - Atividades imobiliárias	1,03	0,82	0,93	0,87
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	0,49	0,61	0,71	0,90
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	0,65	0,87	0,57	0,78
P – Educação	0,45	0,32	0,71	0,42
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	0,72	0,59	0,79	0,71
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	0,32	0,29	-	0,33
S - Outras atividades e serviços	0,80	0,68	1,03	1,03

Fonte: INE, Sistema de contas integradas das empresas.

Na verdade, constata-se que existem essencialmente dois setores de atividade que ilustram claramente esta tendência evolutiva, como é manifestamente o caso do setor da agricultura, pecuária e florestas que, na variável do emprego, regista no período em apreço os valores de 1,48 e 1,83 respetivamente, mas também é o caso do setor da Construção que assume os valores de 1,49 e 1,73, respetivamente para os anos de 2011 e 2021. Existem outros setores dos serviços em que os valores se encontram muito próximos de 1 e, por isso, pouco de afastam da média da sub-região em que se integra este território.

A estrutura empresarial e a composição sectorial do emprego, de acordo com dados do setor estruturado da economia, espelha globalmente uma certa dinâmica socioeconómica positiva que evidenciada pelo comportamento evolutivo do emprego no Concelho, mas também pelo expressivo acréscimo do número de estabelecimentos existentes.

Com efeito, podemos observar através da leitura do Quadro que se segue que se verificou, no período compreendido entre 2011 e 2021, um aumento de 113 postos de trabalho (+5,3%) e um aumento muito expressivo de 251 novos estabelecimentos (+21,3%), sendo que o ramo de atividade agro-pecuário e florestal assumiu neste período um contributo decisivo para o desempenho da performance da economia local sob esta perspetiva e compensando mesmo algumas fragilidades na evolução de

alguns outros ramos de atividade económica como é ilustrado pelos dados estatísticos compilados no Quadro da página seguinte.

Em termos sectoriais o padrão de evolução recente (2011-2021) evidencia os seguintes traços de caracterização principal:

- crescente atratividade das atividades primárias, não só numa vertente de produção para autoconsumo e para o mercado local, mas também numa lógica mais empresarial visível, por exemplo, no aumento do número de estabelecimentos existentes e do emprego criado na agricultura, pecuária, florestas, caça e pesca, assim como no número de jovens agricultores que se instalam pela primeira vez. Assim este setor de atividade económica registou um comportamento evolutivo relevante, tendo mais que duplicado o número de estabelecimentos e também o emprego que lhe está associado, o que muito contribui para a matriz de especialização produtiva deste território;
- moderada expressão das atividades secundárias, as quais representam cerca de 22,5% dos estabelecimentos existentes e absorviam aproximadamente 26,2% do pessoal ao serviço, em 2021, observando-se uma concentração no sector agroalimentar e na fabricação de produtos metálicos, ligados ao setor da construção civil;
- elevada terciarização da economia, sobretudo assente no comércio tradicional e nos serviços de natureza social, destacando-se a importância empregadora destas atividades (as atividades de saúde humana e apoio social concentram cerca de metade do total de estabelecimentos, em 2021); os setores de comércio e os restantes serviços representavam aproximadamente 47,5% do emprego nesse mesmo ano.

De um modo geral, a evidência dos elementos estatísticos constantes do Quadro seguinte aponta para um ténue dinamismo da economia local observado na década no decurso da qual o setor primário uma tendência de reforço muito expressivo, o que se verificou igualmente nalgumas atividades do setor dos serviços, o que determinou vincadamente não só o aumento do número de estabelecimentos, mas sobretudo o número de novos postos de trabalho criados.

Esta trajetória evolutiva, a manter-se e mesmo reforçar-se a curto prazo, constituirá um fator de esperança para se conseguir maior robustez e resiliência da economia local para enfrentar no futuro riscos e constrangimentos de natureza externa.

De qualquer modo, nunca poderemos deixar de referir o facto de a promoção do empreendedorismo e da atração de investimento ter sido gradualmente estrangulada com o êxodo dos Sabugalenses com capacidade de iniciativa e quadros mais qualificados que procuraram outros locais para desenvolver as suas atividades,

estreitando a base de competências técnicas e empreendedoras do Sabugal ao longo das últimas décadas.

**Estabelecimentos e Pessoal ao serviço por localização geográfica e atividades
CAE - Concelho do Sabugal no período 2011-2021**

Ramos de Atividade Económica	Estabelecimentos		Pessoal ao serviço nos estabelecimentos	
	2011	2021	2011	2021
A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	113	399	133	456
B – Indústrias extrativas	3	1	3	..
C - Indústrias Transformadoras	85	81	399	237
D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio	1	7	..	11
E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição	2	1	..	..
F - Construção	274	232	426	341
G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos	255	227	501	487
H - Transportes e armazenagem	47	36	114	..
I - Alojamento, restauração e similares	145	131	213	184
J - Atividades de informação e de comunicação	4	9	7	12
L - Atividades imobiliárias	14	20	14	22
M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares	46	69	72	105
N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio	55	89	60	91
P – Educação	37	21	53	23
Q - Atividades de saúde humana e apoio social	48	59	60	75
R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas	6	7	..	7
S - Outras atividades e serviços	45	42	61	61
Total	1180	1431	2130	2243

Fonte: INE, *Sistema de Contas Integradas das Empresas*.

Em todo o caso, existe uma diáspora muito expressiva de técnicos e profissionais oriundos do Sabugal que mantém, porventura, uma profunda ligação afetiva á sua terra de origem e que poderão naturalmente contribuir para a estruturação de uma rede solidária de contactos e iniciativas conducentes a uma maior e mais eficaz projeção de imagem interna e externa do Sabugal e dos seus principais ativos territoriais com o objetivo de mobilizar esforços para despertar o interesse de potenciais empresas e investidores institucionais numa possível presença e localização no concelho.

O Município do Sabugal tem procurado melhorar as condições de fixação e atração empresarial, nomeadamente através da infraestruturação de áreas de localização empresarial, com lotes de terreno cedidos a preços simbólicos e a criação do *Centro de Negócios Transfronteiriço do Soito*, onde alguns pequenos negócios podem encontrar condições adequadas ao seu desenvolvimento.

No entanto, sem intervenções mobilizadoras de recursos, que possam servir de base de sustentação para novas atividades, dificilmente se fixarão no Sabugal empresas e atividades que façam a diferença em termos de inovação, emprego e criação de riqueza.

A criação de um centro de recolha e processamento de produtos agrícolas no Soito, assim como o **Parque de Leilões de Gado** (iniciativa da CoopCôa - Cooperativa Agrícola do Concelho do Sabugal, CRL., nas instalações da antiga Colónia Agrícola de Martim Rei) , são alguns dos investimentos/ atividades que podem contribuir para reforçar o espírito cooperativo e ganhar massa crítica e capacidade para aceder a mercados mais valorizados.

No entanto, valerá a pena sinalizar a necessidade de promover a realização de investimentos de modernização das instalações desta infraestrutura de apoio indispensável à atividade agro-pecuária dominante no concelho, garantindo igualmente as melhores condições para a receção e encaminhamento dos efetivos pecuários e do seu bem-estar animal

A proximidade à Guarda, Covilhã, Castelo Branco e Salamanca e aos seus importantes polos de conhecimento e inovação, a par da qualidade dos recursos endógenos do Sabugal, constituem argumentos determinantes para, enquadrados numa estratégia regional transfronteiriça, atrair investimento, sobretudo de 1ª e 2ª transformação agrícola e florestal, orientados para os mercados regionais e/ou europeus.

➤ **Incentivos municipais ao investimento**

O Município do Sabugal deliberou, em 2020, promover a conceção e implementação de um programa municipal de fomento de empreendedorismo e do investimento²⁰ designado “**Sabugal Investe**” que visa a promoção do desenvolvimento económico no concelho, através de um conjunto de medidas e ações, designadamente consubstanciadas num conjunto articulado e coerente de incentivos fiscais e financeiros, bem como de outro tipo de mecanismos facilitadores do acesso a infraestruturas de acolhimento e apoio empresarial, com o objetivo de dinamizar e impulsionar o tecido empresarial e a criação de emprego a nível local. Este Programa Municipal de Empreendedorismo e Emprego, encontra-se estruturado em três eixos: *Eixo I - Atração*

²⁰ Vide Regulamento n° 974/2020 de 4 de novembro do Município do Sabugal, publicado no Diário da República n° 215, Parte H, de 4 de novembro. Trata-se do **Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais de Interesse Municipal**, o qual foi mais tarde objeto de uma Primeira Alteração, em 2023, a fim de clarificar e também densificar a tipologia de benefícios fiscais e financeiros, bem como outras formas de apoio às empresas que se instalem no concelho e corporizem um manifesto interesse público municipal.

de novas iniciativas empresariais; Eixo II - Apoio às atividades económicas setor primário; Eixo III - Estímulo das atividades económicas.

Em idêntico sentido, ao longo da última década, o Município do Sabugal vem tomando um conjunto de medidas facilitadoras/incentivadoras do investimento privado, criando um clima propício à atração/fixação de novos atores empresariais, de que se destaca, pela sua importância:

(a) *Instrumentos Regulatórios*

- Regulamento de Apoio a Iniciativas Empresariais de Interesse Municipal que: (i) cria condições para a cedência a preços bonificados de terrenos agrícolas; (ii) apoia financeiramente e de forma direta a instalação e manutenção de empresas; (iii) apoia iniciativas de empreendedorismo; (iv) cria apoios à empregabilidade; (v) apoia investimentos na modernização empresarial e na promoção e/ou internacionalização de empresas; e (vi) garante apoio técnico especializado às empresas.
- Regulamento de Gestão de Instalações Municipais disponíveis para a Atividade Económica que, entre outras, cede, a preços bonificados, imóveis nas Zonas Industriais e imóveis para comércio e turismo.

(b) *Regime de Fiscalidade, Taxas e Licenças.* O Município tem vindo adotar uma política de incentivos ao investimento no campo da fiscalidade, das taxas e licenças, nomeadamente: (i) - Total isenção de derrama sobre as empresas; e (ii) Isenção total ou parcial de licenciamento industrial.

(c) *Espaços de Acolhimento Empresarial.* O cruzamento da informação municipal com a constante no Portal InCENTRO (CCDRC), permite identificar os seguintes espaços de acolhimento/fixação de empresas.

- Zonas de Acolhimento Empresarial (Parque Empresarial João Paulo II - Sabugal; Zona de Localização Empresarial - Eco-Parque - Alto do Espinhal);
- Incubadoras de Empresas (Centro de Negócios Transfronteiriço – Soito);
- Espaços de Cowork (Águas Belas, Alfaiates, Aldeia do Bispo, Aldeia da Ponte, Aldeia de Santo António, Aldeia Velha, Bendada, Casteleiro, Cerdeira do Côa, Foios, Lageosa, Malcata, Quadrazais, Quintas de S. Bartolomeu, Rapoula do Côa, Rendo, Ruvina, Sabugal, Santo Estevão, Soito e Vale de Espinho).

O Município dispõe, assim, de instrumentos legais e de gestão local, devendo providenciar a própria monitorização da sua aplicação efetiva, por via da identificação e caracterização dos beneficiários empresariais e, muito particularmente, dos resultados e contributos efetivos para o robustecimento da base económica do

concelho e ampliação dos efeitos de arrastamento de outras iniciativas empresariais e de investimento no território.

Sob este ponto de vista, importaria, em primeiro lugar, seriar todas as entidades de natureza empresarial, associativa ou cooperativa que se encontram sediadas nas Áreas de Acolhimento Empresarial do Sabugal²¹ e, em segundo lugar, ponderar a recolha e sistematização dos principais elementos que configuram o seu próprio desempenho económico e o respetivo contributo para o desenvolvimento da economia local e, consequentemente, da sua projeção de imagem interna e externa.

➤ **Atividades transformadoras**

O Concelho do Sabugal não tem grande tradição industrial, sendo as atividades transformadoras constituídas essencialmente por microempresas, com uma dimensão média de 8,3 pessoas ao serviço por estabelecimento e que se destinam essencialmente ao mercado local. A atividade industrial do Concelho do Sabugal é, essencialmente, caracterizada por:

- (i) Presença significativa de indústrias agroalimentares, as quais representam cerca de 1/4 dos estabelecimentos e do emprego, em 2011. Estas indústrias estão na sua maioria relacionadas com a transformação de produtos primários, destacando-se as empresas de produção de mel, de fabrico de enchidos e as queijarias.

Neste último ramo destaca-se a Lactibar - Lacticínios do Sabugal, SA. com mais de 30 anos de atividade fabricando queijos de leite de vaca (70%) e de ovelha e cabra, que coloca cerca de 95% no mercado nacional e o restante no “mercado da saudade” (sobretudo Austrália, Inglaterra, Alemanha e França). A empresa com cerca de 70 pessoas ao serviço recebeu o Prémio PME Excelência em 2012 e tem-se deparado com problemas de abastecimento de matéria-prima (leite de cabra).

- (ii) Existência de cerca de uma dezena de unidades de fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamento, representando cerca de 1/4 dos estabelecimentos existentes, que se referem, sobretudo, a pequenas serralharias; recentemente tem-se assistido ao encerramento de alguns deles e à consequente diminuição da importância das indústrias em termos de emprego.

²¹ Neste contexto, seria particularmente útil a conceção e implementação de um Inquérito simplificado a todas as entidades sediadas nestas Áreas de Acolhimento Empresarial, sob reserva da existência de segredo estatístico em alguns casos, e sempre com o apoio do Município, responsável máximo pela gestão deste tipo de infraestruturas públicas municipais.

- (iii) Importância empregadora de uma fábrica de vestuário, responsável por mais 100 postos de trabalho, com instalação recente de uma nova unidade no Concelho.
- (iv) Dinâmica relativa das unidades de fabricação de mobiliário e de colchões, com instalação de um novo estabelecimento e com ligeiro aumento do pessoal ao serviço.
- (v) Crescimento do emprego nas unidades existentes relacionadas com a impressão e reprodução de suportes gravados.
- (vi) Presença de unidades industriais em outros domínios como a indústria da madeira e da cortiça e suas obras exceto mobiliário, a fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas, a fabricação de outros produtos minerais não metálicos e a fabricação de máquinas e de equipamentos²².

Relativamente ao comportamento evolutivo dos Quocientes de Localização no período 2011-2021, ilustrado pelos dados contidos no Quadro seguinte, o conjunto das indústrias transformadoras registou uma expressiva diminuição relativa em termos de emprego, ou seja, o correspondente quociente de localização sofreu uma diminuição de cerca de 41%, não obstante o número de estabelecimentos ter observado um muito ligeiro aumento de 1,1%.

A leitura mais atenta deste Quadro, permite observar uma dinâmica positiva das indústrias alimentares e da indústria de fabricação de mobiliário e colchões que são efetivamente detentores de níveis interessantes de especialização relativa no quadro da NUT III - Beiras e Serra da Estrela, mostrando inclusivamente um comportamento evolutivo estável, seja no que respeita aos estabelecimentos existentes, mas sobretudo ao emprego que representam.

Em contraste com esta situação, ocorrem diminuições apreciáveis deste tipo de indicadores nos casos da indústria do vestuário, nas indústrias da madeira e cortiça e também na fabricação de produtos metálicos, máquinas e equipamentos que revelam um comportamento evolutivo regressivo, indiciando deste modo uma mudança qualitativa do perfil de especialização produtiva a nível sub-regional no sentido de uma clara e inquestionável melhoria de posicionamento relativo de atividades da área do cluster agroalimentar ou então mais diretamente associadas a uma vertente

²² Com sede no Sabugal, a OLIPAL, Máquinas é uma das maiores empresas de comercialização de máquinas e ferramentas para a indústria: Metalomecânica, Construção Metálica e Serralharia, Aeronáutica, Construção Naval, Construção Automóvel, Indústria do Frio, Tornearia Mecânica, Componentes Elétricos, Mobiliário Metálico, Mobiliário Urbano, Caixilharia de Alumínio, Aço e PVC. Tem clientes em todo o País e no estrangeiro, tendo duas filiais, uma em Ribeirão (Famalicão) e outra em Palmela.

produtiva e transformadora associada a um certo saber-fazer tradicional e/ou de maior proximidade de um certo tipo de recursos naturais (ex. madeira e cortiça).

Quocientes de Localização das Indústrias transformadoras “Sabugal - NUT III Beiras e Serra da Estrela”

Atividade Económica CAE	Sabugal – NUT III Beiras e Serra da Estrela			
	estabelecimentos		pessoal ao serviço	
	2011	2021	2011	2021
Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	1,3426	1,3386	1,4847	1,8289
Agricultura, produção animal, caça e atividades dos serviços relacionados	1,3770	1,3050	1,5991	1,8079
Silvicultura e exploração florestal	0,8243	2,3105	..	2,0646
Pesca e aquicultura	0,0000	0,0000	..	0,0000
Indústrias transformadoras	1,0962	1,1082	0,9384	0,5515
Indústrias alimentares	0,9736	1,2259	1,2240	1,2741
Indústria das bebidas	0,3911	0,0000	..	0,0000
Indústria do tabaco	0,0000	0,0000	..	..
Fabricação de têxteis	0,8613	0,5108	0,1305	..
Indústria do vestuário	0,9273	1,1212	1,6310	0,5281
Indústria do couro e dos produtos do couro	0,0000	0,0000	..	0,0000
Indústrias da madeira e da cortiça e suas obras, exceto mobiliário;	1,5166	1,4859	1,3108	0,8476
Fabricação de pasta, de papel, de cartão e seus artigos	0,0000	0,0000	0,0000	..
Impressão e reprodução de suportes gravados	0,8914	0,5932	..	..
Fabricação de coque, produtos petrolíferos refinados e de aglomerados de	..	..	..	..
Fabricação de produtos químicos e de fibras sintéticas ou artificiais, exceto	0,0000	1,0816	0,0000	..
Fabricação de produtos farmacêuticos de base e de preparações	..	0,0000	..	..
Fabricação de artigos de borracha e de matérias plásticas	2,1294	1,1492	..	..
Fabricação de outros produtos minerais não metálicos	0,6666	0,7583	0,7872	0,7013
Indústrias metalúrgicas de base	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Fabricação de produtos metálicos, exceto máquinas e equipamentos	1,5620	1,4661	1,1583	0,6990
Fabricação de equipamentos informáticos, equipamento para comunicações	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Fabricação de equipamento elétrico	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Fabricação de máquinas e de equipamentos, n.e.	1,4742	1,2259	..	..
Fabricação de veículos automóveis, reboques, semi-reboques e	0,0000	0,0000	0,0000	..
Fabricação de outro equipamento de transporte	0,0000	0,0000	..	..
Fabrico de mobiliário e de colchões	2,0718	2,2985	3,5516	3,3377
Outras indústrias transformadoras	0,6844	1,0816	..	..
Reparação, manutenção e instalação de máquinas e equipamentos	0,0000	0,0000	0,0000	0,0000
Total CAE	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

Fonte: INE: Sistema de Contas Integradas das Empresas.

Relativamente às indústrias alimentares que, como vimos anteriormente, assumem uma posição com algum destaque no quadro da especialização produtiva do concelho a nível da sub-região em que se integra (vd. valores do QL de 1,224 e 1,274, respetivamente para os anos de 2011 e 2021), valerá mesmo a pena sublinhar a presença importante de um conjunto de produções que já evidenciam claramente uma certa dinâmica empresarial, como seja o caso da produção de laticínios (queijos de marca distintiva consagrada no mercado Lactibar), mas também referir o caso da produção de carne de bovino que tem observado nos últimos anos uma procura

crescente, o que naturalmente implica igualmente um efeito a montante de arrastamento da atividade agropecuária.

Numa outra dimensão, mas não menos importante, merece igualmente uma referência simbólica a expressiva atividade da panificação, mas também a atividade de produção de mel que, encontrando-se ainda numa fase embrionária, parece refletir uma aparente dinâmica empresarial para aumentar a sua produção, garantindo elevados parâmetros de qualidade, tendo em vista uma presença mais afirmativa junto dos consumidores a nível do mercado interno.

A4. - TURISMO, PATRIMÓNIO E CULTURA

A riqueza dos valores do património natural e cultural do Alto Côa tem uma concentração acentuada no Sabugal que fundamenta uma abordagem de valorização económica das atividades do triângulo Cultura, Património e Turismo a enquadrar nas prioridades e nos objetivos estruturantes do Plano Estratégico Sabugal 2035.

Trata-se de assumir um papel central na afirmação deste território como um espaço atrativo para viver, investir e visitar, mas também no reforço da identidade do Sabugal, no contexto regional, nacional e ibérico. A concretização de diversas intervenções emblemáticas (classificação da Estação Arqueológica de Sabugal Velho, o registo da Capeia Arraiana como Património Cultural Imaterial Nacional, a Estação Náutica do Alto Côa, o prestígio do Festival da Bendada, ...), constituem motivos adicionais de visita para o Concelho.

4.1 Recursos naturais, históricos e culturais de valia turística

Neste Diagnóstico Territorial procede-se a uma sistematização dos vetores-chave de um conjunto diversificado de recursos naturais, históricos e culturais que o Concelho do Sabugal possui e que têm revelado potencial de aproveitamento e valorização turística, tanto maior quanto forem explorados numa ótica integrada e em estreita articulação com os concelhos da envolvente territorial Beira Interior Norte/Raia Central. As alíneas sintetizam esses recursos:

(a) Património Natural

O Sabugal possui um património natural ímpar, que conjuga a existência do Rio Côa, com a Serra da Malcata e a Serra das Mesas com paisagens únicas. Este conjunto de elementos naturais possui um elevado valor ambiental em termos de preservação da biodiversidade e de manutenção dos ecossistemas.

- **Serra da Malcata:** A singularidade da Serra e do seu património natural conferiram-lhe o estatuto de Área Protegida (Reserva Natural da Serra da Malcata), em 1981. A Serra apresenta uma grande diversidade de fauna e flora, sendo de destacar a presença do carvalho negral, os azinhais e os bosques de amieiro e freixo, nas margens dos cursos de água. A Serra da Malcata apresenta potencialidades para a prática de turismo de natureza, nomeadamente, para a realização de passeios pedestres, equestres e BTT e para observação de aves²³.
- **Rio Côa:** O Côa, com nascente na freguesia dos Fóios, na Serra das Mesas, constitui um elemento natural com forte presença no Concelho. No passado foram realizados vários investimentos (públicos e privados) ao longo das margens ribeirinhas, com destaque para a Barragem do Sabugal, onze praias fluviais e zonas de lazer nas margens do Rio e da albufeira da Barragem de Alfaiates, a par de um conjunto de outras infraestruturas e equipamentos (p.ex., a TrutalCôa - Truticultura do Alto Coa, entre Quadrazais e Vale de Espinho, que oferece um espaço de lazer junto ao viveiro de trutas, espaço para pesca desportiva e parque de merendas com bar e restaurante).
- **Estação Náutica do Alto Côa (ENAC)-** inserida na *Estratégia de Turismo Cultural em Águas do Interior (TCAI)*²⁴, um dos seus componentes estruturantes visa criar um ponto de atração de atividades ligadas à náutica e ao turismo cultural e de natureza.
- A ENAC comportará a oferta de um destino de desporto e lazer, abrangendo a competição (remo e canoagem em altitude) e o lazer familiar (da aprendizagem à prática livre), num território vasto e tranquilo, que inclui a atmosfera sadia e rural do Alto Côa, a Albufeira do Sabugal e a natureza da Serra da Malcata, configurando um 'Polo náutico de altitude: da competição ao lazer'.
- **Termalismo:** O Concelho possui um conjunto de recursos termais, que levaram à construção de um Balneário nas Termas do Cró (na freguesia da Rapoula do

²³ O Regulamento do Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata determinava um conjunto de regras e restrições que condicionou a prática do turismo de natureza, mas as alterações havidas nesse Regulamento atenuaram essas restrições.

²⁴ O Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo Cultural em Águas de Interior Guarda-Sabugal insere-se na promoção turística do território, empreendida pelas Câmaras Municipais da Guarda e do Sabugal e o Grupo de Ação Local (GAL) Pró-Raia, tendo por base um estudo prévio ao nível da identificação de produtos turísticos ligados às albufeiras do Caldeirão e do Sabugal.

A Estratégia TCAI responde às grandes tendências de evolução em curso que determinam os campos de possibilidades para o desenvolvimento de territórios com base na atividade turística e nos ativos culturais regionais.

Cró), entretanto abandonado. Recentemente as Termas do Cró foram recuperadas com a construção de um novo balneário com equipamentos modernos e aliando as características das águas a novos tratamentos e diversas valências SPA.

- **Serra das Mesas:** A nascente do rio Côa situa-se na Serra das Mesas, freguesia dos Fóios, com origem no lençol freático do Lameirão. A Associação de Desenvolvimento Regional Territórios do Côa está a desenvolver um projeto para o delineamento de um percurso pedestre (com a possibilidade inclusão de percursos equestres e BTT) entre a nascente e a foz do Côa, ao longo de cerca de 200 km, atravessando os concelhos do Sabugal, Almeida, Pinhel, Figueira de Castelo Rodrigo e Vila Nova de Foz Côa.

(b) Património edificado

O Concelho dispõe de um conjunto bastante diversificado de edifícios e outras estruturas com um alto valor patrimonial salientando-se:

- **Aldeia Histórica:** Sortelha.
- **Castelos medievais:** Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior. Os castelos do Sabugal (e o que resta da respetiva muralha), Sortelha e Alfaiates estão classificados como Monumentos Nacionais (o Castelo de Vilar Maior está classificado como Imóvel de Interesse Público).
- **Património religioso:** igrejas românicas, nomeadamente a Igreja da Misericórdia de Alfaiates, de origem árabe, a Igreja de Nossa Senhora do Castelo em Vilar Maior (estas duas igrejas estão classificadas como Imóveis de Interesse Público) e a Igreja da Misericórdia do Sabugal; igrejas com características tardo-renascentistas e maneiristas: Igreja Matriz de Alfaiates e Capela de Nossa Senhora do Monte, na Cerdeira; igrejas com características Barrocas: Igreja do Convento de Sacaparte e a Igreja Matriz de Vilar Maior (Imóvel de Interesse Municipal). De destacar a importância do património judaico, o qual faz parte da Rota das Antigas Judiarias.
- **Outros imóveis de Interesse Público e Municipal:** pelourinhos de Alfaiates, Sortelha, Vila do Touro, Vilar Maior e fragmentos do Sabugal; pontes romanas de Aldeia da Ponte, de Sequeiros (Valongo) e Vilar Maior; Convento e Cruzeiro de Sacaparte; e o Cruzeiro de Aldeia da Ponte classificado como Património de Interesse Municipal.

(c) Património arqueológico

O Concelho do Sabugal é reconhecido pela riqueza do seu património arqueológico proto-histórico e medieval. Os vestígios arqueológicos encontram-se bastante presentes no que integra a região portuguesa com maior número de achados de estelas da Idade do Bronze Final. No património arqueológico do Concelho do Sabugal, salienta-se também o legado da ocupação romana durante quatro séculos deste território, de que a Calçada dos Amiais (Aldeia de Santo António) é um exemplo.

O IGESPAR identifica 170 sítios arqueológicos, **de que** se destacam as Ruínas do povoado de Sabugal Velho, situadas no Cabeço da Senhora dos Prazeres, na freguesia de Aldeia Velha, cuja primeira ocupação parece remontar a finais da Idade do Bronze (século XI a.C.) com ocupações até à II Idade do Ferro (séculos V - II a.C.), e cuja estação arqueológica foi recentemente classificada como Sítio de Interesse Público. As ruínas do povoado de Caria Talaia, a Atalaia do Carrascal, o Dólmen de Sacaparte e as Gravuras Rupestres da Idade do Bronze de Vilar Maior, são outras das referências no vasto património arqueológico do Concelho do Sabugal.

O Museu Municipal do Sabugal apresenta, desde junho de 2006, uma exposição permanente de base arqueológica, com objetos recolhidos no Concelho, que permite contar a história da ocupação do Homem nas terras de Riba Côa ao longo dos séculos. Estão representadas diferentes épocas: Pré-História - pedra lascada, pedra polida, machados de pedra e bronze, estelas pré-históricas, fíbulas, contas de colar; época romana - coleção de epigrafia com inscrições funerárias e votivas, e dois marcos miliários; Idade Média - objetos que datam da ocupação leonesa e da pertença das terras à coroa portuguesa, após a assinatura do Tratado de Alcanizes (1297).

Este conjunto de referências poderá contribuir para uma estratégia de desenvolvimento cultural e turístico do Concelho, beneficiando das sinergias resultantes da integração numa Rota de Valorização do Património Arqueológico do Vale do Côa, centrada no Parque Arqueológico do Vale do Côa e Museu do Côa.

(d) Património etnográfico, cultural e imaterial

No património de natureza mais etnográfica e cultural salienta-se quer o artesanato e a gastronomia, quer a existência de uma paleta de eventos festivos de raiz popular. Pela sua dimensão e efeito aglutinador, destaca-se a

- **Capeia arraiana**, manifestação tauromáquica popular única no mundo, a qual constitui a primeira manifestação cultural imaterial registada como Património Cultural Imaterial no Inventário Nacional do Instituto dos Museus e da Conservação (IMC), tendo em conta o seu valor enquanto manifestação popular e etnográfica.

- **Artesanato:** Produção artesanal de sabões (Lomba); Madeira (castanho que tem elevado valor estético na decoração); Tecelagem, em especial em bracejo, (Sortelha); Ferro forjado; Trabalhos em pedra; Olaria e Cerâmica; Produção agroalimentar (enchidos, compotas, mel, pão e queijo de leites de vaca, ovelha e cabra); Bordados e Cabedal.
- **Gastronomia:** Cabrito assado, enchidos, bucho raiano, caldo de vagens secas, caldo escoado, peixe e trutas do rio Côa (nomeadamente, trutas de escabeche), caça, com destaque para o javali e coelho-bravo, pão leve, queijo de cabra, caldo verde, papas de milho, caldeirada de cabrito, pita amarela, ovos esquecidos, santoros, e doçaria tradicional (aletria, rabanadas, coscorões, ovos pintados, fatias douradas, biscoitos “esquecidos”, bolo saloio e bolo pardo).

No âmbito do património gastronómico do Sabugal, o Bucho raiano merece uma referência especial pela genuinidade desta “peça gastronómica” da raia sabugalense, que tem sido valorizado e divulgado pela ação da Confraria do Bucho Raiano.

A oferta de alojamento do Concelho é essencialmente constituída por estabelecimentos de Turismo em Espaço Rural (TER) - cf. quadro seguinte com base em dados do INE.

Estabelecimentos de alojamento turístico (n.º) na Região Centro e Sabugal (2022)

	Centro	Sabugal
Estabelecimentos de alojamento turístico (N.º)	1.461	15
Hotelaria (N.º)	379	-
Turismo no espaço rural e de habitação (N.º)	432	10
Alojamento local (N.º)	650	5
Estabelecimentos de alojamento turístico total (capacidade)	65.232	281
Hotelaria (capacidade)	42.388	-
Turismo no espaço rural e de habitação (capacidade)	15.926	124
Alojamento local (capacidade)	6.918	157

Fonte: INE, Inquérito à permanência de hóspedes na hotelaria e outros alojamentos.

O cruzamento destes dados com estatísticas publicadas pelo Turismo de Portugal e informação proveniente da Câmara Municipal do Sabugal pode revelar-se mais próxima da realidade do alojamento, nomeadamente da importância do TER e do Alojamento local no Concelho. A existência de uma oferta crescente de unidades de alojamento em espaço rural, com predominância de Casas de Campo e alguma concentração nas freguesias do Sabugal e Sortelha, encontra-se expressa na Tabela.

Alojamentos Turísticos no Concelho, por freguesia e categoria de alojamento

Freguesia	Categoria	Capacidade
Aldeia da Ponte	Alojamento Local	2 quartos
Aldeia do Bispo	Casa de Campo	4 quartos 6 camas
Aldeia Velha	Turismo Rural	5 quartos, 9 camas
Alfaiates	Alojamento Local	25 quartos, 37 camas
	Casa de Campo	1 quarto
Bendada	Alojamento Local	6 quartos, 7 camas
Casteleiro	Alojamento local	3 quartos
Malcata	Alojamento Local	sem informação
	Estabelecimento de Hospedagem	sem indicação da capacidade
Quadrzais	Casa de Campo	5 quartos, 5 camas
Rapoula do Côa	Alojamento Local	3 quartos, 7 camas
	Casa de Campo	3 quartos, 4 camas
	Hotel Rural	30 quartos, 60 camas (10 extra)
Rendo	Casa de Campo	4 quartos
Soito	Alojamento Local	9 quartos, 17 camas
Sortelha	Alojamento Local	18 quartos, 20 camas
	Casa de Campo	22 quartos, 24 quartos
	Moradia	17 estúdios, tipologias T0, T1, T2
UF de Aldeia da Ribeira Vilar Maior e Badamalos	Alojamento Local	1 quarto
	Casa de campo	sem indicação da capacidade
	Casa de Campo	4 quartos, 5 camas
UF de Pousafoles do Bispo, Penalobo e Lomba	Moradia	3 quartos, 4 camas
	Casa de Campo	5 quartos 9 camas
UF de Ruvina, Ruivós e Vale das Éguas	Casa de Campo	7 quartos (distribuídos por 4 casas); 8 camas; 3 casas T2 + 1 Casa T1
UF de Sabugal e Aldeia de Santo António	Alojamento Local	29 quartos, 45 camas
	Casa de Campo	8 quartos, 10 camas
	Moradia	4 pessoas
	sem informação	1 quarto, 3 camas
UF de Santo Estevão e Moita	Casa de Campo	1 apartamento com 2 camas, e 1 casa de 2 quartos
UF de Seixo do Côa e Vale Longo	Casa de Campo	8 unidades de alojamento
Vila do Touro	Casa de Campo	5 quartos

Fonte: Câmara Municipal do Sabugal; e Booking.

Ao longo da década 2014/2024, verificou-se um crescimento acentuado da capacidade de alojamento que se situa atualmente em 232 quartos e cerca de 360 camas, tendo mais que duplicado o número de freguesias com alojamento turístico, com destaque para o alojamento local, a par de um aumento das casas de campo. No alojamento clássico, encontra-se em obras de remodelação um hotel, não registado nesta tabela.

Os números fornecidos pela CMS evidenciam uma forte sazonalidade centrada na Páscoa (com forte presença de espanhóis) e nos meses de Verão de junho a agosto (neste mês, os residentes em França chegam a representar 30% dos visitantes). De acordo com a informação extraída dos visitantes que procuram informação nos Postos de Turismo da Câmara Municipal do Sabugal, na Aldeia Histórica de Sortelha e no Castelo do Sabugal, 80% são visitantes nacionais. Os espanhóis (10%) e os franceses (8%) constituem os principais turistas estrangeiros que procuram o Sabugal - no caso dos franceses existe uma clara influência dos sabugalenses emigrados em França, pois na maioria dos casos trata-se de amigos e familiares de portugueses emigrados.

O Concelho dispõe de infraestruturas e equipamentos de suporte à atividade turística com destaque para Museus (Museu Municipal do Sabugal, Museu de Vilar Maior e Centro Interpretativo da Capeia Arraiana de Aldeia da Ponte, Casa da Memória Judaica da Raia Sabugalense no Sabugal), Praças de touros, Termas do Cró, Centro Hípico, Albufeira das Barragens do Sabugal e de Alfaiates, praias fluviais, parques de merendas e uma empresa de animação turística associada ao Hotel Rural do Cró.

4.2. Valorização do potencial turístico

O conjunto diversificado de recursos turísticos do território, sobretudo combinando património natural e identidades culturais, tem prioridade na Estratégia e Produtos definidos no âmbito do *Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para 2027*: Oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais; Turismo de saúde; Turismo de natureza; e Gastronomia e Vinhos.

O Município do Sabugal tem desenvolvido um conjunto assinalável de iniciativas orientadas para potenciar esses recursos e tem integrado redes de intercâmbio e valorização, sendo de destacar os elementos seguintes:

- ✓ Participação em várias **Rotas Turísticas** existentes e consolidadas, nomeadamente: Rota dos 5 Castelos²⁵, Rota das Aldeias Históricas, Rota dos 4 Rios e Rota do Judaísmo.
- ✓ O **Roteiro das Pedras d'Água**, abrangendo os concelhos de Sabugal e Guarda, deverá permitir oferecer turismo de natureza e de montanha, desde o uso balnear e passeios de contemplação da paisagem acessíveis a todos, até a desportos mais exigentes como o BTT, a escalada e o montanhismo, para um público desportivo, através de um roteiro que inclui as “pedras” (geosítios e estruturas) na sua relação com a “água” (rios, ribeiras, cascatas), e em articulação com as estações náuticas, bem como com o património cultural e gastronómico da região, configurando um “Roteiro de descoberta: da água às pedras/das pedras à água”²⁶.
- ✓ Organização dos **Roteiros ‘Sabugal- Sabores e Descanso’** promoção conjunta da oferta de alojamentos e restauração distribuída pelas 5 antigas vilas medievais (Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior).
- ✓ Envolvimento como entidade parceira nas Estratégias de Eficiência Coletiva PROVERE (Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos) em **Programas de Ação** financiados pelo Mais Centro, os quais têm procurado, de uma forma sustentável, dar competitividade aos territórios de baixa densidade, através da dinamização de atividades económicas (produtoras de bens e serviços transacionáveis) inovadoras e alicerçadas na valorização de recursos endógenos.

Esses Programas temáticos/de produto integram objetivos complementares incidindo sobre os principais recursos turísticos do Sabugal e beneficiaram recentemente de processos de Reconhecimento e Qualificação (Estratégias de Eficiência Coletiva do PROVERE- Programa Regional Centro 2030):

- **"Turismo e Património do Vale do Côa"**, assente numa Estratégia que tem como base a valorização e fruição dos recursos endógenos do Vale do Côa, integrados no binómio Turismo/Património, e que sustentam a estratégia de desenvolvimento desta sub-região, numa relação privilegiada com a envolvente natural e paisagística.

²⁵ O Projeto 5 Vilas- Interpretação e promoção conjunta dos 5 castelos, constitui outra aposta recente do Município do Sabugal.

²⁶ Este Roteiro decorre de uma proposta constante do Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo Cultural em Águas de Interior Guarda-Sabugal, SaeR (janeiro de 2023).

- **"Aldeias Históricas - Valorização do Património Judaico"**, cujo objetivo prioritário é a geração de sinergias ao nível dos serviços turísticos oferecidos, tornando a associação da Rede de Aldeias Históricas e da Rede de Património Judaico (não pondo em causa a identidade própria de cada uma) num produto turístico mais atrativo, valorizado e reconhecido pelos mercados.
- **"Valorização das Estâncias Termas da Região Centro"**, cuja estratégia se enquadra no âmbito da área temática "recursos naturais para aplicações não convencionais de alto valor" e abrange um conjunto de projetos focalizados nas águas minerais com as quais se procura combinar atividades de turismo associadas a domínios da saúde e da cosmética, proporcionando o surgimento de bens e serviços mercantis com uma forte ligação territorial.
- **"Buy Nature – Turismo Sustentável em Áreas Classificadas"**, que visa: aproveitar e potenciar o turismo de natureza proporcionado pelas diversas Áreas Protegidas existentes na Região Centro (um dos seus maiores recursos), transformando-as num dos melhores destinos de natureza do País; e valorizar e apoiar projetos de alojamento, animação, gestão de espécies e habitats, bio climatismo, termas, e outros associados ao turismo de Saúde e bem-estar.

A articulação das áreas da **Cultura, Turismo e Património** com estes e outros domínios temáticos, será imprescindível para uma visão integrada das potencialidades, fraquezas, oportunidades e ameaças que caracterizam os recursos base da atividade turística e complementares na ótica da cultura, património e animação turística.

A5. - AMBIENTE, RECURSOS HÍDRICOS E ENERGIA

Esta Secção do Diagnóstico Territorial organiza informação diversa em domínios que convergem para os desafios da transição climática e da transição energética, os quais têm beneficiado de importantes instrumentos de gestão e ordenamento e têm motivado investimentos materiais e imateriais que expressam a relevância do Ambiente e Paisagem, dos Recursos hídricos e da Energia, para o futuro do Sabugal.

A. Ambiente

A.1. CETS - Carta Europeia de Turismo Sustentável

(i) *CETS Terras do Lince*: A entidade detentora e responsável pela candidatura é o ICNF, sendo a gestão operacional assegurada pelos Municípios do Sabugal, Penamacor e Almeida. Esta candidatura foi submetida à avaliação da Federação EUROPARC (Turismo Sustentável em Áreas Protegidas) em 2020, para efeitos da respetiva

certificação como destino CETS na Europa devidamente reconhecido como tal. Na verdade, trata-se de um reconhecimento autorizado pela EUROPARC - Federação Europeia de Parques Nacionais e Naturais, enquanto território qualificado como destino de turismo sustentável.

(ii) A CETS Terras do Lince dispõe de uma *Estrutura Local de Animação* (ELA) que é o órgão operativo para a sua implementação através de iniciativas previstas no Plano de Ação 2022-2026 que representa um investimento estimado de 2,7 milhões de euros. A elaboração do Plano de Ação envolveu a participação ativa de outras duas estruturas orgânicas: a Estrutura Técnica de Projeto (ETP) e o *Forum Permanente Turismo Sustentável* (FPTS) que, no seu conjunto, sustentam o modelo de gestão estratégica e operacional da CETS Terras do Lince.

A base do novo Plano de Ação assenta nas seguintes cinco temáticas:

- Temática 1-Ser/sentir as Terras do Lince (responde ao Pilar I-Identidade Territorial);
- Temática 2-Comunicação, promoção e marketing das Terras do Lince (responde ao Pilar II-Identidade Visual);
- Temática 3-Investigação e desenvolvimento/Educação e formação (responde ao Pilar III-Conhecimento);
- Temática 4-Turismo de Natureza e produtos complementares (responde ao Pilar IV-Organização);
- Temática 5-Gestão e Governança (transversal a todos os Pilares em ações relacionadas com a animação e implementação da CETS).

(iii) A EUROPARC-Federação Europeia de Parques, atribuiu ao Sabugal o galardão que reconhece os destinos turísticos baseados numa Área Protegida e/ou Classificada e que desenvolveram um trabalho de planeamento turístico do seu território, com base em princípios de sustentabilidade e seguindo uma metodologia participativa de envolvimento ativo dos parceiros locais.

(iv) Protocolo de cooperação com a Rewilding com o objetivo de promover um trabalho de parceria em diversas iniciativas relacionadas com a proteção da natureza, restauro ecológico e educação ambiental no concelho do Sabugal, incluindo o desenvolvimento de uma economia sustentável baseada na natureza.

A.2. RNSM - Modelo de Cogestão desta Área Protegida

(i) Em junho de 2021, foi constituída uma Comissão de Cogestão para a RNSM (Reserva Natural da Serra da Malcata), presidida pelo Município de Penamacor e que integra

o Município do Sabugal como Vice-Presidente, a par de um conjunto limitado de entidades locais.

(ii) Delimitação da AIGP – Área Integrada de Gestão da Paisagem de Terras do Lince - Malcata com uma área de abrangência de cerca de 4824 ha e integrada na RNSM. De um modo geral, as AIGP's visam dar resposta à necessidade de ordenamento e gestão da paisagem e do aumento da área florestal gerida a uma escala que promova a resiliência a incêndios rurais, a valorização do capital natural e a promoção da própria economia local (vd. Despacho nº 7109-A/2021, de 16 de julho).

(iii) De salientar a existência de uma articulação operativa entre as duas iniciativas mais relevantes em matéria de turismo de natureza neste território, ou seja, a CETS Terras do Lince e a Cogestão da RNSM por via da participação de uma técnica da Comissão de Cogestão na ELE -Estrutura Local de Animação da CETS Terras do Lince.

(iv) O mecanismo de Cogestão da RNSM contratualizado é sustentado por um Plano de Cogestão 2022-2024 que, por sua vez, deverá ser convenientemente articulado com o Plano de Ação da CETS para o período 2022-2026. Os órgãos de cogestão são os seguintes:

- Comissão de Cogestão - composta pelos Municípios de Penamacor e Sabugal, ICNF e por outras entidades com conhecimentos técnico-científicos;
- Conselho Estratégico - integra um vasto leque de representantes de entidades públicas e privadas de acordo com o estipulado no Despacho nº 6078/2015 de 4 de junho do SEOTCN.

(v) Indicação dos principais eixos estratégicos e correspondentes compromissos assumidos para a sua concretização:

E1 - Informação e Comunicação (Elaborar um Plano de Comunicação; Atualizar os meios de informação e divulgação sobre a RNSM; e Promover as marcas Natural.PT, Terras do Lince e Algu do Sabugal).

E2 - Melhoria das condições de visitação da RNSM (Valorizar a rede de equipamentos e de infraestruturas de apoio ao turismo e lazer na RNSM).

E3 - Visitação, educação ambiental e I&DE (Reforçar o papel do Centro de Educação Ambiental da Sra. da Graça; Promover a realização de estudos sobre o património natural da RNSM, procurando identificar fatores de ameaça e evidenciar os recursos produtivos endógenos na região - p.ex. mel, medronho, castanha e pecuária extensiva).

E4 - Sensibilização, capacitação e envolvimento dos atores-chave [Fomentar a gestão participativa e colaborativa da RNSM através da realização

/promoção de eventos pedagógicos e relevantes para a região, p.ex. AIGP – Terras do Lince-Malcata e da CETS – Terras do Lince; e Auscultar os gestores de explorações pecuárias de regime extensivo para efeitos de avaliar a viabilidade de criação de uma rede de abastecimento do CAAN - Campo de Abastecimento de Aves Necrófagas, sito na RNSM].

(vi) A estimativa de orçamento para o Plano de Cogestão 2022-2024 ascende a 191 614 euros, montante em que se destaca o E2 que absorve aproximadamente 78% daquele valor.

A.3. RNSM - NaturCôa

O Projeto Naturcôa, iniciado em 2019, e pensado ao pormenor, pretende ser mais do que um evento de fotografia de natureza. Com a natureza como pano de fundo e a imagem como catalisador, pretende-se que diferentes mundivisões possam trazer novas soluções no âmbito da sustentabilidade e da valorização do património natural e cultural do território.

Além disso, pretende-se que este evento possa contribuir para a sensibilização, promoção e conservação do património do território. Para atingir estes objetivos a estratégia da marca assenta em premissas como o envolvimento e sensibilização dos locais para que estes possam ser embaixadores e parte integrante da construção da imagem, oferecendo experiências autênticas aos participantes (no âmbito do turismo de natureza, gastronómico e cultural). Espera-se também que o evento possa contribuir para o posicionamento estratégico do destino turístico através da promoção e conceito da marca, seja através de estratégias e atividades baseadas no marketing relacional, mas também através do “engagement” obtido através das redes sociais da marca. No ano de 2023, a publicação de lançamento do evento da marca chegou a cerca de 28.000 utilizadores da Rede Social Instagram.

B. Recursos Hídricos

O Concelho do Sabugal beneficia de duas bacias hidrográficas com funções e usos estratégicos relevantes, sobretudo, em contextos de escassez hídrica. A Barragem do Sabugal foi construída entre 1997 e 2000 e está localizada na bacia do Douro, no Alto-Côa constituindo um aproveitamento de fins múltiplos (abastecimento público, rega e produção de energia elétrica).

A Albufeira da Barragem veio permitir o reforço das disponibilidades de água do Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (destinado essencialmente a rega), tendo sido necessário transferir a água entre a Albufeira do Sabugal e a de Meimoa,

através do Circuito Hidráulico Sabugal-Meimoa. Esta situação configura uma operação de transvase de água entre duas bacias hidrográficas importantes (Douro e Tejo).

Em situações de aproveitamentos interligados por uma infraestrutura que permite a transferência de água entre bacias (transvase), devem existir regras bem definidas quanto à gestão das albufeiras, nomeadamente regras de exploração para as diferentes utilizações de água.

Em 2023, por iniciativa do Município do Sabugal, foi desenvolvida uma abordagem de *Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa*, respondendo à “necessidade de rever, no sistema hidráulico Sabugal-Meimoa, as atuais disponibilidades e necessidades que possam servir de base ao estabelecimento das normas de exploração que atendam também à perspetiva de mudanças climáticas com períodos de seca mais prolongados do que os que terão existido no período em que os aproveitamentos do Sabugal e da Meimoa foram estudados, tendo em vista uma utilização sustentável dos recursos hídricos num sistema hidráulico que se pretende resiliente”. (cf. *Relatório da Fase 1-Diagnóstico, Biodesign, 2023*).

A *Cenarização e Propostas de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos* data de meados de 2023 e afigura-se relevante para a prospetiva de desenvolvimento do Sabugal pelo carácter estratégico que a dotação e gestão integrada destes recursos assume no horizonte do Plano Estratégico, durante o qual se acentuarão as alterações climáticas reclamando atuações de mitigação e resiliência territorial.

Neste entendimento, sistematiza-se o corpo de principais propostas constantes do Relatório da Fase 2 que contempla medidas para a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Sabugal e Meimoa, para a agricultura, abastecimento de água, energia e recreio, nos horizontes de curto prazo (3 anos) e médio prazo (5 anos).

- *Medidas para a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Sabugal e Meimoa - Curto Prazo*
 - Reabilitar o regadio, avaliando a eficácia e eficiência do Aproveitamento Hidráulico Sabugal-Meimoa; e revendo o atual sistema tarifário.
 - Monitorizar os recursos hídricos e disponibilizar informação que permita acompanhar a efetiva captação de água para agricultura e outras utilizações significativas.
 - Reduzir as perdas de água no armazenamento, transporte e distribuição e na aplicação de água ao solo.
 - Garantir a implementação do uso eficiente da água, dirigindo os maiores esforços para os sistemas públicos de abastecimento (não domésticos), e para

as maiores concentrações humanas onde os custos não são suportados diretamente pelos utilizadores da água (ex: escolas, serviços da administração pública, hotéis; instalações desportivas, restaurantes; lavandarias).

- Dar cumprimento ao Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal (POAS), criando as condições para um Aproveitamento Turístico na Albufeira, nas atuais condições.
- *Medidas para a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas do Sabugal e Meimoa - Médio Prazo*
- Recarga de aquíferos, identificando os locais com potencialidade para recarga artificial, capazes de promover o armazenamento de água subterrânea.
- Reutilização de águas residuais nas zonas urbanas, para rega e lavagens, beneficiando da proibição efetiva da utilização de água potável para esses fins.
- Avaliar a necessidade de construção de novas barragens, quantificando a 10-20 anos o balanço entre a oferta e a procura ao longo do ano e por tipo de uso, num contexto de alterações climáticas.
- Conservação da água, revendo e reforçando boas práticas de gestão de água na agricultura, na indústria e no setor urbano para prevenção dos impactos decorrentes de fenómenos de seca e escassez; e adequando o planeamento agrícola do perímetro regado (tipo de culturas, sazonalidades, métodos eficientes, adequação das quantidades de rega às necessidades das culturas).

O Relatório da Fase 3 da Consultoria dedica especial atenção às matérias relativas à **Gestão e à Monitorização**, recomendando:

- Estudar um modelo de gestão integrada dos recursos hídricos, com a constituição de uma comissão que integre os órgãos responsáveis pela gestão dos recursos hídricos, que deve ser formada com representantes dos setores público e privado.
- Clarificar as responsabilidades de cada entidade envolvida na gestão dos diferentes usos da água.
- Estabelecer um sistema de indicadores para avaliação da implementação das medidas que permita traduzir, em qualquer momento, o desempenho das

medidas implementadas para atingir os objetivos propostos e efetuar correções se tal se revelar necessário.

Numa fase posterior, seria útil explicitar com maior exatidão quais são as áreas potenciais para regadio e as respetivas disponibilidades de água para este efeito, tendo em consideração as culturas agrícolas, pois tal poderá influenciar bastante o modelo de gestão destas fontes de recursos hídricos. Além disso, importa considerar o impacto potencial deste empreendimento de fins múltiplos especificamente nos concelhos do Sabugal e de Penamacor, em termos de acesso e disponibilidades de água nas respetivas albufeiras para as demais atividades económicas e de lazer.

C. Energia

C.1. A valia ambiental da dimensão energética

Os fatores de natureza geo-climatérica associados à especificidade geo-morfológica territorial do concelho do Sabugal contribuíram, de forma decisiva, para a localização e consequente implantação efetiva de infraestruturas vocacionadas para a produção de energia proveniente de fontes renováveis, designadamente de origem eólica e solar;

Sob este ponto de vista, o território municipal é tributário de uma dimensão energética de enorme valia ambiental, contribuindo assim para a trajetória de diminuição progressiva da dependência energética do país no que se refere a fontes de origem fóssil e, ao mesmo tempo, constitui um importante fator para a sua descarbonização e aprofundamento da vertente sustentável do crescimento económico;

Neste enquadramento, importa evidenciar os principais contornos da atual matriz de infraestruturas energéticas com origem em fontes renováveis que é dominante neste território e cujos principais suportes procuraremos de seguida caracterizar de forma muito sintética.

C.2. Parques Energéticos de Origem Eólica e Solar Fotovoltaica

A listagem que se apresenta ilustra bem a real dimensão das fontes energéticas de origem renovável que se encontram implantadas no território municipal:

- *Parque Eólico Dirão da Rua* [Ano: 2004; Potência: 2600 Kw];
- *Parque Eólico Mosteiro + Mina de Orgueirel = Parque Híbrido Eólico e Solar Fotovoltaico* na Freguesia do Casteleiro- Valverdinho (Anos: 2004 + 2023; Potências: 11000 Kw + 8400 Kw);
- *Parque Eólico Terreiro das Bruxas* (Ano: 2006; Potência: 1040 Kw);

- *Parque Eólico Serra Alta* (Ano: 2009; Potência: 2150 Kw);
- *Parque Eólico do Sabugal* (Anos: 2009 + 2010; Potências: 25200 Kw + 4000 Kw);
- *Parque Eólico Pousafoles, Raia São Cornélio* (Anos: 2010 + 2011; Potências: 20000 Kw + 32000 Kw).

Neste conjunto de Parques de Energias Renováveis, importa sublinhar a existência do Parque Híbrido de Energia Eólica e Solar Fotovoltaica que é o primeiro na Península Ibérica que combina num único local a produção de energia eólica e solar fotovoltaica. A vertente eólica terá uma capacidade de produção de 11 KW e a mesma infraestrutura de ligação à rede elétrica nacional. Deste modo, a produção correspondente deverá rondar os 39,5 Gwh/ano que será o suficiente para fornecer energia elétrica a mais de 30 mil pessoas com origem renovável durante um ano.

C.3. Central Hidroelétrica do Sabugal-Meimoa

Esta Central Hidroelétrica integra-se no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira (AHCB), cujo sistema de captação e armazenamento de água é constituído pelas barragens e respetivas albufeiras do Sabugal e da Meimoa por via do circuito hidráulico Sabugal-Meimoa. A principal infraestrutura de transporte tem origem na barragem do Sabugal e consiste no canal adutor geral (CCG) com um comprimento de 55 km, a rede primária de rega do Aproveitamento Hidroagrícola. Na barragem da Meimoa (concelho de Penamacor) situa-se a infraestrutura de distribuição de água aos regantes, bem como a central hidroelétrica. Na 3ª fase de construção deste empreendimento de fins múltiplos foi igualmente efetuada a construção do bloco de rega do Sabugal (cerca de 130 ha) e a Central de Meimão.

O abastecimento público de água está a cargo da empresa Águas do Zêzere e do Côa, sendo abastecidos os concelhos do Sabugal, Almeida, Pinhel (distrito da Guarda) e Penamacor, Belmonte e Fundão (distrito de Castelo Branco) num total aproximado de 80 mil habitantes.

A produção de energia elétrica é efetuada na Central Hidroelétrica Sabugal-Meimoa, através da turbinagem dos caudais transferidos da Barragem do Sabugal para a Barragem de Meimoa, pelo que este circuito hidráulico corresponde efetivamente a um transvase entre as bacias hidrográficas do Douro e do Tejo, o qual tem uma extensão aproximada de 5,1 Km.

A área agrícola a beneficiar na margem esquerda do Rio Zêzere perfaz precisamente 12 360 ha. No que se refere ao bloco de rega do Sabugal, é o único que se situa a

jusante da Barragem do Sabugal, ao longo do Rio Côa, estendendo-se em redor da cidade do Sabugal.

C.4. ENERTECH - Feira das Tecnologias para a Energia

Esta iniciativa de organização pelo Município do Sabugal para o setor das energias tem como objetivo central promover as energias renováveis como fonte sustentável de energia, incentivando experiências entre as empresas e as instituições de I&DE com vista a aumentar o conhecimento do “estado da arte” das diversas aplicações das energias renováveis no sentido de fomentar a sua utilização pelas comunidades.

A experiência pioneira de “**Hibridização**” de energias renováveis no concelho do Sabugal representa uma forma de otimizar o uso dos pontos de ligação à rede elétrica nacional, reduzindo assim a necessidade de novas infraestruturas. A EDP Renováveis estima que o projeto híbrido do Sabugal produza até 39,5 Gwh de eletricidade/ano.

A6. - ANÁLISE SWOT

➤ Fatores críticos de sucesso respeitantes aos ativos do território

Esta abordagem metodológica SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) cujos resultados se apresenta na Figura 1, em suporte à estratégia de desenvolvimento municipal, revela-nos a existência de um amplo conjunto de elementos característico de pontos fortes e fracos e das oportunidades e ameaças com que se confronta presentemente o território do Sabugal.

Assim, podemos facilmente verificar que existe um conjunto de pontos fortes que se manifestam a nível da trajetória específica deste território municipal que permitem aproveitar as oportunidades que se lhe deparam e devidamente elencadas e, consequentemente, minimizar o impacto das ameaças que enfrentam a nível da sua própria envolvente externa.

Por sua vez, as fraquezas identificadas poderão ser superadas pelas oportunidades criadas e, deste modo, as referidas ameaças externas não agravariam as fraquezas já existentes tal como se procura ilustrar na mesma Figura 1.

Sob esta perspetiva, os fatores críticos de sucesso respeitantes aos principais ativos do território municipal (Barragem/Albufeira do Sabugal, Praias fluviais, Castelos, Reserva Natural da Malcata, Termas do Cró, Aldeias históricas e Colónia Agrícola Martim Rei; e parques empresariais, produção pecuária e produtos endógenos) consistiriam basicamente em tirar partido das Forças para aproveitar as Oportunidades e, ao mesmo tempo, limitar o impacto das Ameaças sobre as Fraquezas existentes e que importa superar.

Figura 1 - Análise SWOT na ótica do Desenvolvimento Estratégico do Sabugal

Fatores Positivos		Fatores Negativos		
FORÇAS		FRAQUEZAS		
Ambiente Interno (características da envolvente)	1. Tradição produtiva e dinâmica atual no segmento agro-pastoril e agroalimentar.	1. Acentuada regressão demográfica e consequente envelhecimento da população.		
	2. Manchas florestais formadas por espécies autóctones e respetivo património natural.	2. Dificuldade de fixação e atração de jovens no território, por falta de oferta de emprego e habitação a preços acessíveis.		
	3. Património histórico e natural que propicia a emergência de atividades de turismo cultural, de natureza e termal, atrativo para visitantes.	3. Limitada disponibilidade de mão de obra qualificada e de serviços de apoio às empresas.		
	4. Disponibilidade de infraestruturas de acolhimento empresarial e outros equipamentos de suporte à atividade empresarial.	4. Reduzida densidade turística ilustrada pelas taxas de ocupação e estada médias em unidades hoteleiras ou de alojamento ocasional.		
	5. Existência de um espírito empreendedor e de uma expressiva capacidade de aforro.	5. Insuficiente atividade promocional do Sabugal como destino turístico e de incentivo à visitação.		
	6. Oferta de serviços de saúde e apoio social.	7. Persistência de risco elevado de incêndios florestais derivada da limitada gestão florestal e do abandono de campos agrícolas.		
	7. Elevado potencial de aproveitamento económico do plano de água da Barragem do Sabugal, designadamente nas vertentes de abastecimento público, turístico e hidroagrícola	8. Inexistência de indústrias e/ou serviços de suporte e manutenção das energias renováveis.		
	8. Existência de condições climatéricas e territoriais favoráveis à produção de energia com origem em fontes renováveis.	9. Notória fragilidade no relacionamento com instituições e entidades extra-concelhias.		
	OPORTUNIDADES		AMEAÇAS	
	Ambiente Externo (características da envolvente)	1. Aprofundamento da cadeia de valor dos recursos e produtos endógenos da região.	1. Inexistência de empresas-âncora relevantes na área de influência do Sabugal.	
2. Desenvolvimento de projetos turísticos de paisagem, caça, pesca e natureza		2. Deslocalização e/ou encerramento de grandes empresas restringe o desempenho da economia local.		
3. Desenvolvimento de indústrias de 1ª e 2ª transformação de produtos agrícolas.		3. Aumento dos custos de manutenção e de renovação de equipamentos		
4. Interesse crescente dos consumidores pelos produtos naturais, ecológicos e com diferenciação		4. Elevados custos de certificação e de apoio às pequenas produções locais.		
5. Possibilidade de conservação da biodiversidade com os pagamentos agro e silvo-ambientais do PDR no SIC Malcata.		5. Diminuição da oferta de serviços de apoio social tanto para jovens como para idosos.		
6. Aproveitamento do Rio Côa como um percurso referencial de turismo natureza.		6. Falta de empresas de animação que promovam programas e ações de turismo de natureza.		
7. Aproveitamento dos sobrantes da atividade florestal e transformação de madeira para biomassa.		7. Inexistência de parques de recolha de biomassa e de gestão de ativos dos espaços florestais.		
8. Existência de um potencial de crescimento da instalação de mini e microprodução fotovoltaica.		8. Fraca articulação cooperante com outros espaços da envolvente regional - eixo do Douro; mosaico da Serra da Estrela e territórios confinantes de Espanha.		
9. Criação de uma Rede de Oferta de Rotas Turísticas integrando as Rotas 5 Castelos, Aldeias históricas, 4 Rios e Judaísmo.		9. Reduzida dotação financeira atribuída ao Sabugal em vários instrumentos de política pública de âmbito nacional, regional, sub-regional e transfronteiriço.		
10. Aproveitamento orientado das dinâmicas de iniciativa dos sabugalenses da Diáspora (Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora).				

Fonte: Elaboração própria.

A existência de um conjunto alargado e expressivo de ativos do território municipal detentores de especificidades próprias e bastante diferenciadas, constitui um suporte essencial para possibilitar um aproveitamento mais eficaz e progressivo do seu potencial económico e produtivo de modo a dinamizar uma oferta estruturada de bens e serviços que contribua para o reforço sustentado da base económica local e, consequentemente, da atratividade e competitividade territoriais do Sabugal.

Esta dinâmica de equilíbrio da especificidade competitiva dos diferentes ativos territoriais deverá permitir implementar uma estratégia de desenvolvimento do território municipal orientada para uma requalificação progressiva da sua base económica e produtiva e com perspetivas positivas de futuro, nomeadamente no quadro da comunidade intermunicipal em que se integra.

➤ **Respostas dinâmicas para atingir resultados**

A Figura 2 estabelece uma matriz dinâmica onde se cruzam as envolventes (interna e externa) com as respetivas componentes (Forças/Fraquezas e Oportunidades/Ameaças) para que seja possível identificar o que poderão constituir, por um lado, as *Alavancas/Restrições* e, por outro lado, as *Vulnerabilidades/Problemas*, etapa indispensável para gizar políticas de desenvolvimento territorial adequadas, bem como a configuração dos respetivos instrumentos de suporte e incentivo.

Esta Figura permite identificar um amplo conjunto de iniciativas suscetíveis de corporizar um quadro de intervenção do Município do Sabugal capaz de suscitar a concretização de uma resposta dinâmica e ajustada aos desafios resultantes da necessidade de articulação equilibrada e inteligente da análise SWOT exposta na Figura 1.

Por isso, justifica-se plenamente evidenciar um conjunto alargado de possíveis ações que configurem as respostas dinâmicas com o objetivo específico de atingir os resultados pretendidos com a estratégia de desenvolvimento territorial orientada para a requalificação da base económica do concelho.

Acresce referir que, sendo o Município do Sabugal um ator decisivo em todo o processo de planeamento e intervenção a nível local e regional, torna-se assim mais facilitado o seu alinhamento estratégico com os objetivos do desenvolvimento territorial prosseguido pelo próprio Município, o que contribuirá seguramente para mais viável e eficaz projeção externa deste território, reforçando-se assim a sua atratividade para a instalação de empresas e investimentos que se afirmem como potenciais dinamizadores da atividade económica do concelho e da região envolvente.

Neste enquadramento, é indispensável que o executivo municipal desencadeie os mecanismos organizativos e operacionais mais adequados para garantir a concretização no terreno das iniciativas e ações que deverão ser priorizadas e

calendarizadas por forma a atingir os objetivos definidos, sendo, contudo, igualmente necessário estabelecer a respetiva monitorização.

Figura 2 - Matriz dinâmica da análise SWOT do Sabugal

		AMBIENTE INTERNO	
		FORÇAS	FRAQUEZAS
AMBIENTE EXTERNO	Oportunidades	Alavancas 1. Plano de Comunicação para a fruição dos espaços de aptidão turística e de lazer, histórico-cultural e ecológica atraindo visitantes. 2. Conjunto articulado de iniciativas conducentes à atração e localização de empresas externas à região, envolvendo a diáspora. 3. Plano de Marketing dos produtos e serviços locais associados às marcas: "Natural.PT", "Terras do Lince" e "Algu do Sabugal". 4. Projeto-piloto demonstrativo na área agroalimentar focado na Colónia Agrícola Martin Rei. 5. Reconversão agropecuária em curso, contribuindo para a melhoria de condições associadas ao respetivo sistema de produção e de encaminhamento para o mercado. 6. Utilização progressiva e eficiente de energia de origem renovável na habitação e em edifícios públicos. 7. Mobilização potencial de instrumentos de gestão e ordenamento e programas de ação setoriais, com incidência no território do Sabugal que estabelecem orientações de médio e longo prazo para o desenvolvimento local.	Restrições 1. Programas e ações de formação e qualificação dos recursos humanos a fim de permitir uma oferta mais qualificada dos serviços de apoio às empresas. 2. Divulgação mediática dos valores naturais e da biodiversidade deste território e, em particular, da sua Área Protegida - Reserva Natural da Serra da Malcata. 3. Ligação com operadores no sentido da promoção do Sabugal como destino de turismo ecológico e de natureza. 4. Plano de intervenção nas áreas florestais mais críticas focado na criação de mosaicos de cultivo diferenciado para minimizar os riscos de incêndios florestais. 5. Melhoria da cadeia de valor dos produtos agropecuários e florestais e a sua consequente valorização nos mercados. 6. Serviços do ecossistema florestal para um melhor e mais intenso aproveitamento multifuncional e produtivo. 7. Facilidades de registo de prédios rústicos criadas legalmente e operacionalizadas pelo BUPi - Balcão Único do Prédio.
	Ameaças	Vulnerabilidades 1. Atração de empresas à região que dinamizem o emprego e contribuam para fixar novos residentes no concelho. 2. Atividade promocional do Sabugal para dinamizar a procura turística e, em consequência, incentivar a oferta de infraestruturas, equipamentos e serviços adequados. 3. Qualidade de relacionamento interinstitucional com entidades de fora da região que propicie a criação de sinergias a explorar entre os territórios participantes. 4. Gestão florestal ativa face ao elevado risco de ocorrência de incêndios florestais. 5. Dinamizar um relacionamento mais equilibrado e eficaz entre as atividades agropecuárias e a exploração florestal.	Problemas 1. Quadro de incentivos à fixação e atração de jovens qualificados para atenuar ou travar a perda populacional. 2. Apoio à criação de empresas de animação a fim de enriquecer a oferta de serviços e contribuir para estimular a procura turística. 3. Fraco conhecimento das diferentes valências deste território por parte do cidadão implica a necessidade do próprio Município fazer um esforço acrescido na sua divulgação externa. 4. Relevância da floresta e dos espaços silvo-pastoris associada com o risco elevado de incêndios determina uma gestão continuada dos ativos presentes nestes espaços florestais. 5. Mecanismos próprios de valorização interna e externa dos produtos agrícolas e do ecossistema florestal deste território.

Fonte: Elaboração própria partindo da análise SWOT (vd. Fig.1).

Em suma, o Município do Sabugal dispõe agora de um quadro de suporte à análise prospetiva que lhe permitirá definir com maior rigor e objetividade os contornos de uma estratégia de intervenção de base local a fim de conseguir alcançar os seus objetivos em matéria de melhoria gradual do seu perfil de especialização produtiva e, deste modo, contribuir para um reposicionamento relativamente mais favorável do seu território no contexto da comunidade intermunicipal em que se encontra integrado.

B. ENQUADRAMENTO GEOSTRATÉGICO

O Enquadramento Geoestratégico (2ª fase da Elaboração do Plano Estratégico Sabugal, 2035) corresponde a uma combinação de duas componentes principais:

- (i) contextualização e caracterização da envolvente externa do Concelho do Sabugal no quadro regional, nacional, ibérico e europeu, com vista a identificar o papel que o Concelho pode ambicionar desempenhar nestas diferentes dimensões territoriais e em que domínios temáticos; e
- (ii) sistematização de informação atualizada acerca dos quadros de referência estratégicos com relevo para o Sabugal, em matéria de financiamento de instrumentos de desenvolvimento regional e de instrumentos de gestão e ordenamento do território.

A operacionalização da abordagem metodológica assentou no processamento de informação documental e a sistematização efetuada teve em conta as diversas perspetivas territoriais da inserção geoestratégica do Concelho do Sabugal no quadro das prioridades da política de coesão, desenvolvimento rural e cooperação territorial europeias, seguindo os vetores-chave seguintes:

- Acessibilidades e inserção nas redes de transportes;
- Instrumentos de Desenvolvimento Regional;
- Instrumentos de Ordenamento Territorial;
- Elementos-chave de posicionamento do Sabugal em 2035.

Os conteúdos organizados em torno destes vetores-chave, estabelecem um conjunto de referenciais estratégicos e orientações de financiamento do desenvolvimento regional e de ordenamento do território que identificam oportunidades de resposta às necessidades de intervenção que emergem do Diagnóstico Territorial e, simultaneamente, traçam um quadro de referência para delimitar a abordagem prospetiva (campo dos desejáveis e dos possíveis) que permitirá proceder ao desenho de **Cenários contrastados de Desenvolvimento para o Sabugal, no horizonte 2035** (3ª fase dos trabalhos de planeamento estratégico).

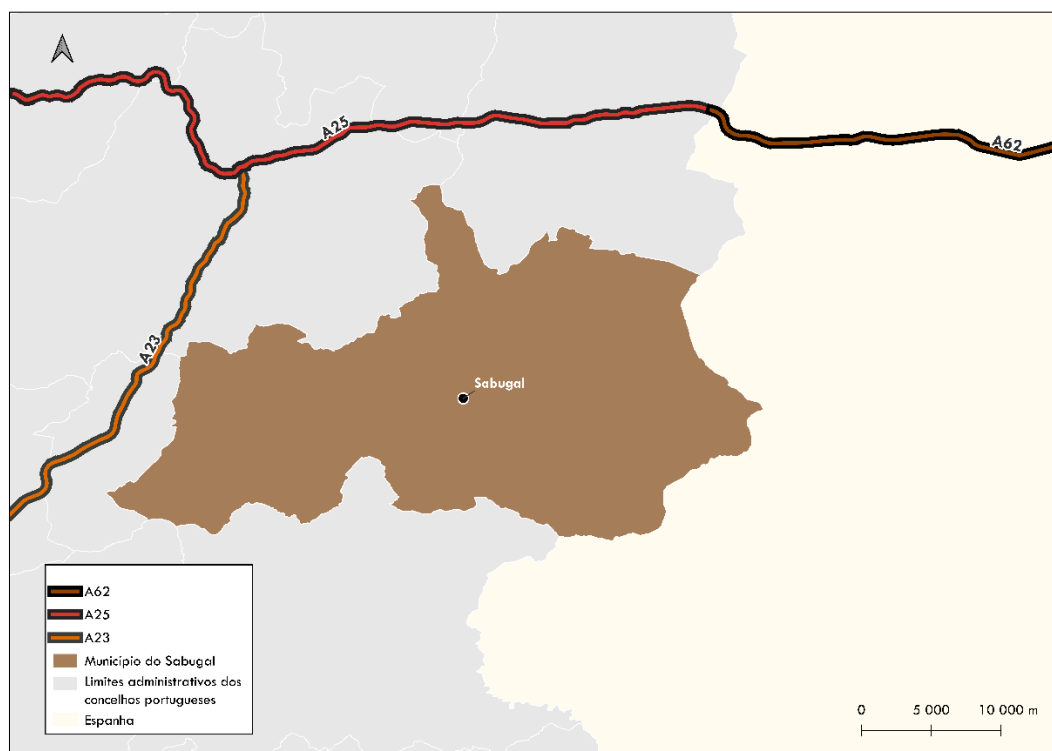
B1. ACESSIBILIDADES E INSERÇÃO NAS REDES DE TRANSPORTES

A inserção regional do Sabugal deve ser enquadrada pelos instrumentos de planeamento e ordenamento do território nacionais e regionais em vigor, mas deve igualmente atender às condicionantes e janelas de oportunidade, representadas pelo conjunto de acessibilidades que conectam/isolam o Concelho do País e da Europa.

Em termos gerais, o Concelho do Sabugal interliga-se com a envolvente próxima (sub-regional) e com a Região Centro e o Litoral português por um conjunto de vias rodoviárias, nomeadamente:

- EN233 entre o Sabugal e o acesso à A23 no nó Guarda Sul (Barracão), via que permite a ligação à Guarda, à PLIE na Gata/Guarda, à A23 e, através desta, à A25, ligação natural a Viseu, Coimbra, Aveiro e Porto, ou seja, ao Litoral da Região Centro (abrangendo o enlace portuário da Figueira da Foz e de Aveiro) e ao coração da Área Metropolitana do Porto;
- EN233 e a ER18-3 entre o Sabugal e Caria e nó de acesso à A23 em Caria, estabelecendo ligações fortes à Covilhã, ao Fundão e a Castelo Branco, e à Área Metropolitana de Lisboa e ao sul do País;
- EN233-3 e EN232 entre o Sabugal e a fronteira de Vilar Formoso, com ligação através da A62 a Salamanca e à Europa, complementada com a ligação a Espanha, a partir de Aldeia da Ponte e continuando em Espanha pela SA200;
- ER324 entre o Sabugal e o Alto do Leomil, permitindo o acesso ao nó da A25 no Alto do Leomil a pouco mais de 10 quilómetros da fronteira de Vilar Formoso; e as
- Ligações inter-aldeias fronteiriças, nomeadamente em Aldeia da Ponte e Fóios.

Não obstante, esta densidade assinalável de conexões externas, o Concelho do Sabugal encontra-se relativamente isolado, se se atender ao perfil das vias indicadas e ao sucessivo atravessamento de núcleos urbanos que desenharam uma relativa periferização face aos grandes eixos rodoviários regionais/nacionais (A23 e A25) e internacionais (A62).

Grandes eixos rodoviários regionais/nacionais na envolvente do Sabugal

Este relativo isolamento é agravado pelo traçado/regime de exploração das linhas férreas existentes, designadamente:

- A Linha da Beira Alta, Corredor Internacional Norte, que, embora possuindo uma estação em Cerdeira do Côa, a mesma não é servida pelos comboios internacionais, nem pelo Intercidades Lisboa-Vilar Formoso. A modernização em curso desta Linha, com prolongamento das plataformas de passageiros na estação de Cerdeira do Côa e a construção de uma passagem superior nesta freguesia, não permite ainda perceber qual o regime de funcionamento da mesma, que até ao início das obras possuía, apenas, duas ligações regionais diárias no sentido Guarda-Vilar Formoso e quatro no sentido inverso.
- A Linha da Beira Baixa sofreu, entretanto, uma profunda renovação, nomeadamente, no seu troço Covilhã-Guarda, que foi totalmente eletrificado, e provocou a remodelação do Apeadeiro do Barracão (Estação Ferroviária do Sabugal). Esta remodelação permitiu a ativação de toda a Linha e foi complementada com a construção da Concórdância das Beiras, a interligação das Linhas da Beira Alta e da Beira Baixa. Atualmente o Apeadeiro do Sabugal é servido diariamente por três comboios Intercidades, dois comboios inter-regionais nos dois sentidos (Lisboa-Guarda e Guarda-Lisboa) e um comboio inter-regional nos dois sentidos entre Castelo Branco e Guarda.

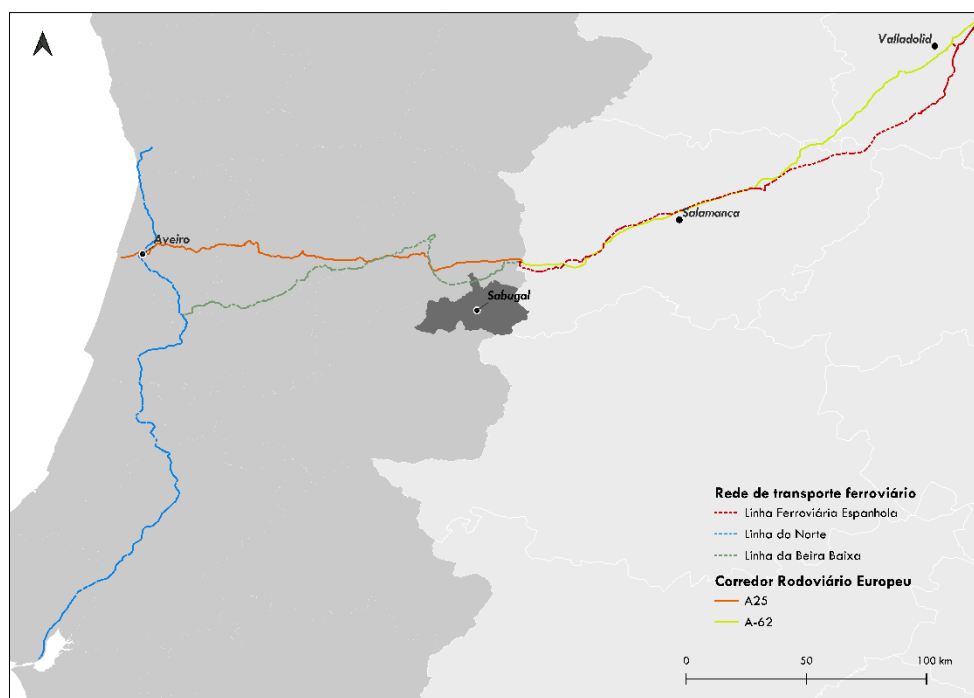
Este *upgrade* no serviço ferroviário não está, todavia, a ser potenciado com ligações em transporte público coletivo, entre o Barracão e a Cidade do Sabugal que dista cerca de 24 Km daquele apeadeiro.

As dinâmicas de desenvolvimento das acessibilidades na Região Centro, no essencial, pretendem integrar o conjunto de acessibilidades da Região na **Rede Transeuropeia de Transportes** (Eixo Multimodal Portugal/Espanha - Europa), afirmando o Corredor Aveiro-Salamanca enquanto elemento central na exportação de bens transacionáveis para a Europa, assentando em duas opções principais:

- Reforço do **Corredor Rodoviário Europeu E80**, no troço entre Aveiro e Valladolid (A25 em Portugal e A62 em Espanha), o que implicou o completamento da A25 entre Vilar Formoso e a fronteira, anulando o bypass ali existente, e reforçando igualmente as ligações do Porto da Figueira da Foz a este Corredor. O Corredor E-80 é uma estrada internacional de mercadorias que atravessa a Península Ibérica para unir a costa atlântica de Portugal com a Europa Central e do Norte, interligando os portos da Figueira da Foz e de Aveiro à PLIE da Guarda (que tem conhecido mais recentemente um grande desenvolvimento), à plataforma logística Zaldesa de Salamanca e à rede de enclaves logísticos que integram o CYLOG com sede em Valladolid, prosseguindo para França, Itália e Europa Central até à Turquia.
- Consolidação da rede de transporte ferroviário de alta prestação, interligando o Porto de Aveiro (atualmente ligado por uma via-férrea de via única eletrificada às Linhas do Norte e da Beira Alta), a Salamanca e a Irun, e à Rede Transeuropeia de Transporte Ferroviário. A Linha da Beira Alta continua as suas obras de modernização, prevendo-se que as mesmas estejam concluídas ao longo de 2025.

Rede Transeuropeia de Transportes

(Eixo Multimodal Portugal/Espanha - Europa)



Esta opção estratégica fundamental de acessibilidades para a ligação ibérica e europeia da Região Centro (da qual o Concelho do Sabugal tem sido excluído), continua a colocar o Concelho do Sabugal perante um dilema fundamental para a definição de uma estratégia de desenvolvimento sustentado no horizonte de 2035, dilema que já fora colocado no Plano Estratégico para 2025:

Como integrar o Sabugal na dinâmica de afirmação nacional e global da Região Centro, promovendo o desencravamento geográfico do Concelho?

A resposta a este dilema tem de compreender duas vertentes fundamentais:

- (i) conferir prioridade à melhoria dos níveis de serviço das acessibilidades à Guarda, nomeadamente à PLIE, e às A23 e A25 e às Linhas da Beira Alta e da Beira Baixa (prioridade que não foi potenciada, por se ter considerada uma ligação à A23 no Concelho de Belmonte, desperdiçando a oportunidade de reperfilamento da EN233 de ligação à A23/A25 na Guarda), mas também, a Vilar Formoso, Ciudad Rodrigo e Salamanca; e, simultaneamente,
- (ii) acompanhar a importância crescente que as dinâmicas de desenvolvimento do eixo da A23- Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco - assumem para o Concelho e a importância estratégica que possui o reforço das ligações transfronteiriças aos centros urbanos raianos de Espanha.

Estas são opções que podem colocar o Sabugal numa posição de beneficiário ativo de um posicionamento geográfico balanceado na relação fronteiriça para a Europa, pela via rodoviária, e para o Atlântico percorrendo, pela via rodoferroviária, a aproximação ao mercado do Litoral Centro e Metropolitano, questão que adquiriu, entretanto, ainda maior relevância com a modernização da Linha da Beira Baixa e a sua interligação à Linha da Beira Alta.

B2. INSTRUMENTOS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

O processo de revisão do Plano Estratégico do Concelho do Sabugal coincide temporalmente com o início da implementação do Quadro Financeiro Plurianual para o período 2021-2027. Esta circunstância constitui-se como uma variável impulsionadora das políticas de desenvolvimento regional e local, se contribuir para acelerar as escolhas estratégicas a tomar pelo Município e demais atores do território.

As estratégias de desenvolvimento da Região Centro, concretizadas em estratégias sub-regionais a nível das CIM's, com especial relevância para a CIM Beiras e Serra da Estrela que abrange o Concelho do Sabugal, enquadram e condicionam as opções a tomar a nível local, a dois níveis:

- por um lado, os pilares estruturantes da Estratégia Portugal 2030 apresentam-se promissores para os territórios que estão “condenados” a construir argumentos de Competitividade territorial, sem descurar respostas a múltiplas necessidades de intervenção em matéria de Coesão social e territorial; e
- por outro lado, a disputa pelos melhores investimentos ocorre num cenário de restrições de financiamento (volume global dos Fundos Estruturais e estrangimentos orçamentais que condicionam a contrapartida nacional).

Programa Regional Centro 2030

Para o período de programação 2021-2027, foi elaborado o Programa Regional aprovado pela Comissão Europeia, com uma dotação de 2,2 mil milhões de euros de fundos europeus (FEDER e FSE) para financiar investimentos na região.

No essencial, destina-se a promover a competitividade da economia, a sustentabilidade ambiental, a valorização do território e a qualificação das pessoas na região, enquanto instrumento de reforço da Política de Coesão da União Europeia, objetivos que devem inspirar as estratégias de desenvolvimento a adotar a nível local.

Estas perspetivas são reforçadas também pelo facto de o Programa Regional Centro 2030 pretender que as estratégias sub-regionais das Comunidades Intermunicipais se

articulem com as Estratégias Regional e de Especialização Inteligente, ambas tendo por horizonte 2030.

Na interface com as Prioridades da Política de Coesão, os Objetivos Políticos (OP) acolhidos no âmbito do Centro 2030 são os seguintes: OP1 - Centro mais COMPETITIVO; OP2 - Centro mais VERDE; OP3 - Centro mais CONECTADO; OP4 - Centro mais SOCIAL e INCLUSIVO; e OP5 - Centro mais PRÓXIMO.

Estes OP's (comuns aos diferentes Programas Regionais do Portugal 2030) enquadram os objetivos orientadores aprovados a nível regional conduzindo à definição das prioridades estratégicas que se pretende alcançar através de um conjunto alargado de Objetivos Específicos entre os quais de destacam os que, de forma mais forte (4 a 5), tenderão a influenciar as opções estratégicas a tomar pelo Concelho do Sabugal.

CENTRO 2030

Prioridades	Objetivos Específicos	Ações
Inovação e Competitividade	OE 1.2	Digitalização na Administração Pública Local
	OE 1.3	Investimento empresarial produtivo Qualificação e internacionalização das empresas Infraestruturas e equipamentos (de base não tecnológica) de apoio à Competitividade
Conectividade digital	OE 1.5	Instalação de redes de banda larga
Sustentabilidade e Transição Climática	OE 2.1	Eficiência energética na AP Regional e Local / EE na Habitação
	OE 2.2	Autoconsumo e Comunidades de Energia Renovável
	OE 2.4	Meios materiais para a proteção civil Adaptação às alterações climáticas Gestão de recursos hídricos
	OE 2.5	Ciclo urbano da água em baixa (municipal) Ciclo urbano da água: Reutilização, resiliência, modernização e descarbonização
	OE 2.6	Gestão de resíduos: subinvestimentos em baixa Economia circular
	OE 2.7	Conservação da natureza, biodiversidade e património natural
PEDS	OE 4.6 (FEDER)	Produtos turísticos regionais Cultura: Regional
	OE 4.1	Apoio ao emprego e empreendedorismo
	OE 4.4	Competências e qualificações no âmbito empresarial e da administração local Promoção do emprego qualificado
	OE 4.4	Promoção da participação ativa, da igualdade de oportunidades e não discriminação dos grupos vulneráveis Inovação social
	OE 4.2/OE 4.5	Igualdade de acesso a serviços de educação Aumentar a qualidade e diversificar a provisão de serviços

Prioridades	Objetivos Específicos	Ações
Centro + próximo	OE 5.1	ITI CIM Eixo 1 - Dimensão funcional na provisão de SIG Eixo 2 - Reforço do sistema urbano Eixo 3 - Dinamização de ativos territoriais ITI Redes Urbanas
	OE 5.2	PROVERE - Programa de Valorização Económica de Recursos Endógenos Parcerias para a Coesão não urbanas.

Entre as diferentes prioridades estratégicas definidas, salientam-se as que assumem maior relevância para o desenvolvimento do Sabugal:

❖ **Inovação e competitividade**

Aposta nas vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas, mas igualmente no reforço do crescimento sustentável e a competitividade das PME, na criação de emprego nas PME, através de investimentos produtivos, que abram espaço para o reforço das competências, a racionalização dos processos e o incremento da produtividade do tecido empresarial local. Simultaneamente, aprofunda-se o entendimento de que as Instituições de Ensino Superior e de Investigação e desenvolvimento devem ser colocadas ao serviço do desenvolvimento local, sub-regional e regional.

Aponta-se, assim, para a existência de um ambiente favorável ao desenvolvimento da atividade económica e à captação de novos investidores, um dos desafios nucleares com que o Concelho do Sabugal se defronta, desafio inadiável, não só para garantir a sobrevivência e crescimento do tecido empresarial local, como para afirmar o Concelho a nível sub-regional, regional e nacional.

Vencer este desafio passa por tirar partido de um clima regional favorável ao desenvolvimento económico, num território globalmente competitivo como é o do Centro de Portugal. *Nesta asserção, tirar partido significa hoje, de uma forma mais assertiva que há uma década, dinamizar um conjunto de fatores locativos que permitam ao Sabugal assumir-se como um destino para a fixação de um tecido de empresas modernas, competitivas e tecnologicamente avançadas, assente em setores de atividade existentes, mas aproveitando as dinâmicas de desenvolvimento sub-regionais e potenciando a sua “centralidade raiana”.*

Para tal torna-se urgente dotar o Concelho de infraestruturas tecnológicas, de informação e conhecimento, que são *um fator locativo fundamental potenciador de uma maior atratividade e competitividade relativas do território face a uma Região onde cada parte deverá assumir enquanto destino privilegiado dos investimentos produtivos regionais.*

❖ *Sustentabilidade e Transição Climática*

Estes são objetivos urgentes e indispensáveis num território como o sabugalense, de elevada riqueza no que respeita ao património natural (com destaque para a Reserva Natural da Serra da Malcata), e nas grandes reservas de água (Rio Côa e redes hidrográficas secundárias) de interesse sub-regional (abastecimento de água a vários Municípios da CIM Beiras e Serra da Estrela e regadio da Cova da Beira), nos sistemas eólicos e, recentemente, em sistemas fotovoltaicos de produção de energia elétrica.

A importância crescente, para o desenvolvimento económico concelhio, das atividades empresariais do setor energético, deve estimular a utilização/exploração sustentável do território que permita, em simultâneo, afirmar um setor agro-silvo-pecuário pujante.

O património natural proporciona, igualmente, o seu aproveitamento sustentável enquanto destino turístico de natureza, a que se associam as possibilidades agora abertas para a fruição coletiva das albufeiras das barragens do Sabugal e de Alfaiates, bem como das margens ribeirinhas do rio Côa.

❖ *Pilar Europeu dos Direitos Sociais (PEDS)*

A dimensão e qualidade da Rede Social existente no Concelho, já destacada na fase anterior, constitui o suporte em que devem assentar os projetos a desenvolver no âmbito do Centro2030, não só para afirmar o Sabugal enquanto território com níveis elevados de coesão social e territorial (logo de atratividade de setores da população em busca deste tipo de serviços), mas também pela criação de um espaço de vida de qualidade crescente, onde seja agradável nascer, crescer, viver e envelhecer.

A localização do Concelho do Sabugal, face a centros hospitalares e estabelecimentos de ensino na área da Saúde (Covilhã, Guarda e Salamanca), associada à existência de recursos termais (Cró), mas também de um ambiente natural e paisagem de grande qualidade, colocam ao território sabugalense, com maior premência, o desafio

Como integrar esta riqueza na oferta de um pacote regional de valências na área da saúde e bem-estar atrativo e de elevada qualidade e coesão social?

A análise sumária do Centro 2030, permite sinalizar as janelas de oportunidade que se colocam ao Sabugal, e a elevada coerência dos Objetivos Estruturantes do Plano Estratégico de 2025 com as Prioridades Estratégicas regionais identificadas para o Centro 2030, como a matriz de coerência demonstra, e que permite perceber que o caminho então delineado abre perspectivas futuras de continuidade e coerência para as novas abordagens estratégicas que irão ser definidas para o horizonte de 2035.

Objetivos Estruturantes PE SABUGAL 2025 (Formulação preliminar para 2035)	Prioridades Estratégicas CENTRO 2030						
	Inovação e Competitividade	Conetividade Digital	Sustentabilidade e Transição Climática	Mobilidade Urbana Sustentável	Redes de transporte ferroviário	PEDS	Centro + Próximo
Preservar e valorizar os recursos naturais de suporte da qualidade de vida, da saúde, do bem-estar e das atividades produtivas	x	x	x	x	-	x	x
Manter e reforçar as redes de infraestruturas, as áreas urbanas e a estrutura edificada como suportes da articulação e da valorização territorial	x	x	-	x	x	-	x
Reforçar a inovação e a competitividade do sistema produtivo, promovendo a criação de cadeias de valor transversais a todos os setores da economia	x	x	x	X	-	x	-
Rejuvenescer e apoiar a inclusão social e a qualidade de vida dos residentes		x	x	x	x	x	X
Modernizar e densificar as redes de comunicação, de cooperação e de afirmação territorial	x	x	-	-	x	-	X

EIDT NUT III (Beiras e Serra da Estrela)

Num processo de trabalho contemporâneo da preparação da Estratégia Regional do Centro 2030, a CIM Beira e Serra da Estrela elaborou a respetiva Estratégia Integrada de Desenvolvimento Territorial (EIDT)²⁷ tendo em vista definir as orientações estratégicas de suporte ao futuro Plano de Ação para o Desenvolvimento e a Coesão Territorial, entretanto contratualizado com a Autoridade de Gestão do Programa Centro 2030.

ESTRATÉGIA 2030 BEIRAS E SERRA DA ESTRELA

O território que corresponde à intervenção da NUT III Beiras e Serra da Estrela (BSE) destaca-se na Região Centro pela imagem associada aos principais ativos ambientais e de montanha, à excelência de alguns recursos endógenos, à logística transfronteiriça e ao papel fundamental, estruturante e dinamizador que uma Universidade, como a da Beira Interior, pode desempenhar num território com estas características.

A CIM BSE assume como desígnio maior na agenda de desenvolvimento para o próximo período de programação a criação de uma mais robusta e fluida relação entre conhecimento, inovação e sustentabilidade do desenvolvimento territorial.

O desígnio atrás assinalado enforma a visão definida para o território da NUT III:

“Um território desenvolvido, em termos sustentáveis, que reforce a sua capacidade de inovação e absorção, com base em recursos endógenos e políticas públicas inteligentes, ambientais, socialmente inclusivas e sustentáveis (IASIS).

Um território capaz de garantir a longevidade das suas gentes e produções, com base em preceitos de melhor qualidade de vida e ambiental.

Para tal, deve assegurar novas infraestruturas e serviços de mobilidade e acessibilidade a movimentos i(e)migratórios, tendo como destino ser um laboratório vivo de inovação institucional, económica e social”.

São identificados alguns **projetos estruturantes**, considerados fundamentais:

1. Infraestruturas para a competitividade, com especial incidência nas infraestruturas de Fibra (de última geração), com melhoria substancial das condições de acesso à internet de banda larga em todas as localizações (urbanas, rurais e mais remotas) do território, fazendo uso de fibra ótica e sistema de antenas;
2. Revisão articulada dos Planos Diretores Municipais, integrando um conceito de Campus Universitário de Excelência da Região-Cidade. Transportes e Mobilidade;
3. Promoção da mobilidade elétrica (PNI 2030) e de transporte a pedido;
4. Investimento numa estrutura intermodal de transportes: aeroportuário; ferroviário; e rodoviário;
5. Adoção do Plano de Mobilidade CIM BSE como referencial de planeamento;
6. Aposta na transição energética e descarbonização;
7. Enfoque no desenvolvimento social e coesão.

[Visão Estratégica Centro 2030, CCDRC, texto adaptado]

²⁷ Também referido como Plano Estratégico da Comunidade das Beiras e Serra da Estrela.

A EIDT das Beiras e Serra da Estrela, define como missão: “Transformar o território numa Região-Cidade assente em uma matriz territorial, heterogénea, urbano-rural, circular e ecossistémica, visando implementar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), para reforço dos recursos endógenos e capacidades produtivas, sociais, empreendedoras, inovadoras, tecnológicas e sustentáveis”.

Para concretizar a missão assim definida, a CIM propõe-se concretizar a nível sub-regional a Visão Estratégica para a Região Centro 2030, para o que define um conjunto de Eixos Estratégicos (cf. *Articulação Desígnios regionais/Eixos da EIDT*).

Eixos Estratégicos EIDT Beiras e Serra da Estrela

EE2: Sustentabilidade e Qualidade de Vida. A sustentabilidade abordada pela lente da tríade: social; económica; e ambiental; conjugada com as três componentes da qualidade de vida definidas pela OCDE, designadamente, condições básicas, condições de eficiência e inovação, as quais são medidas em termos de rendimento, emprego, habitação, saúde, acesso a serviços, ambiente, educação, segurança, envolvimento cívico e governação, comunidade e satisfação da vida, fundamentais para desenvolver a consciência coletiva e a monitorização, ao nível regional.

EE3: Mobilidade(s): Acessibilidades e Movimentos i(e)migratórios. A mobilidade é uma característica facilitadora de movimentos i(e)migratórios, que podem contribuir para rebalancear o saldo deficitário da balança demográfica da baixa densidade.

EE4: Excelência Ambiental. A região das Beiras e Serra da Estrela deve ser, em termos simultâneos, a origem e o destino, de recursos naturais, ambientais e produtivos, que confirmam expressão máxima à sua excelência ambiental. Esta excelência ambiental intrínseca deve ser posicionada como um stock de recursos que justifica mais investimento público e privado em diferentes clusters produtivos já identificados, nomeadamente, o das Novas Indústrias e Serviços de Alto Valor Acrescentado, e o do Turismo, em simultâneo com os setores produtivos tradicionais e as instituições públicas e sociais, que apostem no aprofundamento de lógicas corporativas de sustentabilidade, inovação ambiental e eficiência energética. Acresce a necessidade de requalificar as redes de distribuição, tratamento e saneamento dos recursos hídricos, com excelência ambiental.

EE5: Inovação Institucional, Económica e Social. A inovação é o caminho a seguir para que a Região das Beiras e Serra da Estrela possa vir a estar mais capacitada, para melhor aproveitar o capital humano e os fluxos, inputs e outputs de conhecimento das suas instituições de ensino superior universitário e politécnico.

EE6: Ecossistemas Urbano-rurais. Os ecossistemas urbano-rurais conferem expressão ao cruzamento das realidades espaciais urbanas e rurais que coexistem e perduram nos territórios de baixa densidade. São elementos diferenciadores e cruciais para o reforço da resiliência e da biodiversidade dos territórios de baixa densidade, que permitem preservar a matriz identitária urbano-rural da região, e criar novas formas de exploração de oportunidades de negócio, mediante a criação de novas iniciativas empresariais e inovadoras, que se baseiem no conceito triádico de sustentabilidade.

Fonte: Plano Estratégico da Comunidade das Beiras e Serra da Estrela, CIM BSE.

Estes Eixos Estratégicos têm em vista capacitar a Região das Beiras e Serra da Estrela, no sentido de assegurar os Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento (OED) para esta

NUT III, enunciados para o ciclo de programação 2021-2027 no horizonte 2030, conforme tabela seguinte.

Eixos e Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento da EIDT Beiras e Serra da Estrela

Eixos Estratégicos (EE)	Objetivos Estratégicos de Desenvolvimento (OED)
<i>EE1: Capacitação</i>	OED_1.1: Monitorizar a implementação da RIS3 do Centro (2021-2027), através de uma perspetiva de objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS)
	OFED_1.2: Implementar um sistema de monitorização regional alinhado com os indicadores da Agenda 2030
<i>EE2: Sustentabilidade e Qualidade de vida</i>	OED_2.1: Reforçar as dimensões sustentáveis da qualidade de vida regional: condições básicas; condições de eficiência; e inovação
<i>EE3: Mobilidade(s): Acessibilidades e Movimentos i(e) migratórios</i>	OED_3.1: Aumentar a mobilidade e os i(e) migratórios
<i>EE4: Excelência Ambiental</i>	OED_4.1: Promover a excelência ambiental: na perspetiva dos recursos e do destino de investimento/consumo
	OED_4.2: Requalificar as redes de distribuição, tratamento e saneamento dos recursos hídricos
<i>EE5: Inovação Institucional, Económica e Social</i>	OED_5.1: Reforçar a inovação institucional, económica e social
	OED_5.2: Capacitar a CIMBSE em termos de capacidade de inovação empresarial e de absorção do conhecimento
<i>EE6: Ecossistemas Urbanorurais</i>	OFD_6.1: Refundar a matriz identitária urbanorural da região, promovendo o empreendedorismo urbano rural
	OED_6.2: Refuncionalizar o património edificado para fins de habitação social, empreendedorismo qualificado, criativo, cultural e social

Tendo em atenção o conteúdo da EIDT das Beiras e Serra da Estrela e a sua compatibilização com as opções estratégicas do Centro 2030, a CCDDR-Centro e a CIM BSE assinaram o **Contrato para o desenvolvimento e coesão territorial da CIM BSE**, no qual são identificadas as Tipologias de ação contratualizadas, bem como a respetiva dotação financeira, no montante de cerca de 109 milhões de euros. Das ações contratualizadas salientam-se, por representarem um maior potencial dinamizador do desenvolvimento do Concelho do Sabugal, as seguintes:

- Digitalização na Administração Pública
- Infraestruturas e equipamentos de apoio à competitividade
- Eficiência energética na Administração Pública
- Proteção civil e gestão integrada de riscos

- Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)
- Conservação da natureza, biodiversidade e património natural
- Mobilidade sustentável
- Intervenções urbanas - ensino; saúde; desporto; mobilidade a pedido; habitação social; reabilitação e regeneração urbana; património cultural e natural; e produtos turísticos
- Igualdade de acessos a serviços de educação.

Plano Estratégico Centro-Castilla y León (CENCYL)

Neste domínio da Cooperação Territorial Transfronteiriça, importa destacar o Plano Estratégico de Cooperação entre a Região Espanhola de Castilla y León e o Centro de Portugal (CENCYL) que tem como foco central:

“Melhorar as condições de vida dos cidadãos do território CENCYL, criar uma sociedade mais justa e interconectada, uma economia mais moderna e dinâmica, num ambiente ambiental ótimo e sustentável a longo prazo, e oferecer oportunidades para todos os que queiram fixar-se neste território.”

A Tabela seguinte sistematiza os Espaços de Intervenção e Objetivos Específicos definidos, identificando-se as propostas de ação que mais diretamente poderão influenciar as opções estratégicas a definir para o Concelho do Sabugal.

Plano Estratégico de Cooperação CENCYL

Objetivos Específicos	Ações
Espaço de Intervenção - Uma Estratégia mais próxima dos cidadãos	
Impulsionar e fortalecer a cooperação institucional para a melhoria da eficiência da governança multinível e a redução dos obstáculos jurídicos e administrativos	Apoio a projetos que respondam à perda demográfica, convertendo a zona fronteiriça numa terra de acolhimento. Supressão e/ou redução de barreiras normativas para facilitar a mobilidade laboral no território transfronteiriço, e a acessibilidade aos serviços de saúde, sociais e de emprego Impulso à simplificação de trâmites no comércio transfronteiriço. Procura de soluções para as dificuldades de realização de operações bancárias transfronteiriças.
Garantir igual acesso a serviços públicos de todos os cidadãos, contribuindo para converter o território CENCYL é um território atrativo	Fomento da digitalização de Administrações Públicas Desenvolvimento conjunto de modelos de atendimento a dependentes. Desenvolvimento de programas e projetos de ajuda a iniciativas empreendedoras dirigidas a melhorar a qualidade de vida de pessoas mais idosas em espaço rural, incorporando produtos e serviços inovadores que facilitem a independência funcional e emocional dos mesmos. Criação de uma rede transfronteiriça de promotores de vida saudável, que impulse ações para a melhoria da acessibilidade dos cidadãos aos serviços de saúde. Promoção da educação intercultural e bilingue nas escolas, bem como a consolidação de redes de colaboração permanente entre escolas e docentes. Promoção e apoio à mulher em âmbito rural, bem como a ações visando a igualdade de género no mundo laboral e contra qualquer forma de exploração da mulher. Promoção de encontros entre jovens dos dois lados da fronteira.
Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural, como recurso turístico, laboral e formativo.	Desenvolvimento de uma estratégia global de documentação, investigação e difusão do património cultural transfronteiriço. Fomento e dinamização do mercado das artes cénicas transfronteiriças. Desenvolvimento do aproveitamento do património cultural. Exploração das oportunidades que oferece o património cultural material e imaterial enquanto oportunidades de emprego.
Espaço de Intervenção - Uma Estratégia para o Pacto Verde Europeu	
Apoio à transição energética e à melhoria do uso eficiente dos recursos energéticos	Promoção de ações que favoreçam a transição para as energias renováveis e a eficiência energética em núcleos rurais e urbanos e em setores como os transportes e a construção/renovação de edifícios. Desenvolvimento de novos modelos de negócio relacionados com a bioenergia.

Objetivos Específicos	Ações
Cooperação na gestão e uso sustentável dos recursos naturais compartilhados e dos resíduos gerados, impulsionando o desenvolvimento da economia circular	Elaboração de planos conjuntos para a reutilização de subprodutos e resíduos de setor da construção. Promoção de um setor de silvicultura sustentável e de uma gestão eficaz dos recursos dos recursos agroflorestais de alto valor nas áreas fronteiriças. Apoio à implementação de tecnologias que fomentem o aproveitamento dos resíduos agropecuários e agroalimentares.
Proteção e aproveitamento do património natural e dos espaços naturais integrados no espaço transfronteiriço	Reforço das iniciativas que contribuam para melhorar a gestão das áreas naturais protegidas e da conservação da sua biodiversidade, riqueza ambiental e prestação de serviços ecossistémicos. Coordenação para as ações de valorização do setor cinegético. Trabalhos de conservação do património natural e de educação ambiental. Reforço do uso sustentável do património natural enquanto recurso turístico, desportivo, de lazer, etc. Apoio à criação de empresas de atividades turísticas que assegurem a proteção e conservação a longo prazo dos recursos naturais.
Melhoria da resiliência, da prevenção e da gestão dos riscos naturais relacionados ou não com o clima, assim como ações para a recuperação de áreas afetadas por desastres	Apoio a ações que contribuam para incrementar a resiliência dos territórios face a incêndios florestais, outros desastres naturais e catástrofes. Homogeneizar a capacidade de resposta. Cooperar para a melhoria dos sistemas de prevenção, deteção e análise de pragas e enfermidades biológicas nos espaços florestais. Alavancar as ações que permitam melhorar a adaptação às alterações climáticas, nos setores florestal, agropecuário e agroflorestal.
Espaço de Intervenção - Uma estratégia que impulse a competitividade económica: transição digital e novas tecnologias	
Promoção da transição e transformação digital para a melhoria da competitividade das PMEs	Digitalização das PMEs (em especial dos setores primário y turístico, e indústria agroalimentar) promovendo a introdução das TIC nos seus modelos de negócio e em todos os processos de produção e/ou prestação de serviços. Criação de um balcão único de resposta às empresas em questões de inovação digital.
Melhoria do espaço de colaboração permanente entre as empresas, as instituições de ensino e os centros de IDT, de ambos os lados da fronteira, gerador de conhecimento e oportunidades empresariais	Estabelecimento de acordos transfronteiriços de colaboração entre instituições de ensino, centros de IDT e empresas para realizar intercâmbios de docentes, de estudantes e de profissionais de diferentes setores, assim como para contribuir para a melhoria da competitividade. Apoio à criação de uma rede de Impulso a la criação de uma rede de colaboração universidade-empresa em campos e temáticas de interesse comum em torno das respetivas RIS3.

Objetivos Específicos	Ações
Reforço das ações dirigidas a facilitar a incorporação das pessoas no mercado de trabalho e a responder às necessidades de recursos humanos das empresas	Formação em competências TIC para empreendedores, autónomos y microempresas do território fronteiriço. Formação e adaptação dos trabalhadores às necessidades requeridas pelo mercado de trabalho. Introdução da cultura empreendedora nos centros escolares do território CENCYL. Criação de redes que fomentem a empregabilidade dos cidadãos.
Apoio à aplicação e desenvolvimento de novas tecnologias em setores chave (primário, turístico e agroalimentar, fundamentalmente)	Desenvolvimento e uso de novas técnicas de cultivo. Apoio a projetos inovadores que permitam melhorar a qualidade dos produtos e a produtividade das explorações agropecuárias. Implementação de tecnologias inovadoras que facilitem a gestão de um setor agropecuário rentável e sustentável. Criação de redes de cooperação entre empresas de setores chave (primário e turístico, fundamentalmente), para valorizar os recursos endógenos. Apoio a iniciativas para a aplicação de novas tecnologias na indústria agroalimentar e agroturismo. Apoio a projetos de inovação em bioeconomia e economia circular. Apoio à digitalização do sector turístico e implantação de novas tecnologias para melhorar a experiência dos visitantes.
Espaço de Intervenção - Uma estratégia para um território interconectado e sem barreiras	
Extensão universal de banda larga e do serviço de rede 5G a todo o território CENCYL, para o converter num território inteligente	Apoio à utilização de tecnologias avançadas e melhoria das infraestruturas tecnológicas existentes para facilitar o acesso e a gestão dos serviços públicos nas zonas rurais. Desenvolvimento de plataformas para o intercâmbio de informação clínica eletrónica dos utentes transfronteiriços. Elaboração de um catálogo de meios e recursos socio-sanitários nas regiões fronteiriças; Criação de um cartão de identidade sanitária e social” que permita o acesso a recursos sanitários e sociais a ambos os lados da fronteira. Criação de uma plataforma digital transfronteiriça que permita a avaliação das necessidades familiares das pessoas com doenças neurodegenerativas. Implantação de uma plataforma tecnológica socio sanitária transfronteiriça que permita interconsultas sanitárias, tele monitorização e vídeo consulta.
Construção, modernização e melhoria das ligações por estrada, ferrovia e energia	Melhoria das redes viárias que facilitem a comunicação, acessibilidade e intercâmbio entre Castilla y León e a Região Centro de Portugal. Conexão entre as redes de gasoductos ibéricas para transporte de hidrógeno y biogás.

Objetivos Específicos	Ações
	Cooperação para realizar instalações de obtenção de biogás. Criação no território CENCYL de uma rede de carregamento elétrico de veículos.
Fomento da coordenação na assistência e a resposta a emergências (médicas, 112, incêndios florestais, outros desastres naturais e catástrofes nas zonas fronteiriças	Intercâmbio de profissionais, organização de reuniões conjuntas que facilitem o reforço da coordenação dos recursos fronteiriços de proteção civil y Emergências. Adaptação dos protocolos de atuação em combate a incêndios e a emergências de ambos lados da fronteira. Incremento da coordenação na gestão de incêndios, outros desastres naturais e catástrofes. Aumento das patrulhas mistas Espanha-Portugal de vigilância e dissuasão no território fronteiriço.

As propostas de projetos e ações a apresentar devem ser concretizáveis no enquadramento dos instrumentos de financiamento definidos nos Programas Temáticos (Nacionais) e Regional, no âmbito do ITI da CIM Beiras e Serra da Estrela e das Parcerias para a Coesão não urbanas., e no POCTEP (Cooperação Territorial Transfronteiriça e Transnacional).

EDL PRÓ-RAIA + 2030 (Desenvolvimento rural)

Aprofundando a atividade da Pró-Raia Associação de Desenvolvimento Integrado da Raia Centro Norte (freguesias rurais da Guarda e do Sabugal) durante o período de vigência do Portugal 2020, concretizada numa Parceria que suportou o DLBC Rural, denominado *Pró-Raia 2020 Crescimento e Emprego*, esta Associação viu ratificado para o período 2023-2027 o Dossier de Reconhecimento e Qualificação, reunindo um conjunto de entidades parceiras de pleno direito em conjunto com outros associados do GAL Pró-Raia.

A Estratégia de Desenvolvimento Local aprovada e qualificada visa construir respostas relativas aos seguintes Desafios Estratégicos para os territórios rurais de Raia Centro Norte, no horizonte 2030:

- Contrariar a regressão demográfica, promover a empregabilidade e a inclusão social como fatores de coesão
- Densificar a economia e dinamizar sistemas territoriais sustentáveis reorganizando as cadeias de valor agroalimentar e florestal
- Valorizar o património natural, estruturando a remuneração dos serviços dos ecossistemas, e promover os valores culturais e identitários do território

- Melhorar os recursos de suporte e acolhimento às atividades económicas e a provisão/acesso a serviços básicos
- Promover a resiliência do território e dos recursos
- Construir um território inteligente, assumindo os desafios da transição digital e energética e promovendo a inteligência económica
- Consolidar um território colaborativo, estimulando a eficiência coletiva e a inovação.

Para alcançar estes objetivos, a arquitetura da EDL - Pró-Raia + 2030 definiu cinco Eixos de Intervenção, concretizados num conjunto alargado de Ações, que se reproduzem na Tabela seguinte, e que assumem importância acrescida para a definição de uma Estratégia de desenvolvimento da ruralidade do Sabugal.

Eixos de Intervenção	Ações
Território + Coeso	+ Proximus - Serviços básicos flexíveis Redes comunitárias - resposta a necessidades de grupos vulneráveis Capacitar no Feminino – promover a igualdade de género Empreendedorismo JER – capacitação Jovens Empresários Rurais
Território + Sustentável	Produzir sustentável – novos modelos de produção, tecnologia adaptada Diversificar atividades e gerir a multifuncionalidade Transformar na microescala e ganhar valor nas cadeias alimentar e florestal Sistemas Alimentares Sustentáveis – circuitos curtos e mercados locais Indústrias <i>bio-based</i> – valorizar recursos endógenos
Território + Resiliente	Territórios de Água + – Requalificação da infraestrutura azul Carbono + mercados voluntários e responsabilidade social corporativa Lince 2030 – reintrodução do lince na Malcata e à cinegética Transformar a paisagem e proteger territórios vulneráveis ao fogo Resíduos com + Valor – parques de biomassa e centrais de biocompostagem
Território + Inteligente	Aldeias 2º Geração – aldeias inteligentes, resilientes e colaborativas Smart Working Center – Centro Empresarial do Sabugal Campus Agros – demonstração e transferência de conhecimento Indústrias culturais, criativas e tecnológicas – espaços de co-working
Território + Colaborativo	Agir com Eficiência Coletiva – turismo de natureza e turismo náutico “Laços e Nós” – capacitar e envolver comunidades + Coesas + Resilientes + Sustentáveis + Inteligentes + Colaborativas Cooperar + experiências interterritoriais e transnacionais

2.5 Programas Temáticos (Nacionais)

No âmbito dos diferentes Programas Temáticos Nacionais existe um conjunto de Medidas de Apoio ao Desenvolvimento com interesse específico para o Concelho e para o setor empresarial concelhio, em particular. A sua importância derivará, antes do mais, das opções estratégicas que os atores institucionais e privados concelhios adotarem, sendo, no entanto, possível elencar, de entre os Programas e Medidas de Apoio, as que poderão interessar, de forma mais evidente ao Concelho.

COMPETE 2030 (Inovação e Transição digital)

Prioridades	Objetivos Específicos	Ações
Inovação e Competitividade	OE 1.1 Desenvolver e reforçar as capacidades de investigação e inovação e a adoção de tecnologias avançadas (FEDER)	Investimento empresarial e valorização económica do conhecimento
	OE 1.2 Aproveitar as vantagens da digitalização para os cidadãos, as empresas, os organismos de investigação e as autoridades públicas (FEDER)	Digitalização nas empresas através de Ações de Eficiência Coletiva
	OE 1.3 Reforçar o crescimento sustentável e a competitividade das PME, bem como a criação de emprego nas PME, inclusive através de investimentos produtivos (FEDER)	Investimento empresarial produtivo para aumentar a inovação no tecido empresarial e a intensidade exportadora da economia portuguesa; Qualificação e internacionalização das empresas
Transição Energética	OE 2.1 Promover a eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (FEDER)	Descarbonização do setor industrial e empresarial
	OE 2.2 Promover as energias renováveis, em conformidade com a Diretiva (UE) 2018/2001, incluindo os critérios de sustentabilidade nela estabelecidos (FEDER)	Diversificação da produção de energia a partir de fontes de energia renovável
Competências para a competitividade	OE 4.4 Promover a adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança, o envelhecimento ativo e saudável e um ambiente de trabalho saudável e bem-adaptado capaz de prevenir riscos para a saúde (FSE+)	Competências e qualificações no âmbito empresarial Promoção do emprego qualificado

PESSOAS 2030 (Demografia, Qualificações e Inclusão)

Prioridades	Objetivo Específico	Ações
Mais e melhor emprego, conciliação da vida profissional e pessoal e igualdade de género	OE 4.1 Melhorar o acesso ao emprego e a medidas de ativação	Estágios profissionais Apoios à contratação Estruturas Locais de Apoio ao Emprego e à Inserção Profissional
	OE 4.3. Promover uma participação equilibrada em termos de género no mercado de trabalho	Serviços e apoios reforçados à conciliação entre trabalho e vida familiar
Mais e melhor qualificação inicial para crescer	OE 4.6. Promover a igualdade de acesso e a conclusão, por parte dos grupos desfavorecidos, de um percurso de educação e formação	Cursos profissionais Cursos de aprendizagem Formação Avançada (FA) Medidas de promoção da Cultura Científica
Mais e melhor (re) qualificação de adultos para crescer	OE 4. 4.7. Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos	Formações modulares (FM) Cursos de Especialização Tecnológica (CET)
Mais e melhor inclusão de pessoas em risco ou em situação de exclusão social	OE 4.8. Favorecer a inclusão ativa, com vista a promover a igualdade de oportunidades, a não discriminação e a participação ativa, e melhorar a empregabilidade	Cursos de Educação e Formação de jovens Cursos de Educação e Formação de Adultos Ações do MSE (inclui programas de apoio ao trabalho socialmente necessário e ações de apoio à (re)integração no MT de grupos desfavorecidos) Inserção das pessoas ciganas Aprendizagem língua portuguesa (PLA) de cidadãos estrangeiros Capacitação de agentes e operadores da economia social
Mais e melhor acesso a serviços de qualidade	OE 4.11. Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; modernizar os sistemas de proteção.	Apoios a estudantes do ensino superior (EES), nomeadamente bolsas de ensino superior para alunos carenciados Ações no âmbito do Plano de Ação para o Envelhecimento Ativo e Saudável Qualificação do sistema de promoção e proteção de crianças e jovens em perigo (SPPCJP) e promoção da desinstitucionalização Instrumentos específicos de apoio e proteção às vítimas.

Sustentável 2030 (Ação climática e sustentabilidade)

PRIORIDADES	Objetivo Específico	Ações
Sustentabilidade e Transição Climática	OE 2.4 Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas (Fundo de Coesão)	Adaptação às alterações climáticas Gestão e prevenção de riscos, designadamente associados às alterações climáticas.

B3. INSTRUMENTOS DE ORDENAMENTO TERRITORIAL

Em termos nacionais e regionais, diversos instrumentos de planeamento e ordenamento do território têm vindo a ser desenvolvidos, salientando-se que a revisão do PDM em 2018 e as alterações registadas no mesmo IGT em 2021 já permitiram incorporar as diretivas constantes daqueles instrumentos.

De entre os documentos de carácter nacional e/ou regional destacam-se pela sua relevância para o Concelho do Sabugal:

Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território

Objeto de breve caracterização do PN POT na sua versão de 2019, este Instrumento define igualmente uma Agenda para o Território, organizada em dez compromissos para o território que traduzem as ideias fortes das apostas de política pública para a valorização do território e para o reforço da consideração das abordagens territoriais e esquema de articulação do PN POT com a Estratégia para o Portugal 2030 e Programa Nacional de Investimentos 2030:

- Robustecer os sistemas territoriais em função das suas centralidades, nomeadamente, intensificando as relações urbanas e urbano-rurais com vista a melhorar os níveis de eficiência e eficácia na gestão das políticas públicas.
- Atrair novos residentes e gerir a evolução demográfica.
- Adaptar os territórios e gerar resiliência, preparando e gerindo a floresta e gerindo o recurso água.
- Descarbonizar acelerando a transição energética e material, enfatizando a produção e consumo de energia a partir de fontes renováveis, desenvolvendo uma economia de baixo carbono e promovendo a transição para uma economia circular.
- Remunerar os serviços prestados pelo capital natural, adotando instrumentos económicos para a conservação da biodiversidade e incorporando nas

transferências para os municípios fatores que privilegiem os territórios com maior capital natural.

- Alargar a base económica territorial com mais conhecimento, inovação e capacitação.
- Incentivar os processos os processos colaborativos para reforçar uma nova cultura do território, promovendo a desconcentração dos serviços públicos e promovendo parcerias para a gestão territorial.
- Integrar nos IGT novas abordagens para a sustentabilidade.
- Garantir nos IGT a diminuição da exposição a riscos.
- Reforçar a eficiência territorial nos IGT.

O PNPT, versão 2018, mantém, no geral, o modelo territorial do Plano inicial, integrando o Concelho do Sabugal num Subsistema Territorial a consolidar, que integra como Centros Urbanos Regionais a Guarda, a Covilhã e Castelo Branco, interligados pelo corredor rodoviário A23 e pelo corredor rodoferroviário A25/Linha da Beira Alta e considerando a Guarda como o centro urbano regional com o qual o Sabugal tem a relação mais intensa, superior à relação com os restantes centros urbanos do Subsistema e com as zonas raianas espanholas.

Programa Regional de Ordenamento do Território da Região Centro

O Plano Estratégico elaborado há uma década referenciava este importante Programa como marco essencial para as decisões a tomar no que respeita ao ordenamento do território regional e local, mas que à época se encontrava ainda por aprovar, uma aprovação que nunca viria a acontecer.

Através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 177/2021, de 17 de dezembro, foi determinada a elaboração dos Programas Regionais de Ordenamento do Território do Norte (PROT Norte) e do Centro (PROT Centro), sendo incumbidas, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, I. P. (CCDR Norte, I. P.), e a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro, I. P. (CCDR Centro, I. P.), de promoverem a sua elaboração.

Nos termos da RCM n.º 6/2024, de 5 de janeiro, foi alterado o prazo de conclusão da elaboração destes que se encontram numa fase inicial da elaboração, beneficiando da vigência do PNPT revisto e de legislação atinente produzida.

Da documentação, entretanto, produzida e já objeto de auscultação pública e consolidação de propostas, destacam-se as Opções Estratégicas de Base Territorial e

a Proposta de Sistema Urbano Regional do PROT Centro que serão apresentadas em detalhe na Secção II (C2. Desafios estratégicos no Horizonte 2035).

Os documentos já apresentados incluem, ainda, um conjunto de cerca de três dezenas de projetos piloto a aprofundar, nos níveis operacional e locativo, em fases posteriores do trabalho de elaboração do PROT da Região Centro.

De entre esses projetos-piloto salientam-se aqueles que se mostram especialmente relevantes para o Sabugal e que inspiram, em alinhamento, alguns dos Projetos Estruturantes da Estratégia Sabugal 2035 apresentados na Secção III, nomeadamente:

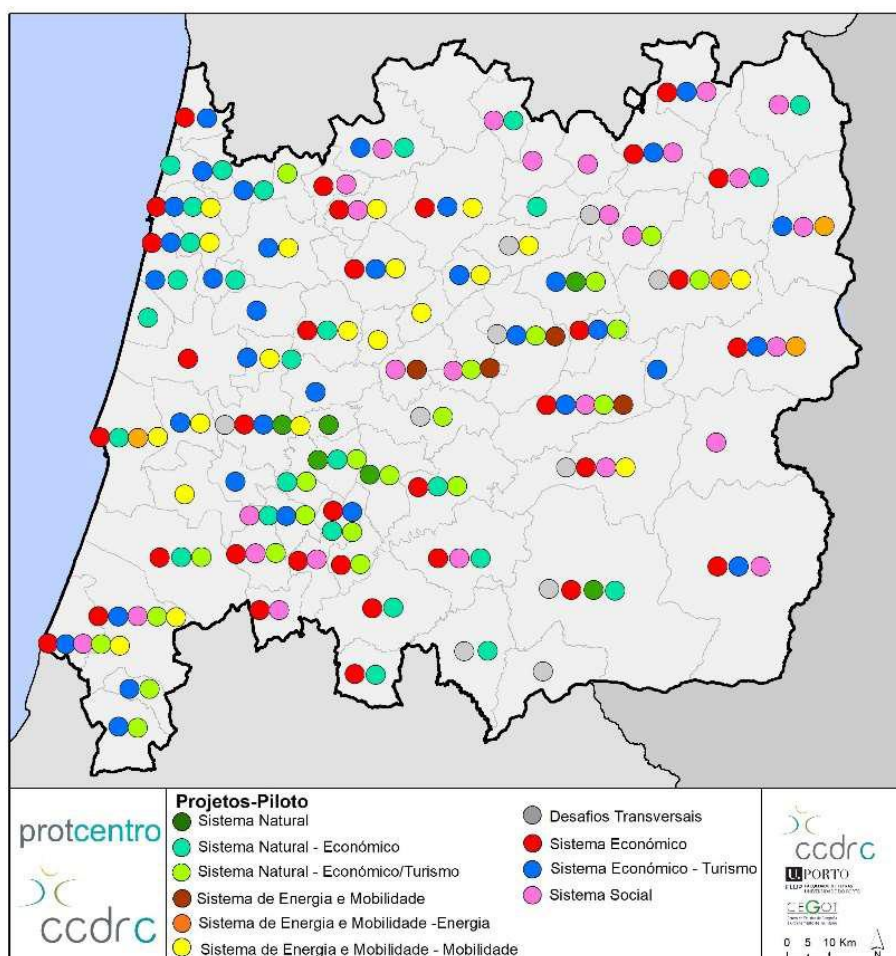
- Turismo de Saúde e Bem-Estar;
- Rota de Locais com História;
- Aldeia Lar;
- Itinerários e Itinerâncias Culturais Transfronteiriças;
- Valorização dos Sobrantes Agroflorestais; e
- Energias Limpas e Renováveis.

Projetos Piloto, por Sistema

I. Desafios Transversais		IV. Sistema Natural	
Centro para a Atração e Integração de Empresas e Imigrantes	DT1	Circularização da Água	SN1
Redimensionamento da Reserva Estratégica de Água: Construção dos Aproveitamentos de Girabolhos e Alvito	DT2	Valorização dos Sobrantes Agroflorestais	SN2
Fórum Bienal de Prospetiva da Região Centro	DT3	Rede de Museus da Floresta	SN3
II. Sistema Económico		Capacitação da População para a Prevenção de Incêndios Florestais	SN4
Catalisador Regional de Inovação – CR-inove	SE1	Baldios – Preservação, Valorização e Inovação	SN5
Desenvolvimento de Competências para a Microeletrónica e Informática: Centro – Região TICE	SE2	Roteiro da Economia Azul da Ria de Aveiro	SN6
Centro - Região da Saúde	SE3	Roteiro da Cordilheira Central: de Celorico da Beira a Porto de Mós	SN7
Rede de Indústrias Criativas	SE4	Valorização dos Ecossistemas	SN8
Turismo de Saúde e Bem-Estar	SE5	V. Sistema de Energia e Mobilidade	
Rota de Locais com História	SE6	Eficiência Energética - Intervenção no Edificado	SEM1
Rede de Turismo Industrial	SE7	Energias Limpas e Renováveis	SEM2
Aldeias Criativas da Região Centro	SE8	Centro – Região Logística do Futuro	SEM3
Desenvolvimento Económico de Territórios de mais Baixa Densidade	SE9	IC6 - Green Road	SEM4
III. Sistema Social		Mobilidade Ciclável	SEM5
Aldeia-Lar	SS1		
Sistema de Apoio ao Planeamento Habitacional	SS2		
Oferta Educativa na Baixa Densidade	SS3		
Itinerários e Itinerâncias Culturais Transfronteiriças	SS4		

Fonte: Opções Estratégicas de Base Territorial e Proposta de Sistema Urbano Regional do PROT Centro, CCDR Centro, maio de 2024.

Distribuição territorial dos Projetos Piloto



Fonte: Opções Estratégicas de Base Territorial e Proposta de Sistema Urbano Regional do PROT Centro, CCDR Centro, dezembro de 2024.

Plano Regional de Ordenamento Florestal do Centro Interior

O PROF - Centro Interior, aprovado em 2019, elenca um conjunto de dez objetivos:

1. Aumentar a resiliência dos espaços florestais aos incêndios;
2. Aumentar o rendimento potencial da exploração florestal;
3. Diminuir a perigosidade de incêndio florestal na componente associada ao ordenamento de cada Sub-Região Homogénea;
4. Contribuir para a conservação do solo e da água em geral e em particular para a conservação da água nas bacias das albufeiras de águas públicas;
5. Contribuir para a conservação da natureza e da biodiversidade, em particular para os objetivos de conservação das áreas classificadas;
6. Aumentar a superfície média das áreas de gestão florestal, aumentando a superfície sob gestão conjunta;

7. Promover sistemas de exploração florestal articulados com o ordenamento cinegético e silvo pastoril;
8. Promover o aproveitamento de outros recursos silvestres, no quadro dos sistemas de exploração florestal;
9. Promover a utilização turística dos espaços florestais;
10. Aumentar o apoio técnico aos proprietários gestores florestais, com base no desenvolvimento da extensão florestal.

O território do Sabugal está integrado nas Sub-Regiões Homogéneas (SRH) da Raia Norte e a SRH da Malcata, para as quais são definidas três funções principais para os espaços florestais:

- a) Função geral de conservação de habitats, de espécies da fauna e da flora e de geomonumentos;
- b) Função geral de proteção; e
- c) Função geral de silvo pastorícia, da caça e da pesca nas águas interiores.

O PROF-CI define, na sua regulamentação, as espécies florestais a privilegiar, bem como regras gerais de ordenamento dos espaços florestais, as quais foram, no geral, incorporadas no Regulamento do PDM em vigor.

A floresta constitui um fator de desenvolvimento económico do Concelho do Sabugal, devendo considerar-se as funções permitidas para a sua utilização como outras tantas janelas de oportunidade para a construção de um território resiliente, mas sobretudo, capaz de integrar esta riqueza natural na sua estratégia de desenvolvimento.

Planos de Ordenamento da Reserva Natural da Malcata e da Albufeira do Sabugal

Estes Planos de Ordenamento definem um conjunto de normativos de regulação do uso dos solos e da água nos territórios abrangidos.

O **Plano de Ordenamento da Reserva Natural da Serra da Malcata** estabelece um conjunto de normas que têm como objetivos prioritários: a conservação da natureza, manutenção, proteção e recuperação dos habitats naturais e das populações de espécies prioritárias; a promoção do ordenamento da atividade cinegética; o apoio e fomento do desenvolvimento sustentável através da promoção das atividades económicas tradicionais (nomeadamente a produção de queijo e a apicultura) e a aplicação das medidas preventivas de redução de risco de incêndio decorrentes da aplicação da legislação vigente.

Entretanto, a definição do Plano de Cogestão da Reserva Natural da Serra da Malcata para o período 2022-2024, consagra a visão e a estratégia para prosseguir a valorização e a promoção do território, a sensibilização da comunidade e dos atores locais, e a melhoria da comunicação com interlocutores e utilizadores, consubstanciando

um compromisso entre as entidades que integram a Comissão de Cogestão, ampliado por parcerias com outras entidades que atuam no território.

A Comissão de Cogestão é constituída pelos municípios integrantes da área protegida (Sabugal e Penamacor), pela autoridade nacional para a conservação da natureza e da biodiversidade, e por entidades com conhecimento técnico-científico e saberes aplicados, que possam contribuir para a aplicação das políticas de conservação, valorização e competitividade do território.

Igualmente, foi criado o Conselho Estratégico da Reserva Natural da Serra da Malcata que integra os representantes de diversas entidades, designadamente: ICNF, I. P.; Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro; Agência Portuguesa do Ambiente; Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro, Câmara Municipal de Penamacor; Câmara Municipal do Sabugal; Juntas de Freguesias dos concelhos de Penamacor e do Sabugal, inseridas na área da RNSM; instituições de ensino superior dos distritos da Guarda e de Castelo Branco; Associações de Produtores Florestais; Organizações do Sector da Caça; Associações de Agricultores; Entidade Regional do Turismo do Centro; Operadores de Turismo de Natureza; Associações de Desenvolvimento local/regional; Núcleo Empresarial da Região; baldios da área da RNSM; Organizações Não-governamentais de Ambiente, de âmbito regional ou de âmbito nacional, com intervenção na área da RNSM; e até três individualidades de reconhecido mérito, prestígio académico ou profissional.

Com este Plano de Cogestão pretende-se criar, desenvolver e consolidar um modelo de gestão participativo, colaborativo e articulado na Reserva Natural da Serra da Malcata, valorizando esta Área protegida e melhorando a eficiência das interações entre os parceiros. Visão: Pretende-se ainda afirmar-se como uma referência de gestão colaborativa e participativa de maior proximidade, inovando nas boas práticas de gestão e reconhecendo as Áreas Protegidas como áreas de demonstração em que é possível fazer diferente, trabalhando em rede e envolvendo as populações e os atores-chave, na promoção da defesa do capital natural português.

Ao atribuir aos Municípios de Penamacor e do Sabugal a presidência da Comissão de Cogestão, este Plano cria as condições para que as decisões sobre o futuro da Reserva Natural sejam aquelas que, preservando o rico património natural e a biodiversidade da Serra da Malcata, coloquem esta mesma riqueza ao serviço das estratégias de desenvolvimento que os dois Municípios venham a definir.

Por sua vez, o **Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal** estabelece como prioridade a recuperação da qualidade da água para o abastecimento público da população, numa perspectiva mais lata do estabelecimento de regras tendentes à harmonização e compatibilização das atividades secundárias potenciadas pela Albufeira do Sabugal nos domínios da pesca desportiva e do recreio e lazer, com as finalidades primárias de abastecimento de água para consumo público, produção de

energia elétrica e rega que justificaram a sua criação, numa perspetiva de valorização e salvaguarda dos recursos e valores naturais em presença.

O transvase de água da Barragem do Sabugal para a Barragem da Meimoa, possibilitando desta forma o fornecimento de água ao sistema de regadio da Cova da Beira, bem como da produção de energia elétrica a montante da barragem da Meimoa, que, para além do fornecimento de água a um conjunto de Municípios da Beira Interior, constituiu a principal razão da construção da barragem, tem sido objeto de situações de conflito entre o compromisso de fornecimento de água e a relativa escassez de benefícios para o próprio Concelho do Sabugal.

Neste sentido, os municípios do Sabugal, do Fundão, da Covilhã, de Belmonte, Penamacor e Almeida iniciaram o processo de execução de um estudo sobre o «*Potencial Hídrico do Sistema Sabugal-Meimoa, Serra da Estrela e Ribeira da Baságueda*», nomeadamente tendo em vista os usos múltiplos da água e a sua compatibilização com o Regadio.

O estudo que se encontra em desenvolvimento constitui uma oportunidade para que os solos com maior potencial agrícola do Concelho possam vir a ser integrados no sistema de regadio da Albufeira do Sabugal.

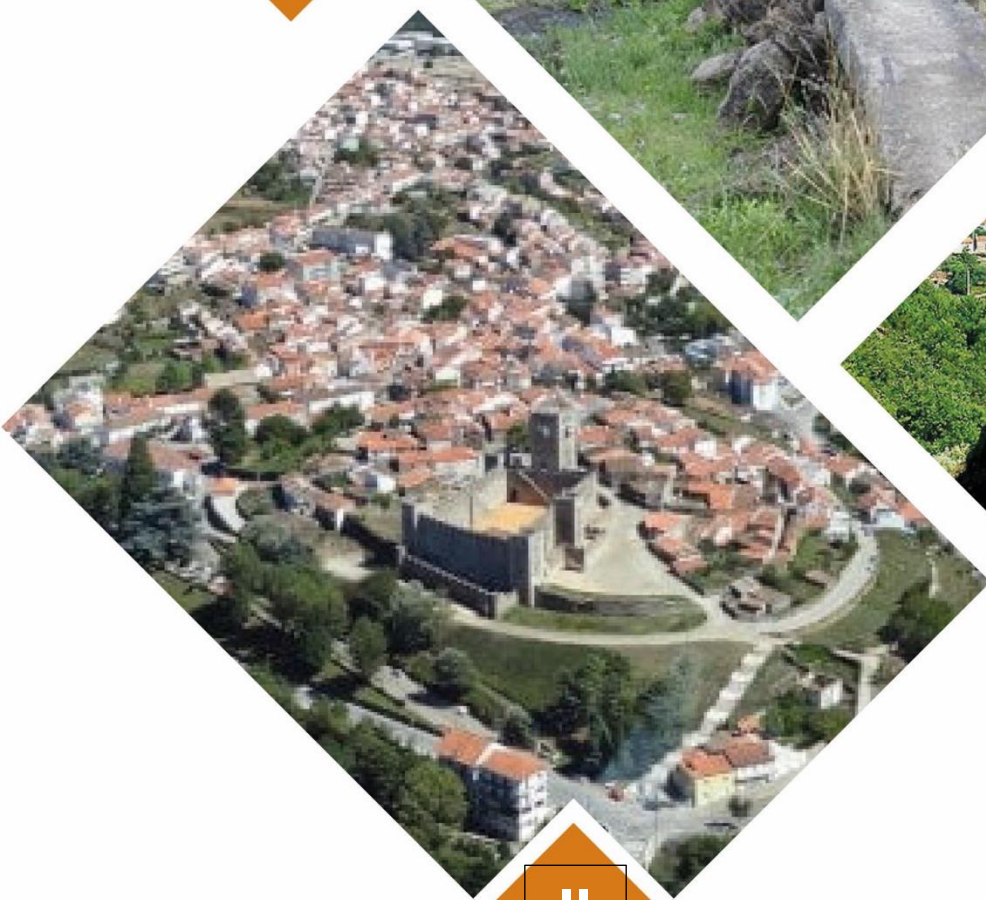
O Município tem feito uma aposta grande no aproveitamento das funcionalidades secundárias da Albufeira, o que conduziu a certificação da Estação Náutica do Alto Côa, na Albufeira do Sabugal, e da elaboração e aprovação muito recentemente do projeto das “Infraestruturas de Lazer na Envolvente à Barragem do Sabugal”.

O projeto prevê um conjunto de instalações sanitárias, equipamento lúdico infantil, snack-bar, estrutura de apoio a parque de merendas, parque seco para canoas e um embarcadouro/pontão flutuante.

No início do Verão de 2024, entrou em atividade a Praia Fluvial do Sabugal requalificada, infraestrutura a jusante da Albufeira e que se torna viável pela regularização do caudal do rio Côa provocada pela existência da Barragem.



SABUGAL
MUNICÍPIO



II

Diagnóstico Prospetivo: dos Cenários à Estratégia

Valorização dos recursos naturais/Inovação para a competitividade territorial/Qualidade de vida e bem-estar

O exercício de prospectiva que constituiu a base dos trabalhos da 3ª fase (**Diagnóstico Prospetivo**) de Elaboração do Plano Estratégico, compreendeu:

- o enunciado das *Incertezas cruciais no horizonte 2035*;
- a identificação de *Desafios estratégicos a encarar no horizonte do Plano*;
- a formulação de *Cenários prospetivos* desenhando evoluções contrastadas de desenvolvimento para o Sabugal, no horizonte 2035;
- o *alinhamento com a Visão prospetiva regional* (ER, EREI e PROT Centro), documentos que traçam um quadro de referência para delimitar os campos de evolução desejáveis e possíveis; e
- a *proposta das Linhas Estruturantes da Estratégia Sabugal, 2035*.

A operacionalização da abordagem metodológica a esta fase do Plano, no essencial, assentou no processamento de informação documental de suporte ao exercício de prospectiva que contribuiu para fundamentar a identificação das Linhas estruturantes da Estratégia Sabugal, 2035.

A apresentação ao Executivo municipal, para apreciação/validação do Enquadramento Geoestratégico, Desafios Estratégicos, Cenários de Desenvolvimento, Visão Prospetiva e Linhas Estruturantes da Estratégia Sabugal, 2035, haveria de contribuir para desenhar a última fase dos trabalhos de Elaboração do Plano Estratégico, dedicada à identificação dos Projetos estratégicos e ao detalhe do Modelo de Governação.

C1. INCERTEZAS CRUCIAIS

As incertezas cruciais desempenham um papel importante na análise prospetiva, que visa antecipar possíveis cenários futuros. Com essa finalidade, entre as principais funções desempenhadas pelas incertezas cruciais, salientam-se:

- a *Identificação de diferentes Cenários futuros* (variedade de resultados possíveis);
- a *Avaliação de Riscos* associados a diferentes decisões;
- o *Planeamento estratégico*, de modo a dotar as organizações de estratégias flexíveis, ajustáveis às condições futuras se desenrolam;
- a *tomada de decisões* mais informadas e robustas;
- a procura de *soluções criativas* que moldem diferentes futuros possíveis; e
- a *Monitorização e correção de desvios*, através do estabelecimento de indicadores ligados às incertezas, para acompanhar as mudanças e ajustar as estratégias.

Os elementos de atualização do **Diagnóstico Territorial (1º Relatório)**, bem como as dimensões de **Enquadramento Geoestratégico (2º Relatório)** do Concelho do Sabugal,

permitem fundamentar um conjunto de seis **Incertezas cruciais** que se afiguram abrangentes, também pela integração temática que proporcionam em matéria de Desafios estratégicos para o Sabugal, no horizonte 2035.

-
- (i) Integração do Sabugal na dinâmica de afirmação nacional e global da Região Centro, proporcionada pela consolidação das acessibilidades e redes de transportes e respetivo contributo para promover o desencravamento geográfico do Concelho.
 - (ii) Ritmo de regressão demográfica que impacta negativamente o stock, a vitalidade e as competências da população residente estabelecendo sérios constrangimentos ao desenvolvimento social e económico.
 - (iii) Posicionamento do Sabugal na recomposição das cadeias de valor produtivas nas quais tem recursos e argumentos competitivos para criar valor e emprego locais.
 - (iv) Prioridades das políticas de coesão, desenvolvimento rural e cooperação territorial no horizonte 2035, nomeadamente a evolução das que têm apoiado o investimento público e influenciado as escolhas dos agentes económicos locais.
 - (v) Capacidade do capital social e de iniciativa económica para dinamizar o investimento produtivo, o rendimento e o emprego, com modernização do tecido empresarial e atração de novas empresas para o Sabugal.
 - (vi) Adaptação à mudança na gestão dos ativos naturais (pública e privada) para acomodar as agendas europeias e nacionais nas estratégias e práticas dos agentes económicos locais.
-

Acessibilidades e Redes de transportes- quadro de inserção regional

Esta opção estratégica fundamental de acessibilidades para a ligação ibérica e europeia da Região Centro, continua a colocar o Sabugal perante um dilema fundamental para definir a sua estratégia de desenvolvimento sustentado no horizonte de 2035: Como integrar o Sabugal na dinâmica de afirmação nacional e global da Região Centro, promovendo o desencravamento geográfico do Concelho?

A resposta a este dilema tem de compreender duas vertentes fundamentais:

- (i) conferir prioridade à melhoria dos níveis de serviço das acessibilidades à Guarda, nomeadamente à PLIE, às A23 e A25 e às Linhas da Beira Alta e da Beira Baixa, (prioridade que, infelizmente, opções municipais anteriores, não foi potenciada, por se ter considerada uma ligação à A23 no Concelho de Belmonte, desperdiçando a oportunidade de reperfilamento da EN233 de ligação à A23/A25 na Guarda), mas também, a Vilar Formoso, Ciudad Rodrigo e Salamanca; e, simultaneamente,

- (ii) acompanhar a importância crescente que as dinâmicas de desenvolvimento do eixo da A23- Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco - assumem para o Concelho e a importância estratégica que possui o reforço das ligações transfronteiriças aos centros urbanos raianos de Espanha.

Estas são opções que podem colocar o Sabugal numa posição de beneficiário ativo de um **posicionamento geográfico balanceado na relação fronteiriça para a Europa, pela via rodoviária, e para o Atlântico percorrendo, pela via rodoferroviária, a aproximação ao mercado do Litoral Centro e Metropolitano**, questão que adquiriu, entretanto, ainda maior relevância com a modernização da Linha da Beira Baixa e a sua interligação à Linha da Beira Alta.

Este posicionamento tende a ser beneficiado pela criação, na Guarda, do primeiro porto seco do País. Com efeito, a Guarda “integra o conceito de porto seco, assumindo-se como um eixo fundamental do posicionamento na centralidade do interior da Península, servindo as regiões centro e norte e os territórios fronteiriços de Espanha e de Portugal” e “detém uma localização estratégica que o coloca como o único hub de distribuição nacional e internacional de mercadorias, no interior do território nacional, para a exportação e importação de matérias-primas, produtos e serviços”, *in* Decreto-lei nº 24/2022.

O conceito de porto seco refere uma iniciativa de política aduaneira e fiscal, que permite consolidar e alargar um ecossistema de logística, indústria e inovação, com base em legislação de 2019 que introduz o conceito de Janela Única Logística que reúne numa só circunscrição o trânsito, o tratamento, o armazenamento e o despacho alfandegário.

A criação do porto seco na Guarda transformará a cidade «num eixo fundamental do posicionamento na centralidade do interior da Península, criando uma âncora logística fundamental no interior, com impacto relevante no produto interno bruto nacional e motivando também a aceleração das economias locais, na medida em que as operações centralizadas vão “promover e incentivar as atividades relacionadas com o terminal ferroviário da Guarda, divulgando a sua imagem junto dos agentes económicos, gerindo os recursos e contribuindo para o desenvolvimento da região”.

A proximidade ao porto seco da Guarda da Zona de localização Empresarial -Eco Parque - (sita na Zona do Alto do Espinhal, freguesia de Quintas de São Bartolomeu), apresenta vantagens locativas que permitem seja usada como um instrumento de atração de empresas e investimentos que valorizem a logística instalada na interface do Terminal ferroviário da Guarda.

Acresce numa perspetiva semelhante, a proximidade à PLIE (Plataforma Logística de Iniciativa Empresarial) a qual, após um arranque lento, evidencia sinais de maior vitalidade ao avançar com uma 4ª fase do empreendimento, com a adição de 60 lotes, que deverá elevar para cerca de 260 as áreas disponíveis para acolher empresas de logística, distribuição e transportes. No curto prazo está também prevista a melhoria do terminal TIR contíguo e a ligação ao porto seco, quando concluídas as obras de modernização da Linha da Beira Alta.

↳ **Regressão demográfica e constrangimentos ao desenvolvimento social e económico**

A Incerteza crucial remete para o Ritmo de regressão demográfica o qual impacta negativamente o stock, a vitalidade e as competências da população residente estabelecendo sérios constrangimentos ao desenvolvimento social e económico.

Considerando dois cenários económicos prospetivos, a saber, o Cenário de Continuidade e o Cenário de Crescimento moderado (cenário de contraste), procurou-se confrontar as correspondentes necessidades antecipáveis de mão de obra com as perspetivas demográficas do município, no horizonte de 2035.

Em síntese, tais cenários apresentam as seguintes características distintivas:

- *Cenário Continuidade (1)*: continuidade da tendência depressiva, sem atração significativa de empresas e investimentos, sem criação significativa de empregos e, consequentemente, prosseguindo o despovoamento
- *Cenário de Crescimento moderado (2)*: com o surgimento de novas e mais qualificadas atividades, inverte-se a tendência para o despovoamento, beneficiando de uma gestão proativa e disruptiva das atividades económicas apoiada por políticas públicas adequadas.

As condições de realização do Cenário 2 são bastante exigentes, pois pressupõem a atração de investimento orientado para atividades económicas promissoras: na agricultura e pecuária, nas agroindústrias, no turismo/lazer e nos serviços, de natureza social e também económica.

Partindo dos Cenários descritos, realizou-se um exercício de prospetiva, com quantificação, de modo a definir de forma realista uma baliza para a evolução potencial do emprego no setor formal da economia do Sabugal a taxas anuais médias de variação entre 5 e 6%. Assim, em 2035, o pessoal ao serviço nos estabelecimentos que operam no território do município poderá situar-se entre 2.861 pessoas (Cenário de Continuidade) e os 3.455 indivíduos (Cenário de Crescimento moderado).

Como poderá evoluir, entretanto, a população no horizonte temporal de 2035? E até que ponto a evolução expectável será suficiente para preencher as necessidades de mão de obra nessa altura?

Para tentar responder a estas questões, realizou-se a projeção da população do concelho com dinâmica de população fechada, isto é, sem migrações. Na ausência de migrações, a projeção ensaiada ilustra o prolongamento imparável do declínio populacional endógeno do território, podendo o efetivo total cair para apenas 7.766 residentes, em 2035. A estrutura etária, extremamente envelhecida em resultado desta dinâmica de população fechada, poderia estabilizar em torno dos 44% de habitantes com 65 e mais anos.

Sem migrações, o impacto socioeconómico desta estrutura etária de população é a continuada injeção de transferências sociais que irão alimentar uma procura exógena ao território, isto é, sem contrapartida no aumento da produção local.

O declínio demográfico só poderia ser travado ou invertido, no horizonte temporal de 2035, com uma dinâmica migratória muito forte, traduzida em saldos positivos significativos, com maior afluxo de imigrantes e maior retenção de naturais e imigrantes no concelho, por comparação com a evolução anterior.

O efeito estrutural destes saldos na demografia do território será tanto maior quanto mais neles predominarem os imigrantes de idades jovens, desde que o reagrupamento familiar e a constituição de novas famílias permitam não só maior número de nascimentos como a eventual recuperação dos níveis de fecundidade por idades, visto serem geralmente mais elevadas entre as famílias oriundas de países onde a transição demográfica ainda não foi concluída.

Para taxas de atividade dadas, a relação do emprego com a estrutura etária da população pode ser analisada tomando como referência o “balanço de emprego nulo”, isto é, a situação de população fechada em que há equilíbrio entre oferta de mão de obra e necessidades de recursos humanos do sistema económico.

Registando-se um défice de oferta de mão de obra, e não havendo possibilidade de ajustar em alta as taxas de atividade da população, o balanço de emprego nulo deverá ser alcançado através de saldos migratórios positivos²⁸.

Confrontando o panorama demográfico projetado com os Cenários 1 e 2 de emprego, com base em determinados pressupostos de atividade e emprego por idades,

²⁸ Para uma discussão aprofundada destes interfaces economia-demografia à escala regional veja-se Eduardo A. Castro e outros, *A Demografia e o País. Previsões cristalinas sem bola de cristal*, Gradiva, 2015, pp.106 e seguintes.

identifica-se um défice de mão de obra que poderá situar-se, em 2035, entre os 461 e os 1.053 indivíduos.

Este exercício de cenarização sociodemográfica prospetiva sugere, assim, uma ordem de grandeza para a desejável atração de novos habitantes, com vista a satisfazer as necessidades de mão de obra de uma economia mais dinâmica.

Não obstante, a resposta a necessidades de mão-de-obra mais exigentes em termos de qualificações e competências orientadas, nomeadamente, para a reestruturação das atividades das fileiras agroalimentar, energética e dos recursos naturais, pressupõe a dinamização de ofertas formativas de nível intermédio e superior em parceria com instituições de ensino superior universitário e politécnico. Uma aposta que deverá ser encarada num contexto mais vasto de cooperação que inclua, p.ex., a avaliação da viabilidade de envolvimento do Sabugal na criação de respostas residenciais para os estudantes dessas instituições na Guarda e Covilhã.

↳ Posicionamento do Sabugal na recomposição das cadeias de valor produtivas

O núcleo de atividades que estruturam o padrão de especialização produtiva da economia do Sabugal evidencia uma manifesta orientação agroflorestal e pecuária, uma característica dominante dos territórios de baixa densidade demográfica e do interior do país, aliando a presença simultânea de importantes valores naturais e de reserva de recursos de uma paisagem pouco humanizada e de um território com um débil e insuficiente potencial de atratividade de pessoas e empresas.

Em todo o caso, importa ainda sublinhar e naturalmente valorizar a existência de atividades económico-produtivas geradoras de produtos de qualidade e de valor acrescentado como serão os casos do mel, da castanha, dos cogumelos e também do azeite, sendo que este território, pelas suas condições orográficas e climatéricas, apresenta igualmente uma clara atratividade para a produção de energias renováveis (solar e eólica) tal como já sucede com os parques solar e eólicos instalados e em plena atividade no concelho do Sabugal.

A presença dominante da fileira de pecuária extensiva, constitui um exemplo daquelas produções de qualidade e potencial valor acrescentado, alicerçada em três segmentos produtivos nucleares:

- i) *Bovinos* - produção de carne para venda ao desmame e para engorda subsequente e posterior abastecimento de carne aos mercados consumidores – cadeia de valor mais competitiva, sendo que uma parte desta ocorre no exterior do território concelhio;

- ii) Ovinos - produção de leite para a indústria de laticínios e também engorda dos animais para abate e venda de carne aos mercados consumidores – cadeia de valor de acabamento dos animais de carne (unidade de referência da Campicarn) e cadeia de valor leite/queijo cuja principal referência é a unidade de produção de queijos da Lactibar;
- iii) Caprinos - produção de leite para indústria de laticínios e também de carne para os respetivos mercados consumidores - cadeia de valor muito centrada na produção do leite, mas também e com uma especial relevância carne de cabrito que é uma iguaria gastronómica muito apreciada na região e no país.

Daqui se poderá inferir o significado muito expressivo que este segmento da produção agroalimentar tem no quadro da especialização produtiva deste território e, evidentemente, o contributo relevante para o desempenho da base económica do Sabugal e da região em que o Concelho se insere.

O desafio maior do desenvolvimento de um território matizado pelos condicionalismos inerentes à baixa densidade e às dificuldades de atração de investimento externo, mas podendo afirmar-se progressivamente como um espaço multifuncional e permanecendo como um espaço de produção agropecuária e florestal, consiste precisamente em promover uma rede de indústrias e de serviços potenciadores da valorização dos seus recursos endógenos, mas sempre baseados numa trilogia de Qualidade - Identidade - Diferenciação, cujo reconhecimento pelo mercado e pelos cidadãos consumidores é, hoje, cada vez mais notório.

Com efeito, atendendo às características específicas dos recursos endógenos do território em apreço e às produções agropecuárias e florestais existentes, torna-se necessário aprofundar o seu posicionamento nas respetivas cadeias de valor por forma a proporcionar, por um lado, uma maior densidade de sofisticação dos respetivos produtos nos mercados consumidores e, por outro lado, um nível mais elevado de rendimento para os agentes económicos intervenientes no processo de produção e de criação de valor acrescentado.

A evidência dos elementos estatísticos disponíveis mostra-nos um ténue dinamismo da economia local observado nos últimos anos derivado do comportamento evolutivo do setor primário, cujo reforço é bastante expressivo, o que se verifica igualmente nalgumas atividades dos serviços, o que determinou não só o aumento do número de estabelecimentos, mas sobretudo o número de novos postos de trabalho criados.

Esta trajetória evolutiva, a manter-se e mesmo reforçada a curto prazo, constituirá um fator de esperança para se conseguir maior robustez e resiliência da economia local para enfrentar no futuro riscos e constrangimentos de natureza externa.

De qualquer modo, nunca poderemos deixar de referir o facto de a promoção do empreendedorismo e da atração de investimento ter sido gradualmente estrangulada com o êxodo dos Sabugalenses com capacidade de iniciativa e quadros mais qualificados que procuraram outros locais para desenvolver as suas atividades, estreitando a base de competências técnicas e empreendedoras do Sabugal ao longo das últimas décadas.

Em todo o caso, existe uma diáspora muito expressiva de técnicos e profissionais oriundos do Sabugal que mantém, porventura, uma profunda ligação afetiva á sua terra de origem e que poderão naturalmente contribuir para a estruturação de uma rede solidária de contactos e iniciativas conducentes a uma maior e mais eficaz projeção de imagem interna e externa do Sabugal e dos seus principais ativos territoriais com o objetivo de mobilizar esforços para despertar o interesse de potenciais empresas e investidores institucionais numa possível presença e localização no Concelho.

O Município do Sabugal tem procurado melhorar as condições de fixação e atração empresarial, nomeadamente através da infraestruturação de áreas de localização empresarial, com lotes de terreno cedidos a preços simbólicos e a criação do Centro de Negócios Transfronteiriço do Soito, onde alguns pequenos negócios podem encontrar condições adequadas ao seu desenvolvimento.

No entanto, sem intervenções mobilizadoras de recursos que possam servir de base de sustentação para novas atividades, dificilmente se fixarão no Sabugal empresas e atividades que façam a diferença em termos de inovação, emprego e criação de riqueza.

A criação de um centro de recolha e processamento de produtos agrícolas no Soito, assim como o Parque de Leilões de Gado (iniciativa da CoopCôa - Cooperativa Agrícola do Concelho do Sabugal, CRL, que tem lugar nas instalações da antiga Colónia Agrícola de Martim Rei), são alguns dos investimentos/ atividades que podem contribuir para reforçar o espírito cooperativo e ganhar massa crítica e capacidade para aceder a mercados mais valorizados.

No entanto, valerá a pena sinalizar a necessidade de promover a realização de investimentos de modernização das instalações desta infraestrutura de apoio indispensável à atividade agropecuária dominante no concelho, garantindo igualmente as melhores condições para a receção e encaminhamento dos efetivos pecuários e do seu bem-estar animal.

A proximidade à Guarda, Covilhã, a Castelo Branco e a Salamanca e aos seus importantes polos de conhecimento e qualificação, assim como a qualidade dos recursos

endógenos do Sabugal, constituem argumentos determinantes para, enquadrados numa ambiciosa estratégia regional transfronteiriça, atrair investimento, privilegiando, numa fase inicial, investimentos de 1ª e 2ª transformação agrícola e florestal, orientados a mercados regionais e europeus.

De idêntico modo e, tal como já referido anteriormente, **a oportunidade da existência do porto seco da Guarda** que, atendendo manifestamente a um tradicional relacionamento de maior proximidade com o município vizinho, poderá mesmo constituir um incentivo para a atratividade e localização de novas atividades económico-produtivas e empresas vocacionadas para o negócio de exportação/importação no Sabugal que, aliás, já dispõe de áreas devidamente infraestruturadas para o seu respetivo acolhimento e instalação, caso da Área Empresarial do Alto do Espinhal.

Neste enquadramento, poderão mesmo surgir iniciativas e avanços importantes para que comece a observar-se uma mais expressiva requalificação e modernização graduais da base económica local e, conseqüentemente, uma melhoria progressiva ao nível das cadeias de valor associadas às respetivas atividades económico-produtivas tradicionais e emergentes.

↳ Prioridades das políticas de coesão, desenvolvimento rural e cooperação territorial

A Política de Coesão é a principal política de investimento da União Europeia, representa no corrente período de programação 2021-2027 quase um terço do orçamento total da União, aplicando-se a todas as regiões e cidades para apoiar o seu crescimento económico, competitividade, sustentabilidade ambiental e neutralidade climática e melhorias na qualidade de vida dos cidadãos.

As prioridades da Política de Coesão estão centradas em grandes desígnios europeus, nomeadamente: “Um acordo ecológico europeu”; “Uma Europa preparada para a era digital”; “Uma economia que funciona para as pessoas” e as suas intervenções ajudam a concretizar muitos objetivos de política da União Europeia. Contudo, apesar da sua abrangência temática e territorial a maior parte do financiamento da Política de Coesão tem-se concentrado nos países e regiões menos desenvolvidos, com vista a promover a convergência, reduzindo as disparidades económicas, sociais e territoriais.

No horizonte 2035 perspetivam-se novos desígnios europeus e novas prioridades e objetivos de política: competitividade; defesa; preparação para o alargamento, que a par das transições climática e digital em curso, da problemática atual da habitação e da intenção de introduzir maior flexibilidade nas intervenções, para ocorrer a crises e imprevistos, introduzem incertezas na futura execução da Política de Coesão em particular no apoio ao investimento público nas regiões menos desenvolvidas e nas escolhas dos agentes económicos menos competitivos.

Nas *Political Guidelines 2024-2029* que vão orientar as decisões da nova Comissão Europeia, apresentadas pela Presidente da Comissão a 18 de julho de 2024, são avançadas algumas linhas de orientação para um horizonte mais largo com consequências no Quadro Financeiro Plurianual (QFP) pós-2027, cujo debate se iniciará no segundo semestre de 2025.

No que respeita à Política de Coesão afirma-se na Guideline “Apoiar as pessoas, reforçar as nossas sociedades e o nosso modelo social” a necessidade de uma “política de coesão e crescimento reforçada centrada nas regiões”, a conceber em parceria com as autoridades nacionais, regionais e locais. Mantém-se assim o objetivo de reduzir as disparidades económicas, sociais e territoriais e referem-se os serviços públicos e atividades privadas, educação e competências, transportes e conectividade digital, como objetos de reformas e investimentos.

Já na Guideline “Concretizar objetivos em colaboração e preparar a União para o futuro” referem-se algumas orientações para o novo orçamento de longo prazo, a apresentar em 2025. Este deverá ser: (1) “mais centrado”, no alinhamento das prioridades e objetivos europeus; na orientação de forma mais flexível para onde a ação da UE é mais necessária; e baseado em políticas e não em programas; (2) “mais simples”, no seu modo de funcionamento, com menos programas e um plano para cada país que associe as principais reformas ao investimento, concentrando-se nas prioridades comuns, incluindo a promoção da coesão económica, social e territorial; (3) “mais impactante”, com um fundo europeu de competitividade e uma melhor utilização do orçamento para mobilizar mais financiamento nacional, privado e institucional.

Estas propostas, a avaliar pelas críticas a que já foram sujeitas, nomeadamente pelo Comité das Regiões, apresentam algumas incertezas quanto ao futuro da Política de Coesão em particular no que diz respeito à sua reforma, ao modelo de gestão e à afetação do orçamento entre os vários desígnios. A reforma envolve ou remete para um segundo plano as regiões em benefício das prioridades europeias e nacionais? O reforço da competitividade será articulado ou separado da convergência dos países e regiões menos desenvolvidos?

A cooperação territorial, consubstanciada no programa INTERREG, é financiada por um dos fundos da Política de Coesão, o FEDER, pelo que partilha as mesmas incertezas quanto ao futuro, reforma, modelo de gestão e afetação orçamental.

No *Harvesting Event* pós-27 organizado pelo programa INTERACT e a DG Régio foram elencadas questões que irão afetar o INTERREG no horizonte 2034. Destaca-se em particular a cooperação nas fronteiras externas da União, “na vizinhança alargada especialmente no Mediterrâneo”; a “melhoria da governação, flexibilidade e adaptabilidade dos programas, sinergias e cooperação (capitalização/estratégias macrorregionais e de bacias marítimas)”.

No que diz respeito à Política Agrícola Comum, referida na Guideline “Manter a nossa qualidade de vida: segurança alimentar, água e natureza” a nova Comissão Europeia propõe-se apresentar uma visão para a agricultura e o setor alimentar nos primeiros 100 dias de mandato, tomando como base as recomendações do “Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na UE- Uma perspetiva partilhada para a agricultura e a alimentação na Europa”, cujo Relatório foi divulgado a 5 de setembro de 2024.

De momento, a Comissão realça apenas a importância da análise da forma de assegurar a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo do setor agrícola, dentro dos limites do nosso planeta, e elege algumas questões a ter em consideração no futuro da PAC: encontrar um justo equilíbrio entre incentivos, investimento e regulamentação; uma política de rendimentos que assegure um rendimento justo e suficiente aos agricultores europeus; recompensar os agricultores que trabalham com a natureza; apoiar a competitividade em toda a cadeia de valor alimentar; reforçar a posição dos agricultores e protegê-los melhor de práticas comerciais desleais; proteger a soberania alimentar e os que contribuem para o abastecimento alimentar.

Também neste as incertezas se colocam na futura conciliação entre competitividade e sustentabilidade, no enfoque nas áreas rurais e no reforço orçamental necessário para fazer face à nova política de rendimentos, investimento, remuneração das práticas ambientais e serviços dos ecossistemas e revitalização das áreas rurais.

A concentração e centralização das políticas de coesão, cooperação territorial e desenvolvimento rural no horizonte 2035 nos novos desígnios e prioridades europeias e nacionais, num contexto de maiores constrangimentos orçamentais, pode de facto retirar protagonismo às regiões e aos municípios e criar dificuldades na execução das suas estratégias. Em particular o reforço da competitividade se desligado da convergência pode reduzir o investimento público e restringir as opções dos agentes económicos nos territórios que procurem ainda afirmar a sua competitividade, como é o caso do concelho do Sabugal.

Há, no entanto, no concelho do Sabugal ativos estratégicos que podem ser importantes mesmo no referido contexto, associados à transposição de estratégias europeias e/ou nacionais, ou mesmo de iniciativas “bottom-up”, nos domínios da competitividade e inovação, sustentabilidade e transição ecológica e climática, do novo Pilar Europeu dos Direitos Sociais, da cooperação territorial e do desenvolvimento rural. Maior protagonismo defende-se no princípio europeu da subsidiariedade e na afirmação da governança multinível.

↳ **Capacidade do capital social e de iniciativa económica**

O Relatório de Diagnóstico Territorial e o conhecimento construído acerca da socio economia do Sabugal, mostram traços de: recessão demográfica, com níveis acentuados de envelhecimento e uma reduzida capacidade de regeneração do stock; e de declínio económico, fruto das débeis dinâmicas empresariais e de uma atração de investimentos residual.

Naturalmente que este não é um panorama exclusivo deste Concelho entre os territórios de baixa densidade do Interior raiano. Porém, não deixa de questionar as efetivas capacidades do capital social e da iniciativa económica locais para dinamizar o investimento produtivo, o rendimento e o emprego, com modernização do tecido empresarial e atração de novas empresas para Sabugal.

Não obstante ser esta a realidade evidente nas tendências de evolução da última década, impõe-se reconhecer a existência de elementos de capital social e fatores propiciadores de iniciativa económica, património do Sabugal, nomeadamente:

- tradições produtivas na área dos sistemas alimentares sustentáveis, abertas a processos de inovação indutores de atividades da bioeconomia, da economia circular e da agricultura e pecuária biológicas;
- dinâmicas de iniciativa empreendedora ligadas à Diáspora portadoras de recursos de investimento e que permanecem como disponibilidades latentes, ainda sem concretização;
- tecido de organizações da economia social com expressiva presença e atividade no Concelho, alvo de potencial reforço da procura crescente de serviços por parte de idosos e famílias.

As dinamizações ambiciosas do capital social, da iniciativa económica e da cooperação territorial para a mobilização de recursos, constituem inegavelmente uma Incerteza crucial para o desenvolvimento do Sabugal, mas enquanto elementos constitutivos do capital social da sociedade civil sabugalense, são também um elemento facilitador da iniciativa económica, tanto mais quanto puderem beneficiar da existência de um ambiente favorável à Inovação e à atração de empresas.

Esta perspetiva permite ensaiar uma aproximação pela positiva ao Cenário de Crescimento moderado pelo lado positivo, considerando diversos fluxos de iniciativa económica que poderão convergir, designadamente:

- **Instalação de um número crescente de jovens agricultores, a par do desenvolvimento de empresas de produção agrícola e industrial e outras com capacidade de criação de emprego nos serviços e “indústrias” ligadas à Saúde**

e bem-estar, à Biotecnologia e às Tecnologias de Informação e Comunicação, nomeadamente no sector da prestação de serviços e das “indústrias criativas”, de iniciativa de diplomados, em articulação com as Instituições de Ensino Superior da Beira Interior (Pólo da Universidade Aberta do Sabugal, Universidade da Covilhã, Politécnico da Guarda e Politécnico de Castelo Branco).

- **Modernização da Economia social atraindo novos públicos de origem europeia, dotados de maior qualificação e rendimento;** a articulação entre turismo, lazer, desporto e saúde/bem-estar, daria outra expressão às Termas do Cró como primeira unidade de desenvolvimento da saúde integral e potenciando a satisfação de novas procuras nos campos da reabilitação psicofísica e desportiva.
- **Empreendedorismo local potenciável pela atração de empreendedores com ligações ao Sabugal** com capacidade para promover novos negócios de alto valor acrescentado para o mercado internacional, com expressão global através da Internet. O Sabugal deve demonstrar a sua identidade em termos regionais e europeus, criando complementaridades fortes com a Serra da Estrela, com o Vale do Côa e a Cova da Beira, nas vertentes agro-transformadora e da atração de investimento para instalação de atividades industriais e de serviços de valor acrescentado. As redes de cooperação podem multiplicar-se, num contexto de internacionalização, criando redes setoriais fortes com base no espaço delimitado pelas cidades da Guarda-Castelo Branco-Cáceres e Salamanca, com ramificações para o conjunto da União Europeia.

Em suma, este movimento poderia dinamizar uma nova geração de jovens a instalar-se no Concelho, permitindo a renovação da população e o aumento significativo do rácio da população ativa, com uma percentagem importante do emprego de média ou elevada qualificação.

↳ **Adaptação à mudança na gestão dos ativos naturais**

As agendas futuras europeias e nacionais quanto à gestão dos ativos naturais no horizonte 2035 estão intimamente ligadas à qualidade de vida europeia, por sua vez centrada na agricultura e na alimentação, relevando os territórios com a oferta de alimentos locais de qualidade, seguros e a preços acessíveis. Em última análise é a estratégia sobre o futuro da agricultura e do setor alimentar que está em causa e para a qual a nova Comissão Europeia propõe apresentar uma visão a longo prazo nos primeiros 100 dias do seu mandato.

As linhas de orientação já traçadas nas Political Guidelines (2024-2029) estabelecem que esse futuro será definido em diálogo com todas as partes interessadas, incluindo os cidadãos, diálogo já iniciado a nível europeu com o grupo de trabalho multi-atores que elaborou o relatório “Diálogo Estratégico sobre o Futuro da Agricultura na EU - Uma perspetiva partilhada para a agricultura e a alimentação na Europa”.

No compromisso de tomar as recomendações do Diálogo Estratégico como base para a sua formulação estratégica, a CE criou em dezembro de 2024, o Conselho Europeu do Setor Agroalimentar que, segundo a presidente da CE “deve abordar toda a complexidade da cadeia de valor agroalimentar, apoiando os agricultores e impulsionando um sistema agroalimentar mais resiliente, competitivo e sustentável”.

A questão está para a Comissão na análise da “forma de assegurar a competitividade e a sustentabilidade a longo prazo no setor agrícola dentro dos limites do planeta”, resolvendo tensões entre agricultura e natureza, manifestas em formas atuais de produção e transformação de alimentos, que contribuem para a sobre-exploração de ativos naturais, emissão de gases com efeito de estufa, perda de biodiversidade. Essa análise torna-se de facto muito complexa e exigente se tivermos em conta a grande diversidade de ativos naturais, solos, água, ecossistemas e biodiversidade, paisagens, ambiente e clima, existentes no espaço europeu.

A meta-governança a nível europeu procura um “justo equilíbrio entre incentivos, investimento e regulamentação” cuja concretização levanta incertezas quanto à forma que venha a ser escolhida para conciliar competitividade e sustentabilidade no contexto atual, a nova regulamentação e o reforço orçamental necessário para fazer face a uma nova política de rendimentos agrícolas, financiamento dos investimentos e incentivos de adaptação às transições ecológica e climática, remuneração das boas práticas ambientais e serviços dos ecossistemas e revitalização das áreas rurais.

Também na transposição e adaptação da regulamentação e orientações estratégicas europeias para os objetivos e prioridades nacionais e, por sua vez, regionais, sub-regionais e locais, acrescem incertezas. O sistema agroalimentar e cadeias de valor associadas têm sido objeto a nível nacional da política setorial agrícola pouco compatibilizada com as políticas ambientais e de ação climática e de ordenamento e gestão do território, regionais e locais. A governança multinível tem assim estado praticamente ausente na coordenação aos diferentes níveis e escalas de todas as partes interessadas, com diferentes identidades, recursos múltiplos e assimétricos e benefícios muito diferenciados.

A nível local há autarquias locais, como é o caso do Sabugal, que têm procurado compatibilizar políticas agrícolas e alimentares com as políticas ambientais e de ação climática (Fundo Ambiental nacional) e de ordenamento e gestão territorial, mas o seu

enquadramento na política agrícola nacional e no AKIS – Sistema de Conhecimento e Inovação da Agricultura Nacional tem sido marginal.

Face a estas incertezas aos níveis europeu e nacional a adaptação à mudança na gestão dos ativos naturais, pública e privada, no concelho do Sabugal depende muito da forma escolhida a esses níveis para assegurar a competitividade e a sustentabilidade e do orçamento disponível para concretização das reformas, transições e coordenação das políticas.

Se privilegiar a competitividade aos níveis superiores em prejuízo da sustentabilidade local o impacto no concelho será certamente negativo. A desvalorização da governança local facilitará a expansão de formas de produção que contribuem para a sobre-exploração dos ativos naturais: solo (redução das terras aráveis; sobrecarga pecuária e empobrecimento das pastagens permanente); água (maior consumo; poluição de aquíferos e águas superficiais); maior perda de biodiversidade (especialização das explorações agrícolas; emissão de gases com efeito de estufa; pressão sobre os matos, sotos e floresta local de carvalhos, e as áreas protegidas); simplificação dos ecossistemas; degradação das paisagens.

Se, pelo contrário, promover um equilíbrio entre competitividade e sustentabilidade a todos os níveis e escalas, acompanhado por um orçamento reforçado, como é proposto no Diálogo Estratégico, poderá ter um impacto positivo. Este impacto positivo só será, no entanto, obtido com as adaptações previstas nas transições ecológica e climática, facilitadas no concelho pela forma como têm sido geridos até ao presente os ativos naturais e por uma estrutura agrária onde ainda predominam as pequenas e médias exploração agrícolas de natureza familiar. Será aqui mais fácil a expansão de formas e práticas de produção sustentáveis, diversificação das atividades agrícolas e agrosilvopastoris, elevados padrões de bem-estar animal e baixas emissões de carbono, proteção e restauro do ambiente natural e dos serviços dos ecossistemas.

O Município poderá assim garantir uma coordenação das políticas públicas, enquadrar-se no AKIS – Sistema de Conhecimento e Inovação da Agricultura Nacional e assegurar uma gestão proativa do território que possibilite a transmissão interna e externa dos seus valores naturais e das oportunidades da sua fruição pública por residentes e visitantes. Todavia, para operacionalizar esta gestão proativa dos ativos naturais do território, torna-se necessário dispor de um modelo de governança municipal que corresponda às especificidades inerentes e também aos desafios que se configuram a longo prazo.

C2. DESAFIOS ESTRATÉGICOS NO HORIZONTE 2035

A identificação de Desafios estratégicos para o Sabugal no horizonte dos próximos dez anos, constituindo um exercício de alguma complexidade, pode beneficiar da confluência de vários fatores nucleares para o posicionamento do Concelho e que são outros tantos desafios em presença e no tempo longo:

- (i) os desafios do Ordenamento (com o PROT Centro, a conhecer um novo impulso em 2024-2025);
- (ii) os desafios associados às Prioridades estratégicas regionais; e
- (iii) os desafios de uma Integração territorial mais competitiva, entre o Litoral e as regiões centrais do país vizinho.

2.1. Desafios de Ordenamento do Território

A **Estratégia Territorial da Região Centro**, trabalhada no contexto da Elaboração do PROT Centro, estabeleceu sete **Desafios Transversais** em alguns dos quais o Sabugal se revê, especialmente, em termos de desígnios para o futuro (em itálico): (1) *Afirmar o posicionamento estratégico da Região Centro e a sua projeção nas redes globais*; (2) *Responder aos desafios da demografia*; (3) *Responder às alterações climáticas com a gestão dos recursos hídricos, eficiência energética e energias renováveis*; (4) *Impulsionar a economia do conhecimento, a circularidade e a reindustrialização*; (5) *Promover redes e competências digitais*; (6) *Fomentar a governação, a descentralização e a participação pública*; e (7) *Estimular a identidade territorial e o multiculturalismo*.

As **Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)**, estão organizadas em cinco áreas temáticas: Sistema Económico (SE), Sistema Social (SS), Sistema Natural (SN), Sistema de Energia e Mobilidade (SEM) e o Sistema Urbano (SU). Também nestas OEBT, o Sabugal encontra ecos de resposta a importantes dimensões-problema e também a necessidades prioritárias de intervenção (assinaladas a negrito, na Tabela seguinte).

Matriz de integração Áreas temáticas vs. OEBT do PROT Centro

Áreas temáticas	Opções Estratégicas de Base Territorial (OEBT)
Sistema Económico	1. Reforçar a interação do SCT com o tecido económico e social 2. Apoiar a qualificação e a capacidade exportadora da base económica da região 3. Promover as atividades económicas do futuro 4. Aumentar a competitividade do setor do turismo 5. Promover a base económica dos territórios de mais baixa densidade.
Sistema Social	1. Promover a autonomia e a cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência 2. Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde 3. Melhorar os níveis de acesso à habitação 4. Reforçar a oferta educativa de qualidade e a formação ao longo da vida 5. Melhorar a oferta cultural e a qualidade de vida.
Sistema Natural	1. Gerir o solo e os recursos do subsolo 2. Fomentar a conservação da natureza e da biodiversidade 3. Gerir os recursos hídricos 4. Fortalecer o setor agroflorestal 5. Ordenar as zonas costeiras 6. Diminuir a suscetibilidade aos riscos.
Sistema de Energia e Mobilidade	<u>Mobilidade</u> 1. Reforçar a capacidade de transporte de mercadorias 2. Melhorar o acesso às grandes infraestruturas de transporte e a inclusão nos corredores de âmbito nacional e internacional 3. Aumentar a acessibilidade e a conectividade intrarregional 4. Fomentar sistemas de transportes sustentáveis nos subsistemas territoriais 5. Promover a eletrificação, a digitalização e a integração modal <u>Energia</u> 1. Reduzir as emissões de gases com efeito de estufa 2. Aumentar a contribuição de energia renovável no consumo de energia final
	1. Diminuir o consumo global de energia final e das emissões de gases com efeito de estufa 2. Aumentar a eficiência energética no abastecimento público de água 3. Promover o aumento da literacia energética.
Sistema Urbano	1. Reforçar a centralidade urbana regional e aumentar a integração da região nas redes inter-regionais e globais 2. Aumentar a cooperação interurbana e rural-urbana como fator de coesão interna 3. Promover a sustentabilidade e a qualidade intraurbana.

2.2. Desafios das Prioridades de desenvolvimento do Sabugal

As novas apostas estratégicas em termos de ordenamento do território para a Região colocam ao Concelho do Sabugal um conjunto de **desafios estratégicos face a um ambiente regional crescentemente competitivo**, onde as lógicas de afirmação local e de aumento dos níveis de atratividade dos diferentes territórios se vão aprofundar face a lógicas globais de desenvolvimento da Região Centro.

A relativa “*perifericidade*” do território sabugalense exige a construção de respostas a nível local, que deverão beneficiar das propostas resultantes do Plano Estratégico Sabugal 2035, em interfaces relevantes do triângulo Desenvolvimento Económico/Ordenamento do Território/Programação de Redes e Sistemas:

- A **inserção regional/posicionamento geoestratégico** do Concelho, com implicações em matéria de acessibilidades rodoviárias intra e supramunicipais coerentes com o suporte físico e a estrutura de usos do solo;
- A **salvaguarda do ordenamento do território** prevendo e prevenindo impactes, corrigindo assimetrias, salvaguardando os valores culturais e naturais e promovendo o desenvolvimento socioeconómico do Concelho, na garantia do equilíbrio e compatibilidade dos vários segmentos de ocupação, conferindo qualidade e funcionalidade ao sistema urbano local;
- O fomento da **política de ambiente urbano**, baseada na prática continuada do planeamento e da gestão urbanística, instrumentos de proteção e qualificação ambiental das áreas urbanas, segundo um modelo de “*qualidade urbana, arquitetónica e ambiental*”, que contribua para qualificar a imagem do Concelho;
- A manutenção e o reforço da capacidade do território para as atividades humanas com **qualidade de vida**, através da preservação dos principais sistemas naturais e da melhoria da qualidade do ambiente, tendo em vista proteger e valorizar as áreas naturais e de paisagem.
- A valorização ativa dos planos de água existentes no Concelho, nomeadamente aquele que corresponde à Albufeira da **Barragem do Sabugal**, pequeno empreendimento de fins múltiplos que constitui um importante ativo do território, constitui um **suporte estratégico para reforçar e qualificar a matriz de atividades económicas e sociais** que lhe está diretamente associada (agroalimentar, turismo, abastecimento público, energia hidroelétrica, etc.).

2.3. Desafios para uma integração territorial futura mais competitiva

O Diagnóstico Territorial do Concelho do Sabugal sistematizou um conjunto de **desafios para os quais importa encontrar respostas no horizonte 2035**- Da explanação desses desafios, respigam-se os contributos que enquadram uma tripla finalidade provisoriamente identificada nas respetivas vertentes-objetivo, adiante referidas:

- *Construção de um território marcado por formas de estruturação espacial, integração económica e coesão social, catalisadoras de uma identidade forte e singular, tendo por suporte a escala municipal, respondendo à possibilidade de mobilizar recursos financeiros para financiar projetos e ações, nas esferas urbana e rural, globalmente contributivos para a promoção do desenvolvimento do Concelho.*
- *Progressiva afirmação do Concelho no contexto regional, transfronteiriço e nacional pela via do seu potencial locativo e das complementaridades que desenvolve com os restantes municípios, resultante da ideia segundo a qual os concelhos da Beira Interior têm vantagem em aprofundar as sinergias para negociar com as tutelas regionais e setoriais a realização de investimentos estratégicos que permitam valorizar mais intensamente os recursos e potencialidades existentes e para organizar a promoção conjunta desses recursos e vantagens naturais (designadamente, o Plano Estratégico da NUTS III Beiras e Serra da Estrela).*
- *Reforço da visibilidade externa do Concelho do Sabugal a partir de uma maior permeabilidade territorial assente em acessibilidades físicas e imateriais, na preservação e qualificação dos valores naturais e patrimoniais, assegurando condições de participação qualificada das diversas entidades em instâncias de negociação institucional nos planos regional, nacional e transfronteiriço.*

Deste modo, reafirma-se uma visão ambiciosa, mas realista, do futuro próximo do Concelho e da capacidade de os diferentes atores, públicos, associativos e privados, inverterem/corrigirem as debilidades detetadas, permitindo perspetivar para 2035 um Cenário com os seguintes contornos:

Um Concelho plenamente inserido num “espaço vital” multifacetado, isto é um território que se realiza e afirma em contextos territoriais de escalas distintas:

- (a) Sabugal parceiro ativo e determinante no seio da Comunidade Urbana das Beiras e Serra da Estrela, na sua **dupla relação nacional e ibérica**, mas procurando encontrar caminhos comuns com Almeida, Figueira de Castelo Rodrigo e Penamacor de aprofundamento conjunto das relações raianas, tendo por suporte intervenções transfronteiriças na rede de acessibilidades favorecedoras da mobilidade de produções, serviços e pessoas;

- (b) Sabugal dotado de ligações físicas e económicas de qualidade ao **Arco Urbano do Centro Interior (AUCI)**, constituído pelas cidades da Guarda, Covilhã, Fundão e Castelo Branco, numa lógica de desenvolvimento integrado no núcleo líder do desenvolvimento nas Beiras do Interior, alicerçado em duas vertentes: (i) nas relações do Sabugal a Norte (Guarda- Viseu) e a Sul (Covilhã-Cova da Beira-Gardunha), com incidência na Economia (explorando a proximidade das zonas empresariais do Sabugal ao porto seco da Guarda e ao regadio da Cova da Beira); e (ii) na Economia social e Habitação (oferecendo uma rede de equipamentos sociais de qualidade e habitação a custos acessíveis para residências de estudantes de Instituições de Ensino Superior²⁹); e
- (c) Sabugal integrando processos regionais e dinamizadores de uma **nova centralidade entre o Litoral português e as regiões centrais de Espanha**, desenvolvendo relações de complementaridade e relações eficientes de dependência funcional entre os diferentes centros urbanos portugueses e espanhóis. A proximidade à Covilhã, a Castelo Branco e a Salamanca e aos seus importantes polos de saber e de formação, assim como a qualidade dos recursos endógenos do Sabugal, constituem argumentos determinantes para, enquadrados numa ambiciosa estratégia regional transfronteiriça, atrair investimento que privilegie, numa primeira fase, atividades de 1ª e 2ª transformação agrícola e florestal, orientados para os mercados regionais e europeus.

²⁹ Tendo presente a rede de acessibilidades atual e as distâncias-tempo de deslocação, esta solução pressupõe intervir sobre a oferta de transportes.

C3. CENÁRIOS CONTRASTADOS DE DESENVOLVIMENTO

A revisão do Plano Estratégico fixou o horizonte de uma década como referência para um exercício que teve início na Atualização do Diagnóstico territorial e Matriz SWOT, passou pela análise do Posicionamento Geoestratégico do Sabugal, contextualizou com algum detalhe a heterogeneidade dos desafios em presença e prepara-se nesta Secção para equacionar rumos de evolução contrastados delineando dois cenários de natureza distinta: um **Cenário de Continuidade**, sinalizando os riscos de estagnação social e declínio económico; outro denominado **Cenário de Crescimento moderado**, com traços de alguma ambição que poderão advir do aproveitamento inteligente de oportunidades associadas a argumentos territoriais e locativos, de que são exemplo a proximidade ao porto seco da Guarda, o pulmão da Malcata, a reserva de água das Albufeiras e o papel da mesma no Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira.

3.1. Pressupostos de base e de enquadramento estratégico

O Município do Sabugal enfrenta presentemente um amplo conjunto de desafios transversais de natureza económica, social e ambiental que irão certamente contribuir para a configuração da sua matriz de atividades e de posicionamento competitivo na área de integração territorial em que se encontrada inserido (CIM das Beiras e Serra da Estrela) e dos quais dependerá o seu futuro num horizonte de médio/longo prazo:

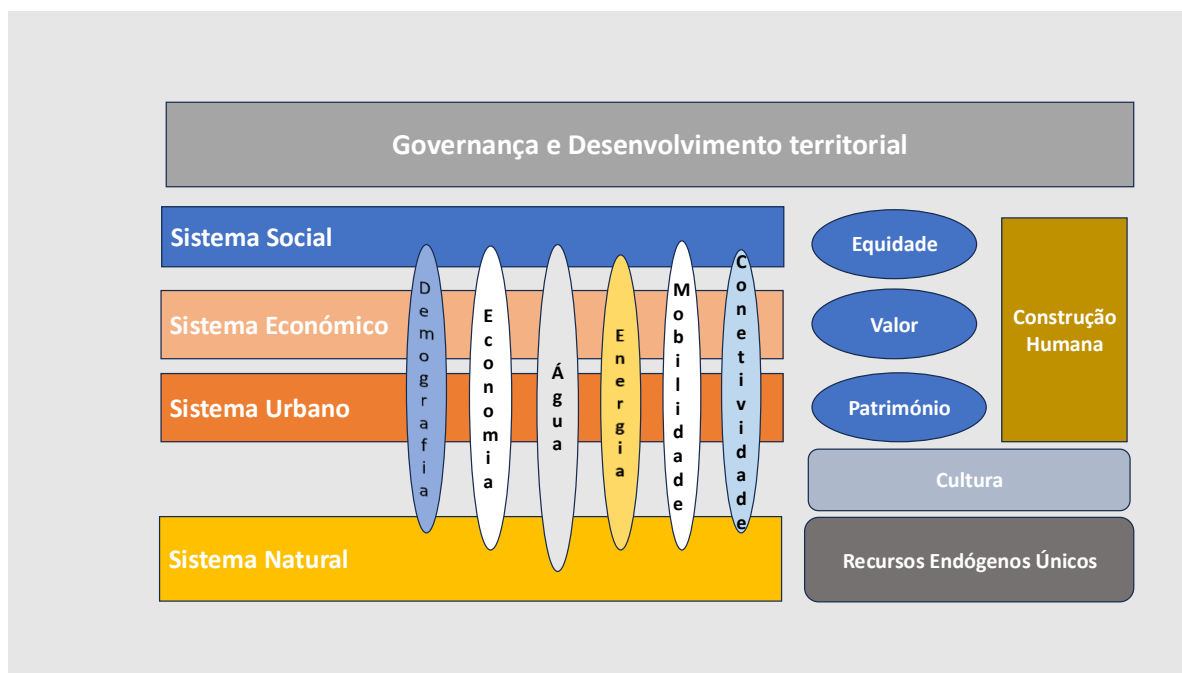
- 1º. Afirmar um posicionamento estratégico deste território de baixa densidade demográfica e económica no quadro da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela.
- 2º. Enfrentar o desafio demográfico que aflige o seu território e travar ou simplesmente atenuar a expressiva regressão populacional e o consequente despovoamento.
- 3º. Dinamizar o seu complexo agroalimentar e silvo-pastoril por forma a garantir o seu reforço e consolidação territoriais.
- 4º. Promover uma gestão eficaz e eficiente dos recursos hídricos disponíveis e garantir a sua utilização para o desenvolvimento de atividades associadas.
- 5º. Estimular a atratividade do território para a instalação e localização de empresas e investimentos de base industrial e/ou de serviços transacionáveis.
- 6º. Valorizar a marca identitária do território concelhio e alargar a cooperação interinstitucional a nível interno e externo.
- 7º. Reforçar a Governança do território e incentivar a participação ativa dos cidadãos munícipes.

Tendo em consideração a enorme complexidade inerente aos desafios em presença e naturalmente às iniciativas conducentes à sua superação ou simplesmente atenuação do seu impacto territorial, tem todo o interesse equacionar a formulação de cenários contrastados entre um **Cenário base de continuidade** e um **Cenário**, mais dinâmico e ambicioso, ainda que **de Crescimento moderado**.

Neste enquadramento, valerá a pena ilustrar na Figura seguinte os modos suscetíveis de interseção entre sistemas temáticos e fatores distintivos e as respetivas conexões com o modelo de governança e de desenvolvimento territorial, não descurando a matriz cultural associada ao território e aos seus recursos endógenos que sustentarão sempre uma determinada construção humana para uma melhor e mais adequada utilização dos recursos, segundo princípios nucleares que deverão garantir a sua sustentabilidade num horizonte de médio e longo prazos.

O conteúdo funcional de cada um dos fatores distintivos em causa, são os seguintes: (i) **Demografia**; (ii) **Economia**; (iii) **Água**; (iv) **Energia**; (v) **Mobilidade e Conetividade**.

Figura 1 – Modelo de Sistemas Temáticos e Fatores Distintivos



Fonte: Elaboração/Adaptação própria.

- i) **Demografia** - travar a regressão demográfica e criar as condições para uma maior atratividade e fixação de jovens no Concelho e, ao mesmo tempo, impulsionar uma gestão mais ativa e qualificada no apoio aos idosos e pessoas em situação de dependência, sempre com a perspetiva de contribuir para a

melhoria da qualidade de vida saudável da população presente no concelho do Sabugal.

- ii) **Economia** - apoio consistente e monitorização ativa das iniciativas empreendedoras a nível do sistema agropecuário, alimentar e florestal como matriz de suporte indispensável para a valorização económica acrescida dos recursos endógenos do território e, ao mesmo tempo, promover as valências turísticas territoriais e as condições logísticas de atratividade e acolhimento de empresas e investimentos.
- iii) **Água** - otimizar o aproveitamento potencial dos planos de água existentes no concelho e do qual se destaca a Barragem do Sabugal como um pequeno empreendimento hidráulico de fins múltiplos, mas investir igualmente na valorização dos demais recursos hídricos e linhas de água disponíveis para aumentar a capacidade de armazenamento, transporte e usos de água.
- iv) **Energia** - monitorizar e consolidar os contributos das fontes de energia renovável a nível dos consumos de energia final, atendendo ao parque energético existente, um autêntico hotspot do Sabugal. Importa igualmente incentivar a eficiência energética ao nível das habitações, dos serviços públicos e restantes setores de atividade económica, pelo que se torna indispensável providenciar uma adequada literacia energética da população concelhia.
- v) **Mobilidade/Conetividade** - promover a requalificação das vias rodoviárias existentes e ponderar a melhoria progressiva das ligações viárias aos principais centros urbanos circundantes: Guarda, Covilhã e Fundão. Por outro lado, importa continuar os esforços para assegurar uma maior cobertura digital e de telecomunicações do território concelhio, bem como dinamizar a rede de centros de teletrabalho com suporte preferencial no **SmartWorkCenter** do Sabugal.

3.2. Cenários Prospetivos Contrastados

Cenários Prospetivos Contrastados	
 Traços gerais	
➤ Cenário de Continuidade (Base) - Sabugal estacionário e de continuidade • Gestão corrente das atividades associadas às especificidades atuais dos ativos territoriais existentes. • Caracterização funcional dos sistemas temáticos que modelam a intervenção territorial do Município. • Continuidade do comportamento evolutivo da população no sentido do seu envelhecimento e de tendência regressiva e de débil atratividade e fixação de jovens no Concelho. O resultado deste Cenário evolutivo consistirá na continuidade inexorável do despovoamento e das dificuldades acrescidas para a atração e fixação de recursos humanos qualificados e, por consequência, de empresas e investimentos que contribuam para incentivar a criação de valor acrescentado.	
➤ Cenário Crescimento Moderado - Sabugal mais dinâmico e ambicioso • Gestão pró-ativa e disruptiva das atividades inerentes aos ativos territoriais disponíveis para desencadear o surgimento de novas atividades mais qualificadas e de maior valor acrescentado impulsionadoras do desenvolvimento mais vincado do território. • Identificação prospetiva de ações e iniciativas potenciadoras de um aproveitamento ampliado e mais qualificado de cada uma das valências funcionais e operativas dos diferentes sistemas temáticos (social, económico, urbano e natural). • A existência de novas oportunidades de investimento e de criação de emprego, contribui para a afirmação de uma dinâmica de atração e fixação de população alimentada, porventura, por um fluxo embrionário de imigrantes com destino a este território. O resultado expectável consistiria evidentemente numa intensa e mais eficaz mobilização dos recursos humanos e físicos suscetíveis de contribuir para a desaceleração e, se possível, inversão da tendência de despovoamento e regressão demográfica deste território, o que permitiria encarar uma nova dinâmica de crescimento mais ambicioso e sustentado do mesmo. Por isso, é justificável uma política municipal de comunicação mais assertiva e persistente para conseguir transmitir uma imagem de projeção externa mais aberta à atração de empresas, de investimentos e de recursos humanos mais qualificados que contribuam para que se opere no concelho do Sabugal uma mudança qualitativa e consistente do seu atual perfil de especialização produtiva.	
 Principais traços específicos	
➤ Cenário de Continuidade (Base) - Sabugal estacionário A nível social - mantém-se uma tendência de regressão demográfica e despovoamento do território, acarretando uma gestão das respostas sociais aos mais idosos e pessoas em situação de dependência através dos apoios públicos às associações cuidadoras e de acolhimento, sem alterações do atual paradigma de organização e funcionamento. A nível económico – verifica-se uma continuidade no apoio e acompanhamento às iniciativas de natureza agroalimentar e silvo-pastoril que ocorrem no território, mas também se observa o apoio a ações e projetos que contribuem para a atratividade do território e a sua própria valorização turística. Também o arranque e o apetrechamento logístico de zonas de acolhimento e localização de empresas, têm sido atividades relevantes do município, mas a atratividade permanece algo	

limitada no que respeita à atração e localização de empresas e investimentos externos no território concelhio.

A nível urbano – destaca-se a preocupação permanente com a melhoria do espaço urbano e com as vias de ligação rodoviária intra Concelho e com a própria via de ligação à capital do distrito da Guarda que parece ser um eixo estruturante na perspetiva do município, pelo que não parecem constituir prioridade as ligações aos centros urbanos da Covilhã e do Fundão que poderiam representar uma radial de maior abertura do Sabugal atendendo à importância económica e cultural de ambos os centros urbanos da CIM Beiras e Serra da Estrela. Neste sistema urbano, assume especial relevância a aposta no digital e na conectividade a nível das freguesias.

A nível natural – releva-se a existência de um amplo conjunto de ativos e valores naturais que têm merecido a atenção e envolvimento do Município com o seu congénere de Penamacor e a própria entidade de conservação da natureza e florestas para a realização conjunta de ações e projetos de valorização daqueles ativos ambientais e ecossistemas naturais transformados. De igual modo, realizam-se diversas iniciativas locais visando a valorização dos ativos paisagísticos, históricos e culturais que conferem uma particular autenticidade a este território do interior e de muito baixa densidade demográfica.

➤ **Cenário de Crescimento Moderado – Sabugal mais dinâmico e ambicioso**

A nível social - conseguir inverter a tendência de despovoamento e regressão demográfica e dinamizar a atração e fixação de jovens qualificados no território; contribuir também para uma otimização da capacidade gestonária das entidades associativas prestadoras de serviços de apoio à infância e aos idosos e dependentes e pessoas em situação de dependência; desenvolver e dar maior visibilidade à oferta cultural, educativa e de formação ao longo da vida; intensificar as ações e iniciativas promotoras da qualidade de vida saudável da população presente e residente.

A nível económico - promover um programa de atratividade e localização de empresas no concelho tirando partido da sua diáspora interna e externa; apoiar e dinamizar as iniciativas empreendedoras nos diferentes setores de atividade no sentido de se conseguirem avanços significativos em matéria de cadeia de valor e sempre com o objetivo de fortalecer a base económica municipal e, deste modo, gerar mais emprego e mais valor acrescentado. Por seu turno, importa dar maior visibilidade interna e externa aos motivos e pontos de interesse turísticos urbanos e rurais existentes e em atividade no território concelhio, e intensificar as iniciativas que tirem partido da rede digital e de telecomunicações instalada e que contribuam para a melhoria da conectividade a nível do concelho e do exterior e através dos centros de teletrabalho já existentes.

A nível urbano - aprofundar as conexões entre as sedes das freguesias urbanas e rurais no sentido de garantir um verdadeiro policentrismo territorial; promover as ligações aos centros urbanos de referência e de maior proximidade como sejam a Guarda, a Covilhã e o Fundão no âmbito exclusivo da CIM em que se integra o Sabugal; garantir a promoção dos principais centros de visitação histórico-culturais do Concelho e melhorar as condições de informação e acolhimento de visitantes e turistas.

A nível natural - desenvolver um amplo programa de valorização dos recursos endógenos e de natureza do território; melhorar a gestão dos recursos hídricos do concelho e recuperar linhas de água; desenvolver um programa de ação para a mitigação dos riscos de incêndios rurais/florestais.

3.3. Crescimento moderado com sustentabilidade e coesão social

A narrativa do Cenário de Crescimento Moderado tem ingredientes de dinamismo que contrariam a estagnação e um declínio que desperdiça recursos e não aproveita oportunidades. Os Desafios do Ordenamento, das Prioridades regionais, e de uma integração territorial mais vasta que rompa com fronteiras que separam, ajudaram a identificar a existência de Oportunidades face às quais o Sabugal dispõe de argumentos, a potenciar num quadro de articulação e negociação com parceiros institucionais, associativos e privados.

Em *síntese*, na caminhada da próxima década o Sabugal deve **afirmar-se plenamente integrado nas dinâmicas de desenvolvimento regional**, ou seja, **parceiro dinâmico e competitivo a nível regional**, e que trabalha para empreender e construir:

- ✓ **Um Concelho sustentável do ponto de vista demográfico**, isto é, um território que soube ultrapassar as tendências regressivas da população residente (envelhecimento e diminuição global da população), bem como as tendências e desertificação de grandes manchas do território, invertendo/minimizando fenómenos emergentes de coesão territorial, decorrentes de dinâmicas de concentração da população nos núcleos urbanos do Concelho onde existem serviços e amenidades disponíveis.
- ✓ **Um Concelho economicamente sustentável**, assente em pilares fundamentais:
 - **Cadeia de valor rural moderna e competitiva**, apostando num setor primário que combina a floresta, a agropecuária e silvo-pastorícia, a produção de produtos endógenos (castanha, mel, cogumelos, ervas aromáticas e medicinais, ...), a aquacultura fluvial, as atividades cinegéticas e de pesca desportiva e a valorização energética da biomassa, dinamizando processos de certificação de produtos tradicionais e um setor agroindustrial de transformação animal.
 - **Tecido empresarial forte e competitivo**, tirando partido da afirmação do setor agroindustrial de transformação animal, da potenciação da fileira energética e mantendo uma postura pró-ativa de captação de novos investimentos e de integração no Sistema Regional para a Inovação Empresarial e das Redes para a Criação de Conhecimento e Tecnologia, Transferência de Tecnologia e Apoio Tecnológico, igualmente assente numa população ativa qualificada e num ambiente tecnologicamente moderno e competitivo.
 - **Setor turístico e de lazer** tirando partido das potencialidades endógenas e apostando em áreas como a Saúde e Bem Estar, a Água, a Natureza (potenciando a valorização do património constituído pelo Rio Côa, os

recursos termais e a Reserva Natural da Serra da Malcata), a Cultura e Património e a Identidade, posicionando o Concelho enquanto destino turístico da Região Centro, mas também integrando a importância das 2ª e 3ª gerações da Diáspora.

- ✓ **Um Concelho social e territorialmente coeso**, oferecendo níveis elevados de qualidade de vida inclusiva à sua população (também base da captação de novos residentes), promovendo um desenvolvimento equilibrado da totalidade do território, assente num sistema urbano coerente e coeso, mas igualmente potenciador da afirmação regional da Cidade do Sabugal enquanto polo do sistema urbano policêntrico da Região Centro.
- ✓ **Um Concelho ambientalmente sustentável**, garantindo o correto ordenamento do território, a conservação e valorização dos ecossistemas principais e a salvaguarda da estrutura ecológica, nomeadamente nos territórios que integram o Sistema Nacional de Áreas Classificadas (SNAC), a utilização eficiente das diferentes formas de energia, com recurso às formas de produção de energias renováveis, mas também, a requalificação do património histórico concelhio, material e imaterial, e a garantia da qualidade do ambiente urbano.

C4. ESTRATÉGIA SABUGAL 2035

4.1 Dos Elementos de alinhamento regional à Visão prospetiva do Sabugal, 2035

A elaboração, na 2ª fase, do Relatório de Enquadramento Geoestratégico evidenciou a importância de olhar o desenvolvimento do Sabugal no horizonte 2035 à luz de um conjunto de visões e prioridades que importa acomodar na ótica de uma acomodação ativa, no interesse do Concelho.

Uma primeira dimensão releva do PROT-Centro cujo Modelo Territorial identifica "vários sistemas territoriais" que requerem políticas integradas e diferenciadas" entre as quais se destaca o Sistema Policêntrico do Interior que inclui o Eixo Urbano Guarda-Covilhã-Fundão-Castelo Branco e os concelhos raianos. Ou seja, um conjunto de centros urbanos de média e pequena dimensão que são considerados " nós importantes na construção de um desenvolvimento territorial mais equilibrado, que...trave o despovoamento nos territórios rurais". Esta perspetiva cruza-se, no caso do Sabugal, com a OEBT do PROT-Centro que visa "Promover a base económica dos territórios de baixa densidade", em concreto ancorada na reestruturação das cadeias de valor produtivas em que o Sabugal tem argumentos de ativos e de iniciativa.

Uma segunda dimensão de alinhamento remete para os Desígnios da Visão Estratégica para a Região Centro 2030, a qual "coloca estrategicamente o seu sistema urbano ao serviço de um modelo territorial" e procura estimular a "resiliência dos territórios mais vulneráveis e mais carenciados de energia demográfica", propósitos que deverão entroncar em decisões de investimento de suporte assertivas, em vários domínios de intervenção.

Uma terceira, e última dimensão, lança um olhar para os Eixos Estratégicos propostos para a Região das Beiras e Serra da Estrela nos quais o Sabugal se revê de forma acentuada, não só pelas intervenções que tem em curso, mas também pelos contributos adicionais que a Estratégia Sabugal, 2035 deverá acrescentar. Está neste caso a combinação, desejavelmente virtuosa entre "Sustentabilidade e Qualidade de Vida" (EE2), "Excelência Ambiental" (EE4) e "Ecossistemas Urbano-rurais"; esta combinação surge reforçada pela existência de um EE1 - Capacitação.

Em *síntese*, o Plano Estratégico Sabugal, 2035 estabelece um conjunto sólido de dimensões de alinhamento regional que desafiam a capacidade de intervenção municipal em domínios de intervenção estruturantes para a matriz mais tradicional das políticas municipais.

Articulação proposta entre a “Visão Estratégica para a Região Centro 2030 e a EIDT das Beiras e Serra da Estrela



4.2 Eixos Estratégicos de Desenvolvimento

A análise e reflexão em torno da **Árvore de Desafios estratégicos** e dos **Cenários Prospetivos** equacionados na Secção anterior, permitiu evidenciar a importância para o Sabugal e para o seu desenvolvimento estratégico do conjunto coeso de **Incertezas cruciais** identificadas (*Acessibilidades e Redes de transportes- quadro de inserção regional; Regressão demográfica e constrangimentos ao desenvolvimento social e económico; Posicionamento do Sabugal na recomposição das cadeias de valor produtivas; Prioridades das políticas de coesão, desenvolvimento rural e cooperação territorial; Capacidade do capital social e de iniciativa económica; e Adaptação à mudança na gestão dos ativos naturais*)

Estas **Incertezas cruciais** contribuem para calibrar a identificação dos **Eixos Estratégicos de Desenvolvimento para o Sabugal 2035**, procurando o equilíbrio na

relação “*Rumos possíveis/Capacidade de intervenção sobre as variáveis motoras*”. Nesta abordagem, compreende-se que:

- ✓ o **contexto económico envolvente e o quadro de acessibilidades futuro**, serão determinantes; no entanto, a capacidade de intervenção interna sobre estas variáveis é tendencialmente residual;
- ✓ o **desenvolvimento económico do Concelho será o Eixo estruturante** (com graus de diferenciação entre significativa e moderada) e onde a intervenção autárquica poderá assumir maior poder de iniciativa e autonomia, principalmente nas dimensões relacionais (parcerias, redes, negociação e “lobby” institucional, ...); e
- ✓ as vertentes da **Qualidade de Vida e Desenvolvimento social** que assumem graus de diferenciação globalmente moderados deixando alguma margem de intervenção autárquica, sobretudo nas vertentes tradicionais de atuação na esfera urbano-social, mas também da parte das Organizações da Economia Social, com relevante expressão no Concelho.

Estas perspetivas, cruzadas com os Desafios enunciados e a Visão 2030 para a Região Centro, e conhecendo as orientações/prioridades do novo ciclo da Política de Coesão pós-2027, permitem afirmar que o desenvolvimento do Sabugal no horizonte de 2035 deverá combinar apostas centradas nos Eixos da **Modernização económica, Qualidade de Vida e Sustentabilidade**, tendo por base a sua identidade e ativos/patrimónios reconhecidos, na perspetiva da sua valorização territorial, económica e social.

Eixos Estratégicos de Desenvolvimento

1. Preservação e valorização dos recursos naturais (Redes e ecossistemas naturais);
2. Qualificação das infraestruturas territoriais (Redes de integração territorial e urbana);
3. Competitividade Económica (Redes e cadeias de valor produtivas);
4. Qualidade de vida (Redes de qualidade de vida e de inclusão social);
5. Governação e Capacitação institucional para a afirmação territorial (Redes de articulação - governação e marketing).

Os dois primeiros Eixos são parcialmente cobertos pelo **Sistema de Ordenamento Territorial**, sendo acima de tudo da responsabilidade da Autarquia, ainda que estimulando a criação de parcerias. Os três últimos Eixos, por sua vez, fazem parte do **Sistema de Dinamização Territorial**, sendo fruto de múltiplas interações em que a Autarquia pode assumir-se como agente dinamizador de estratégias de parceria, associativas e de investimento privado.

Os **Objetivos Estruturantes** (OE) associados aos **Eixos Estratégicos de Desenvolvimento** são adiante sistematizados, em **abordagem preliminar**, numa formulação que combina elementos de fundamentação e *objetivos operacionais*:

OE1. Preservar e valorizar os recursos naturais de suporte da qualidade de vida e da matriz de atividades económicas, designadamente, através do aproveitamento dos recursos naturais de suporte (água, solo, floresta e ecossistemas naturais) e da criação de produtos e serviços com potencial de mercado (associados a marcas como Sortelha, Malcata e Côa) em iniciativas de micro e pequenas empresas na agricultura, silvicultura e pecuária, agroalimentar, turismo, saúde e bem-estar, lazer/aventura, com inovação e conhecimento.

- Continuar a fomentar as ações e iniciativas relacionadas com a conservação da natureza e da biodiversidade
- Promover a melhoria acrescida de gestão e disponibilidade dos recursos hídricos a nível do Concelho
- Incentivar a mitigação dos riscos de incêndios em espaço rural
- Dinamizar a recuperação de linhas de água no Concelho
- Realizar ações e iniciativas de educação ambiental para difundir as boas práticas e um melhor conhecimento dos recursos naturais, dos valores paisagísticos e dos ecossistemas (capital natural) do território.

OE2. Manter e reforçar as redes de infraestruturas, as áreas urbanas e a estrutura edificada como suportes da coesão e da valorização territorial, designadamente, através de medidas de manutenção e reforço das redes de saneamento básico e de transportes - reafirmando a intenção de reforçar as ligações à A23 e à A25 - bem como da intervenção no aproveitamento dos espaços públicos e privados existentes em meio urbano e do extenso património arquitetónico e histórico do Concelho (produtores de ambiências essenciais para a qualidade de vida e o bem-estar).

- Melhorar as ligações viárias aos centros urbanos integrados na CIM: (Guarda, Covilhã e Fundão)
- Reforçar a centralidade urbana do Sabugal a nível da CIM Beiras e Serra da Estrela, favorecendo a sua integração na rede urbana da região Centro
- Apoiar e dinamizar a rede de centros de teletrabalho a nível urbano e rural e baseada no SMARWORKCENTER do Sabugal
- Assegurar a cobertura e a acessibilidade digitais e de telecomunicações a nível de todo o Concelho
- Consolidar os contributos das fontes de energia renovável nos consumos de energia final
- Intensificar a cooperação interurbana e rural como fator decisivo de uma mais expressiva coesão interna.

OE3. Reforçar a inovação e a competitividade do sistema produtivo, promovendo a criação de cadeias de valor transversais a todos os setores da economia, designadamente, com o apoio ao empreendedorismo de base local, à atração de investimento externo com origem noutros territórios, o apoio à instalação de atividades criativas, à criação de produtos e serviços compostos e inovadores, com selo de qualidade e sustentabilidade, e a dinamização de iniciativas ligadas ao turismo e ao conhecimento.

- Aprofundar a cadeia de valor associada aos recursos e produtos endógenos, designadamente no que se refere ao sistema agroalimentar
- Identificar e promover novas atividades económicas mais qualificadas e portadoras de futuro
- Apoiar e desenvolver produtos de nicho na área do turismo de natureza
- Incentivar a divulgação das condições logísticas e oportunidades de atratividade e localização de empresas e investimentos no território
- Aumentar a visibilidade e a competitividade das infraestruturas e iniciativas turísticas do Concelho.

OE4. Dinamizar a economia social e a qualidade de vida dos residentes, designadamente, através de melhoria da provisão de bens e serviços e do recurso a medidas de atração e fixação de população jovem e em idade adulta, associadas a processos inovadores de criação de emprego, integrados na sociedade do conhecimento e digital e numa ótica de promoção do empreendedorismo responsável de base territorial.

- Atenuar a regressão demográfica e incentivar a fixação de jovens no território
- Requalificar e valorizar a rede de infraestruturas de cariz social de apoio aos idosos e intensificar as iniciativas para o envelhecimento ativo
- Reforçar a oferta educativa de qualidade e a formação ao longo da vida
- Contribuir para a melhoria progressiva da oferta cultural e para a qualidade de vida da população
- Aumentar a equidade no acesso aos cuidados de saúde dos cidadãos.

OE5. Modernizar e densificar as redes de comunicação, de cooperação e de afirmação territorial, designadamente, os mecanismos de partilha de informação, as adaptações organizativas para o adequado funcionamento numa sociedade dinâmica e em rede, a melhoria das relações entre atores locais, a animação de iniciativas e projetos empreendedores em parceria, bem como as estratégias de comunicação e marketing territorial.

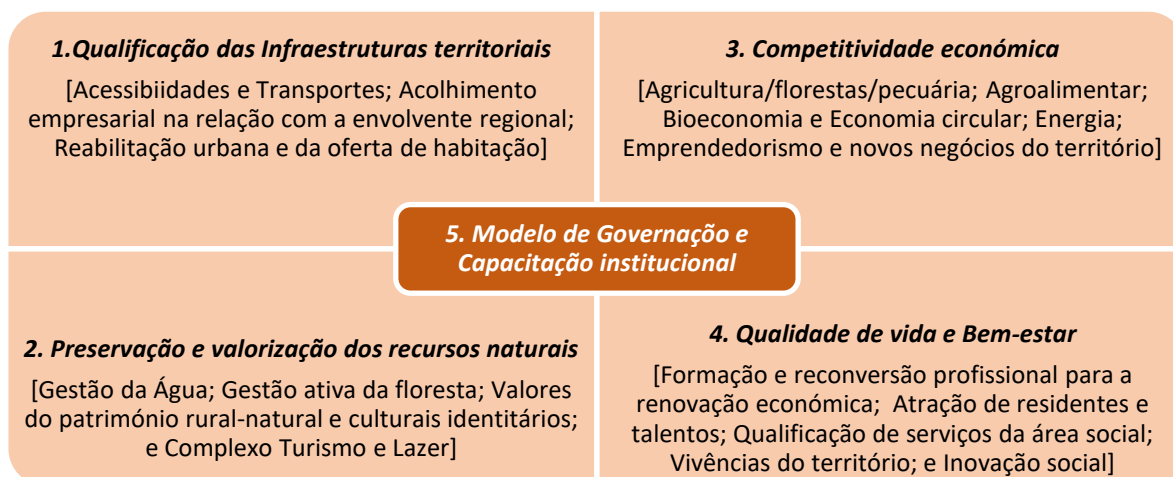
- Reorganizar o modelo de governação das funções ordenamento, planeamento e gestão estratégica (recursos hídricos, água e ecossistemas de paisagem, ...)
- Dotar os Serviços Municipais de competências estratégicas e operacionais adequadas aos desafios do planeamento e ordenamento
- Integrar Marcas e estruturas, com eficácia, numa Agência de Desenvolvimento.

A assunção dos Desafios Estratégicos territoriais e dos 3 Eixos Estratégicos (*Competitividade, Qualidade de Vida, Valorização de Recursos naturais*), desenha um nexu lógico de coerência e racionalidade que a Ilustração seguinte explicita ao ligar os **Eixos Estratégicos de Desenvolvimento** com as **Conexões/Redes** operacionais a criar em vista da concretização dos **Objetivos Estruturantes** identificados.

Matriz Eixos Estratégicos/Conexões de Redes/ Objetivos Estruturantes

Eixos Estratégicos	Conexões	Objetivo Estruturante associado
1. Preservação e valorização dos recursos naturais	Redes e ecossistemas naturais	Preservar e valorizar os recursos naturais em suporte da qualidade de vida, da saúde e do bem-estar
2. Qualificação das infraestruturas territoriais	Redes de integração territorial e urbana	Qualificar as infraestruturas, as áreas urbanas e a estrutura edificada, suportes da articulação e da valorização territorial
3. Competitividade económica	Redes e cadeias de valor produtivas	Reforçar a inovação e competitividade do sistema produtivo, promovendo a criação de cadeias de valor transversais
4. Qualidade de vida e Bem-estar	Redes de qualidade de vida e de inclusão social	Promover a qualidade de vida dos residentes, com integração urbano-rural
5. Governança e Capacitação territorial	Redes de articulação, governação e marketing territorial	Modernizar e densificar as redes de comunicação, de cooperação e de afirmação territorial.

A racionalidade e coerência que se observa no triângulo lógico Eixos Estratégicos/Conexões/Objetivos Estruturantes proporciona uma base sólida de ancoragem para o Plano Estratégico Sabugal, 2035 que o Diagrama seguinte procura explicitar numa aproximação mais detalhada aos domínios de intervenção abrangidos pelos quatro principais Eixos do Plano.



Este exercício tem, igualmente, utilidade na interface com as questões de Governação na medida em que desenha prioridades de atuação para um sistema de atores que intervém a diferentes escalas: micro (Município, empresas e organizações da economia social, nos EE 1, 3 e 4); meso (associações setoriais e intermunicipais, sobretudo no EE 1); e macro (instituições públicas com atribuições de tutela setorial temática, no EE 2).



SABUGAL
MUNICÍPIO



Projetos Estruturantes e Modelo de Governação

Valorização dos recursos naturais/Inovação para a competitividade territorial/Qualidade de vida e bem-estar

A última Secção do Plano Estratégico organiza os conteúdos da Etapa 4 destinada a identificar um conjunto seletivo e coeso de **intervenções alinhadas com os Eixos e Objetivos estruturantes do Plano Estratégico Sabugal, 2035**. Esse conjunto seletivo e coeso de intervenções assenta na ponderação de uma grelha de fatores convergentes:

- lições extraídas da implementação do PE Sabugal, 2025 que sugerem haver vantagem em adequar o modelo/leque de projetos à capacidade de mobilização de recursos de financiamento e de gestão pública municipal;
- inclusão de projetos que o Município tem apresentado numa perspetiva de longo prazo às instâncias regionais, p. ex., no âmbito do PROT-Centro;
- articulação das intervenções de modo a gerar uma cadeia de sinergias e resultados que ampliem os efeitos cruzados no território;
- foco numa grelha de projetos que no horizonte de uma década seja capaz de dar corpo a um **triângulo virtuoso** que combina **Valorização dos recursos naturais/Inovação para a competitividade territorial/Qualidade de vida e bem-estar**.

D1 - PROJETOS ESTRUTURANTES

A tabela seguinte apresenta **10 projetos para 1 década**, segundo uma abordagem que corresponde a uma lógica de focagem da intervenção pública municipal, com mobilização das parcerias convenientes que deverão contribuir para reforçar a robustez das intervenções subjacentes aos projetos identificados.

O projeto **Governança e Monitorização**, de natureza distinta dos restantes, tem carácter instrumental e visa organizar recursos, competências e rotinas de trabalho indispensáveis para o sucesso da Estratégia **10 projetos para 1 década**.

EE1 - Preservação e valorização dos recursos naturais	P1 - Reserva estratégica de Água (Economia e Lazer) P2 - Conservação da Natureza e Serviços de Ecossistemas
EE2 - Qualificação das infraestruturas territoriais	P3 - Renovação de Aldeias-Rede de Aldeias Inteligentes P4 - Turismo sustentável e Bem-estar
EE3 - Competitividade Económica	P5 - Colónia Agrícola de Martim Rei - Polo de Inovação agro-rural P6 - Áreas de Acolhimento Empresarial P7- Agência de Desenvolvimento Económico - Sabugal Invest
EE4 - Qualidade de vida e Bem-estar	P8 - Programa Integrado da Economia Sénior (PIES) P9 - Aldeias ConVida - Reabilitação de lugares para vivência intergeracional
EE5 - Governança e Capacitação territorial	P10 - Reorganização de funções técnicas dos Serviços Municipais

Os 10 Projetos estruturantes foram objeto de análise ponderada e validação pelo Executivo e Serviços Municipais que acompanharam a Revisão do Plano, com vista a estabilizar uma ficha- tipo que aprofunda os campos seguintes:

- *Memória Descritiva do Projeto* (componentes, programa e linhas de operacionalização);
- *Objetivos gerais e/ou específicos;*
- *Período de realização;*
- *Investimento previsto e Fontes de financiamento* (faseamento);
- *Resultados esperados e Efeitos;*
- *Relação com outros projetos* (estruturantes ou complementares);
- *Indicadores de Realização e Resultado.*

As Fichas dos **10 Projetos para uma década** acomodam o preenchimento detalhado destes campos e antes da apresentação de cada projeto, sistematiza-se um conjunto de elementos de racional e contextualização, bem como intervenções complementares que visam transmitir, projeto a projeto, esta ideia-chave:

A abordagem do planeamento estratégico é vocacionalmente seletiva, focalizando as intervenções (por razões de valorização temática, de gestão de recursos escassos, de concentração de capacidades de iniciativa, ...); todavia, existem medidas e investimentos complementares ao foco de intervenção do Projeto Estruturante que podem interferir positivamente, quando não são mesmo indispensáveis na racionalidade das condições de execução, desse Projeto.

Em síntese, a dezena de Projetos selecionados para a década 2025-2035 combina:

- (i) *intervenções em curso* que concentram recursos materiais e de iniciativa, sob coordenação dos Serviços Municipais, respondendo a lógicas de continuidade e aprofundamento de realizações e resultados e que deverão beneficiar de prioridade de execução;
- (ii) *novas intervenções* que correspondem a *intenções de projeto de natureza estratégica* que deverão ser objeto de fundamentação em dimensões operacionais, seguindo experiências com *benchmarks*, assim adquirindo indispensável maturidade; e
- (iii) *intervenções orientadas para promover ganhos de escala* com base na integração de políticas regionais e nacionais, aí podendo assegurar conforto de financiamento.

PE 1 - RESERVA ESTRATÉGIA DE ÁGUA (ECONOMIA E LAZER)

Conforme se evidenciou no Diagnóstico Territorial e nos Desafios no horizonte de 2035, o recurso Água assume uma relevância estratégica para o Sabugal em termos económicos, ambientais e de qualidade de vida *lato sensu*.

A relevância estratégica do recurso Água para o Sabugal e área envolvente, foi salientada pelo Estudo para a “**Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa**”. Como refere o Estudo, a gestão integrada dos recursos hídricos exige uma cuidada e permanente avaliação das condições hidrológicas e das necessidades de água, pressupõe uma exploração das infraestruturas baseada em regras pré-definidas e deverá assentar também numa cooperação institucional entre todas as entidades envolvidas.

Nesse sentido, cumpre **enfatizar intervenções complementares em domínios que contribuem para robustecer resultados e ampliar impactos deste Projeto:**

- realizar ações e iniciativas de educação ambiental para difundir as boas práticas e um melhor conhecimento dos recursos naturais, dos valores paisagísticos e dos ecossistemas (capital natural) do território;
- sensibilização das populações para a gestão dos recursos naturais e o uso eficiente dos recursos hídricos;
- estabelecimento de parcerias com os Agrupamentos escolares para dinamizar junto da comunidade escolar iniciativas em torno da poupança de água e da proteção das fontes de água;
- promover a participação cívica dos cidadãos, nomeadamente na área educativa (da competência do Município), criando, p.ex., a “Assembleia das Crianças” para que estas possam começar a intervir na Escola, sobre o Côa, a floresta da Malcata, a fauna e a flora, as aldeias, ..., compreendendo o território do Sabugal;
- dinamizar a limpeza e a recuperação de linhas de água e das galerias ripícolas, criando condições propícias à remuneração dos ecossistemas;
- reforçar as ligações da Estação Náutica do Côa (certificada) à Rede de Estações Náuticas do Centro de Portugal, a nível de recreio, lazer e competições (desportos aquáticos, avistamento de fauna marítima, e valorização de artes e tradições);
- gestão profissionalizada do Plano de Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimoa;
- criação e manutenção de Infraestruturas de pequeno porte e fruição da rede de praias fluviais do Concelho, segundo Regulamento específico.

	Eixo Estruturante de Intervenção EE1-PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Denominação do Projeto Estruturante PE1- Reserva Estratégica de Água (Economia e Lazer)
---	---	--

1. Enquadramento do Projeto	
1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território; e Serviço de Promoção e Desenvolvimento Económico Entidades Parceiras: Municípios, APA, CCDR-C, CIM Beiras e Serra da Estrela, Movimento associativo, Águas do Zêzere e Côa, e outras entidades públicas e privadas.
2. Memória Descritiva do Projeto	
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema	
O território dispõe de um conjunto relevante de ativos relacionados com a disponibilidade de recursos hídricos como sejam as reservas armazenadas na Barragem do Sabugal que representa uma verdadeira Mãe de água que permite sustentar múltiplos aproveitamentos, com particular destaque para o Aproveitamento Hidroagrícola da Cova da Beira. Mas importa, igualmente, referir a existência da Barragem de Alfaiates e o próprio Complexo termal do Cró que potenciam o desenvolvimento a montante e a jusante de um amplo e diversificado conjunto de atividades económicas (abastecimento público de água; atividades lúdicas e de turismo; tratamentos de saúde naturais; atividades de restauração e hotelaria; apoio ao regadio agrícola e agro-alimentar). Necessidade de as autarquias assumirem um papel dinamizador das parcerias institucionais indispensáveis para conceber e implementar projetos e ações que contemplem uma mais eficaz utilização social e económica por parte dos diferentes agente das atividades económicas.	
2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035	
Esta matriz de reservas de água no Sabugal pressupõe uma abordagem de duplo sentido: (i) assegurar as condições para uma gestão mais eficiente dos recursos hídricos disponíveis, providenciando a implementação do estudo para a Gestão integrada das bacias hidrográficas do Sabugal e de Meimoa (a elaboração, por iniciativa do Sabugal, do Estudo da Biodesign, constitui um relevante instrumento de suporte e orientação estratégica e operacional); e (ii) potenciar um adequado aproveitamento económico e social, em benefício dos operadores económicos e das populações, sob a perspetiva de empreendimento de fins múltiplos e, por conseguinte, abrangendo não só as possibilidades de alargamento das área de irrigação agrícola, como também todo o outro conjunto de atividades, e ocupação económica e de lazer.	
2.3. Recursos próprios e mobilizáveis	
A natureza dos ativos: Reservas de água – Barragem do Sabugal - Empreendimento de Fins Múltiplos (planos de água/Praias Fluviais/Rio Côa); Barragem de Alfaiates; Mãe de água do aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira; Complexo termal do Cró.	

A natureza dos ativos: Reservas de água – Barragem do Sabugal - Empreendimento de Fins Múltiplos (planos de água/Praias Fluviais/Rio Côa); Barragem de Alfaiates; Mãe de água do aproveitamento hidroagrícola da Cova da Beira; Complexo termal do Cró.

Com funcionalidades associadas de abastecimento público, regadio agrícola, turismo de natureza – lazer, Estação Náutica, Turismo de Saúde e Bem-estar (cf. *PE 4 Turismo Sustentável e Bem-estar*).

A respetiva capacidade de iniciativa deverá mobilizar os recursos financeiros disponíveis, quer nos orçamentos próprios das entidades envolvidas, como também com fundos europeus através de candidaturas aos diferentes programas regionais e temáticos.

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

Programa Regional do Centro – CENTRO 2030; Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade – Sustentável 2030; Plano Estratégico para o Abastecimento de Água e Gestão de Águas Residuais e Pluviais 2030 (PENSAARP 2030); e Estudo para a ‘Gestão Integrada dos Recursos Hídricos das Bacias Hidrográficas das Barragens do Sabugal e da Meimosa’.

2.5. Objetivos Específicos do Projeto

OE 1 Promover e valorizar as reservas de águas disponíveis no território

OE 2 Dinamizar e consolidar as parcerias interinstitucionais

OE 3 Informar e divulgar as atividades e eventos associados aos planos de água.

2.6 Road map de ações/investimentos

- Elaboração e divulgação de suportes de comunicação sobre os planos de água existentes e atividades conexas que a par de iniciativas e ações de carácter pedagógico impulsionem uma utilização racional da água e a gestão das águas residuais e pluviais;
- Desenvolver e aprofundar parcerias orientadas para a utilização económica e racional dos recursos hídricos disponíveis ;
- Providenciar e priorizar as intervenções nas infraestruturas associadas aos planos de água, com vista a contribuir para a sua atratividade económica e lúdica;
- Promover a elaboração de um *Plano Integrado de Utilização Racional da Água* a nível do território municipal que contribua para a adoção e implementação de medidas de preservação e gestão da rede de água e regule as utilizações económicas das diferentes origens de água a nível de quantidade e qualidade da mesma.

2.7. Financiamento

- Plano de Ação do ITI Região das Beiras e Serra da Estrela.
- Centro 2030: OE 1.3 Sistemas de incentivos às empresas; sistemas de incentivos de base territorial; OE 2.4 Gestão de recursos hídricos (valorização da rede hidrográfica, infraestruturas de águas pluviais, sistemas de informação); e OE 2.5 Ciclo urbano da água.
- EDL/Medida Leader (Pró-Raia).

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

IReal.1 : Nº de suportes editoriais e digitais de marketing promocional dos planos de água;

IReal.2: Nº de intervenções de investimento programadas de adaptação e modernização das infraestruturas e equipamentos associadas aos planos de água e demais recursos hídricos (Termas, Estações náuticas, ...)

IReal.3: Elaboração de um Plano Integrado de Utilização Racional da disponível a nível concelhio.

IResul.4 : Nº de novos empregos criados devido à maior utilização dos planos de água

IResul. 5: Nº de visitantes e turistas em usos potenciais do planos de água.

2.9. Maturidade do Projeto

<i>Intenção estratégica</i>	<i>Estudo /projeto</i>	<i>Concurso/ adjudicação</i>	<i>Execução de obra</i>
X	X		

2.10. Período previsto para realização dos Investimentos

Investimento	Funcionamento (e/ou aplicação)
Início: 2025 / Fim: Dezembro 2026	Início: 2027 / Fim: Indeterminado

3. Resultados e Efeitos

3.1.Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)

- Melhoria da disponibilidade de recursos hídricos e novas atividades associadas à sua utilização
- Criação de novas oportunidades de emprego e criação de riqueza
- Dinamização da rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo de natureza
- Difusão de boas práticas de utilização racional da água
- Contribuição positiva para a divulgação da qualidade ambiental do território
- Incentivo para a atração e fixação de novos residentes no Concelho.

3.2. Relação com outros projetos do PES 2035

Relação Forte: PE2 – Conservação da Natureza e Serviços dos Ecossistemas; PE7 – Agência de Desenvolvimento Económico Sabugal Invest.

Relação média: PE3 – Renovação de Aldeias; PE5 – Colónia de Martim Rei – Pólo de Inovação Agro-Rural; PE6 – Áreas de Acolhimento Empresarial; PE9 - Aldeias ConVida.

4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento

54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X	X	X	X	X

PE 2 - CONSERVAÇÃO DA NATUREZA E SERVIÇOS DE ECOSISTEMAS

Os recursos naturais característicos do território da Beira Interior Norte albergam uma **Biodiversidade** muito rica que deve funcionar como **ativo de desenvolvimento sustentável**, justificando intervenções de proteção e conservação da natureza, mas também de valorização económica dos recursos silvo-pastoris e dos serviços de ecossistemas. Neste enquadramento global, importa **dinamizar a operacionalização de vários instrumentos de gestão** existentes, sobretudo, implicando os proprietários e outros agentes económicos na observância das orientações relativas à gestão das Áreas Protegidas, Fogos rurais e AIGP.

Em idêntico sentido, importa promover o conhecimento da biodiversidade ensinando sobre as espécies silvestres, incentivando a sua proteção e uso sustentável, promovendo ecossistemas equilibrados. O **Sabugal deve assumir a bandeira da Valorização dos Serviços do Ecossistema** aumentando a consciencialização sobre a interdependência entre o homem e natureza.

A proposta de **certificação de pecuária em baixo carbono dos efetivos pecuários** (cf. PE 5- Colónia Agrícola Martim Rei/Polo de Inovação Agro-rural), é disso exemplo perfilando-se perante o mercado como forma de transmitir ao consumidor informações que mitigam visões negativas associadas ao consumo de carne.

A Colónia será também um instrumento fundamental para: (i) a adaptação das culturas agrícolas às alterações climáticas e à neutralidade carbónica; (ii) a criação de mosaicos florestais com diversas espécies mais resistentes ao fogo, promovendo a melhor gestão de combustível, de modo a minorar os impactos das alterações climáticas e a mitigar os riscos de incêndio e de desertificação; (iii) o aproveitamento das sinergias da floresta nas dimensões ambiental, turística e económica; (iv) a conclusão do levantamento cadastral completo das áreas florestais; e (v) a promoção de novos modelos de gestão conjunta da floresta, agricultura, agropecuária e gestão conjunta e integrada da água e turismo.

O modelo de cogestão, que pretende criar uma dinâmica partilhada de valorização de cada Área Protegida, assente na sustentabilidade e estabelecer procedimentos concertados, que visem um melhor desempenho na salvaguarda dos valores naturais, e gerar uma relação de maior proximidade aos cidadãos e às entidades relevantes para a promoção do desenvolvimento sustentável.

Finalmente, é imprescindível **sensibilizar os jovens e as organizações da sociedade civil, promovendo a participação cívica** e a autonomia pelo aprofundamento do conhecimento das espécies silvo-pastoris para o combate às alterações climáticas e para a qualidade de vida, resiliência e soberania alimentar das comunidades.

	Eixo Estruturante de Intervenção EE1-PRESERVAÇÃO E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS	Denominação do Projeto Estruturante PE2 -Conservação da Natureza e Serviços dos Ecosistemas
---	---	--

1. Enquadramento do Projeto	
1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Divisão de Planeamento e Ordenamento do Território – Gabinete Técnico Florestal Serviço de Promoção e Desenvolvimento Económico; Gabinete Veterinário; Eng.º Alberto Barata; Divisão de Obras e Serv. Municipais – Serviço de Ambiente Entidades Parceiras: Municípios, ICNF, Ministério do Ambiente, OPF e Organizações de Produtores, Agrupamento de Escolas do Sabugal, Águas do Zêzere e Côa, Resistrela e outras entidades.
2. Memória Descritiva do Projeto	
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema	
As áreas da Reserva Natural da Serra da Malcata e Serra das Mesas nascente do Rio Côa constituem ativos territoriais nucleares para a defesa e promoção da respetiva biodiversidade, bem como do amplo conjunto de valores naturais da fauna e flora e da paisagem e floresta que são o suporte deste ecossistema e dos múltiplos bens e serviços que lhe estão associados (aproveitamento dos recursos florestais e especialmente da biomassa, recursos cinegéticos e recursos silvestres). Além disso, estando a Serra da Malcata incluída no Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela, constitui uma oportunidade para que seja concretizado um amplo conjunto de intervenções previstas para salvaguarda e dinamização do coberto florestal e atividades associadas, designadamente aquelas que visam uma maior proteção e resiliência aos fogos florestais.	
2.2. Necessidades/opportunidades de intervenção, no horizonte 2035	
Gestão mais ativa da floresta ao nível da sua exploração produtiva e económica, e naquilo que oferece como suporte dos serviços de lazer e de turismo da natureza. Desenvolvimento da Operação Integrada de Gestão da Paisagem (OIGP) “Terras do Lince – Malcata” sustentada numa parceria dos Municípios do Sabugal e Penamacor. No âmbito da Conservação da Natureza e da Biodiversidade, esta <u>Área Protegida integrada no território do Sabugal</u> e também no de <u>Penamacor</u> constitui um ativo natural que permite sustentar um diversificado conjunto de serviços de matriz natural e ecológica: agro-alimentar e florestal, turismo nas vertentes natural, cultural, lazer e cinegética, preservação das especificidades produtivas da fauna e flora, salvaguarda da vida selvagem (Lince Ibérico), educação e formação ambiental, náutica de recreio, pesca desportiva, etc. O <u>Plano de Ordenamento da Reserva Natural</u> é um poderoso instrumento operacional para a valorização desta Área Protegida e a sua abrangência gradual a mais áreas rurais do concelho e com o envolvimento de concelhos limítrofes poderá mesmo contribuir para a criação de um Parque Internacional da Paisagem Mediterrânica com uma forte componente ambiental e histórico-patrimonial, o que constituiria um pólo de referência na área da Biodiversidade e da Conservação da Natureza para incentivar o conhecimento, a investigação e a divulgação dos recursos naturais disponíveis, mas também a visitação e as atividades turísticas complementares viáveis neste imenso e heterogénio território raiano.	

2.3. Recursos próprios e mobilizáveis

A implementação e desenvolvimento dos projetos e ações relacionados com a conservação da natureza, biodiversidade, dos recursos florestais e dos serviços dos ecossistemas deverá encontrar suporte de financiamento no orçamento municipal, dos diferentes programas sustentados por recusus nacionais e comunitários, bem como dos recursos próprios dos atores privados e públicos intervenientes nos projetos e ações que são suscetíveis de enquadramento institucional e de objetivos naquelas áreas temáticas.

A nível dos instrumentos destaca-se a constituição da Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) Terras do Lince-Malcata, aprovada pelo Despacho nº7109-A/2021, de 16 de julho, que abrange Sabugal e Penamacor e tem gestão do Município do Sabugal. Em contrapartida, a ZIF da Malcata criada em 2011 e a sua entidade gestora (AFLOESTRELA) encontram-se desativadas. No entanto, esta Associação poderá recuperar a experiência anterior no âmbito da gestão da AIGP.

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes:

Programa CENTRO 2030; Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro; Programa LIFE; Programa para a Ação Climática e Sustentabilidade – Sustentável 2030; e Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela.

2.5. Objetivos Específicos do Projeto

OE 1 Promover e valorizar os ativos naturais do território

OE 2. Promover atividades que visem a sustentabilidade do ecossistema agro silvo pastoril

OE 3 Desenvolver e consolidar o turismo de natureza

OE 4 Dinamizar parcerias com os atores públicos, associativos e privados .

2.6 Road map de ações/investimentos

- Melhoria e valorização da rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo de natureza e lazer (centros de apoio a visitantes, campings e áreas de piquenique, plataformas de observação e acessibilidade e estacionamento);

-Divulgação dos roteiros de informação e comunicação associada ao turismo de natureza e lazer em suportes digitais;

- Seleção e priorização de iniciativas e ações contempladas no âmbito da CETS Terras do Lince

- Promoção de projetos de valorização dos recursos silvestres;

- Desenvolvimento do potencial cinegético territorial;

- Dossier para Certificação em pecuária de baixo carbono dos efetivos pecuários;

- Implementação da OIGP – Operação Integrada de Gestão da Paisagem “Terras do Lince – Malcata”;

- Execução das ações programadas no Plano Municipal de Defesa da Floresta Contra Incêndios (2021-2031);

- Rewind - renaturalização da vida selvagem;

- Criação de um *Espaço de Interpretação da Biodiversidade e dos Recursos Naturais* na sede do Município e a funcionar como porta de entrada dos visitantes e turistas.

2.7. Financiamento

- Plano de Ação do ITI Região das Beiras e Serra da Estrela.
- PEPAC 2023-2029: Medidas Florestais e de Conservação da Natureza; e EDL (Pró-Raia).
- Programa Life e Fundo Ambiental.

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

IReal.1 : Nº de ações e iniciativas de marketing promocional dos ativos naturais

IReal.2: Nº de projetos de modernização de equipamento e infraestruturas de suporte ao turismo de natureza

IReal.3: Volume de investimentos realizado na criação do Espaço de Interpretação.

IResult.1 : Número de turistas que visitaram a Área Protegida nos últimos 2 anos

IResult.2: Áreas florestais intervencionadas (mosaicos) no último triénio

IResult.3: Número de ocorrências de incêndios florestais nos últimos 3 anos

2.9. Maturidade do Projeto

<i>Intenção estratégica</i>	<i>Estudo /projeto</i>	<i>Concurso/adjudicação</i>	<i>Execução de obra</i>
X	X		

2.10. Período previsto para realização do Investimento
Investimento

Início: 2025 / Fim: Dezembro 2026

Funcionamento (e/ou aplicação)

Início: 2027 / Fim: Indeterminado

3. Resultados e Efeitos
3.1. Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)

- Melhoria da atratividade turística do território
- Promoção interna e externa dos ativos naturais do Município
- Aumento da resiliência deste território de baixa densidade populacional
- Criação de novas oportunidades de emprego e criação de riqueza para os residentes
- Dinamização da rede de equipamentos e infraestruturas de apoio ao turismo de natureza
- Contribuição para a divulgação da qualidade ambiental do território.

3.2. Relação com outros projetos do PES 2035

Relação Forte: PE1 – Reserva Estratégica de Água (Economia e Lazer); PE3 – Renovação de Aldeias.

Relação média: PE5 – Colónia de Martim Rei - Pólo de Inovação Agro-Rural; PE7 – Agência de Desenvolvimento Económico Sabugal Invest ; PE9- Aldeias ConVida.

4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento

54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X	X	X	X	X

PE 3 - RENOVAÇÃO DAS ALDEIAS - REDE DE ALDEIAS INTELIGENTES

O Município do Sabugal assumiu desde há anos uma estratégia assente no reconhecimento da importância do património edificado enquanto fator de desenvolvimento e de atratividade do Concelho. O processo de renovação das aldeias do Concelho tem vindo a registar um forte incremento:

- a nível municipal, com a delimitação de Áreas de Reabilitação Urbana (em Alfaiates, Bendada, Foios, Malcata, Sabugal, Soito, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior), com sequente elaboração e aprovação de PERU's e as deliberações tomadas em termos licenciamento e taxas de obras de reabilitação e a concessão do Regulamento do Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal, em fase de discussão pública;
- a nível municipal/freguesia, com intervenções de qualificação do espaço público, reabilitação do património histórico edificado e de infraestruturação das aldeias;
- a nível do movimento solidário e associativo que tem um forte impacto na renovação das aldeias em que se inserem; e
- a nível privado, com intervenções no património edificado dos proprietários.

Entre os objetivos estratégicos das ARU's/PERU's destaca-se: (i) o reforço da identidade única do território através da reabilitação integrada do seu património natural, histórico e cultural; (ii) a regeneração urbana como base transversal à sustentabilidade, abordada nas vertentes ambiental, social, económica, patrimonial e cultural; (iii) o fomento da reabilitação do edificado em mau estado de conservação, em particular nas áreas de maior sensibilidade urbanística e patrimonial; (iv) a qualificação do espaço público como elemento de estruturação e valorização do território, e suporte da revitalização económica; e (v) o investimento em infraestruturas de comunicações.

Associar a renovação das Aldeias ao conceito de **Aldeias inteligentes** significa adotar um **racional de intervenção** que contemple atuações de política pública que possam convergir para criar uma Rede de Aldeias. Entre essas atuações, sinalizam-se as seguintes que combinam o binómio Valorização do Interior/Diversificação da Economia:

- Infraestruturas de conectividade digital de Banda larga
- Acesso a Serviços de Interesse Geral (“Digitalização da Provisão”)
- Indústrias Culturais e Criativas- Condições de suporte e incentivo
- Mobilidade e transportes
- Desenvolvimento sustentável (Gestão da Paisagem e Uso de recursos naturais)
- Desenvolvimento sustentável (Baixo carbono, Economia Circular e Energia)
- Fomento de atividades das empresas e dos empresários rurais

	Eixo Estruturante de Intervenção EE2 - QUALIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS	Denominação do Projeto Estruturante
		PE3.-Renovação de Aldeias - Aldeias Inteligentes

1. Enquadramento do Projeto

1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: GATPI/DPOUT/DDSQV/DOSM/SPDE Entidades Parceiras: Juntas de Freguesia, Dirigentes e Técnicos do Município, Movimento Solidário e Associativo, Operadores de Telecomunicações, Proprietários Privados

2. Memória Descritiva do Projeto

2.1. Situação de partida e Dimensões-problema

A opção que se coloca, mais do que “musealizar” as aldeias, tornando-as mais “visitáveis”, consiste em criar as condições para que, acompanhando/complementando a renovação patrimonial do espaço privado e público necessária e desejável, se defina e concretize um novo tipo de intervenções que criem as condições indispensáveis para a fixação de novos habitantes e para a localização de atividades económicas.

Um desafio que, antes do mais, deve apostar numa rede concelhia de comunidades participativas que desenvolvam soluções locais inteligentes face ao contexto local, visando inverter os ciclos negativos recentes e melhorar as suas condições económicas, sociais e ambientais.

A inovação tecnológica deve combinar com a inovação social, isto é, com soluções inovadoras impactantes na comunidade local, gerando novas práticas sociais participativas e envolvendo toda a comunidade.

Inovação digital + inovação social + envolvimento da comunidade, associadas ao entendimento de que todo o Concelho é uma “aldeia inteligente” coletiva, em que cada aglomerado é um polo do desenvolvimento concelhio, eis o desafio/oportunidade que deve nortear os decisores políticos e a sociedade civil.

2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035

A “sobrevivência/consolidação” das aldeias do mundo rural assentana resposta adequada às questões de despovoamento/envelhecimento populacional, mas, também, na capacidade de, face a uma realidade adversa, perceber e encontrar os caminhos que invertam esta situação.

No Sabugal, existem condições de partida que podem favorecer/tornar viáveis as opções estratégicas que urge tomar: (i) a existência de uma sociedade civil que apresenta níveis elevados de participação na vida das aldeias [movimento solidário (em 30 freguesias e uniões de freguesias existem 27 IPSS) e movimento associativo -cultural, desportivo ou de intervenção comunitária]; e (ii) a força e o envolvimento da diáspora sabugalense que não se concretiza apenas quando volta à sua terra de origem ou reabilita o património edificado privado, mas ganha protagonismo na dinamização das instituições de carácter social e associativo.

Transformar estas duas realidades em outras tantas oportunidades de renovação dos aglomerados urbanos, eis o desafio central que se coloca na próxima década.

2.3. Recursos próprios e mobilizáveis

Os processos de renovação das aldeias do Concelho, não esquecendo as dinâmicas de reabilitação urbana e de coesão social induzidas nos territórios de intervenção decorrentes dos PERU's, devem assentar na mobilização de toda a Estrutura Orgânica Municipal, bem como das Juntas de Freguesia abrangidas e devem

ter reflexo na construção dos Orçamentos autárquicos anuais, bem como do recurso permanente às potencialidades decorrentes das políticas nacionais e comunitárias e dos respetivos pacotes financeiros a que o Município possa e deva recorrer.

Por outro lado, importa integrar nos processos de renovação das aldeias o referido movimento solidário e associativo, pilares fundamentais destes processos.

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

Programa Regional do Centro – CENTRO 2030;

Programa Temático para a Ação Climática e Sustentabilidade – Sustentável 2030; PROT-Centro;

Iniciativa New European Bauhaus; Smart Rural 21;

Programas Estratégicos de Reabilitação Urbana (PERU's).

2.5. Objetivos Específicos do Projeto

OE 1. Dotar os núcleos urbanos com ARU's aprovadas e/ou a aprovar de redes tecnológicas e digitais.

OE 2. Fomentar a transformação de dois aglomerados urbanos em Aldeias inteligentes, nos termos dos programas comunitários Smart Rural 21

OE 3. Alargar o conceito a outros aglomerados urbanos, criando a Rede de Aldeias Inteligentes do Sabugal.

2.6 Road map de ações/investimentos

- Elaboração gradual dos PERU's das ARU's aprovadas (Alfaiates, Vila Maior, Vila do Touro, Bendada, Fóios e Malcata);
- Definição de esquemas operacionais de execução das ações/projetos previstos nos PERU's;
- Intervenção em edificações degradadas e promoção da sua reabilitação;
- Projetos específicos de intervenção na estrutura edificada e nos espaços públicos;
- Acompanhamento da implementação das intervenções físicas e das iniciativas de promoção.
- Definição, em parceria com as operadoras de comunicações de planos de execução das infraestruturas tecnológicas que devem ser concretizadas até 2035.
- (Iniciativa-piloto-1ª fase) Seleção de aglomerados urbanos-tipo com PERU's e definição da estrutura líder e tipologia de ações para a transformação dos aglomerados;
- Alargamento da Iniciativa piloto da 1ª fase a outros aglomerados com PERU's aprovados;
- Constituição da Rede de Aldeias Inteligentes do Sabugal.

[As intervenções no espaço público, tanto de natureza material como imaterial, deverão incluir conteúdos cénicos e outros alusivos à temática da Água e ao “modo de vida” característico do Sabugal.]

2.7. Financiamento

- Orçamento Municipal
- Plano de Ação do ITI da Região das Beiras e Serra da Estrela
- Centro 2030: OE 1.5. Instalações de redes de banda larga; OE 4.4. Inovação Social; OE 5.2. Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo a nível local.
- PEPAC 2023-2029: LEADER/DLBC rural.

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

/Real.1 Número de aglomerados urbanos com infraestruturas tecnológicas de qualidade;

/Real.2: Número de aglomerados urbanos com programas de transformação;

/Real.3: Número de operações concretizadas em cada Aldeia Inteligente;

IReal 4: Investimento em operações concretizadas em cada Aldeia inteligente.

IResul. 1: Variação populacional em cada Aldeia inteligente;

IResul. 2: Número de equipamentos construídos no âmbito dos PERU's aprovados;

IResul. 3: Número e tipologia de empresas e outras entidades criadas, decorrentes dos PERU's.

2.9. Maturidade do Projeto

<i>Intenção estratégica</i>	<i>Estudo</i>	<i>Concurso</i>	<i>Execução de obra</i>
X	X		

2.10. Período previsto para realização do Investimento

Investimento	Funcionamento (e/ou aplicação)
Início: 2026 / Fim: Dezembro 2035	Início: 2026 / Fim: Indeterminado

3. Resultados e Efeitos

3.1. Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)

Melhoria da qualidade e vida dos habitantes das aldeias inteligentes;

Maior competitividade sócio económica das aldeias inteligentes;

Aumento do número de residentes e de fixação de novas atividades;

Melhoria da atratividade dos núcleos urbanos, valorizando a complementariedade.

54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)
X	X	X	X	X

PE 4 - TURISMO SUSTENTÁVEL E BEM-ESTAR

A articulação das áreas da **Cultura, Turismo e Património** entre estes e com outros domínios temáticos, será imprescindível para uma visão integrada dos recursos com efetivo potencial turístico, dos mercados/segmentos-alvo atraíveis, também para atividades complementares na ótica da cultura, património e animação turística.

O **Plano Orientador de Desenvolvimento Turístico do Sabugal para 2030** assume, justamente, uma visão de desenvolvimento integrado, “reafirmando a proposta de valor do Destino na era digital através da valorização dos recursos humanos, da promoção dos ativos estratégicos e dos produtos endógenos. Fomentar o empreendedorismo, a inovação e o investimento em colaboração com as comunidades locais, assegurando o comprometimento com os resultados pela preservação da autenticidade das pessoas, do território e pelo sucesso dos agentes económicos.”

O Documento sistematiza bem os *Pilares estratégicos* em que assenta a oferta turística concelhia em termos de produto: (a) **Cultura, História, Património e Gastronomia** [Gastronomia distintiva, eventos e festas populares, zonas de interesse arqueológico e geológico, produtos endógenos e DOP, artesanato e tradição, património material e imaterial (da humanidade ou não), património cultural e rotas temáticas]; (b) **Natureza, Wellness, Turismo Ativo e Desportivo** Serras, passeios pedestres e trekking, cycling e walking, infraestruturas desportivas, canoagem e náutica fluvial, praias fluviais, estâncias termais, albufeiras, observação astronómica; e (iii) **Lifestyle, Inspirational e novas tendências** [Turismo de enriquecimento pessoal, de materialização do bem-estar como resultado da quietude envolvente. Atração e fixação de residentes oriundos dos mercados externos (e.g. nómadas digitais; turismo de 2ª residência)].

No enquadramento do 2º Pilar Estratégico, destaca-se o Projeto *Buy Nature - Turismo Sustentável em Áreas Classificadas*, que visa: potenciar o turismo de natureza proporcionado pelas diversas Áreas Protegidas existentes no Concelho, transformando-as num dos melhores destinos de natureza do País; e valorizar e apoiar projetos de alojamento, animação, gestão de espécies e habitats, bio climatismo, termais, e outros associados ao turismo de Saúde e bem-estar.

Estes Pilares Estratégicos são bastante estimulantes para ajudar a desenhar o **Projeto Estruturante Turismo Sustentável e Bem-estar**, nas oportunidades de intervenção, nos objetivos específicos, prioridades de investimento, parcerias a dinamizar, junto das instâncias de regulação, operadores privados setoriais e Serviços municipais.

	Eixo Estruturante de Intervenção EE2 - QUALIFICAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS TERRITORIAIS	Denominação do Projeto Estruturante PE4- Turismo sustentável e Bem-estar
---	---	---

1. Enquadramento do Projeto	
1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Serviço de Promoção de Desenvolvimento Económico e Agência Sabugal Invest Entidades Parceiras: Turismo do Centro, ERT; Operadores económicos (Alojamento, Restauração; Serviços Complementares); Entidade gestora da Concessão do Cró; Aldeias Históricas de Portugal, outras entidades gestoras e parceiros dos Programas PROVERE.
2. Memória Descritiva do Projeto	
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema	
O triângulo Cultura, Património e Turismo deve assumir um papel central na afirmação do Sabugal território como espaço atrativo para viver, investir e visitar, mas também no reforço da identidade do Sabugal, no contexto regional, nacional e ibérico. A concretização de diversas intervenções emblemáticas [classificação da Estação Arqueológica de Sabugal Velho, o registo da Capeia Arraiana como Património Cultural Imaterial Nacional, a Estação Náutica do Alto Côa, bem como o prestígio do Festival da Bendada, dos eventos Granfondo 5 Quinas (cicloturismo) e Circuito 5 Quinas (trail-running), ...], constituem motivos adicionais de visitação e de animação turística para o Concelho.	
2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035	
O Município do Sabugal tem desenvolvido intervenções orientadas para potenciar os seus recursos turísticos e tem integrado redes de intercâmbio e valorização dos mesmos que constituem uma base partida que tem de ser alimentada, com conteúdos enriquecidos e dinâmicas de iniciativa: ▪ Participação nas <u>Rota dos 5 Castelos</u> (Projeto 5 Vilas- Interpretação e promoção conjunta dos 5 castelos), Rota das Aldeias Históricas, Rota dos 4 Rios e Rota do Judaísmo. ▪ <u>Roteiro das Pedras d'água</u>: turismo de natureza e de montanha, através de um roteiro que inclui as "pedras" (geos�tios e estruturas) na sua relação com a "�gua" (rios, ribeiras, cascatas), e em articulação com as estações náuticas e o património cultural. ▪ <u>Organização dos Roteiros 'Sabugal - Sabores e Descanso'</u> promoção conjunta da oferta de alojamentos e restauração de antigas vilas medievais (Alfaiates, Sabugal, Sortelha, Vila do Touro e Vilar Maior). ▪ <u>Entidade parceira nos Programas de A��o do PROVERE</u>, através da dinamização de atividades produtoras de bens e serviços transacionáveis/ valorização de recursos endógenos (Turismo e Património do Vale do C�a; Aldeias Históricas - Valorização do Património Judaico; Valorização das Estâncias Termiais da Região Centro; e Buy Nature - Turismo Sustentável em áreas Classificadas).	

2.3. Recursos próprios e mobilizáveis

O Concelho dispõe, também, de um conjunto de infraestruturas e equipamentos de suporte à atividade turística com destaque para Museus (Museu Municipal do Sabugal, Museu de Vilar Maior e Centro Interpretativo da Capeia Arraiana de Aldeia da Ponte, Casa da Memória Judaica da Raia Sabugalense no Sabugal), Praças de touros, Termas do Cró, Centro Hípico, Albufeira das Barragens do Sabugal e de Alfaiates, praias fluviais, parques de merendas e uma empresa de animação turística associada ao Hotel Rural do Cró.

O conjunto diversificado de recursos turísticos do território, sobretudo combinando património natural e identidades culturais, tem prioridade na Estratégia e Produtos definidos no âmbito do Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para 2027 (em revisão): Oferta de circuitos turísticos religiosos e culturais; Turismo de saúde; Turismo de natureza; e Gastronomia e Vinhos.

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

Programa Regional do Centro –; PROT-Centro; Turismo Sustentável Centro 2030 - Referencial Estratégico; Agenda para a Valorização dos Territórios Termais- Região Centro 2030; Plano Estratégico de Desenvolvimento de Turismo Cultural em Águas de Interior; Plano Orientador de Desenvolvimento Turístico do Sabugal, 2030.

2.5. Objetivos específicos do Projeto

OE 1. Organizar a gestão ativa das ações do Projeto Buy Nature, como elemento agregador da valorização de recursos endógenos de fruição lúdica e vocação turística;

OE 2. Promover na oferta de alojamento e restauração os produtores alimentares, o artesanato e a gastronomia regional (Sabugal e Beira Interior Norte);

OE 3. Dinamizar os processos de certificação de empresas de animação e outras de interesse turístico para densificar a Rede CETS;

OE 4. Dinamizar a participação do Sabugal nos Planos de Ação dos Provere que integra.

2.6 Road map de ações/investimentos

- Estudo de Mercado dos segmentos-alvo e das modalidades de promoção dos produtos turísticos do Sabugal;
- Campanhas de sensibilização ativa do tecido de empreendedores/operadores regionais e temáticos para a valorização dos produtos turísticos sustentáveis;
- Organizar os processos de certificação Europarque (Dossier CETS);
- Organizar o Dossier para a Concessão de exploração do Complexo Termal do Cró;
- Promover as condições de gestão natural e de infraestruturização necessárias à candidatura de uma ou mais praias fluviais ao estatuto de Bandeira Azul.

2.7 Financiamento

CENTRO 2030 (OE 4.6 e Instrumentos Territoriais PROVERE; Plano de Ação do ITI Região das Beiras e Serra da Estrela); EDL/Medida Leader (Pró-Raia).

Parcerias Município/Operadores Associativos e Privados.

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

IReal.1- Nº de Unidades de alojamento e restauração com promoção de produtos locais;

IReal.2- Nº de empresas certificadas com Selo Europarque (CETS)

IResul.1- Nº de visitantes participantes em ações de animação turística nas Aldeias Inteligentes;

IResul.2- Renovação das Credenciais CETS;					
IResul.3- Aumento da Capacidade de alojamento nas Aldeias Inteligentes/conVida.					
2.9. Maturidade do Projeto					
Intenção estratégica		Estudo /Projeto		Concurso/adjudicação	
				Execução de obra	
2.10. Período previsto para realização do Investimento					
Investimento			Funcionamento (e/ou aplicação)		
Início: 2026 / Fim: Dezembro 2035			Início: 2026 / Fim: Indeterminado		
3. Resultados e Efeitos					
3.1.Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)					
-Melhoria da proteção e valorização dos recursos naturais de uso e fruição turística;					
-Melhoria da organização e desempenho empresarial na promoção dos recursos turísticos;					
-Aumento do emprego qualificado nas unidades de alojamento, restauração e serviços;					
-Dinamização regular de iniciativas de atração de visitantes nas Aldeias Inteligentes/conVida.					
3.2. Relação com outros projetos do PES 2035					
Relação Forte: PE1- Reserva Estratégica de Água (Economia e Lazer); PE3 - Renovação de Aldeias					
Relação média: PE7 – Agência de Desenvolvimento Económico – Sabugal Invest ; PE9- Aldeias ConVida.					
4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento					
54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X	X	X	X	X

PE 5 - COLÓNIA AGRÍCOLA MARTIM REI- POLO DE INOVAÇÃO AGRO-RURAL

Este projeto diretamente ligado ao cluster agroflorestal, envolvendo as fileiras produtivas do castanheiro, da oliveira e dos povoamentos autóctones de carvalho, pretende constituir-se como um Pólo dinamizador deste território de baixa densidade, assegurando uma parceria ativa com os centros de saber e empresariais da região Centro a fim de promover a ciência, a tecnologia e a inovação neste domínio da especialização produtiva agroflorestal.

Ligada ao setor agroflorestal, explorando sobretudo a fileira do castanheiro, da oliveira e a qualidade dos povoamentos autóctones de carvalho, a Quinta Agrícola Viva será um polo dinamizador articulando com a comunidade científica e empresarial da Região Centro e visa promover a inovação tecnológica e produtiva.

Trata-se de uma aposta estratégica do PROT-Centro que explicita nos seus objetivos regionais a intenção de constituir uma rede de apoio à inovação tecnológica e gestão na agricultura e na floresta. As atividades e o âmbito do Centro contribuirão, para o fomento das ações prioritárias identificadas nas medidas de planeamento do Programa de Transformação da Paisagem - Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem e Operações Integradas de Gestão da Paisagem.

De idêntico modo, pretende-se garantir as condições de suporte à seleção e certificação dos produtos de qualidade que integram o património agrícola e alimentar deste território e também à criação de uma central de recolha e distribuição de produtos agrícolas com a designação DOP, provenientes de pequenas explorações.

Para o desenvolvimento de um projeto integrado com tais características e inerente complexidade organizativa, importa associar um leque amplo e diversificado de parceiros económicos e sociais, incluindo a própria comunidade científica, tanto mais que se encontra prevista a sua inserção nas redes mundiais de museus e centros de ciência, caso da Rede Ecsite que conta com mais de 350 centros de ciência, museus e organizações ligadas à ciência em 5 países.

A criação deste Polo de Desenvolvimento Agroflorestal enquadra-se na Linha estratégica "Reforçar e diversificar territorialmente as dinâmicas de inovação" da Visão Estratégica para a Região Centro 2030 e integra o Domínio diferenciador da RIS 3 Centro (Recursos Naturais e Bioeconomia). Paralelamente, responde em pleno ao objetivo "Conceber e operacionalizar um programa de reorganização da oferta de espaços de incubação em territórios de baixa densidade na região, com clarificação de funções e de serviços e de centros de recursos de suporte ao seu funcionamento". (Domínio de Intervenção da Linha estratégica "Combater as fragilidades e vulnerabilidades de diferentes tipos de territórios da região").

	Eixo Estruturante de Intervenção EE3 COMPETITIVIDADE ECONÓMICA	Denominação do Projeto Estruturante
		PE5 - Colónia Agrícola Martim Rei -Polo de Inovação agro-rural

1. Enquadramento do Projeto

1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento (GATPI); Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território (DPUOT); Gabinete Técnico Florestal (GTF) e Eng.º Alberto Barata. Entidades Parceiras: Ciência Viva- Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica; CoopCôa; Clube de Caça e Pesca do Sabugal; ACRISabugal; Organizações de Produtores Florestais/ZIF; Assembleias de Compartes; MeimoaCoop; e Pró-Raia, Associação de Desenvolvimento Local.

2. Memória Descritiva do Projeto

2.1. Situação de partida e Dimensões-problema

A Câmara Municipal do Sabugal tem a seu cargo a gestão de quatro "casais agrícolas" desativados bem como as infraestruturas, equipamentos e espaços coletivos da Colónia Agrícola Martim Rei que lhe foram sendo cedidos pelos Serviços Públicos Agrícolas desde 1981, para desenvolver as potencialidades agrícolas, pecuárias e florestais da Colónia Agrícola e extensão dos seus efeitos demonstrativos ao concelho e concelhos limítrofes.

O aproveitamento atual dos recursos geridos diretamente pelo Município envolve as seguintes atividades: campo experimental e coleções de variedades (Coleção Nacional de Variedades de Castanheiro e Coleção de Variedades de Aveleiras); campo de pés-mães para recolha de material vegetativo; viveiros de castanheiros, aveleiras, nogueiras e espécies florestais: carvalhos, amieiras e freixos, para venda de plantas aos agricultores e produtores florestais; Parques de reprodução de coelhos bravos para repovoamento das zonas de caça municipais.

A administração e desenvolvimento destas atividades levou a Câmara a criar serviços próprios de aconselhamento técnico, formação e informação agrícola e florestal, de âmbito concelhio, associados à venda de plantas de espécies agrícolas e florestais, à comercialização de castanhas de souto demonstrativo em produção e ao repovoamento das zonas de caça municipais.

Numa parcela de um "casal agrícola" (4,25ha) a Câmara viabilizou a instalação de um Parque de Leilões de gado, gerido pela CoopCôa - Cooperativa Agrícola do Sabugal, que tem desempenhado uma função importante na regulação do mercado de bovinos de carne.

As mudanças económicas, sociais e político-administrativas ocorridas nos 84 anos de existência da Colónia Agrícola levaram a Câmara Municipal a assumir serviços públicos nas áreas agrícola e florestal que, face às reorganizações do Ministério de tutela, foram ficando isolados e, por consequência, prejudicados no seu crescimento e desenvolvimento.

As infraestruturas, equipamentos e espaços coletivos destinadas à gestão própria da Colónia Agrícola instalada em 1941 pela Junta de Colonização Interna nos Baldios do Sabugal, numa área total de cerca de 580 ha repartida por 39 "casais agrícolas" e 306 glebas com 1 ha, foram perdendo as suas funcionalidades coletivas: produtivas, administrativas e sociais, para as quais tinham sido criadas. Os seis edifícios principais (adega de 2 pisos; casa de habitação; edifício administrativo, cantina, capela e escola) deixaram de ser ocupados com o uso original (servindo de espaço de armazenagem) possuindo graves riscos de degradação.

A reabilitação e refuncionalização desse património é um importante desafio para o Município.

A nova função económica e social introduzida com a instalação do Parque de Leilões de gado na Colónia Agrícola apesar do contributo para a estabilização dos preços e consequentemente o aumento dos rendimentos dos produtores pecuários carece hoje de um investimento de ampliação e modernização que permita melhorar o bem-estar animal, facilitar a prestação de serviços de leilão e afirmar a sua competitividade face a Parques de Leilões concorrentes.

2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035

Os recursos e atividades geridas diretamente pela Câmara Municipal necessitam de ser reinseridos no enquadramento regional e nacional dos serviços públicos e redes público-privadas agrícolas, florestais, ambientais e rurais por forma a poder melhorar o seu aproveitamento e potenciar o crescimento, quebrando assim o relativo isolamento.

A reorganização recente do *AKIS Portugal - Sistema de Conhecimento e Inovação da Agricultura Nacional* pode ser uma oportunidade não só para **integrar os serviços locais no sistema nacional** mas também para reativar ou acrescentar novas **parcerias e redes de cooperação nas áreas da fruticultura (frutos secos), pecuária extensiva, floresta, caça e pesca**. Destacam-se nomeadamente parcerias frutuosas com a Estação Nacional de Fruticultura Vieira da Natividade do INIAV, os Polos de Inovação Agrária da Região Centro da CCDRC, o Centro Nacional de Competências dos Frutos Secos, a Rede Rural Nacional (DGADR), a DGAV, o ICNF (Viveiro Florestal da Malcata), o Fórum Florestal – Estrutura Federativa da Floresta Portuguesa, as Universidades e Institutos Politécnicos da Região Centro.

A **necessidade de ampliação e modernização do Parque de Leilões de gado**, gerido pela CoopCôa - Cooperativa Agrícola do Concelho de Sabugal, que permita melhorar o bem-estar dos animais e uma melhor prestação de serviços aos produtores e compradores, justifica-se por sua vez pelos bons resultados que têm vindo a obter e pela afirmação da sua competitividade face a Parques de Leilões concorrentes já existentes ou em projeto.

Por último, a **necessidade de reabilitação e consequente refuncionalização do importante património coletivo da Colónia Agrícola**, que corre riscos de degradação, encontrou uma excelente oportunidade com a parceria que a Câmara Municipal do Sabugal estabeleceu com a Ciência Viva - Agência Nacional para a Cultura Científica e Tecnológica da qual resultou o projeto para a criação de uma “Quinta Agrícola Ciência Viva” na Colónia Agrícola Martim Rei a integrar numa rede de “Quintas Agrícolas Ciência Viva”, concluído e apresentado em 2018.

Este projeto, ultrapassadas as dificuldades que tem sentido em encontrar fontes de financiamento, servirá de **base para o desenvolvimento do Projeto Estruturante**.

2.3. Recursos próprios e mobilizáveis

Aos recursos próprios da Colónia Agrícola Martim Rei, “Casais agrícolas”, infraestruturas, construções, equipamentos e espaços coletivos, na posse da Câmara Municipal, juntam-se:

- os recursos humanos e materiais que o Município tem vindo a afetar, total ou parcialmente, à Colónia Agrícola e aos serviços agrícolas e florestais associados, em particular o Gabinete Técnico Florestal, engenheiro agrónomo e trabalhadores rurais;
- os recursos financeiros que a Câmara Municipal vier a mobilizar para o projeto (p.ex., investimentos materiais nas instalações e incentivos ao investimento no Parque de Leilões); e
- os recursos humanos, técnicos e financeiros que os parceiros locais, regionais e nacionais possam mobilizar, diretamente ou com recurso a candidaturas a programas nacionais e comunitários.

Paralelamente, o Município dispõe de um Caderno de Encargos que define as Especificações Técnicas e funcionais necessárias para a conceção e implementação do projeto e estabelece o **programa preliminar para a reabilitação do património edificado da Colónia Agrícola Martim Rei, transformando-a num “Polo de Inovação Agro-rural”**, um laboratório de experimentação e desenvolvimento de soluções transformadoras e regenerativas dos espaços rurais de baixa densidade, numa era digital, a partir do sector agroflorestal. O Centro tem como objetivos principais:

- *Promover a ciência, a tecnologia e a inovação* através da criação de um centro de divulgação relacionada com o tema agroflorestal e a sustentabilidade;
- *Aproximar a comunidade científica e académica da sociedade* (inovações científicas e tecnológicas na área agroflorestal)
- *Promover atividades relacionadas com o tema agroflorestal*. O espaço contribuirá para difundir a diversidade de atividades económicas tradicionais e emergentes relacionadas com esta temática.
- *Valorizar o património natural, histórico e cultural local* interagindo, sempre que possível, com outros projetos inovadores de natureza científica ou cultural;
- *Apoiar técnica e cientificamente o sector agroflorestal da região* disponibilizando serviços às populações locais, empresas e instituições científicas e de ensino, tais como a realização de ensaios, trabalho de campo, cursos de formação ou instalação de estações experimentais.

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

PEPAC Continente; Programa Centro 2030; PRGP; AIGP/OIGP; Estratégia da UE para a Bioeconomia

2.5. Objetivos Específicos do Projeto

OE 1 Criar um Polo de Inovação agro-rural na Colónia Agrícola Martim Rei;

OE 2 Ampliar e modernizar o Parque de Leilões de gado da CoopCôa - Cooperativa Agrícola do Concelho de Sabugal (apoio ao investimento da CoopCôa, elaboração do projeto de investimento e outras despesas);

OE 3 Criar um Centro de Interpretação da Colónia Agrícola.

2.6 Road map de ações/investimentos

- Desenvolvimento e inovação: preservação e expansão do património genético vegetal, da experimentação, e demonstração, associados a serviços reforçados de aconselhamento científico e técnico, formação e informação agrícola e florestal, potenciados pelos viveiros de plantas no apoio a projetos de plantações individuais ou coletivos;

- Criação de um centro de receção, triagem e calibragem, embalamento e comercialização (entrepósito agrícola), tomando como base a atividade já existente de comercialização de castanhas do souto demonstrativo em produção;
- Criação de um centro de compostagem que concentre resíduos vegetais da Colónia Agrícola e de outros agricultores interessados, produzindo composto para utilização própria e dos agricultores;
- Ampliação dos parques de reprodução de coelhos bravos e outras espécies cinegéticas;
- Ampliação e modernização do Parque de Leilões e criação de novos serviços de apoio e de convívio e lazer;
- Procedimento concursal para o programa estratégico e projetos de recuperação de edifícios;
- Reabilitação e refuncionalização dos edifícios e criação de um centro de interpretação ;
- Instalação de um Restaurante de referência da Gastronomia raiana (a concessionar).

2.7. Financiamento

CENTRO 2030 (OE 1.3); PEPAC- EDL/Medida Leader (Pró-Raia).

Orçamento Municipal

Parcerias Município/Operadores Associativos e Privados.

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

IReal.1: Investimento realizado no Polo de Inovação agro-rural

IReal.2: Investimento e serviços de apoio criados no Parque de Leilões ampliado e modernizado

IReal.3 : Investimento, edifícios reabilitados e refuncionalizados para o Centro de Interpretação

*IResul.1:*Nº de projetos agro-rurais inovadores lançados anualmente

IResul.2: Acréscimo mensal/anual do nº de leilões e nº de animais inscritos

*IResul.3 :*Centro de interpretação e espaços expositivos em funcionamento.

2.9. Maturidade do Projeto

<i>Intenção estratégica</i>	<i>Estudo/projeto</i>	<i>Concurso</i>	<i>Execução de obra</i>
X			

2.10. Período previsto para realização do Investimento

Investimento

Início: 2026 / Fim: Dezembro 2027 ou 2028

Funcionamento (e/ou aplicação)

Início: 2026 / Fim: Indeterminado

3. Resultados e Efeitos

3.1.Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)

- Crescimento da produção agropecuária e florestal e melhoria dos rendimentos dos produtores;
- Melhoria das competências dos agricultores, proprietários e produtores florestais, trabalhadores rurais e caçadores;
- Apoio a projetos públicos e privados de novas plantações agrícolas e florestais, conservação e gestão da paisagem;
- Registo da memória e refuncionalização da Colónia Agrícola (espaços coletivos p/ a população, artistas e visitantes).

3.2. Relação com outros projetos do PES 2035

Relação Forte: PE1- Reserva Estratégica de Água (Economia e Lazer); PE2 -Conservação da Natureza e Serviços dos Ecossistemas; PE7- Agência de Desenvolvimento Económico – Sabugal Invest

Relação média: PE3 - Renovação de Aldeias.

4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento					
5.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X	X	X	X	X

PE 6 - ÁREAS DE ACOLHIMENTO EMPRESARIAL

Em face do apreciável investimento do Município do Sabugal na dotação de solo infraestruturado para acolhimento empresarial (com alguns investimentos a aguardar aprovação de financiamento e oportunidade de execução), as intervenções a equacionar deverão privilegiar:

- a instalação de unidades de serviços comuns e de gestão dos espaços de acolhimento empresarial;
- a manutenção e modernização das plataformas tecnológicas instaladas nos centros de teletrabalho;
- a divulgação e promoção das condições operativas dos espaços de acolhimento empresarial e informação atualizada das empresas e seus principais produtos e serviços que se encontram em plena atividade nestes espaços;
- as formas de articulação com AICEP e Associações Empresariais (sobretudo, NERGA e NERCAB).

Paralelamente, importa articular com a entidade ou entidades gestoras dos espaços para instalação de empresas a melhor forma e os meios mais adequados para a promoção e divulgação de iniciativas e eventos setoriais e/ou profissionais de comum interesse para os detentores ou utilizadores dos referidos espaços de uso empresarial. Em termos das funcionalidades associadas às AAE, deverão ser preferencialmente objeto de estímulo as entidades vocacionadas para as áreas do ambiente e energia, enquanto os espaços equipados com tecnologias de informação e comunicação deverão ser destinados ao acolhimento de profissionais em teletrabalho ou para utilização para eventuais prestadores de serviços às empresas. Os apoios de base, previstos no Regulamento municipal, deverão ser articulados com instrumentos de apoio ao investimento de âmbito regional e/ou nacional.

As acessibilidades viárias constituem um aliado estruturante na atração de empresas e investimentos; todavia, a proximidade do Sabugal a duas grandes vias (A23 e A25) está longe de beneficiar inteiramente o Concelho.

A ligação do Sabugal à Guarda (Porto seco), contemplada no Programa de Eixos viários estruturantes, constituirá um ativo importante nessa perspetiva. As Câmaras da Guarda e do Sabugal devem acompanhar o Projeto de requalificação, alargamento e reperfilamento da estrada, sob coordenação das Infraestruturas de Portugal.

Na vertente das relações transfronteiriças (importantes nas óticas económica e de visitação turística) deverá ser equacionada a possibilidade de concertar entre os governos português e espanhol, uma pequena ligação em perfil de estrada local, à província espanhola de Cáceres (em Valverde del Fresno), ligando ao Concelho através da fronteira e estrada municipal Foios/Vale de Espinho.

	Eixo Estruturante de Intervenção EE 3- COMPETITIVIDADE ECONÓMICA	Denominação do Projeto Estruturante PE6- Áreas de Acolhimento Empresarial
---	---	--

1. Enquadramento do Projeto	
1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento (GATPI) e Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território (DPUOT) Entidades Parceiras: Associações Empresariais, NERGA, Ayuntamientos espanhóis fronteiriços, empresas e outras entidades portuguesas e espanholas.
2. Memória Descritiva do Projeto	
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema	
O Concelho do Sabugal possui um conjunto de espaços de acolhimento empresarial que urge requalificar e reordenar numa filosofia de intervenção que transforme estas zonas em verdadeiros parques de localização empresarial, dando suporte à atração de investimentos e de empresas.	
2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035	
O Projeto tem em vista contribuir para a requalificação e o reordenamento de infraestruturas de apoio às empresas. A localização raiana do Concelho do Sabugal deve potenciar o desenvolvimento de espaços qualificados para a instalação de novas empresas. O Centro de Apoio à Criação de Empresas (CACE) será uma infraestrutura vocacionada para apoiar o lançamento e a consolidação de novas empresas, proporcionando-lhes condições técnicas de desenvolvimento sustentado, a partir de projetos viáveis do ponto de vista técnico, económico e financeiro e geradores de desenvolvimento nas áreas social, económica e tecnológica no território. Na vertente de Feiras deve ser potenciada essa localização raiana para desenvolver um espaço qualificado destinado a albergar um conjunto de atividades empresariais de nível transfronteiriço, inexistente na Região Centro. Este espaço permitirá a realização de diversas atividades (feiras e exposições, mas também provas desportivas e concertos) a par de um Auditório, salas e gabinetes de apoio à cooperação empresarial, à formação e à prestação de serviços às empresas.	
2.3. Recursos próprios e mobilizáveis	
Disponibilidade de lotes de terreno infraestruturado, em espaços vocacionados para a instalação de empresas e atividades: ▪ <i>Parque Empresarial João Paulo II – Sabugal</i> (Procedimento em curso para ampliação). ▪ <i>Zona de Localização Empresarial Eco-Parque</i> (submissão de candidatura Aviso N.º CENTRO2030-2024-5 Áreas de Acolhimento Empresarial de Base Não Tecnológica Urbanização da <i>Zona de Localização Empresarial do Espinhal</i>; [Estes Espaços de Acolhimento Empresarial devem alavancar relações preferenciais com a PLIE e o porto seco da Guarda.] ▪ <i>Incubadoras de empresas</i> - Centro de Negócios Transfronteiriço - Soito;	

- *Espaços de Cowork (30) no território, que permitem ocupações em regime de teletrabalho por parte de trabalhadores e/ou empreendedores locais, de forma descentralizada num único ponto físico, reduzindo os custos de contexto.*
- *Smart Work Center, em fase de conclusão, espaço de incubação destiado à criação de 22 espaços de trabalho e de serviços, para acolhimento de empresas dos setores terciário e terciário superior (empresas com fixação temporária e serviços especializados em conhecimento). iniciativas empresariais a instalar no novo Centro Empresarial da Zona Industrial do Sabugal.*
- *Parque Multiusos (Futura zona das feiras e mercados e espaço de realização de eventos culturais e demais atividades festivas) , atualmente em procedimento de aquisição de serviços para a elaboração do projeto que dará origem á sua conceção (infraestruturas urbanas e equipamentos de apoio.)*

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

Programa CENTRO 2030; Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro; Programas temáticos Inovação e Transição Digital Compete 2030 e Demografia Pessoas 2030-FSE.

2.5. Objetivos Específicos do Projeto

OE 1. Apoiar os empreendedores no desenvolvimento das suas atividades;

OE 2. Criar novas condições de atratividade, aumentando a competitividade territorial;

OE 3. Dinamizar as fileiras produtivas do Concelho do Sabugal;

OE 4. Apoiar o processo de internacionalização de empresas;

OE 5. Potenciar a proximidade aos recursos logísticos PLIE e Porto seco na Guarda.

2.6 Road map de ações/investimentos

•Requalificação das Áreas de Acolhimento Empresarial existentes, dotando-as de serviços comuns de apoio às empresas e aos trabalhadores;

•Adaptação de edifícios para acolher projetos emergentes, inovadores e de base tecnológica;

•Criação do Parque de Feiras Empresariais transfronteiriço;

•Criação de serviços de apoio ao Empreendedorismo Agrícola, Industrial, Turístico, de Tecnologia e Serviços, com ligações a centros de apoio como o Parque Tecnológico Parkurbis (Covilhã), o Tagus Valley (Abrantes), o Biocant (Cantanhede) e o Instituto Pedro Nunes (Coimbra);

•Empreendedorismo com apoios financeiros, de gestão, instalações e promoção (Concurso).

•Criação de condições para o desenvolvimento de uma fileira energética.

2.7 Financiamento

CENTRO 2030 (OE 1.3; Plano de Ação ITI CIM Região das Beiras e Serra da Estrela).

Parcerias Município/Operadores Associativos e Privados.

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

IReal.1: Áreas de Acolhimento Empresarial intervencionadas (ha);

IReal.2: Número de empresas instaladas nas Áreas de Acolhimento Empresarial;

IResul.1: Parcerias estabelecidas, por segmento de parceiros;

IResul.2: Volume de Emprego Direto criado.

IResul.3: Volume de Vendas gerado pelos investimentos.

2.9. Maturidade do Projeto

<i>Intenção estratégica</i>	<i>Estudo / Projeto</i>	<i>Concurso/adjudicação</i>	<i>Execução de obra</i>
X	X	X	X

2.10. Período previsto para realização do Investimento

Investimento

Início: 2025 / Fim: Dezembro 2026

Funcionamento (e/ou aplicação)

Início: 2027 / Fim: Indeterminado

3. Resultados e Efeitos

3.1. Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)

- Melhoria das condições de atratividade de empresas e investimento;
- Densificação da cadeia de valor dos produtos e serviços do Concelho;
- Fixação de novos investidores e empresários;
- Criação de novos postos de trabalho;
- Aumento da competitividade territorial.

3.2. Relação com outros projetos do PES 2035

Relação Forte: PE7. Agência de Desenvolvimento Económico Sabugal Invest

Relação média: PE3. Renovação das Aldeias; PE9. Aldeias conVida

4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento

54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X			X	X

PE 7 - AGÊNCIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÓMICO SABUGAL INVEST

A Agência Sabugal Invest era um dos Projetos do PE Sabugal 2025, elaborado em 2014 e juntamente com a Rede Sabugal Primus tinha em vista promover a atração de empresas investimentos para o Concelho.

Os elementos de balanço destes projetos, apontam resultados aquém das expectativas e necessidades sendo referido no Diagnóstico Territorial da 1ª fase:

- Como estrutura interna foi criada no seio do Município, a Comissão Sabugal Invest em apoio a potenciais investimentos (posicionando-se como recetor passivo de iniciativas económicas, sobretudo, na aplicação do Regulamento de Apoio ao Investimento (Regulamento SABUGAL INVESTE), em apreciação de pequenos projetos de empresas locais e no encaminhamento para financiamento) e à instalação de um Smart Work Center- Centro Empresarial no Parque Industrial do Sabugal (financiamento FEDER de 1,1 M€), conjunto de espaços de trabalho para acolhimento empresarial;
- A Agência necessita duma transformação por forma a capacitá-la para a captação de investimento, verdadeira “AICEP”, com uma direção proativa, promotora do território, organizadora de eventos dentro e fora do Concelho (associada à lógica de construção da “Rede Sabugal Primus”).

O Serviço de Promoção do Desenvolvimento Económico vai promover uma Aquisição de Serviços de Assessoria Estratégica de Comunicação que visa estruturar uma abordagem integrada da atração de talentos, iniciativas empresariais, e promoção económica, através de: (i) Campanhas de Sensibilização para Atribuição de Incentivos à Fixação de Médicos no Sabugal e de Promoção do Smart Work Center; (ii) Divulgação para Afirmação da Colónia Agrícola Martim Rei; e (iii) Assessoria Estratégica de Comunicação, sob o chapéu "Viver, Visitar e Investir" no Sabugal e “Algu do Sabugal| Bom por natureza”.

A proposta de criação da Agência de Promoção do Desenvolvimento Económico Sabugal Invest ambiciona estruturar a partir do Sabugal uma função de atração de empresas e investimentos, que promove fatores locativos e argumentos num mercado competitivo em que as ofertas existentes disputam argumentos territoriais em mutação frequente e em que o estabelecimento de acordos de cooperação, mesmo que tácita, pode ser determinante.

As realizações/contributos das políticas públicas, no tocante a **investimentos em infraestruturas de acessibilidade imprescindíveis**, tendem a assumir um impulso muito relevante para decisões de localização empresarial.

	Eixo Estruturante de Intervenção EE 3-COMPETITIVIDADE ECONÓMICA	Denominação do Projeto Estruturante	PE7. Agência de Desenvolvimento Económico Sabugal Invest
---	--	--	---

1. Enquadramento do Projeto

1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento (GATPI); e Serviço de Promoção e Desenvolvimento Económico Entidades Parceiras: Associações Empresariais; Pró-Raia, ADL; IAPMEI; AICEP; NERGA; CCDR Centro; Entidade Regional de Turismo do Centro; Sociedades de Capital de Risco e Entidades Bancárias; e outras entidades

2. Memória Descritiva do Projeto
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema

O Concelho do Sabugal enfrenta dificuldades ao nível da captação de empresas e novos investimentos que contribuam para a expansão e modernização da base produtiva local e, por consequência, do tecido empresarial existente. Do Diagnóstico e Análise SWOT, reconhece-se a existência de recursos e oportunidades económicas nos setores agroalimentar, florestal e das energias renováveis, os quais poderão constituir uma base para dinamizar fileiras económico-produtivas com potencial de mercado, começando pela atração de investimento e de projetos que aprofundem a clusterização de atividades, na ótica do enriquecimento das cadeias de valor económico e da criação de emprego. Nesta perspetiva, importa desenvolver os esforços necessários a uma maior atratividade de investidores e empreendedores por forma a contribuir para o desenvolvimento sustentado da base económica deste território.

Para este efeito, o Município dispõe de um instrumento fundamental que é a **Agência de Desenvolvimento Económico “Sabugal Invest”** que importa reforçar e dinamizar enquanto entidade empresarial autónoma no âmbito do perímetro municipal, visando intensificar a atratividade de novas empresas e investimentos e a sua localização nas novas áreas de acolhimento empresarial com uma focalização particular na *Zona do Alto do Espinhal*, atendendo à sua localização de proximidade ao futuro Porto Seco da Guarda.

2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035

A **Agência Sabugal Invest** constitui um instrumento decisivo para corporizar um amplo conjunto de medidas e de mecanismos de apoio logístico e financeiro que permitam incentivar a mobilização de empresas e investimentos para se instalarem no concelho, beneficiando para o efeito dos espaços logísticos/de acolhimento adequados e das infraestruturas de apoio a novos negócios inovadores e de base tecnológica. Com efeito, o Concelho do Sabugal dispõe hoje de uma rede de Áreas de Acolhimento Empresarial com condições satisfatórias para acolher investimentos e empresas dos mais diversos setores de atividade económica, nomeadamente, dos que manifestam vocação exportadora.

2.3. Recursos próprios e mobilizáveis

O desenvolvimento das iniciativas de atração de investimento ao território concelhio requer:

(i) disponibilidade de espaços logísticos para instalação de empresas a preços favoráveis, em face da enorme competitividade entre municípios para oferecerem as melhores condições de atratividade de empresas aos respetivos territórios;

(ii) mecanismos de apoio técnico e financeiro que poderão ser disponibilizados aos promotores e empreendedores para enquadrar os processos de tomada de decisão. Deste modo, afigura-se fundamental que o Município disponha de materiais informativos atualizados sobre os regimes de apoio ao investimento nacionais e regionais de que poderão usufruir os potenciais investidores. A existência de serviços municipais com técnicos qualificados para o efeito que assegurem o apoio técnico, a receção e o acompanhamento destes investidores poderá fazer toda a diferença, e um serviço como a **Agência Sabugal Invest** desempenha aqui um papel insubstituível.

A operacionalização do **Regulamento Municipal** contempla já a natureza e a tipologia das iniciativas empresariais privadas que poderão candidatar-se aos apoios e incentivos previstos; alargamento do âmbito da atratividade de empresas e investimento, desenvolvendo ações e iniciativas específicas para: (i) atrair empresas de maior dimensão e presença no mercado ibérico e europeu, através de uma adequada interlocução com as entidades gestoras dos programas de incentivos nacionais e europeus; (ii) sensibilizar a diáspora sabugalense nas Áreas Metropolitanas e na Europa, para o investimento em domínios de especialização; e (iii) promover a realização de sessões periódicas de divulgação e esclarecimento dos incentivos e apoios junto de potenciais utilizadores, nomeadamente investidores nacionais e internacionais.

A sensibilização da Diáspora sabugalense, acrescentando ao seu envolvimento cívico iniciativas de investimento em domínios de especialização promissoras, nomeadamente, os que saem beneficiados pela proximidade ao porto seco da Guarda, poderá constituir um fator de especial relevância na atração de novas empresas para o Concelho.

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

Programa Regional do Centro - CENTRO 2030; Estratégia Regional de Especialização Inteligente do Centro; Programas temáticos Inovação e Transição Digital Compete 2030 e Demografia Pessoas 2030-FSE.

2.5. Objetivos Específicos do Projeto

OE 1 Promover e valorizar os ativos territoriais para a atração de investidores

OE 2 Identificar e divulgar os mecanismos financeiros e fiscais de apoio às empresas

OE 3. Operacionalizar e gerir o Programa Municipal “Sabugal Investe”

OE 4 Valorizar e dinamizar os setores prioritários para o território.

2.6 Road map de ações/investimentos

- Capacitação técnica para a missão da Agência de Desenvolvimento Económico;
- Estruturação interna da Agência, segundo critérios e práticas de referência) “benchmarks”;
- Estudo dos Fatores críticos de Competividade e Posicionamento de Mercado das AAE do Sabugal;
- Criação de parcerias e redes de entidades públicas e associativas na área de abrangência subregional e transfronteiriça para a atração e cooperação entre investidores
- Dinamizar iniciativas empreendedoras de base local;
- Promover o apoio técnico e financeiro a projetos de investimento com elevado potencial de inovação;
- Intensificar uma cooperação estreita com as Instituições de Ensino Superior e Centros de conhecimento para garantir a dotação de competências técnicas e de gestão no apoio novos negócios e empreendedores
- Organizar missões empresariais reflexas;
- Reforçar o esforço de investimento na melhoria das condições logísticas de acolhimento de empresas nas Áreas de Acolhimento Empresarial do Sabugal.

2.7. Financiamento					
Programa Regional do Centro - CENTRO 2030; Programa de Assistência Técnica 2030- Roteiro para a Capacitação.					
2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)					
<i>IReal.1</i> : Nº de novas empresas instaladas nas Áreas de Acolhimento Empresarial					
<i>IReal.2</i> : Nº de novas empresas que beneficiaram dos apoios financeiros municipais					
<i>IReal.3</i> : Nº de intervenções de melhoria das condições logísticas para o acolhimento de novas empresas					
<i>IResul.1</i> : Aumento do volume de emprego associado às novas empresas					
<i>IResul.2</i> : Acréscimo do valor das exportações das novas empresas criadas e face ao ano da sua instalação.					
2.9. Maturidade do Projeto					
<i>Intenção estratégica</i>		<i>Estudo /projeto</i>		<i>Concurso/adjudicação</i>	
X		X			
2.10. Período previsto para realização do Investimento					
Investimento			Funcionamento (e/ou aplicação)		
Início: 2025 / Fim: Dezembro 2026			Início: 2027 / Fim: Indeterminado		
3. Resultados e Efeitos					
3.1.Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)					
- Melhoria das condições de atratividade de novos investimentos e fixação de novas empresa - Promoção da imagem do Concelho como localização de novos investimentos inovadores; - CriaçãEo de novos empregos e fixação de novos residentes no concelho - Aumento da competitividade empresarial e da diversificação setorial - Promoção interna e externa duma imagem favorável do concelho para localização de empresas - Contribuição para o aumento do valor acrescentado e internacionalização da economia local.					
3.2. Relação com outros projetos do PES 2035					
<i>Relação Forte</i> : PE6 – Áreas de Acolhimento Empresarial;					
<i>Relação média</i> : PE1 – Reserva Estratégica de Água (Economia e Lazer); PE5 – Colónia de Martim Rei – Pólo de Inovação Agro-Rural; PE3- Renovação das Aldeias.					
4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento					
54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X	X		X	X

PE 8 - PROGRAMA INTEGRADO DE ECONOMIA SÉNIOR

Este Projeto Estruturante apresenta um elevado grau de coerência com as opções estratégicas da Proposta do PROT-Centro, pois inscreve-se de forma significativa num dos Desafios transversais definidos -*Responder aos desafios da demografia, contribuindo para a garantia de uma maior qualidade de vida a todos os cidadãos*, como um dos fatores chave para a competitividade e para a coesão, em particular, nos territórios de baixa densidade.

A população idosa não ativa, tem um peso tal que sugere a necessidade de encontrar novas respostas às exigências de qualidade de uma vida mais longa, que tem como consequência maior prevalência de doenças degenerativas e demências.

O desenvolvimento deste Projeto vai permitir reforçar a interação do SCT regional na produção de conhecimento técnico-científico sobre as doenças neurológicas e estimular boas práticas de tratamento e acompanhamento ativo dos pacientes Alzheimer, com o tecido produtivo e social e promovendo o aparecimento de novas atividades do terceiro setor.

O Projeto pretende desenvolver uma modalidade inovadora de acolhimento (com resultados de especial sucesso noutros países) para pessoas portadoras de demência, nomeadamente, em termos de qualidade de vida para os residentes e integração da instituição na comunidade local, através de atividades culturais, desportivas e outras, minimizando os efeitos da institucionalização.

Perante as tendências pesadas de envelhecimento no Centro Interior, a articulação com as agendas comunitária ("Uma Europa mais Próxima dos cidadãos") e nacional ("As Pessoas primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdades"), torna imperioso o planeamento e programação da oferta de Serviços de Interesse Geral no Concelho.

Paralelamente, a aposta no envelhecimento ativo e saudável da população da região, mobilizando o conhecimento científico existente nesta área e capacitando instituições regionais e locais para a sua aplicação, constitui um desafio para o interior raiano e deve ter expressão nas escolhas de programação de equipamentos, decorrentes das Orientações do PROT-Centro.

O Projeto integra uma componente-chave ligada à **Revitalização das Termas do Cró** que tem articulação potencial com as dinâmicas da Economia Sénior, através do Turismo de Saúde e Bem-estar.

	Eixo Estruturante de Intervenção EE4 - QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR	Denominação do Projeto Estruturante PE8. Programa Integrado de Economia Sénior (PIES)
---	---	--

1. Enquadramento do Projeto

1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Divisão de Desenvolvimento Social e Qualidade de Vida. Entidades Parceiras: Parceria com Instituições de Ensino Superior nacionais e internacionais (UBI, Salamanca), Associações Alzheimer, ...) Articulação com as organizações da economia social com atividade no Concelho.

2. Memória Descritiva do Projeto
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema

O sucesso do Cenário de Crescimento Moderado do Plano Estratégico para 2035, pressupõe concertação, foco, governança, inovação e encontrar a chave do futuro, tendo em conta o potencial do território e as tendências da nova economia.

No domínio da Demografia, o Plano Estratégico avança com propostas para **mitigar a regressão demográfica** e criar as condições para uma maior atratividade e fixação de jovens no Concelho. Em simultâneo, propõe-se **impulsionar uma gestão mais ativa e qualificada no apoio aos idosos e pessoas em situação de dependência, sempre com a perspetiva de contribuir para a melhoria da qualidade de vida saudável da população** presente no concelho do Sabugal.

Este é o contexto que impõe encontrar formas inovadoras que permitam garantir níveis de autonomia e cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência, opção e estratégia que deve envolver os serviços de Saúde, mas igualmente, os Municípios, as CIMs e o terceiro setor. Uma oferta qualificada e diferenciada de apoio aos idosos com dependência do foro degenerativo, cria, além do aspeto estritamente social, condições para: (i) Promover a I&D em envelhecimento e garantir a aplicação dos seus resultados e (ii) Promover, a nível municipal, planos de envelhecimento ativo e saudável.

2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035

O Município do Sabugal foi distinguido pela Ordem dos Psicólogos Portugueses com o selo "Comunidade Pró-Envelhecimento 2020/2025", em reconhecimento pelos contributos para o envelhecimento ativo e saudável.

O Concelho do Sabugal, pela sua tradição de apoio à terceira idade, pela força da economia social, pela sua qualidade ambiental e patrimonial, pela disponibilidade de muitas casas para recuperar, pelo histórico de emigração, pela segurança, pela unidade termal que tem, pelas respostas sociais, tem condições para ganhar a dianteira e construir um plano atrativo para o envelhecimento ativo, assim afirmando uma verdadeira atividade económica que influencia todos os setores e exige as mais diversas qualificações e competências profissionais. Trata-se de desenvolver uma

fileira com oferta de serviços para seniores disponibilizados pelos jovens, nas mais diversas áreas: mobilidade, saúde, comunicações, autonomia, vigilância, recreio, serviços pessoais, ao domicílio, habitat, turismo, consumo, segurança, trabalho, alimentação, etc”. Em Portugal esta oportunidade está a passar ao lado, apesar de algumas iniciativas, mais alinhadas com o assistencialismo social, ou em regime para-empresarial, casos de Zamora , Dax (Village Landais Alzheimer), etc.

No contexto demográfico do Sabugal, e das patologias emergentes, a continuidade da aposta no envelhecimento ativo e saudável, pressupõe encontrar/criar uma nova modalidade de acolhimento de pessoas diagnosticadas com a doença de Alzheimer, iniciativa que visa ampliar a resposta local a uma das consequências, porventura mais gravosas, do envelhecimento da população que tem particular expressão e intensidade nos territórios de baixa densidade, caso do Sabugal e da sub-região das Beiras e Serra da Estrela.

Em síntese, dinamizar uma modalidade inovadora de acolhimento para pessoas portadoras de demência, em termos de qualidade de vida para os residentes e integração da instituição na comunidade local minimizando os efeitos da institucionalização.

Este é o contexto que impõe encontrar formas inovadoras que permitam garantir níveis de autonomia e cidadania das pessoas idosas ou em situação de dependência, opção e estratégia que deve envolver os serviços de Saúde, mas igualmente, os Municípios, as CIMs e o 3º setor.

Uma oferta qualificada e diferenciada de apoio aos idosos com dependência do foro degenerativo, cria, além do aspeto estritamente social, condições para: (i) Promover a I&D em envelhecimento e garantir a aplicação dos seus resultados e (ii) Promover, a nível municipal, planos de envelhecimento ativo e saudável; e estimular a oferta de atividades culturais, desportivas e outras, orientadas para os idosos e visitantes.

2.3. Recursos próprios e mobilizáveis

O tecido de organizações da economia social tem expressiva presença e atividade no Concelho, e tem sido alvo de potencial reforço por parte da procura crescente de serviços de apoio aos idosos e respetivas famílias.

Em termos de enquadramento de instrumentos de política de Envelhecimento Ativo e Saudável, recomenda-se a elaboração, implementação e monitorização de um Plano Gerontológico Local.

A modernização da Economia social poderá, ainda, atrair novos públicos com origem na União Europeia, dotados de maior qualificação e rendimento.

O Município perspetiva uma **Estratégia de Intervenção**, segundo os princípios de um Master Plan em desenvolvimento por forma a dispor de uma estratégia inteligível das facetas de intervenção a contemplar, num percurso/**Roteiro orientador das etapas do PIES**:

- compreender o lugar de implantação;
- compreender os exemplos implementados em funcionamento;
- caracterizar os Eixos Âncora do organigrama funcional;
- desenvolver o esquema funcional;
- concretizar o Diagrama funcional.

Paralelamente, a articulação entre turismo, lazer, desporto e saúde/bem-estar, daria outra expressão às *Termas do Cró como primeira unidade de desenvolvimento da saúde integral* e potenciando a satisfação de novas procuras nos campos da reabilitação psicofísica e desportiva.

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

Visão Estratégica Centro 2030; Estratégia Regional Centro 2030; EREI Centro 2030; Estratégia Nacional para o Envelhecimento Ativo e Saudável;

2.5. Objetivos específicos do Projeto

OE 1. Revitalizar o Complexo Termal do Cró

OE 2 Promover o Envelhecimento Ativo e Saudável

OE 3. Dinamizar uma oferta de qualidade para o acolhimento das pessoas doentes de Alzheimer

2. 6 Road map de ações/investimentos

(a) Complexo Termal do Cró

- Promoção da revitalização do espaço a intervir com qualidade, potenciando os recursos culturais, paisagísticos e ambientais da envolvente;
- Intervenção municipal na definição da forma e da imagem do ambiente da localização e ao mais adequado dimensionamento de espaços públicos e de áreas de interesse coletivo;
- Concessão de exploração das Termas a operador com experiência do negócio termal.

(b) Aldeia do Moinho (doentes Alzheimer)

- Conceção de aldeia de acolhimento específico de doentes de Alzheimer (Aldeia do Moinho);
- Construção de estruturas de alojamento adaptadas, com capacidade total de 100 camas;
- Unidades de Apoio especializadas de assistência médica e social;
- Serviços pessoais de proximidade; e
- Unidade de Investigação & Desenvolvimento para estudar a doença de Alzheimer, monitorizar e avaliar o impacto da modalidade de acolhimento sobre a qualidade de vida dos residentes.

2.7. Financiamento

Programa Regional do Centro - CENTRO 2030 (OE 4.7 Equipamentos e Respostas Sociais; Instrumentos Territoriais: Plano de Ação ITI CIM Beiras e Serra da Estrela e Provere Inov Termas)

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

IReal.1 - Número de utentes da Aldeia do Moinho

IReal.2 Número de utentes das Termas do Cró

IReal. 3 Protocolos celebrados com Instituições de Ensino Superior e Investigação.

IResul.1 Número de pessoas envolvidas no Projeto Sabugal Ativo

IResul.2 Grau de ocupação da capacidade da alojamento nas estruturas da Aldeia

IResul.3 Grau de utilização das valências terapêuticas das Termas.

2.9. Maturidade do Projeto					
Intenção estratégica		Estudo /Projeto		Concurso/ Adjudicação	Execução de obra
X		X		X	X
2.10. Período previsto para realização do Investimento					
Investimento			Funcionamento (e/ou aplicação)		
Início: 2026 / Fim: Dezembro 2027			Início: 2028 / Fim: Indeterminado		
3. Resultados e Efeitos					
3.1.Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)					
- Utilização dos Talentos Seniores; - Fomento de Ideias de Negócio no domínio da prestação de serviços sociais em ambulatório; - Criação de emprego qualificado no âmbito das funções técnicas dos serviços e equipamentos; - Criação de amenidades urbano-ambientais através de instalações e arranjos socio-urbanísticos (conceito New Bauhaus) - Dinamização de atividades nas Aldeias envolvidas (Termas do Cró e Aldeia do Moinho).					
3.2. Relação com outros projetos do PES 2035					
Relação Forte: PE9 Aldeias conVida					
Relação média:PE4 Turismo Sustentável e Bem-estar.					
4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento					
54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X			X	X

PE 9 - ALDEIAS CONVIDA- REABILITAÇÃO DE LUGARES PARA VIVÊNCIA INTERGERACIONAL

A rede de aldeias do Concelho do Sabugal tem revelado um dinamismo acentuado que se mantém em contraciclo com a recessão demográfica das últimas décadas. Esta constatação releva, sobretudo, de três principais fatores: (i) a riqueza do património natural, cultural e etnográfico presente em grande parte das aldeias do Concelho; (ii) a dinâmica de realização de eventos religiosos e profanos, com características identitárias, organizados pelo movimento associativo, com apoio municipal; e (iii) a forte ligação existente entre as Diásporas das Áreas Metropolitanas de Lisboa e Porto e da emigração que, sobretudo nos meses de julho a setembro, regressam ao Sabugal e às suas aldeias.

No horizonte da próxima década, como se pode alimentar e renovar este movimento que injeta animação, rendimento e vida?

O Projeto Estruturante **Aldeias ConVida** procura ensaiar respostas a esta questão, a partir de quatro vetores principais, e em complementaridade com o campo de intervenção de outros PE (sobretudo, PE 1, 3, 4 e 8):

- Sustentação e reforço das identidades históricas e culturais sabugalenses, desde logo no apoio às Capeias e outros eventos etnográficos, mas também com a criação do **Etnocentro Fronteiras de Memória**.
- Revitalização dos aglomerados urbanos das Aldeias, focada na reabilitação de património edificado para atrair novos residentes (famílias em trabalho e segundas residências), assim dando resposta também a carências de habitação que têm condicionado a satisfação de necessidades de mão-de-obra de empresas, IPSS, etc.; as futuras PERU's (Alfaiates, Vila Maior, Vila do Touro, Bendada, Fóios e Malcata- cf. PE 3) devem combinar eixos de atuação que reabilitem edificado, qualifiquem espaço público e estructurem condições para a criação de serviços e amenidades várias, indispensáveis à atração de quadros técnicos e de famílias.
- Reforço/Continuidade das intervenções municipais na qualificação das infraestruturas e produções de vocação turística (património cultural, praias fluviais, artesanato e produtos locais), e no apoio à consolidação da *Marca Algu* e dos Roteiros temáticos e da execução bem sucedida das ações das Estratégias de Eficiência Coletiva em que o Sabugal participa (Aldeias Históricas-Património Judaico, Turismo e Património do Vale do Côa, Valorização das Estâncias Termas da Região Centro e *Buy Nature*-Turismo sustentável em Áreas Classificadas).
- O **Gabinete de Apoio à Diáspora** deve deslocar-se às aldeias criando um Balcão único móvel de apoio, atendimento e ofertas concretas de emprego.

	Eixo Estruturante de Intervenção EE4 - QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR	Denominação do Projeto Estruturante PE9. Aldeias conVida - Reabilitação de lugares para vivência intergeracional
---	---	---

1. Enquadramento do Projeto	
1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: GATPI, SPDE e DOTPU Entidades Parceiras: SE Cultura, CCDR Centro, Agrupamento de Escolas do Sabugal, Agremiações culturais de freguesia, Cidadãos e outras entidades; proprietários e promotores imobiliários.
2. Memória Descritiva do Projeto	
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema	
Em relação ao preconizado ao nível da “Qualidade de Vida”, a aposta estratégica do PE Sabugal, 2035, afigura-se de importância crucial associar uma estratégia interligada ao nível da Habitação (atualmente escassa para quem procura residir no Concelho), devendo ser potenciada através da otimização de redes de mobilidade mais atrativas e dinâmicas, que procurem fixar população jovem. Ao nível das Aldeias, o Concelho também só poderá ser atrativo e com qualidade, se for fortalecida a sua dimensão digital em todas as freguesias, permitindo que novos habitantes procurem esses espaços para viver e trabalhar. Na verdade, as aldeias têm os serviços básicos assegurados (energia, água, RSU, saneamento, arruamentos, ...), mas necessitam de reabilitação, pessoas e vida.	
2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035	
Este Projeto terá uma componente orientada para criar um espaço de interpretação cultural (Centro Interpretativo) que dará a conhecer as tradições genuínas da raia sabugalense, dotado de meios tecnológicos e de metodologias de envolvimento de visitantes com motivações diversas escolas, visitas familiares e de grupos organizados em viagens de Touring Cultural. O EtnoCentro, dedicado à preservação da história recente do Concelho do Sabugal, abordará as histórias da emigração e do contrabando raiano e será um espaço museológico vivo de valorização, preservação e divulgação da Capeia Arraiana, fator identitário das povoações onde se pratica e o mais valioso Património Cultural Imaterial do Concelho.	
2.3. Recursos próprios e mobilizáveis	
<i>[Tendo por referência as futuras novas ARU's e novos PERU's (Alfaiates, Vila Maior, Vila do Touro, Bendada, Fóios e Malcata)]</i> Património edificado a carecer de reabilitação; Refuncionalização de edifícios devolutos nestes aglomerados urbanos; Indução de dinâmicas urbanas, com renovação de ofertas comerciais e de serviços pessoais de proximidade; Criação de uma Bolsa de Cuidadores Certificados para apoio ao envelhecimento em casa; Serviços de transportes [organizando os movimentos pendulares com a sede do Concelho]; Ateliers de trabalho e incubação de negócios.	

2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes

Visão Estratégica Centro 2030; Estratégia Regional Centro 2030; EREI Centro 2030; Plano de Ação de Artes e Ofícios; Estratégia Local de Habitação/Carta Municipal de Habitação.

2.5. Objetivos específicos do Projeto

- Valorizar, preservar e divulgar a história recente do Concelho;
- Criar condições e pontos de interesse para a atratividade territorial;
- Afirmação de novos focos de atração cultural, com níveis elevados de qualidade dos meios de apoio disponíveis para o visitante (vantagens competitivas do destino);
- Aumento da competitividade territorial do Concelho no contexto regional e nacional.

2.6 Road map de ações/investimentos

- Identificação de edifícios para remodelação [O Município tem cerca de 80 edifícios espalhados pelo concelho, degradados e em desuso, a maioria Escolas];
- Aplicação do Regulamento do Programa de Incentivos à Recuperação do Património Edificado do Sabugal, instrumento de suporte a processos de reabilitação do edificado de iniciativa privada, que disciplina os termos e condições de acesso aos apoios à reabilitação urbana, extensíveis a todo o território concelhio;
- Recuperação de casas e eficiência energética;
- Criação de bolsa de casas (associar à Elaboração da Carta Municipal de Habitação que deverá constituir uma oportunidade de revisão acentuada da Estratégia Local de Habitação, face às significativas carências da oferta de casas, face às dinâmicas da procura existente;
- Contratação de serviços de gestão e manutenção;
- Refuncionalização de Edifício para instalação do Etnocentro “Fronteiras de Memória”;
- Recolha de materiais e memórias relacionadas com a emigração, o contrabando e a capeia arraiana, a integrar o Etnocentro;
- Definição de um programa de atividades e eventos do Centro.
- Contratualização com promotor imobiliário;
- Organização de eventos de criatividade artística e cultural.

2.7. Financiamento

Programa Regional do Centro - CENTRO 2030 (OE 4.6 Cultura e Turismo; Instrumentos Territoriais: Plano de Ação ITI CIM Beiras)

2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)

IReal.1 Nº de visitantes nos eventos nas Aldeias;

IReal.2 Nº de visitantes do Etnocentro

IReal. Nº de imóveis reabilitados para Habitação.

IResul. 1 Nº de casais jovens instalados;

IResul. 2 Nº e tipo de atividades desenvolvidas.

2.9. Maturidade do Projeto

<i>Intenção estratégica</i>	<i>Estudo/Projeto</i>	<i>Concurso/adjudicação</i>	<i>Execução de obra</i>
X	X	X	X

2.10. Período previsto para realização do Investimento

Investimento	Funcionamento (e/ou aplicação)
--------------	--------------------------------

Início: 2026 / Fim: Dezembro 2026		Início: 2027 / Fim: Indeterminado			
3. Resultados e Efeitos					
3.1.Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)					
- Atração de novos residentes jovens e qualificados; - Contributo para o desenvolvimento e diversificação da Oferta Cultural; - Acréscimo de visitantes, com acréscimo no Volume de Negócios das atividades turísticas (alojamento, restauração, animação, transportes, etc.); - Acréscimo de emprego (efeitos diretos e indiretos, com implicações na fixação de alguns ativos jovens e qualificados); - Valorização de recursos culturais endógenos; - Consolidação de uma identidade distintiva do Concelho.					
3.2. Relação com outros projetos do PES 2035					
Relação Forte: PE 3 – Renovação das Aldeias; PE 4- Turismo Sustentável e Bem-estar					
Relação média: PE 8 – Programa Inegradado de Economia Sénior.					
4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento					
54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos
X	X			X	X

PE 10 - REORGANIZAÇÃO DE FUNÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS

○ **Modelo de Governança do Plano Estratégico** deve assentar no **GATPI** que passaria a ser o órgão coordenador da concretização dos **Projetos Estruturantes**, cuja execução caberia às respectivas **Unidades Orgânicas Flexíveis/Divisões**. Esta solução exige:

- **Reformulação das atribuições do Gabinete (GATPI)**, nomeadamente as que se situam no âmbito do Desenvolvimento económico, da Sustentabilidade e da Qualidade de vida.
- Criação de um **Gabinete de Política Gerontológica**, responsável pela implementação e monitorização de um Plano Gerontológico Local.
- **Existência de uma função (e trabalho) de coordenação entre os diferentes níveis da Estrutura Orgânica implicados**, com a mais-valia resultante de toda a Estrutura estar envolvida na concretização dos Projetos estruturantes.
- **Capacitação técnica de recursos humanos do Município**, em resposta a novos requisitos em matéria de competências profissionais e disciplinares, e contemplando as seguintes dimensões estratégicas: da programação do desenvolvimento; da gestão dos projetos financiados pelos fundos estruturais; e da participação em instâncias setoriais/regionais que coordenam a implementação dos planos e programas que abrangem o Sabugal.

No âmbito da elaboração do **Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes (2025)**, o Município traçou uma Visão, enquanto território inteligente, que resume uma ambição de se transformar num ecossistema urbano inteligente, priorizando o ambiente, a gestão eficiente dos recursos e a transparência governamental. Trata-se de um valor acrescentado que converge com o reforço da capacitação de competências e a reorganização das funções técnicas dos Serviços Municipais.

No plano institucional, deverá ser criado um **Conselho Consultivo de Acompanhamento do Plano Estratégico Sabugal, 2035**, envolvendo o Executivo Municipal, os executivos de Freguesia, representantes de associações empresariais e de produtores, e entidades regionais responsáveis pela gestão de programas e estratégias setoriais relevantes para o Concelho, no horizonte da próxima década.

A constituição deste Conselho Consultivo deverá contribuir para um acompanhamento regular da implementação do Plano, nomeadamente, estimulando intervenções em parceria que potenciem os recursos mobilizáveis, sobretudo, tendo presente que grande parte dos Projetos Estruturantes têm incidência territorial nas freguesias e implicam na sua execução diversos organismos setoriais (água, agricultura, florestas, economia, segurança social, etc.)

	Eixo Estruturante de Intervenção EE5 - QUALIDADE DE VIDA E BEM-ESTAR	Denominação do Projeto Estruturante PE 10 Reorganização de Funções técnicas dos Serviços municipais
---	---	--

1. Enquadramento do Projeto	
1.1. ENTIDADE PROMOTORA	Município do Sabugal
1.2. ENTIDADES A ENVOLVER	Estrutura Orgânica Municipal: Executivo Municipal e Unidades Orgânicas Entidades Parceiras: CCDR Centro, Tutelas setoriais, Autoridades de Gestão dos Programas
2. Memória Descritiva do Projeto	
2.1. Situação de partida e Dimensões-problema	
A definição do Modelo de Governação constitui um dos fatores críticos para a implementação do Plano Estratégico Sabugal, 2035 e a concretização dos seus objetivos específicos, pois desenvolve-se em diversas esferas de articulação de recursos, em resposta a múltiplos desafios que se colocam à iniciativa e atuação pública municipal, nas frentes interna e externa, frentes onde se joga aquela concretização de objetivos. O Município tem de fazer uma mobilização proativa do potencial associado aos instrumentos de gestão e ordenamento e aos programas de ação setoriais, com incidência no território do Sabugal, que estabelecem orientações de médio e longo prazo para o desenvolvimento do Concelho. Ora isto cria responsabilidades de gestão específicas e tem implicações na estruturação orgânica dos Serviços Municipais, na dotação de competências, na afetação de recursos e na referida articulação interna e externa.	
2.2. Necessidades/oportunidades de intervenção, no horizonte 2035	
As Unidades de Missão, propostas para a gestão dos principais Eixos Estruturantes do PE Sabugal 2035 como uma solução organizativa interna para uma eficaz gestão pública municipal do conjunto de infraestruturas e equipamentos existentes e outras intervenções propostas nos «10 projetos para 1 década», visam assegurar um adequado funcionamento e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros dos múltiplos e atividades, assentes em valências temáticas e operativas diferenciadas, mas indispensáveis para a modernização de infraestruturas e equipamentos e, consequentemente, para a viabilização das propostas do Plano. Com este foco, as Unidades de Missão permitirão abordar a complexidade do PE Sabugal 2035 de acordo com uma estrutura matricial, que comporte áreas operativas de intervenção multidisciplinares, exigindo prioridade e foco na implementação de projetos específicos que justificam a constituição de equipas de projeto e com uma natureza temporária em concordância com os ciclos de investimento subjacentes.	
2.3. Recursos próprios e mobilizáveis	
Executivo Municipal, Dirigentes e Técnicos (Município e Freguesias)	
2.4. Programas e Estratégias Regionais e Setoriais relevantes	

Roteiro da Capacitação e Academia dos Fundos; Programa Centro 2030 (Plano de Ação ITI Beiras e Serra da Estrela; Estratégia Nacional de Territórios Inteligentes (ENTI) e Plano de Ação Local de Territórios Inteligentes, Município do Sabugal, abril de 2025.							
2.5. Objetivos específicos do Projeto							
OE 1. Rejuvenescimento dos quadros técnicos das diversas Unidades orgânicas							
OE 2. Capacitação técnica (planeamento, programação e gestão).							
2. 6 Road map de ações/investimentos							
Contratação de Serviços de Capacitação (Gestão de planos e programas);							
Organização das Ações (Formação-Ação);							
Digitalização e usos da Inteligência Artificial.							
2.7 Financiamento							
Orçamento Municipal;							
PRR;							
Programa de Assistência Técnica.							
2.8. Indicadores de Monitorização (Realização e Resultados)							
IReal.1 Nº de Ações realizadas							
IReal.2 Nº de formandos abrangidos							
IResul.1 Integração e Desempenho qualificado;							
IResul.2 Redução dos níveis de recurso a serviços externos.							
2.9. Maturidade do Projeto							
Intenção estratégica		Estudo /Projeto		Concurso/ Adjudicação		Execução	
X		X		-		-	
2.10. Período previsto para realização do Investimento							
Investimento				Funcionamento (e/ou aplicação)			
Início: 2025 / Fim: Dezembro 2026				Início: 2026 / Fim: Indeterminado			
3. Resultados e Efeitos							
3.1.Efeitos esperados (Económicos, Sociais, Ambientais e Territoriais)							
Melhoria das competências técnicas e disciplinares;							
Melhoria do desempenho das funções de planeamento e programação;							
Melhoria da capacidade de gestão e monitorização de instrumentos setoriais nos domínios dos recursos hídricos, alterações climáticas e economia circular.							
3.2. Relação com outros projetos do PES 2035							
Relação intensa com a generalidade dos Projetos Estruturantes							
4. Enquadramento em instrumentos de ordenamento e desenvolvimento							
54.1. Planos Nacionais	5.2. Planos Regionais	5.3. Planos Setoriais	5.4. Planos Especiais	5.5. PDM (ou outro PMOT)	5.6. Outros Instrumentos		
X	X			X	X		

D2 - MODELO DE GOVERNAÇÃO

Elementos de contexto

As propostas em matéria de Modernização Administrativa, associadas à gestão de implementação do PE Sabugal 2025, foram preparadas no sentido de assegurar um “mix” de soluções operativas através da criação de um instrumento que envolvesse os responsáveis pelas várias divisões/domínios de intervenção da esfera de atribuições e competências do Município. As propostas compreendiam:

- (i) a criação da Agência Sabugal Invest, com funções de promoção da atração do investimento e mobilização de recursos de financiamento;
- (ii) a criação na orgânica municipal de um Gabinete do Plano Estratégico, com funções de dinamização/gestão de importantes Projetos âncora do PE Sabugal 2025; e
- (iii) a responsabilidade de unidades orgânicas do Município na dinamização e gestão de Programas de Atuação cujos projetos reconvertem a áreas tradicionais de atribuições e competências (PA. Estrutura e Qualifica e PA. Capacita e Inclui).

As Especificações Técnicas da Revisão do Plano Estratégico (Município do Sabugal, 2024), estabeleceram como um dos vetores de trabalho e proposta a Definição do Modelo de Governação.

Trata-se de um dos fatores críticos para a implementação do Plano e a concretização dos seus objetivos específicos, pois desenvolve-se em diversas esferas de articulação de recursos em resposta a múltiplos desafios que se colocam à iniciativa e atuação pública municipal, nas frentes interna e externa, frentes onde se joga aquela concretização de objetivos.

Acresce que o Município tem de fazer uma mobilização proativa do potencial associado aos instrumentos de gestão e ordenamento e aos programas de ação setoriais, com incidência no território do Sabugal, que estabelecem orientações de médio e longo prazo para o desenvolvimento do Concelho.

Ora isto cria responsabilidades de gestão específicas e tem implicações na estruturação orgânica dos Serviços Municipais, na dotação de competências, na afetação de recursos e na referida articulação interna e externa.

A abordagem do **Modelo de Governação e Monitorização** não se pode esgotar, assim, no PE Sabugal, 2035 devendo mobilizar as seguintes dimensões de análise:

- (i) Balanço das soluções de gestão do Plano Estratégico Sabugal, 2025 (estrutura, condicionantes e resultados);

- (ii) Balanço da constituição/experiência das Unidades de Missão Sabugal +, na monitorização dos Projetos do PE Sabugal 2025;
- (iii) Orgânica dos Serviços Municipais- margens de oportunidade para acomodar novas funções;
- (iv) Funções-tipo que emergem da Revisão do Plano Estratégico;
- (v) Necessidades de gestão de instrumentos de ordenamento, programas e planos de ação em que o Sabugal é parte interessada e/ou parceiro estratégico, nos diferentes Eixos Estruturantes de Desenvolvimento; e
- (vi) Articulação das funções clássicas dos Serviços Municipais, com os requisitos da operacionalização do Plano Estratégico e dos demais instrumentos de ordenamento e gestão, entre as dimensões-problema e as modalidades possíveis.

Nas alíneas seguintes, sistematiza-se os principais elementos de análise e de proposta relativamente a estas dimensões-chave.

(i) *Balanço das soluções de gestão adotadas para o Plano Estratégico Sabugal, 2025*

A abordagem do Modelo de Governação no anterior Plano Estratégico assentava fundamentalmente na criação de *mecanismos de coordenação entre os diversos departamentos, com base nos eixos de atuação fundamentais da Autarquia*, devendo promover a participação dos responsáveis dos departamentos envolvidos e os vereadores com pelouros correspondentes, que reuniriam com frequência, sendo sugerida, na ótica da gestão e implementação do PE Sabugal 2025, a existência de dois níveis de coordenação:

- Coordenação do Planeamento, Gestão e Qualificação do Território;
- Coordenação do Desenvolvimento Económico e Promoção externa.

Esta abordagem proporcionaria visibilidade e eficácia, reforçando a capacidade de intervenção em eixos de atuação com impacto no desenvolvimento do Concelho e do modelo de funcionamento do Município (gestão de participações, ligação ao movimento associativo, planeamento estratégico, desenvolvimento social e económico, ...).

De acordo com os elementos de trabalho processados, o Executivo Municipal à época entendeu que a Governança do Plano, por um lado, deveria assentar na execução dos projetos **P19 Alma Sabugal** e o **P20 Moderniza Sabugal**³⁰ e, por outro lado (de forma a envolver os dirigentes e outros agentes do Município) na criação interna de

³⁰ O Programa deste Projeto contemplava a Criação de áreas estratégicas de Coordenação nas esferas do Planeamento, Gestão e Qualificação do Território e Qualidade de Vida; e o Empowerment das chefias através de participação em reuniões de Coordenação, presididos por um elemento da Vereação em reuniões trimestrais.

Unidades de Missão, constituídas por técnicos de várias áreas de conhecimento e competências, animadas por um elemento externo ao Município e acompanhadas por elementos do Executivo municipal, segundo os pelouros.

Num quadro em que a Administração Pública Local se pretende mais flexível e ajustada à resolução de problemas mais complexos e abrangentes, a Câmara Municipal do Sabugal assumiu cinco focos estratégicos da atuação, em conformidade com o disposto no Plano Estratégico Sabugal 2025, os quais tiveram em conta a Organização dos Serviços Municipais e correspondem a “Unidades de Missão” (UM), designadamente:

UM- SABUGAL + CRIATIVO - uma governança focada;

UM- SABUGAL + SOCIAL – uma aposta nas pessoas;

UM- SABUGAL + VALOR - desenvolvimento rural;

UM- SABUGAL + ATRATIVO – surpreenda os sentidos;

UM- SABUGAL+PRÓXIMO – qualidade serviços públicos.

Estas “Unidades de Missão”, ainda que centradas nas respetivas áreas de intervenção (que são o foco da sua ação concreta), foram trabalhadas em combinação com as restantes áreas de intervenção concelhias. Quer isto dizer que cada uma destas áreas não foi entendida de forma isolada, mas sim enquanto influenciadora e influenciada por todos os setores de desenvolvimento concelhio.

A estratégia de atuação destas “Unidades de Missão” pretendia-se integradora para ser mais eficaz, mais eficiente, mais bem-sucedida, tendo por Objetivo:

- ❖ **UM SABUGAL + CRIATIVO (Administração Autárquica; Estudos e Projetos; e Sabugal, Concelho digital)** uma governança tendo como objetivo sistematizar o papel da Câmara enquanto promotor do desenvolvimento económico concelhio, numa ótica de otimização do modelo de governação, de aproximação aos vários setores da atividade económica, criando modelos eficientes de apoio à fixação de pessoas, através da qualificação dos recursos humanos e da criação de empresas e de emprego sustentáveis.
- ❖ **UM SABUGAL + SOCIAL (Educação e Ação Social)** - uma aposta nas pessoas, criando um conjunto de soluções de resposta social inovadoras para problemas da comunidade do Sabugal, com impacto positivo superior comprovado relativamente às soluções existentes. Pretendia constituir-se localmente como um motor para a melhoria das respostas a problemas sociais, para a promoção de práticas mobilizadoras do sucesso educativo e melhoria da qualidade de vida do idoso numa ótica de promoção do envelhecimento ativo ao nível de políticas públicas inovadoras e de dinamismo da economia social (3ºsetor).

- ❖ **UM SABUGAL + VALOR (Desenvolvimento Económico e Defesa do Meio Ambiente)** - desenvolvimento rural visando criar um conjunto de ações e dinâmicas direcionadas para alavancar e potenciar o sector primário, integrando os setores agrícola, florestal e zootécnico, tendo a competitividade, inovação e valorização ambiental como fatores de diferenciação.
- ❖ **UM SABUGAL + ATRATIVO (Cultura, Desporto e Tempos livres e Desenvolvimento Económico)**- surpreenda os sentidos, pretende constituir-se como uma oportunidade de definir o posicionamento municipal sobre as áreas do Turismo, Cultura e Lazer, paralelamente à candidatura à Carta Europeia de Turismo Sustentável, que irá entrar em fase de implementação, ao desenvolvimento do proposto do Plano Estratégico do Sabugal e ao acompanhar das estratégias regionais de desenvolvimento do setor do Turismo, do atual quadro de financiamento comunitário, ligadas aos PROVERE, CIM e outras associações de municípios que o Sabugal integra.
- ❖ **UM SABUGAL+ PRÓXIMO (Habitação e Urbanização, Proteção Civil, Saneamento e Salubridade, Abastecimento público e Comunicações e Transportes)** na promoção da qualidade, eficácia e eficiência dos serviços públicos e sua fiabilidade: edifícios, infraestruturas básicas, equipamentos, redes, etc. próximo dos munícipes.

Apesar de várias tentativas e esforços realizados pelo Executivo municipal, não foi possível atingir um estado de maturação das várias equipas, indispensável para responder aos desafios, dentro de prazos razoáveis e demonstrando a motivação necessária para aportarem algo a uma Governança interveniente e orientadora.

Perante tal contexto, a execução do Plano foi centralizada e o seu ritmo e oportunidade de implementação comprometidos, dada a tarefa árdua (quer no Plano em concreto, quer noutros contextos), pela falta de pessoas, competências e talentos e pela atitude predominante na administração pública.

No entanto, e no âmbito do Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais (artigo 11º), a Câmara Municipal do Sabugal assumiu quatro focos estratégicos de atuação, a que correspondem as “Unidades de Missão”: *Sabugal +Criativo; Sabugal +Social, Sabugal + Valor e Sabugal +Atrativo.*

Mais refere o Regulamento que estas quatro “Unidades de Missão” «ainda que centradas nas respetivas áreas de intervenção que são o foco da sua ação concreta, são trabalhadas em combinação com as restantes áreas de intervenção.»

(ii). Orgânica dos Serviços Municipais - margens para acomodar novas funções

Na vigência do PE Sabugal 2025, a Câmara Municipal procedeu, em 2016, à reorganização dos seus Serviços, alterando posteriormente o modelo da estrutura orgânica em 2018, para alterar, em janeiro de 2021, e estabilizar em 2024, sob o Aviso n.º 29138/2024/2, de 6 de dezembro, o Regulamento da Estrutura Orgânica Flexível dos Serviços Municipais da Câmara Municipal, a seguir objeto de análise na ótica do enquadramento de funções de gestão relevantes à luz dos Eixos Estruturantes de Intervenção do PE Sabugal, 2035.

Em síntese, da estrutura de Eixos principais de Atuação do Plano emergem três grandes domínios de intervenção:

- ✓ a **Revitalização Urbana e Ordenamento do Território**, que estabelece relações ativas com as dinâmicas urbano-rurais (em especial dos PERU's e das Aldeias) e com as vertentes da gestão da paisagem e Áreas Protegidas, da gestão dos recursos hídricos, do ordenamento das Albufeiras e da Revitalização do PNSE;
- ✓ o **Desenvolvimento Económico**, que compreende os espaços de acolhimento empresarial, a atração de empresas e investimento, e o fomento de atividades inovadoras (Colónia agrícola, energia, ...); e
- ✓ a **Qualidade de vida**, que combina a criação e a gestão de respostas sociais aos diversos grupos-alvo da população residente, a par de novas abordagens aos desafios do envelhecimento.

A tabela seguinte foi construída a partir do **Regulamento da Estrutura Orgânica Municipal** e procura estabelecer algumas oportunidades de acomodação funcional da gestão de implementação dos Eixos Estruturantes do Plano Estratégico nas atribuições e competências dos Serviços.

Em termos genéricos, os três domínios estruturantes do PE Sabugal 2035 poderão ser acomodáveis nestas Unidades Orgânicas e Serviços. Todavia, o Regulamento enumera um leque enorme de atribuições (não apenas de rotina) dessas mesmas Unidades Orgânicas que terão de ser desempenhadas, em simultâneo, pelos mesmos recursos técnicos e humanos.

No *Relatório de Diagnóstico Territorial*, no capítulo de Balanço do PE Sabugal 2025, considera-se que a dotação de competências e a organização funcional dos recursos humanos, em função de escolhas e prioridades de atuação dentro do binómio gestão estratégica/gestão operacional, é absolutamente crucial para a possibilidade de concretizar gradualmente componentes dos projetos estruturantes do Plano, sem comprometer a gestão corrente cujas atuações, não raro, estão a contribuir em projetos complementares para a racionalidade e coerência de prioridades estratégicas.

Unidades orgânicas e Serviços	Atribuições e Competências (na ótica do Plano Estratégico)
<i>Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território</i>	☐ Acompanhar a elaboração e apoiar a implementação do Plano Estratégico do Sabugal, em colaboração com o Serviço de Promoção e Desenvolvimento Económico; ☐ Elaborar estudos relativos ao desenvolvimento socioeconómico nas diversas áreas de atividade do Concelho; ☐ Elaborar ou acompanhar a execução de instrumentos de Gestão Urbanística. ☐ Promover a Estratégia Local de Habitação
<i>Serviço de Promoção e Desenvolvimento Económico</i>	☐ Marketing Territorial ☐ Fundos Comunitários ☐ Comissão Sabugal Investe ☐ Rede da Diáspora Sabugalense
<i>Divisão de Desenvolvimento Social e Qualidade de Vida</i>	☐ Promover estratégias pró-ativas que visem a implementação de ações/projetos para o alcance da qualidade de vida dos Municípios nas áreas de maior ligação e proximidade aos cidadãos. ☐ Executar e acompanhar o plano de desenvolvimento social e planos de ação (ação social, educação, cultura, juventude, desporto); promover a Estratégia Local de Habitação.
<i>Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento (GATPI)</i>	☐ Assessorar tecnicamente e apoiar na dinamização de políticas, objetivos, estratégias e parcerias que visem a inovação e a modernização e apresentação de propostas desenvolvidas em colaboração com as unidades orgânicas e parceiros relevantes. ☐ Analisar, assegurar e gerir o acompanhamento de projetos participados, definindo as linhas de orientação e atuação no âmbito de candidaturas a fundos existentes e a sistemas de incentivos para financiamento das atividades municipais.

(iii). Funções-tipo de gestão que emergem da Revisão do Plano Estratégico

Em teoria, um Plano Estratégico territorial envolve uma paleta de funções de gestão orientadas para a eficácia na obtenção de resultados e impactos e para a eficiência da afetação de recursos, funções essas que, simultaneamente, são essenciais para o desenvolvimento sustentável e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos.

Entre as **principais funções associadas à gestão de implementação do PE Sabugal 2035**, destacam-se:

- *Análise de Contexto*: Avaliação periódica das condições/posicionamento geoestratégico do Concelho, abrangendo dimensões sociais, económicas, ambientais e culturais, valências indispensáveis para atualizar a Matriz SWOT territorial identificando Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças.

- *Gestão de Recursos:* Afetação eficiente de recursos financeiros, materiais e humanos necessários para implementar as ações do Plano.
- *Programação das Ações:* Programação de recursos e calendarização indispensáveis para o desenvolvimento das ações e iniciativas a implementar para alcançar os objetivos definidos.
- *Integração de Políticas:* O Plano tem de estar alinhado com os instrumentos das políticas públicas e estratégias e planos de ação setoriais, de modo a assegurar uma adequada abordagem integrada para o desenvolvimento do Sabugal.
- *Sustentabilidade das Operações do PE Sabugal 2035:* Incorporar princípios de sustentabilidade ambiental, social e económica nas decisões e ações do Plano, visando um desenvolvimento equilibrado e duradouro.
- *Monitorização e Avaliação:* Bateria de indicadores (a fixar nas Fichas de Projeto) para acompanhar o progresso das ações, avaliar os resultados por relação aos objetivos definidos e promover os ajustamentos e melhorias contínuas.
- *Análise de desvios* que comprometam a missão que deve guiar as ações e políticas em curso de implementação, responsáveis pelo cumprimento dos objetivos específicos e mensuráveis que direcionam as ações do Plano.
- *Comunicação institucional:* A população (os munícipes) devem ser envolvidos no acompanhamento dos resultados das operações do Plano, assim promovendo a transparência das escolhas e afetação de recursos.

(iv). Gestão de instrumentos de ordenamento, programas e planos de ação

O Sabugal dispõe atualmente, de forma autónoma (local) ou no quadro intermunicipal, regional e nacional (caso dos programas setoriais) de um vasto conjunto de instrumentos de estratégia e programação que são especialmente exigentes em matéria de Governação.

Tal significa que se afigura pertinente lançar um olhar de integração dos compromissos em presença que têm implicações de monitorização de realizações, de resultados e impactos e refletir como organizar recursos (inserção orgânica, competências técnicas e afetações) capazes de responder a essas necessidades de gestão e monitorização dos instrumentos como um todo e das operações que os vão materializando.

A Tabela seguinte apresenta, numa aproximação preliminar, os principais instrumentos, sinalizando requisitos-tipo de gestão e monitorização que combinam competências estratégicas e de natureza operacional:

Instrumentos de Ordenamento e Gestão	Necessidades de Gestão e Monitorização
<i>PERU's em vigor (e outros a definir)</i>	☐ Acompanhamento da execução física dos projetos estruturantes; ☐ Elaboração de Relatórios de Monitorização; ☐ Supervisão da articulação dos Eixos dos PERU's com outras políticas municipais.
<i>Planos de Gestão das Áreas Protegidas</i>	☐ Gestão e utilização das funcionalidades SIG; ☐ Salvaguarda do cumprimento das orientações de gestão e fruição na área do Concelho.
<i>- CETS Terras do Lince</i>	☐ Participação técnica nas instâncias de coordenação; ☐ Dinamização da participação de empresas do Concelho do Sabugal; ☐ Procedimentos de monitorização e avaliação.
<i>-Gestão Integrada Recursos Hídricos das Barragens do Sabugal e Meimoa</i>	☐ Acompanhamento das Medidas para a gestão de recursos hídricos nas bacias hidrográficas; ☐ Recolha e tratamento da informação de acompanhamento das medidas a implementar; ☐ Dinamização do aumento da eficiência global dos sistemas de rega.
<i>-Plano de Ordenamento da Albufeira do Sabugal</i>	☐ Gestão e utilização das funcionalidades SIG; ☐ Fiscalização das incidências de atividade e fruição na área da Albufeira.
<i>-Plano de Desenvolvimento Social</i>	☐ Articulação dos Eixos do PDS com outras políticas municipais; ☐ Coordenação das respostas sociais em articulação com as IPSS
<i>-Contrato de Desenvolvimento e Coesão Territorial do ITI CIM Beiras e Serra da Estrela</i>	☐ Gestão operacional dos Projetos/Ações do Sabugal no ITI CIM (Avisos e candidaturas, dossiers técnicos e financeiros); ☐ Preparação técnica de suporte a eventuais reprogramações de interesse p/ o Sabugal; ☐ Monitorização estratégica.
<i>-Estratégia Local de Habitação</i>	☐ Gestão do Acordo de Financiamento com o IHRU; ☐ Gestão operacional da execução das intervenções construtivas; ☐ Atualização das necessidades de alojamento.
<i>-Área Integrada de Gestão da Paisagem (AIGP) das Terras do Lince- Malcata</i>	☐ Dinamização dos procedimentos de execução de Cadastro; ☐ Acompanhamento das sucessivas fases de operacionalização da AIGP; ☐ Monitorização das ações previstas na OIGP.
<i>Programa de Revitalização do Parque Natural da Serra da Estrela (PRPNSE)</i>	☐ Organização e gestão do Plano Regional de Gestão da Paisagem (PRGP) da Serra da Malcata, Iniciativa complementar do PRPNSE, ☐ Monitorização da execução do Programa.

Instrumentos de Ordenamento e Gestão	Necessidades de Gestão e Monitorização
<i>-Outras Estratégias e Programas</i>	☐ Participação técnico-política nas instâncias de coordenação; ☐ Procedimentos de monitorização.
<i>-Plano Municipal Ação Climática do Sabugal</i>	☐ Acompanhamento das Medidas para a gestão do PMACS ☐ Recolha e tratamento da informação de acompanhamento das medidas a implementar.
<i>-Plano Estratégico Sabugal, 2035.</i>	☐ Entendimento objetivo da Visão e Eixos estruturantes de Intervenção do PE Sabugal 2035 e das articulações operacionais com a Estrutura Orgânica dos Serviços Municipais; ☐ Conhecimento dos Projetos para uma Década que traduzem as prioridades definidas pelo Plano e cuja concretização bem-sucedida tem laços de relação com projetos complementares na esfera municipal; ☐ Dinamização dos programas de execução dos Projetos para uma Década, tanto na esfera municipal como na relação com parceiros externos (tutelas regionais/setoriais, empresas, organizações da economia social, etc. ☐ Construção de um Dispositivo de Informação de suporte à Monitorização do Plano tendo por base a Bateria de Indicadores das Fichas dos Projetos para uma Década; ☐ Elaboração de sinopses de alerta relativas a eventuais desvios de execução dos Projetos que comprometam objetivos específicos e resultados; ☐ Acompanhamento pró-ativo de estratégias e planos de ação setoriais e outros que interfiram positivamente com o PE Sabugal 2035; ☐ Relações institucionais (de base temática e/ou política), com parceiros externos relevantes para a execução dos Projetos para uma Década e do PE Sabugal 2035.

(v). Orgânica dos Serviços Municipais vs. Operacionalização do Plano Estratégico

As Unidades Orgânicas destacadas na Tabela da alínea (ii) detêm competências que, em rigor, permitiriam responder, em termos operacionais, ao que é esperado para a implementação do PE Sabugal 2035 (elaboração dos projetos, organização dos pedidos de financiamento, lançamento de concursos de empreitada, supervisão da execução das intervenções materiais, etc.).

No entanto, o **PE Sabugal 2035** no seu todo e os «**10 Projetos para 1 década**» situam-se num patamar de ambição especialmente exigente em que **a concretização de objetivos específicos e de resultados pressupõe um trabalho aturado de visão estratégica, sem perda de foco, e com integração funcional** em que a necessidade

de reunir equipas multidisciplinares aconselha a criação de Unidades de Missão, com suporte técnico dedicado adiante explicitado.

Em abstrato, a proposta de criação de **Unidades de Missão**, enquanto estruturas temporárias criadas para responder a desafios estratégicos que exigem foco e persistência na execução, apresenta vantagens relevantes na gestão de projetos estruturantes, nomeadamente:

- *Especialização*, com recurso a profissionais dotados de competências específicas para executar projetos e coordenar ações.
- *Flexibilidade de adaptação* para enquadrar processos de decisão mais ágeis próprios de mudanças/novos contextos, com reflexos nas condições de mobilização de meios materiais e financeiros.
- *Eficiência Operacional*, na otimização do uso de recursos para maior eficiência e eficácia na execução das atividades.
- *Cooperação Multidisciplinar*, através da organização de profissionais de diferentes áreas e especializações, promovendo uma abordagem colaborativa e multidisciplinar para resolver problemas complexos.
- *Responsabilidade*, subordinada a um mandato com objetivos específicos, acompanhada de mecanismos de controle e prestação de contas, com responsáveis sujeitos a escrutínio regular.

As Unidades de Missão, propostas para a gestão dos principais Eixos Estruturantes do PE Sabugal 2035 como uma solução organizativa interna para uma eficaz gestão pública municipal do conjunto de infraestruturas e equipamentos existentes e outras intervenções propostas nos “10 projetos para 1 década”, visam assegurar um adequado funcionamento e otimização dos recursos humanos, materiais e financeiros dos múltiplos e atividades, assentes em valências temáticas e operativas diferenciadas, mas indispensáveis para a modernização de infraestruturas e equipamentos e, consequentemente, para a viabilização das propostas do Plano.

Com este foco, as Unidades de Missão permitirão abordar a complexidade do PE Sabugal 2035 de acordo com uma estrutura matricial, que comporte áreas operativas de intervenção multidisciplinares, exigindo prioridade e foco na implementação de projetos específicos que justificam a constituição de equipas de projeto e com uma natureza temporária em concordância com os ciclos de investimento subjacentes.

A tabela seguinte sintetiza os órgãos da Estrutura Orgânica do Município a implicar na concretização dos 10 Projetos Estruturantes para a década 2025-2035, sob coordenação do GATPI.

UNIDADE DE MISSÃO	UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL	PROJETO ESTRUTURANTE
SABUGAL + CRIATIVO SABUGAL + ATRATIVO SABUGAL + VALOR	DPUOT/DOSM/SPDE	<u>PE1 - Reserva estratégica de Água (Economia e Lazer)</u>
	DPOUT/SPDE	<u>PE2 - Conservação da Natureza e Serviços de Ecossistemas</u>
SABUGAL + ATRATIVO	DPOUT/DDSQV/DOSM	<u>PE3 - Renovação de Aldeias- Aldeias Inteligentes</u>
		<u>PE4 – Turismo Sustentável e Bem-estar</u>
SABUGAL + VALOR	DOSM/SPDE	<u>PE5 - Colónia Agrícola de Martim Rei - Polo de Inovação agro-rural</u>
SABUGAL + CRIATIVO/ SABUGAL INVEST	DPOUT/DOSM/SPDE	<u>PE6 - Áreas de Acolhimento Empresarial</u>
SABUGAL + CRIATIVO/ SABUGAL INVEST	SPDE	<u>PE7- Agência de Desenvolvimento Económico - Sabugal Invest</u>
SABUGAL + SOCIAL	DDSQV/DOSM/SPDE	<u>PE8 – Programa Integrado de Economia Sénior (PIES)</u>
SABUGAL + CRIATIVO/ SABUGAL + ATRATIVO/ SABUGAL + SOCIAL	DPOUT/DDSQV/DOSM/SPDE	<u>PE9 - Aldeias ConVida -reabilitação de lugares para vivência intergeracional</u>
		<u>PE10 - Reorganização de funções técnicas dos Serviços Municipais</u>

As Unidades de Missão propostas atuarão tendo por suporte uma **Equipa de Projeto de natureza pluridisciplinar e de carácter temporário**³¹ que deverá ser estruturada segundo a referida ótica matricial na medida em que os projetos a desenvolver, correspondem a áreas operativas diversificadas dos Serviços, pelo que importa agrupá-las por núcleos de competências bem identificados.

O arco de atribuições proposto, implica uma particularmente cuidada composição das Equipas de Projeto que deverão: em primeiro lugar, refletir a natureza diferenciadora das suas múltiplas valências temáticas especializadas e, em segundo lugar, providenciar a seleção de técnicos dos Serviços municipais ou outros, cujos perfis profissionais respondam aos requisitos de qualificação e especialização necessários à implementação dos projetos a desenvolver.

³¹ O Decreto-Lei nº 305/2009, de 23 de outubro fornece o enquadramento legal apropriado para sufragar o entendimento acima expresso sobre a natureza específica das Equipas de Projeto temporárias.

Em síntese, a opção por Unidades de Missão pressupõe, no suporte operacional, que seja assegurada uma combinatória de técnicos de diversas áreas orgânicas de atuação e variadas competências, eventualmente sob animação de um elemento externo ao Município e acompanhados por elementos do Executivo municipal, dos respectivos pelouros.

Mas pressupõe, igualmente, que se trabalhe para alcançar um estado de maturação operacional das equipas, que têm de realizar esforços para responder a desafios em presença exigentes também na motivação necessária para persistir numa envolvente interna caracterizada pela dificuldade recorrente e conhecida de conciliar atribuições na administração pública local.

(vi) *Articulação das funções dos Serviços Municipais, com os requisitos da gestão do Plano Estratégico e de programas e instrumentos de ordenamento*

Conforme se constatou na alínea (ii), na atual Estrutura Orgânica da Câmara Municipal existem diversos serviços que compaginam com as questões da governação na ótica do PE Sabugal:

- *Gabinete de Assessoria Técnica e Promoção do Investimento (GATPI)*, ao qual compete “assessorar tecnicamente e apoiar na dinamização de políticas, objetivos, estratégias e parcerias que visem a inovação e a modernização (...) analisar, assegurar e gerir o acompanhamento de projetos participados, definindo as linhas de orientação e atuação no âmbito de candidaturas a fundos disponíveis existentes e a sistemas de incentivos para financiamento das atividades municipais.”

Para alcançar estes objetivos, a CMS “assume quatro focos estratégicos de atuação, a que correspondem unidades de missão”, descritas na alínea (ii) e o GATPI tem, ainda, como competência “Assegurar a articulação funcional e de cooperação sistemática entre a Presidência, as Divisões, os diversos Serviços e as diversas entidades externas (Locais, Regionais e Internacionais), para assegurar a eficácia, eficiência e sucesso da estratégia de atuação das Unidades de Missão”; “Apoiar o Executivo Municipal na conceção e implementação de estratégias de desenvolvimento da atratividade do concelho”; e “Promover e realizar as ações necessárias ao desenvolvimento de estratégias integradas para o Concelho do Sabugal”.

- *Divisão de Planeamento, Urbanismo e Ordenamento do Território (DPUOT)*, entre as diferentes competências desta Divisão, salienta-se o acompanhamento da elaboração e apoio à implementação, em colaboração com o SPDE, do Plano Estratégico do Sabugal.

- *Serviço de Promoção e Desenvolvimento Económico (SPDE) com competências nas áreas dos Fundos Comunitários, do Marketing Territorial e da Comissão Sabugal Investe de dinamização da economia local.*

As alterações à Estrutura Orgânica Municipal (Aviso n.º 29138/2024/2, 22ª, 2ª série do Diário da República de 26/12/2024), atribuíram novas competências ao SPDE, mantendo o seu funcionamento sob a direta dependência do Presidente da Câmara e alargando as suas competências para áreas diretamente relacionadas com funções instrumentais, nomeadamente: (i) Fundos Comunitários; (ii) Comunicação e Marketing Territorial; (iii) Comissão Sabugal Investe; e (iv) Dinamizar a Rede da Diáspora Sabugalense.

Estas alterações reforçam a importância de atender às necessidades de coordenação entre três serviços (GATPI, SPDE e DPOUT), vitais para a gestão estratégica e operacional dos programas, planos e estratégias de diferentes escalas territoriais que impactam o desenvolvimento do Sabugal no horizonte 2035, desde logo, a concretização dos objetivos e projetos do Plano Estratégico.

Em face desta Estrutura Orgânica, recente e ajustada, as principais questões operativas que se colocam e carecem de clarificação, são as seguintes:

1. **Nível de implementação/maturação desta Estrutura.** Nomeadamente: (i) o GATPI existe, tem atividades realizadas e dispõe de um corpo técnico capaz de responder a todas as atribuições que lhe estão cometidas? (ii) as Unidades de Missão foram constituídas e dotadas de recursos técnicos adequados para as funções expectáveis?
2. **Coordenação.** Quais são os níveis e mecanismos de articulação entre o GATPI e a restante estrutura municipal, nomeadamente com o SPDE, face ao reforço das respetivas competências (visivelmente expresso na tabela que aborda a concretização dos Projetos Estruturantes na ótica dos Serviços Municipais a e envolver)?

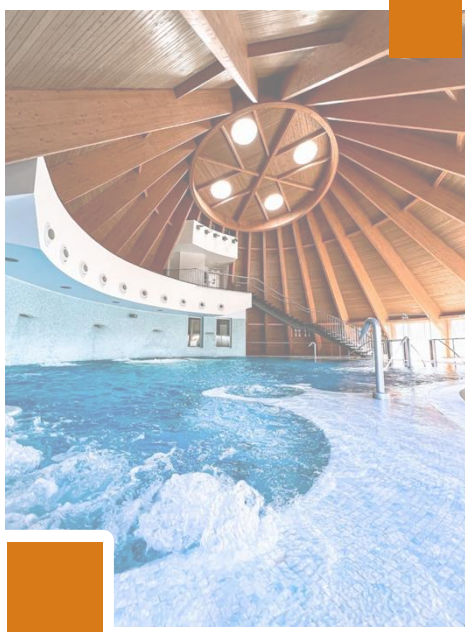
A aposta do Executivo Municipal na atual Estrutura Orgânica, então **o Modelo de Governação do Plano Estratégico deverá assentar no GATPI enquanto instância coordenadora da concretização dos Projetos Estruturantes, cuja execução cabe às respetivas Unidades Orgânicas Flexíveis/Divisões.** Esta solução aconselha:

- uma **reformulação das atribuições do Gabinete (GATPI)**, nomeadamente as que se situam no âmbito do Desenvolvimento económico, da Sustentabilidade e da Qualidade de vida.

- a existência de uma função (e trabalho) de coordenação entre os diferentes níveis da Estrutura Orgânica implicados, com a mais-valia resultante de toda a Estrutura estar envolvida na concretização dos Projetos estruturantes.
- **Capacitação técnica de recursos humanos do Município**, em resposta a novos requisitos em matéria de competências profissionais e disciplinares, e contemplando as seguintes dimensões estratégicas: da programação do desenvolvimento; da gestão dos projetos financiados pelos fundos estruturais; e da participação em instâncias setoriais/regionais que coordenam a implementação dos planos e programas que abrangem o Sabugal.

No plano institucional, deverá ser criado um **Conselho Consultivo de Acompanhamento do Plano Estratégico Sabugal, 2035**, envolvendo o Executivo Municipal, os executivos de Freguesia, representantes de associações empresariais e de produtores, e entidades regionais responsáveis pela gestão de programas e estratégias setoriais relevantes para o Concelho, no horizonte da próxima década.

A constituição deste Conselho Consultivo deverá contribuir para um acompanhamento regular da implementação do Plano, nomeadamente, estimulando intervenções em parceria que potenciem os recursos mobilizáveis, sobretudo, tendo presente que grande parte dos Projetos Estruturantes têm incidência territorial nas freguesias e implicam na sua execução diversos organismos setoriais (água, agricultura, florestas, economia, segurança social, etc.).



AGOSTO DE 2025



ligados à terra

Gabinete Oliveira das Neves
desde 1993